



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA**



RENAN BRIGIDO NASCIMENTO FELIX

**“NOVO PORVIR” - LITERATURA E COOPERATIVISMO EM CANDUNGA E
OUTROS ESCRITOS DE BRUNO DE MENEZES**

BELÉM-PA

2016

RENAN BRIGIDO NASCIMENTO FELIX

**“NOVO PORVIR” - LITERATURA E COOPERATIVISMO EM CANDUNGA E
OUTROS ESCRITOS DE BRUNO DE MENEZES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-, graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

BELÉM-PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFPA

Felix, Renan Brigido Nascimento, 1985-

“Novo porvir” - literatura e cooperativismo em candunga e outros escritos de Bruno de Menezes / Renan Brigido Nascimento Felix. - 2016.

Orientador: Francivaldo Alves Nunes. Dissertação (Mestrado) -
Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016.

1. Menezes, Bruno de, 1893-1963-Candunga-crítica e interpretação. 2.
Literatura e sociedade-Pará. 3. Literatura brasileira-História e crítica. I. Título.

CDD 22. ed. 869.93

RENAN BRIGIDO NASCIMENTO FELIX

**“NOVO PORVIR” - LITERATURA E COOPERATIVISMO EM CANDUNGA E
OUTROS ESCRITOS DE BRUNO DE MENEZES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-, graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Dissertação defendida em: 03/08/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes - Orientador - PPGHIST/UFPA

Prof^a Dr^a. Edilza Joana Oliveira Fontes - Avaliadora Interna - PPGHIST/UFPA

Prof^o Dr. Aldrin Moura de Figueiredo - Avaliador Interno - PPGHIST/UFPA

Prof^o Dr. Paulo Jorge Martins Nunes - Avaliador Externo - PPGCLC/UNAMA

BELÉM-PA

2016

*À MINHA AMADA ESPOSA E AO NOSSO MATEUS,
QUE AINDA EM SEU VENTRE TANTA ALEGRIA
NOS TRAZ.*

AGRADECIMENTOS

Sem o auxílio de tantas pessoas dificilmente esse trabalho chegaria ao seu cabo.

À minha amada esposa Rosi, benevolência de Deus na minha vida, a quem devo o incentivo, o companheirismo, a confiança, o suportar e o nosso Mateus que esperamos com toda alegria.

Às minhas mães Belzinha, Amélia e Socorrinho por tudo que fazem sem nada esperar em troca.

Aos meus irmãos em Cristo Pastor Francisco, Celinho (amizade constantemente abastecida em longas pedaladas de Bragança a Augusto Corrêa), Nelis, José e a Igreja Presbiteriana de Bragança, pelas orações e companheirismo tão importantes nessa caminhada.

Ao professor Francivaldo Nunes pela orientação constante, que não me deixou na mão em nenhum momento, sempre disposto a ouvir e a responder com diligência a todas as indagações.

Aos Professores do PPHIST Programa de Pós- Graduação em História da Social da Amazônia, pela oportunidade que tive de ser instruído ao longo das disciplinas, meus respeitos pela contribuição intelectual que trouxeram a esse trabalho.

Ao me referir a SEDUC – Secretaria Executiva de Educação dirijo-me aos contribuintes, a quem agradeço sinceramente em função da alta carga tributária com que arcam os custos da educação pública estadual, sem eles a licença de aprimoramento não seria viável.

Aos colegas que generosamente abriram portas grandiosas nas etapas de pesquisa, com livros e indicações de fontes. Sintetizo minhas honras em Leo Torii, por extensão aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, da Biblioteca Artur Viana e do Arquivo da Prefeitura Municipal de Bragança, que tanto se esforçam no exercício de suas funções.

A Bruno de Menezes minhas homenagens póstumas por todo empenho e afincos com que lutava por questões fundamentais a melhoria da Amazônia.

A cidade de Bragança, que através da graduação em História passei a ter uma grande consideração, aliado a prática docente que já somam alguns anos; e o que é mais importante às pessoas que conheci nesse precioso lugar.

Todos os agradecimentos só foram possíveis, porque até aqui me ajudou o Senhor Jesus.

Se alguém quiser prevalecer contra um, os dois lhe resistirão; o cordão de três dobras não se rebenta com facilidade. Ec. 4:12

LISTAS DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1: Propaganda da C.A.M.T.A: Homenageando a Pátria através da cultura da pimenta do reino.	77
FIGURA 2: Propaganda da C.A.M.T.A: Exaltação aos chefes do executivo federal e estadual, com destaque ao momento das comemorações do Círio de Nazaré em Belém.	77
FIGURA 3: Propaganda alusiva ao calendário de comemorações dos 25 anos da fundação da Colônia de Tomé-Açú.	78
FIGURA 4: Imagens representando migrantes associados à condição de flagelados.....	102
FIGURA 5: Capa da 1ª edição de Candunga (1954).....	115
TABELA 1: Relação das rendas dos novos Municípios, criados pela Lei n° 1127.	196

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 1: “A AMAZÔNIA NÃO É ASSUNTO LITERÁRIO”: COOPERATIVISMO E NATUREZA	21
1.1 Literatura e experiência	21
1.2. Bruno de Menezes: Cooperativista	36
1.3 <i>Amor ao solo e as árvores nos colonos</i> : Natureza e Agrarismo Cooperativo	55
1.4 Por um cooperativismo vitorioso	69
CAPÍTULO 2: “NOVO PORVIR”: LITERATURA e COOPERATIVISMO EM CANDUNGA.....	96
2.1 De Flagelados a Candunga.....	96
2.2 Candunga na capa: as mãos tocam a história.....	114
2.3 No romance Candunga: “um grito de acusação”	124
2.4 “Reina calma em Bragança”: disputas, tensões e problemas nas colônias agrícolas ...	136
2.5 Antônio Candunga, outros Antônio(s) e Antônia(s).....	158
2.6 Colônia Novo Porvir	185
CONCLUSÃO.....	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229

RESUMO

A presente dissertação busca compreender *Literatura e Cooperativismo* como dois aspectos fundamentais da experiência social do literato Bento Bruno de Menezes Costa (1893-1963). Nesse sentido, o engajamento no campo das letras nos serviu de ponto de partida para percepção de um sujeito social que fez da experiência constitutiva das suas obras, um grande espaço para refletir a condição do povo paraense. Não se tratava de um mero adorno aquilo que levava aos textos ficcionais e as reflexões culturais, daí que a retratação que muitas de suas poesias dinamizavam, diziam respeito à confluência de um poeta que fez da vivência acumulada em suas andanças, presente nos termos de um sujeito que não ia simplesmente ao povo, mas de fato o era. Com isso, ao analisarmos a produção cooperativista de Bruno de Menezes, pesquisamos inúmeros textos esparsos, tanto pela sequência dos anos, na primeira metade do século XX, com ênfase a década de 1950, pelo desdobramento da atividade pública a frente do S.A.C. - Serviço de Assistência ao Cooperativismo, órgão criado pelo governo estadual paraense, o qual ocupou por dez anos, entre 1945 a 1955. Consideramos ainda, que a obra *Candunga*, publicada em 1954 constitui um importante espaço para divulgação da doutrina cooperativista, uma vez que uma reflexão ficcional foi concedida ao assunto. A criação da “Colônia Novo Porvir” ao final da narrativa demonstrava um horizonte distinto aos lavradores da Zona Bragantina, Nordeste do Estado do Pará, através da fomentação do associativismo agrícola entre os mesmos. Assim, ao trabalhar com a execução de projetos dessa matéria, acrescentava ingredientes de experiência política e percepções acerca da natureza, considerando importantes as mudanças históricas no espaço Amazônico. O grau de especialização que detinha sobre o assunto lhe facultou a multiplicação das ações cooperativistas, por conseguinte, a apresentação de resultados práticos a sociedade paraense.

Palavras chave: Literatura; Cooperativismo; Narrativa; Zona Bragantina.

ABSTRACT

The present dissertation aims to understand *Literature and Cooperativism* as two fundamental aspects of the social experience of the literate Bento Bruno de Menezes Costa (1893-1963). In this sense, his engagement in the field of arts was used as a starting point to the perception of a social subject who had made of the constitutive experiences of his works a huge space to reflect the condition of paraense people. It is not merely an ornament what he expressed on the fictional texts and cultural reflexions, so the retraction many of his poetries dynamized and told about the confluence of a poet who made from his accumulated life experiences on his wanderings present issues in terms of a subject who not only went to the people, but was people himself. Therefore, when we analyse the cooperativist production of Bruno Menezes, we researched abundant sparse texts, even by the sequence of the years – first half of XX century, especially the 50's – thru the deployment of his public activities commanding S.A.C. (Service of Assistance to Cooperativism) organ created by Para State Government in which he worked for ten years, from 1945 to 1955. We also consider that the work *Candunga*, published in 1954, constitutes an important space to the diffusion of Cooperativism doctrine once a fictional reflection has been conceded to such theme. The creation of “Colonia Novo Porvir¹” by the end of the storyline established a different horizon to the peasants from Bragantine Zone in the Northeast of Para State through fomenting agricultural associacionism among them. Thus, when working with the execution of projects in this matter, he added ingredients such as political experience and perceptions about nature, considering important the historical changes in Amazonian spaces. The specialization grade he detained about this theme helped him to multiply the cooperativist actions, and then, to present practical results to Paraense society.

Key words: Literature; Cooperativism; Narrative; Bragantine Zone.

¹ Colony New Future

INTRODUÇÃO

O diretor da Estrada de Ferro de Bragança - EFB, Francisco da Cunha Continho, dirigia-se em ofício no dia 9 de julho de 1931, ao Capitão Interventor, responsável pela administração estadual e por implantar ações que se alinhassem ao governo federal de Getúlio Vargas que havia assumido o poder através de articulações militares e civis, isto é, sem ter passado por um processo eleitoral. Com isso, esclarecia diversas relações dos funcionários da ferrovia, em virtude das indagações “em que me solicitais informações sobre os pagamentos dos vencimentos dos funcionários desta Repartição”. O documento informava que estavam sendo pagos aos pedaços e regularmente.²

Os funcionários que vinham sendo remunerados através desses expedientes encontravam-se os “operários das oficinas”³, igualados aos “estabelecimentos industriaes”⁴ existentes em Belém do Pará, que já adotavam o pagamento semanal, fator descrito à adoção da nova forma de recebimento dos salários, quinzenalmente. Ao que parece reclamações foram feitas a interventoria denunciando irregularidades nos vencimentos, pois o diretor respondia “ser natural que se dê aqui algum atrazo”⁵, pois “nas épocas invernosas”⁶, o fluxo da arrecadação diminuía, acarretando problemas aos funcionários, na “maioria diaristas”⁷. Contudo, nenhuma ressalva era informada dos vencimentos dos administradores da EFB, uma vez que mesmo nos períodos de receitas mais escassas da via férrea estes pareciam imunes as oscilações.

As relações trabalhistas expostas por Francisco Coutinho diziam respeito às dificuldades que atingiam funcionários de menor escalão. Entretanto, o teor principal que nos levou a breve apresentação do documento, se deu na remediação que indicava aos empregados que passavam por este tipo de situação, sobretudo, por estarem “sempre baldos de recursos”⁸. Dizia que caso existissem “cooperativas que lhes adiantassem o necessário”⁹ a

² Ofício Nº 247 assinado pelo Diretor da Estrada de Ferro Bragança, Francisco da Cunha Continho, datado no dia 09 de julho de 1931 dirigido ao Interventor Magalhães Barata. In: Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº 51.

³ *Idem.*

⁴ *Idem.*

⁵ *Idem.*

⁶ *Idem.*

⁷ *Idem.*

⁸ *Idem.*

⁹ Ofício Nº 247 assinado pelo Diretor da Estrada de Ferro Bragança, Francisco da Cunha Continho, datado no dia 09 de julho de 1931 dirigido ao Interventor Magalhães Barata. In: Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº 51.

sobrevivência do mês não estaria em risco. No mesmo parágrafo apontava “ser louvável considerar-se essa situação”¹⁰.

Dito isto, vinte anos mais tarde *A Província do Pará*, periódico com circulação na capital e nos interiores do Estado, noticiava que se encontrava “Em magnífica situação a cooperativa dos ferroviários”¹¹, expondo os lucros que em pouco mais de um ano, desde a fundação cresceram significativamente. Atribuía-se a diretoria a responsabilidade pelo crescimento, em função dos “objetivos sociais”¹² a que se voltava, em especial à instalação do armazém, que atendia aos cooperados de Marituba. A reportagem ainda destacava os benefícios que o exemplo da entidade dos ferroviários construía, à medida que os compradores passavam a dispor de gêneros alimentícios a um preço mais justo, que redundavam em vantagens à “economia do consumidor”¹³, devido ao retorno das sobras líquidas, prevista nos estatutos desse tipo de sociedade.

A orientação técnica era prestigiada como a causa mais importante ao que se registrava, o nome a quem se creditava o sucesso era Bento Bruno de Menezes Costa, nascido em Belém, capital do Pará, em 21 de março de 1893 e falecido em Manaus no Amazonas em 02 de julho de 1963. Conhecido poeta, um dos precursores do modernismo paraense (FIGUEIREDO, 2012, p.34-35), já nos anos iniciais do século passado contribuía com trabalhos no cenário das letras da Amazônia. No entanto, a menção que se fazia ligava-se ao trabalho associativista que desenvolvia há longos anos, ressaltava-se o professor Bruno de Menezes enquanto “cooperativista renomado e grande idealista do sistema”¹⁴. Comentários que não restringiam-se apenas a essa notícia, mas em uma série de observações que constantemente atrelavam os empreendimentos mutualistas no Pará ao seu nome por excelência.

No mesmo trimestre de 1951, outra reportagem enfatizava as atividades desenvolvidas pelo chefe do Serviço de Assistência ao Cooperativismo (S.A.C.). A nota fazia um enfoque dos atos oficiais gestados pela administração do órgão de governo, destacando que “deu novo

¹⁰ *Idem.*

¹¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Em magnífica situação a cooperativa dos ferroviários*. Belém, 02 de março de 1951, p. 3.

¹² *Idem.*

¹³ *Idem.*

¹⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Em magnífica situação a cooperativa dos ferroviários*. Belém, 02 de março de 1951, p. 3.

impulso ao cooperativismo no Pará o trabalho do prof. Bruno de Menezes”¹⁵. Discorria-se acerca do cancelamento de entidades, revitalização das que passavam por percalços e criação de outras mais, em municípios como Acará, Bragança e Santarém.

Não podemos deixar de considerar que o vazio que o Estado do Pará demonstrava nesse tipo de negócio, segundo sugeria o diretor Francisco Coutinho, passados alguns anos ao que parece vinha sendo preenchido, através do esforço de um serviço público, que dimensionava as ações engendradas, sobretudo, “a rearticulação dirigida pelo professor Bruno de Menezes”¹⁶. No momento de sua aposentadoria, cinco anos mais tarde, o novo responsável pelo cargo, Hermes Machado Cardoso, atestava o recebimento do pedido de afastamento das funções exercidas, por já ter cumprido mais de 35 anos, sendo “dez a frente do Departamento de Assistência ao Cooperativismo”¹⁷. Em tom de despedida agradecia-o pelo empenho que havia desempenhado como servidor, ao mesmo tempo em que sinalizava a “inteligência a favor dos ideais cooperativistas”¹⁸.

Por conseguinte, no presente estudo abordaremos como a disseminação do cooperativismo, principal função daquilo que Bruno de Menezes realizou na qualidade de funcionário público, ganhou também contornos literários ao ponto serem levados às páginas do romance *Candunga*. Esta obra foi lançada em 1954, ocasião em que também concorria ao prêmio José Veríssimo, criado pelo governo do Estado do Pará, na época, para valorizar as produções de histórias, poesias e romances no decurso de cada ano, sendo vencedora da respectiva disputa¹⁹.

Cooperativismo que pode ser pensado como uma causa defendida por alguns indivíduos, com o objetivo de conjugar esforços, a fim de que a união possa engendrar meios coletivos a problemas enfrentados pelo grupo, ou seja, solidariamente promovem realização de suas aspirações e satisfação das necessidades de cada um (MOTTA, 2005, p.127). Desdobrando-se em lutas com características diversas, indo desde a negociação de preços, na compra coletiva de sementes, instrumentos agrícolas, divisão de trabalhos, empréstimos de capital, o cooperativismo não se restringe, portanto, à uma única frente. As ações se

¹⁵A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Deu novo impulso ao cooperativismo no Para o trabalho do prof. Bruno de Menezes*. Belém, 20 de janeiro de 1951, p. 2.

¹⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Deu novo impulso ao cooperativismo no Para o trabalho do prof. Bruno de Menezes*. Belém, 20 de janeiro de 1951, p. 2.

¹⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Louvido o trabalho do prof. Bruno de Menezes*. Belém, 25 de março de 1956, p. 13.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ Artigo intitulado de: “Candunga” – Opinião da Academia Paraense de Letras sobre a obra de Bruno de Menezes. Conservado no Arquivo de Bruno de Menezes na Academia Paraense de Letras.

vinculavam a promoções de políticas públicas do Estado, no qual interventores federais e governadores eleitos pela escolha popular frequentemente assinavam Decretos, Atos e Portarias incentivando a criação de entidades mutualistas²⁰.

Em estudos anteriores estabeleceu-se um debate, no qual as atenções de Bruno de Menezes, enquanto sujeito social fosse vislumbrado num plano correlato aos argumentos que a Narrativa de Candunga sustentava. As relações entre história e literatura foram o fio condutor a análise construída (FELIX, 2008). Discutiu-se o livro *Batuque* (1931) através da análise temática de três poesias “Cheiro de mulata”, “Liamba” e “Alma e ritmo da raça” nas quais há a ressubjetivação de valores negros, posicionados pela expressividade da ancestralidade e da afirmação da cultura negra e negritude (FARES, 2006, p. 87-97) contida em cada verso (FELIX, 2009).

Candunga nos apresenta um peso duplo, pois ao apontar a um passado envolto na colonização da Zona Bragantina, abordou um momento relativo a uma política de ocupação, que desde a virada do século XIX ao XX, estabelecia a partilha de terras incentivando a formação de núcleos colônias²¹, nos quais indivíduos de variadas origens étnico-culturais passaram a ocupar lugares, que mais tarde seriam emancipados tornando-se municípios influentes nas decisões políticas tomadas no Pará, tanto em função da quantidade sujeitos sociais que passaram a viver nesses lugares, como pela expressão dos negócios movimentados (PENTEADO, 1967).

Os acontecimentos podem ser relacionados a questões específicas dentro da nossa delimitação periódica (1950-1958), visto que nosso recorte encontrou bases em muitos aportes atrelados à obra. A primeira data encontra respaldo em fontes periódicas e documentais referentes à situação da cidade de Bragança neste período, ligados a questões que foram consideradas pelo autor Bruno de Menezes em diversas produções. O outro aspecto diz respeito aos anos consecutivos à publicação, observados no intuito de entendermos a circularidade que os críticos expuseram sobre o romance, até os anos de 1958.

²⁰ Consultamos documentos que dispusessem acerca do cooperativismo no Pará. PARÁ, Diário Oficial do Estado. Belém, coleções: out. 1930 a nov., 1937 / nov. 1937 a março de 1947 /março de 1947 a out 1960. Conservada no setor de obras raras da Fundação Cultural Tancredo Neves - Centur – Belém – Pará. Também consultamos diferentes tipos de documentos do Arquivo Público do Estado do Pará, fundos como os da Diretoria de Agricultura e Pecuária, Sociedade Cooperativa da Indústria e Pecuária, Departamento de Assistência aos Municípios, Secretaria de Estado do Interior e Justiça, Secretaria do Governo, Departamento de Finanças, Secretaria da Fazenda. Perfazendo a observação de Ofícios, Decretos, Telegramas, Nomeações, Exonerações, Cartas e Diversos entre os anos de 1930-1960.

²¹ Sobre a formação de núcleos coloniais e a política de colonização da Zona Bragantina, ver os trabalhos: NUNES, 2008, NUNES, 2011 e LACERDA, 2010.

Ressaltamos ainda que no interior das atualizações que o passado possibilita, que na virada de 2014 a 2015, a obra *Candunga* completou 60 anos de publicação, em meio a debates que no Brasil redimensionavam a preocupação com a falta de água, nas regiões do Centro-Sul, que até então não havia sentido tais efeitos de forma tão assustadora. Em razão da escassez das chuvas e de práticas de utilização, que comumente não se preocupavam com desperdícios, agravado pela diminuição das reservas dos sistemas hídricos, que abastecem as zonas urbanas destas cidades brasileiras. Num país de grandes contrastes climáticos, chuvas intensas atingiam a região Norte²², deixando milhares de desabrigados. O mundo também se acostumava a ver diariamente cenas de refugiados da guerra da síria tentando entrar na Europa.

Guardadas as devidas comparações o livro de Bruno de Menezes trazia ao debate a luta de migrantes nordestinos, que sofrendo as consequências da seca partiam a Amazônia, no espaço da primeira metade do século XX, na tentativa de buscar um recomeço. O foco narrativo volta-se a trajetória de uma família cearense, que aportava em Belém do Pará, juntamente com outras mais, que compartilhavam do mesmo drama. Além disso, ao ser publicada na década de 1950 apontava a relações ainda vigentes na região, onde a Estrada de Ferro de Bragança estava em atividade, os serviços de assistência à colonização abarcavam funções que iam da recepção à distribuição das novas levas humanas, devido à migração que continuava em pleno vigor. Dois periódicos *A Província do Pará e Folha Vespertina* da capital paraense coligidos na presente análise com frequência noticiaram entre 1951 a 1954 a chegada de populações vindas do Nordeste, destacando a seca como a razão principal.

O texto literário, portanto, já há muito desponta entre os trabalhos historiográficos, estando presente em inúmeros estudos que lidam com seu conteúdo, através de objetivos diferentes. Em algumas argumentações a ficção aparece de modo secundário, tomada meio que de empréstimo a fim de corroborar determinado fato, em outros, no entanto, o enfoque que lhe é conferido transparece de modo mais direto, ou seja, ao invés de ser uma referência auxiliar, permeia com status de uma fonte válida e necessária ao estudo histórico, além do que, as contendas no campo da literatura circunscrevem fatos extremamente interessantes para a escrita da história.

²² FOLHA DE SÃO PAULO. *Cheia atinge quatro Estados da região Norte e afeta 22 mil famílias*. Publicação online em 11 de março de 2014. Acessado em: 24/03/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1423851-cheia-atinge-quatro-estados-da-regiao-norte-e-afeta-22-mil-familias.shtml>.

As contribuições dos historiadores voltados ao enfoque da *História Social da Literatura* surgiram em diversas modalidades de estudos históricos, por sua vez trilham a compreensão de outros períodos da história, amparados nas possibilidades que os mais variados romances consubstanciaram acerca de diferentes momentos da história, seja de lugares, de personagens que aludem a sujeitos sociais, ou até mesmo a usos e costumes. As contribuições dos historiadores ingleses presentes nas obras *The Uses of Literacy* (1957), de Richard Hoggart, *Culture and Society* (1958) de Raymond Williams e *The Making of the English Class* (1963) de Edward Thompson, constituíram-se como fundamentais nas construções de reflexões e análises ao longo deste trabalho. O espaço concedido a reflexão cultural ampliou-se significativamente, de modo que usos, costumes e cultura passaram a serem pontos centrais ao conhecimento do passado.

Thompson (1998) chamou atenção às implicações que tais noções estabeleciam nas discussões envolvendo trabalhadores, e a população inglesa. Os procedimentos adotados trouxeram visibilidade a uma documentação que não era acessada pela opção econômica, e até mesmo social, em decorrência do que se vinha produzindo nas abordagens historiográficas. As relações foram pensadas levando em consideração um conjunto de fontes: literárias, religiosas, festivas relacionadas a rituais, pregações, cartas, manifestações de ameaças entre outras. Tais aspectos sustentaram exemplos contundentes, uma vez que ao analisar estes indícios demonstrou elementos nos quais as experiências sociais podem ser vislumbradas a partir destas construções escritas.

Carlo Ginzburg (2007) em muitos estudos enfrentou esse debate, demonstrando, sobretudo, que a proposta de utilizar a literatura a fim de que algumas dúvidas, ou entendimentos fossem respondidos não é nova. Demonstra-se, por exemplo, que tentativas de ler as obras de Homero com o intuito de saber as medidas das embarcações dos antigos gregos, ou os romances medievais para observar relações de cotidiano e costumes, recorrentemente foram feitas antes de todo esse desenvolvimento de aportes teóricos e metodológicos. Com esse historiador, toda uma variedade de conceitos passou a adentrar o universo historiográfico com mais força, por isso, categorias como ficção, o falso, o não autêntico, o que se passa por verdadeiro e o irreal passaram a serem analisados em grande volume de estudos numa escala microscópica, em que a tendência pós-moderna de tentar juntar história e ficção, em um mesmo campo, foi constantemente confrontada (GINZBURG,

2007). Assevera-se que “a ficção alimentada pela história, torna-se matéria de reflexão histórica, ou ficcional, e assim por diante” (GINZBURG, 2007, p. 11).

Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira (1998) organizaram uma coletânea de textos, cuja proposta vislumbrou diferentes perspectivas a relação entre história e literatura. Ao fazê-lo contribuíram com pressupostos importantes a esse campo de abordagem. A noção que ambos ressaltam é a de legitimar os estudos nos quais os historiadores se valem de obras literárias, com métodos precípuos a investigação histórica, indicando que “refletir sobre literatura na perspectiva da história social significa, já de início, adotar um pressuposto necessariamente materialista de análise” (CHALHOUB, 1998, p. 7).

Outro exemplo dessa relação foi tratado por Chalhoub (2003), no qual as minúcias das estruturas políticas e sociais, do Brasil do século XIX, desdobraram-se numa reflexão das experiências históricas de inúmeros sujeitos sociais. Discutindo mecanismo de resistência que se opõem a dominação, na construção literária de Machado de Assis, enfatizando-se às fissuras na lógica de dominação senhorial. Assim, os personagens aparentemente dependentes criados pela engenhosidade machadiana subvertem o poder dos senhores e de passivos agregados transformam-se em personagens ativos, que contribuem a uma leitura importante aos debates desse período “traduzindo a experiência histórica de um sem-número de dependentes nesse tempo e sociedade” (CHALHOUB, 2003, p. 41).

A resistência como elemento vinculado à narração ocorre de duas maneiras, aparecendo na forma de tema central, ou processo inerente à escrita sem que para tanto se neguem mutuamente. Assim, a nomenclatura resistência e as inter-relações a termos aproximados, cultura, arte e narrativa são pensadas num período compreendido de 1930-1950, numa vinculação de intelectuais engajados que se dispuseram a combater o nazismo e fascismo num plano universal de ação que vai adquirindo inúmeras esferas de debate (BOSI, 2002, p.125).

Em *Candunga*, a resistência que se condensa não são voltadas as lutas militantes, frutos de uma cultura política de embates contra regimes totalitários, mas sim focalizadas dentro de um conjuntura regional, cuja resistência imprime várias faces de uma mesmo embate. No caso, a sobrevivência do homem, migrante nordestino que para se manter vivo deve resistir as hostilidades das internas da Amazônia e as explorações dos homens que dominam os espaços de produção das colônias agrícolas. Na luta pela posse da terra utilizou de recursos agrícolas tradicionais, recorrendo à queima da mata para abrir frente ao trabalho,

de maneira que o fósforo e o fogo ganharam revelo no texto, pois muito mais do que atitudes pacíficas e de sujeitos das imposições de outrem, traçaram suas escolhas e imprimiram ações ao que achavam mais adequado.

O historiador Aldrin Figueiredo (1998) discutiu métodos importantes que servem como procedimentos a análise de textos que estão nos domínios da literatura, sendo necessário “incorporar a produção literária não apenas como “fonte para a história” cuja ênfase se volta a exemplos das dinâmicas sociais de uma época específica, por isso, sua observação propõe absorver nos textos literários “como fonte de história”, de maneira que os literatos devem ser analisados ao se valerem da ficção, no sentido de que produziam uma leitura específica “a respeito da história do país”. Além disso, o historiador analisou a conjuntura da arte e literatura no Pará, na década de 1920, observando como a geração modernista refletia as suas impressões dentro da metrópole paraense (FIGUEIREDO, 1998, p.301). Constitui uma análise que privilegia e concebe amplo destaque a contribuição das manifestações revolucionárias do jovem Bruno de Menezes, presente numa escrita engajada com as lutas em prol dos movimentos anarco – sindicalista e anarco - comunista campo, numa tônica que se imbicava as produções desta fase.

A escrita dos textos cooperativistas no decorrer das décadas de 30, 40 e 50, importante destacar, não o manteve distante de uma agenda voltada ao recolhimento de aspectos antropológicos presentes nas tradições folclóricas da Amazônia, sobretudo numa cultura de base oral. Esforçando-se na observação das canções, das toadas e as falas presentes nos festejos dos bumbás e dos cortejos a santos de devoção popular, ressaltava em diversos trabalhos, com reflexos correlatos ao ofício cooperativista, uma vez que multiplicava participações em congressos com envio de textos, palestras e cursos destinados à disseminação do folclore e também do mutualismo.

A historiadora Leila Mourão destacou o poeta em um reflexo que inferia diretamente as ações associativistas, esclarecendo que no decurso das três décadas sinalizadas acima, a participação do mesmo contribuiu ao aprofundamento das discussões e das criações de muitas cooperativas, voltados ao âmbito educacional e rural (MOURÃO, 2013, p.50). A fomentação desse tipo de entidades em grande mediada exigia palestras e frequentes visitas as entidades auxiliadas tecnicamente pelo serviço do qual fazia parte. Por isso, esse tipo de mediação na opinião da historiadora lhe concedeu *alcunha* de professor com o qual era amplamente citado (MOURÃO, 2008, p. 1).

Referências semelhantes a estas indicando Bruno de Menezes como cooperativista nos conduziu a pesquisa do material, que chamamos no título da dissertação de “outros escritos”. Nestes estão presentes uma série significativa de abordagens esparsas, que incluem relatórios, portarias, artigos jornalísticos cooperativistas, em sua maioria, que adentravam em reflexões acerca da migração nordestina e japonesa a Amazônia, assim como, em discussões variadas que ponderavam assuntos importantes relacionados à Zona Bragantina²³. Permitindo-nos recompor através da discussão desse material como a experiência cooperativista foi de importante à culminância da obra em 1954.

Diva Pinho (1982) especialista nos estudos das relações cooperativistas no Brasil observou a fomentação de cooperativas, relacionando-as a duas linhas de ações. Aqueles que se mantiveram mais próximos aos princípios doutrinários, instituídos pelos vinte oito tecelões, conhecidos como os pioneiros de Rochdale, que no distrito inglês de Lancashire, em 1843, lançaram os fundamentos estatutários que influenciaram dezenas de estatutos das cooperativas que nasceriam ao longo do século XIX e XX. Da mesma forma indicava que outras entidades, embora reconhecessem a importância de princípios, que versavam acerca do comportamento dos membros cooperados, do investimento das sobras em projetos educacionais para o benefício das famílias dos cooperativistas entre outras disposições. Estabeleciam a adaptação daquilo que melhor atendiam suas necessidades.

Os textos cooperativistas de Bruno de Menezes traziam uma construção ideológica que buscava se respaldar nas histórias que as cooperativas colocam em marcha na sua expansão pelo mundo. Evocava-se marcos fundamentais da expansão da ajuda mútua, ao mesmo tempo em que respaldava as suas ideias em uma literatura doutrinária, que contemplava as contribuições nacionais e internacionais em derredor do associativismo. Enfatizando a necessidade de firmar na Amazônia sociedades cooperativas, que viessem respaldadas em um alicerce educacional, capaz de contribuir a diminuição do individualismo e da competição que acentuava as desigualdades capitalistas.

Destacamos que a pesquisa, estruturada com a discussão em dois capítulos, volta-se a investigação de uma gama considerável de textos cooperativista de Bruno de Menezes, espalhados entre os meios de comunicação, que foram até mesmo ignoradas nas obras

²³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico - por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p. 4. / A Província do Pará. *A zona bragantina e a extinção das matas-* por Bruno de Menezes. Belém, 12 de março de 1953, p. 4. / A Província do Pará. *Colonos que amem o solo e as árvores-* por Bruno de Menezes. Belém, 07 de novembro de 1954, p. 7.

completas do autor, uma vez que os três volumes selecionaram os seguintes aspectos: o volume um abrigaria os livros poéticos, o dois as discussões folclóricas e o terceiro a ficcional. Apenas o volume dois nas últimas páginas, com o título de *Produções Várias*, abrigaria três artigos cooperativistas, que adentram também o presente estudo.

Nesse sentido, imbuídos desses objetivos, fomentamos no primeiro capítulo uma leitura que pudesse sair das considerações pontuais, de estudioso, conhecedor do assunto ou um traço a mais na vida do escritor. Em diferentes estudos aparecem ligações do autor com o cooperativismo, mas nenhuma que se debruçasse mais detidamente à questão, indo além de um dado biográfico. Assim, ao trabalhar com a execução de projetos dessa matéria, acrescentava ingredientes de experiência política, percepções acerca da natureza e do espaço Amazônico. Estimulava-se a formação de diferentes tipos de cooperativas, permitindo-lhe adaptá-las às necessidades maiores dos grupos em que esteve em contato.

Efetuamos as ligações através dos temas comumente debatidos, observando que na construção dos argumentos a via da História da Amazônia era constantemente utilizada a fim de analisar a percepção conjuntural, isto é o processo de colonização e a maneira como foi efetuada a ocupação do solo, para que lhe fornecesse elementos ao contexto no qual se posicionava. As sugestões, logicamente passavam pela mediação do associativismo, sobretudo o que pudesse dinamizar a economia do interior, agregando a educação rural como indispensável à consolidação em bases mais duradouras, de maneira que o cooperativismo de Bruno de Menezes não era apresentado alheio ao reconhecimento da importância do passado.

A interseção que analisamos entre o cooperativismo e a literatura, conforme demonstraremos no segundo capítulo teve seu ponto alto no romance *Candunga*, com a criação nas páginas finais da “Colônia Novo Porvir”, marcada por um claro idealismo que acreditava num futuro distinto a região. Os traços doutrinários, caros a Bruno de Menezes, também apreciam nas reflexões e falas do personagem Romário (engenheiro agrônomo responsável pela administração da colônia), aproximando-o de Antônio Candunga (personagem-título) que não só acolheu as ideias, como juntou esforços a outros lavradores. *Novo Porvir* surgia como manifestações coletivas dos encontros sociais, que haviam possibilitado os primeiros pilares de um projeto de transformação, que jogava ao futuro sua concretização.

Além disso, em *Candunga*, Bruno de Menezes situaria ângulos diferentes acerca das conjunturas ligadas à migração, talvez por isso a escolha do subtítulo para o romance *Cenas das migrações nordestinas na Zona Bragantina*. O olhar lançado não foi exaustivo, de

maneira que a narração apresenta um pequeno grupo, uma família constituída de seis personagens Francisco Gonzaga e Tereza o casal de retirantes que vinham acompanhados de duas filhas, as jovens Ana e Josefa. No trajeto em direção ao Pará, ainda nas andanças pelo Ceará, numa casualidade Antônio Candunga, afilhado de Francisco Gonzaga, companhia inseparável do grupo. Encontraria a irmã de Tereza, Assunção que na mesma luta buscava fugir da seca acompanhada do avô, porém a sua idade e o abatimento o levaria ao óbito. No final da história Assunção casaria com Candunga. De tão comuns, talvez espelhassem centenas com histórias similares. Desse ponto que se estreia, visões distintas ganharam espaço a fim de retratar um processo significativo: a migração na Amazônia, tendo por polo receptor a região Bragantina, localizada a Nordeste do Pará.

As tensões no enredo fizeram-se presente do início ao fim da narrativa, embates nas viagens, na chegada a Belém do Pará, seguida da destinação ao núcleo de assentamento na região Bragantina, Nordeste do Estado. Reservariam novas dificuldades, pois tiveram que lidar com o grupo local liderado por João Portuga, Salomão Abdala e Minervino Piauí monopolizavam a atividade comercial do povoado e se diziam donos de todas as terras e dos trabalhos dos imigrantes nordestinos (MAIA, 2009, p.71).

A reflexão literária sobre a migração cearense na Zona Bragantina inseriu aspectos que foram da rusticidade do amanho da terra, a utilização de precárias ferramentas, o fogo como recurso comumente adotado foram temas importantes que nos levaram ao cruzamento com uma gama de documentos: fontes periódicas retratando a cidade de Bragança e seus arredores, cartas enviadas por sujeitos sociais ao gabinete do governador, além de ofícios e correspondências trocadas entre agentes públicos, que nos serviram de elementos importantes a problematização consubstanciada ao testemunho literário de Candunga.

CAPITULO 1: “A AMAZÔNIA NÃO É ASSUNTO LITERÁRIO”: COOPERATIVISMO E NATUREZA

1.1 Literatura e experiência

Corriqueiro os registros que apontam Bento Bruno de Menezes Costa como escritor singular no universo literário brasileiro. Sua importância pode ser entendida pela relevância do estilo literário, basta considerar o fato de que começou a sua carreira na poesia com versos parnasianos, percorrendo o simbolismo e tornando-se um dos percursores da escrita modernista no Norte do Brasil. Ressalta-se o brilhantismo com que desenvolveu os temas associados à negritude e cultura amazônica.

Alonso Rocha (1994), biógrafo de Bruno de Menezes, destacou as contribuições do autor, fazendo alusão ao poema *Operário*, publicado no jornal *O Martelo*, em 1913, em que apresentou uma clara estética parnasiana. Ainda no campo das contribuições, Aldrin Figueiredo (2012, p. 148) discutiu as relações entre as obras do poeta e a experiência política em torno, tanto do *Modernismo* como do *Anarquismo* na Amazônia. Para ambos os estudiosos a obra de Bruno de Menezes constitui um legado vasto, voltada à composição de poesias, novela e romance, em que se destaca a abordagem folclórica, através da observação de manifestações populares, com levantamentos de dados acerca de mitos da região amazônica, quadra junina, estudos sobre as variações regionais do Boi - Bumbá, adoração a santos em festividades, assim como um grande acervo coletado das manifestações musicais.

Pode-se pensar em termos gerais, que a produção desse autor caminhou lado a lado de dois aspectos: cultura e sociedade, o que nos remete a pensar esta produção tendo como instrumento de análise os estudos de Raymond Williams (2008), principalmente vinculados as reflexões entre *História e Cultura Comum*, denominação de uma de suas obras. Estas reflexões lançaram a proposta de tornar a cultura comunicante, inerente ao social, ou seja, não tratá-la como uma construção dispersa à vida, mas com uma ligação que a fizesse correspondente da maneira mais comum possível ao cotidiano. Elementos como esses depreendem-se do legado de Bruno de Menezes, isto é um esforço para manter produções voltadas a retratação de aspectos sociais.

A expressividade de suas produções deve ser observada, caso em face da literatura, novela e poesia com uma perspectiva desdobrada em conexões históricas e literárias, o que favorece pensá-las também de formas compartimentadas, na qual há visibilidade de caráter

literário, marcada por uma representação consistente da sociedade e dos homens ao nível ficcional e poético. Raymond Williams (2011), ao analisar as relações entre campo e cidade, como tipos de comunidade humanas frequentemente contrastados, dissertou acerca da possibilidade de adotar nas pesquisas que realizou na literatura inglesa questões de perspectivas e fatos históricos, mas também questões de perspectivas e fatos literários. Vale ressaltar que a escrita de Bruno de Menezes permite entrelaçar noções semelhantes, pois tratando do estilo literário não se manteve estacionária, mas em modificações constantes, vinculadas ao momento histórico em que era operacionalizada.

É possível exemplificar tal situação, considerando que no universo da literatura poucos escritores começaram fazendo versos parnasianos, de métrica acadêmica, semelhante a Bruno de Menezes, modificando a maneira de conceber seus escritos ao ponto de contribuir de maneira decisiva ao *Modernismo*. Esta ação permitiu ocupar a vanguarda do movimento no Estado do Pará, conforme discutido pelo historiador Aldrin Figueiredo ao asseverar os rumos e as particularidades desse movimento nas terras paraense.

No Pará, a história inventou o modernismo e, certamente, o modernismo criou uma certa leitura da história da nação. (...), e com isso firmar uma nova interpretação da Amazônia na história do país, nos anos seguintes foi imprescindível estabelecer os contornos políticos desse movimento intelectual, no intenso cotidiano de festas e datas cívicas revestidas de cunho literário. O modernismo amazônico, vale dizer, se configurou no rescaldo de tudo isso, com o aprendizado e a indignação dos novos letrados locais (FIGUEIREDO, 2001, p.190).

As publicações da revista *Belém – Nova*, magazine de circulação local, entre os anos de 1923 e 1929, além de se inserirem no debate modernista, efetivaram essa leitura singular que o historiador chama atenção. Isto fazia com que Bruno de Menezes, um dos criadores da mesma e os confrades das letras vivenciassem, de fato, não simplesmente o *Modernismo no Pará*, mas, sobretudo o *Modernismo Paraense*.²⁴

As temáticas abordadas pela revista punham em debate, de acordo com Figueiredo questões envoltas a temática do mundanismo, correspondendo a atenção a cultura em diversas

²⁴ A expressão *Modernismo no Pará*, exemplificada na abordagem de Joaquim Inojosa (1994) observa o caminho percorrido pela estética literária e poética, a partir das regiões que mais cedo aderiram ao grupo paulista de 1922, enfatizando quais obras e escritores engrossaram as fileiras do movimento modernista ao nível regional, a começar pela capital Pernambuco, seguido de Maceió a Belém do Pará. Na análise Aldrin Figueiredo (2012, p 43-44) não se trata de caminhar no sentido de encontrar um marco zero ao modernismo, seguindo a linha dos que foram se adequando aos anseios da estética renovadora, mas sim perceber a História, isto é, a dinâmica particular que foi constituída na Amazônia, não como mera reprodução. Daí que para o historiador, *Modernismo Paraense* indique à percepção as engrenagens voltadas experiências as histórias distintas, muitos mais do que simplesmente os reflexos do Modernismo Paulista no Pará, tal qual defendia Joaquim Inojosa.

frentes: literatura, pintura, fotografia, cinema entre outros. Captava assim, o ensejo das renovações, para que transformações pudessem ser engendradas. Escrevia-se, portanto algo corriqueiro, na tentativa de dialogar com as efemérides, sobretudo na concatenação de uma *arte* que fizesse frente ao passado. Além destas, o regionalismo era encarado de forma variada entre os intelectuais, a proposta dependia por sua vez da interpretação que estes buscavam por em foco, colocando-os por vezes em frentes antagônicas. Daí que para Figueiredo (2001, p. 196) o “regional, regionalismo e regionalista serão a partir daí expressões polissêmicas, manipuladas com múltiplos significados, mas que guardavam um sentido comum quando se queria definir uma certa autenticidade à produção literária local”.

Quanto ao *Maria Dagmar*, saíria na *Belém - Nova*, nos números 9, 10 e 11 entre os meses de janeiro e março de 1924. Na forma de livro somente em 1950, nos auspícios das Edições Getúlio Costa. Tendo uma intermitência até as edições das obras completas, através do Conselho Estadual de Cultura. Nesta novela, tem-se evidentemente outro estilo de escrita, pois o já consagrado poeta adentra em outra seara, a prosa. A narrativa abordaria a prostituição, retratando-a no espaço de Belém, as mazelas de uma sociedade em que aparência das relações sociais são enfocadas. A narrativa segue na percepção de questões que levaram a deliberação da personagem Maria Dagmar em aceitar os termos do homem, que lhe propôs meios de viver uma vida na abundância, que trazia vantagens também aos familiares que viviam debaixo dos seus favores.

De acordo com Artur Bogéa (1994, p. 66-67) a história torna-se uma reflexão de um “Drama de Amor”, no sentido que as hipocrisias e as mazelas dessa sociedade aparecem de diversas formas. O sustento dos parentes, a convivência com os vizinhos dentro de um bairro de elite, em que o dinheiro silenciava os comentários, ao mesmo tempo em que a moral de valores religiosos voltados a virgindade e ao papel atribuído as mulheres adentram as inferências narrativas. A posição que a discussão do tema feminino estabeleceu na história fez com que a personagem ocupasse, na visão do autor, a figura da *femme fatale* que se projeta a partir do fim de século. Uma mulher irresistível que sabe se portar para conseguir aquilo que deseja. A centralidade que o escritor lhe concedeu segundo Artur Bogéa apresentou-se em um estilo de narração, que optou em denominar apenas esta personagem em particular, as demais

são designadas por graus de parentesco (...) Há ainda personagens apresentados por grau de aproximação ou profissões: “uma velha amiga aposentada do falso meretrício”, “amizade de família”, “vizinhos”, “beatas desiludidas”, “o médico”, “a enfermeira-chefe”, “as criadas”, o “homem”, “o

amante”, “o amigo”, “o conquistador”, como é designado o protagonista da novela e, aí, a figura do protagonista é ao mesmo tempo antagonista para Maria Dagmar (BOGÉA, 1994, p. 67).

O aporte a prostituição no campo literário abre espaço a discussão de assuntos que provavelmente eram silenciados, ou quem sabe relegados. Logicamente, Bruno de Menezes não foi o único a discorrer o tema na literatura paraense e brasileira. No entanto, o que se quer verificar é, todavia o fato do prosador apontar constantemente a tais aspectos que fazem de sujeitos sociais excluídos, personagens principais da poesia e da ficção. Em consequência disto, para Anunciada Chaves (2006, p. 108) as obras constituíram-se “impregnadas da terra e da gente paraense”, sustentando que

Bruno baseou sua novela em fatos reais, vazados em estilo naturalista, dando-lhe ao mesmo tempo, um enfoque universal, em face da amplitude e importância do tema da prostituição no panorama da sociedade contemporânea. Defende ele que são as dificuldades econômicas, principalmente, que impelem a mulher para essa senda tortuosa, que só a melhor distribuição de riqueza no mundo poderá corrigir.

Neste ponto, outros pares na literatura também trilharam por caminhos de construção de uma prosa com formas de enunciação parecidas, pois convergiam para a seleção de temas que Bruno de Menezes elegia como matéria ficcional de seus textos. Ana Palamartchuk (1998) analisou que Jorge Amado para longe da designação de escritor de putas e vagabundos, seja talvez o construtor de diferentes abordagens para tais sujeitos. As inferências da autora em muito reserva proximidade as proposições que aqui vem sendo discutidas, pois adotando a tônica de abertura ao social, ambos combatem de modo particular, um no Pará e outro na Bahia, as mazelas que a sociedade preferia negligenciar, mas que a literatura representou ao expor através da história desses personagens. Trata-se de sujeitos sociais que talvez espelhassem condições similares de luta, principalmente por estarem à margem da dita história oficial, na maior parte das vezes passando despercebidos. Daí que o silêncio de um modelo historiográfico, dos grandes homens e seus feitos, era encarado de outra forma por esses escritores da primeira metade do século XX, pois imprimiam uma escrita repleta das experiências dos esquecidos. Daí Palamartchuk (1998, p.334-335) entendeu que Jorge Amado apresentasse uma característica não de ser um

escritor de putas e vagabundos? De jeito algum. Regenerador de putas e vagabundos talvez. Jorge Amado é, antes de tudo na década de 1930, um escritor que, na medida em que radicaliza a sua opinião pelo comunismo,

O poema estabelece uma sensibilidade visual, pois busca agregar a leitura dos versos à imagem da dança que nele vem retratada (FELIX, 2009, p.44). Bruno de Menezes, enquanto poeta, convidava os leitores por mais alheios que fossem a ritmos e gingados da cultura negra. Por meio de impressões que ora descreviam o ritmo, ora o corpo sensual de uma mulher, chamada versos a frente de “pele de sombra” (2005, p.24), que se mexia ao som do batuque. Assim marcas de sensualidade são constantemente apresentadas no decurso dos versos, semelhante, as exemplificadas acima, na qual se diz que “é o cheiro maligno que sai do corpo”, chamando a atenção a partes específicas do corpo: “braços”, “coxas” e “pés” e outras partes que são evocadas em outras passagens.

O poeta relembra pontos da ancestralidade ligada ao sangue, através das heranças passadas com as gerações, de maneira que todo esse arcabouço entra em cena a partir da descrição de uma dança, em que aparecem a sedução da mulata embalada pelo ritmo do qual o poeta diz que “Não é candomblé não é Santa Barbará”, mas sim “bailado benguela da gente sem nome” (2005, p. 23-24). Vale ressaltar que essa gente *sem nome*, são os personagens principais das poesias de *Batuque*, em algumas o nome está ausente, em outras são denominados trazendo a lembrança de sujeitos sociais que se fizeram presentes na infância e juventude do autor nas suas andanças pelos bairros de Belém.

Ao longo das reedições deste livro de poesias, enfatizavam-se aspectos como a indicação de sonoridade que agregariam musicalidade e dança, delineando-se nas impressões do literato paraense Dalcídio Jurandir (2006, p. 137-140) um poeta *Batuqueiro de Belém*. Isto se justificava por ressaltar não somente o livro em si, mais a vivência festiva do mesmo. Transcrevendo suas palavras podemos dar conta do que isso lhe denotaria.

Batuque é um retrato de Belém, história do Umarizal, da Pedreira e da Cremação, do cais e das velhas docas. O subúrbio e o terreiro, em suas páginas estão dançando e cantando. O livro, por isso, tem uma gostosa força nativa e o poeta nos transmite “a vida brasileira que ele viu e gozou e viveu” nesta Belém tão sua. Em muitos versos, falam os devotos do Mastro do Divino, sussurram os namorados sob os jasmineiros, na Velha Dois de Dezembro ou na Vila da Barca, ouve-se a reza da Tia Ana das Palhas, “que foi do tempo dos cabanos”. É o tem grosso dos estivadores, o movimento dos meninos empinando papagaios e correndo atrás dos cordões e bumbás nas noites de São João. Foi para mim um encontro necessário este com Batuque agora que revejo, com melhor carinho, os lugares onde o poeta se inspirou, reconheço fisionomias e árvores e casas e esquinas que contam sua história no poema (JURANDIR, 2006, p. 138).

O relato de Dalcídio Jurandir nos fornece a ênfase para o cotidiano que a obra capta. Proposta modernista, que não encontra pares em outros momentos da literatura brasileira, pois tal dose se reveste de simplicidade, banhadas do comum para dá voz e vida as ruas. É o trivial do povo, sendo matéria poética nas suas diferentes conotações. Em consequência disto, entre os poetas modernistas existia essa expressão corrente em ambientar o povo, falar de vários aspectos sociais das cidades e de seus moradores, quer sejam da Amazônia, São Paulo e Minas Gerais. A posição histórica e literária que na poesia brasileira *Batuque* ocupa, segundo Dalcídio Jurandir (2006, p. 138), deve-se ao fato que Bruno de Menezes via em temas que seriam anti-poéticos para muitos e que “não mereceria a atenção dos que, há 50 anos, se esmeravam em rimar miúdas abstrações e exhibir sonetos como múmias”. Desse modo, cenas esquecidas ou que de tão vistas eram postas a margem, passam a compor as linhas dos versos, fazendo de Belém uma cidade, na qual as pessoas comuns são sem dúvida nenhuma, a maior riqueza. Contrastava-se a imagem já ofuscada de uma cidade velha, na forma de escrever versos, que excluía o povo e o descaracterizava, que no dizer do poético de uma das poesias de *Batuque* eram

São João dos terreiros suburbanos, com mafuás nos currais enfeitados de palhas de açai.
São João do tempo do pé-de-bola, do maranhense Golemada, do meu padrinho Miguel Arcanjo.
São João do moleques vadios e também dos meninos ricos – já nascidos bacharéis – tudo correndo na rua atrás das “bichas”, dos espanta-coiós” (MENEZES, 2005, p. 43-54).

Mesclam-se nas poesias aspectos múltiplos da cultura popular, particularmente em seu relevo mais sincrético, abordando africanismo e a negritude, despontando também versos voltados a dimensão do folclore que Bruno de Menezes minuciosamente pesquisou ao longo da vida. Como estudioso do assunto legou importantes trabalhos, sendo que esta produção levou diversos estudiosos a concordarem com Vicente Salles (2008, p. 79-82), quando diz que “Bruno de Menezes era o folclore”.

As manifestações folclóricas ocorridas na capital paraense, semelhante aos festejos de “bois” e “pássaros”²⁵ que desfilavam nos meses junho, até então livremente nas ruas da

²⁵ No periódico *A Província do Pará*, verificamos a participação de Bruno de Menezes, como membro da comissão julgadora de disputas folclóricas dessa natureza, o poeta ainda é destacado na entrega dos prêmios, que em uma das ocasiões acabou em tensões pela recusa dos integrantes de não aceitarem o resultado dos jurados. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Entrega dos prêmios aos bumbás e pássaros campeões*. Belém, 14 de

cidade de Belém, foram objeto da atenção do folclorista Bruno de Menezes, uma vez que recolheu um farto material dessas observações no decurso das décadas de 1930 e 1940. O resultado dessa análise contribuiu a composição de um texto denominado inicialmente de *A Evolução do Boi Bumbá, como forma de Teatro Popular*. As indicações do estudo voltaram-se como proposição enviada pela Comissão de Folclore do Pará²⁶, juntamente com outras produções de estudiosos da região, ao evento sediado no Rio de Janeiro, no mês de agosto de 1951, por ocasião do Primeiro Congresso de Folclore Brasileiro. No evento, a apresentação caberia ao professor José Coutinho de Oliveira.²⁷ O título deste trabalho de Bruno de Menezes, apresentado acima até então mantinha a proposição inicial, a modificação tanto no nome do estudo, como das exposições internas foi resultado do parecer de Osvaldo de Melo, relator da Comissão do alusivo Congresso. Disporia nos seguintes termos:

O autor ocupa-se do auto que se realiza no Estado paraense. Tentando interpretá-lo, de início, nas suas raízes psicológicas e mesmo sociais, desenvolve, de certa maneira, conceitos emitidos por Nina Rodrigues, Manoel Querino, Artur Ramos.

Salienta a função teatral desse auto popular, que viria “evoluindo” (diríamos: modificando) não só na apresentação coreográfica, como também nos seus elementos melódicos e rítmicos.

Para nos dar uma ideia da constituição do Boi Bumbá paraense, o autor descreve, minuciosamente, as representações que se realizam atualmente. Torna-se interessante ressaltar que as descrições ali registradas evidenciam grande diversidade com as variantes que conhecemos no sul brasileiro.

Concluimos, após a leitura desse bem elaborado trabalho, que o mesmo deva ser publicado nos Anais do Congresso, pois muitos dados e vários conceitos ali emitidos constituem elementos valiosos para o necessário estudo que se vem fazendo em torno desse interessantíssimo aspecto da demologia brasileira (MENEZES, 1993, p. 43).

agosto de 1951, p. 4 e 10. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A comissão que fará a entrega dos troféus (pássaros e bumbás campeões)*. Belém, 19 de agosto de 1951, p. 16.

²⁶ Nos meses iniciais de 1951 encontramos nas fontes coligidas no periódico *A Província do Pará*, reuniões que eram divulgadas por meio de pequenas notas, cujo teor dizia respeito a convocações dos membros da Comissão Paraense de Folclore, a fim de decidirem quais trabalhos seriam enviados. Entre os nomes que surgiam nas discussões, encontramos o de: Frederico Barata, Armando Bordalo da Silva, Paulo Maranhão Filho, Ernesto Cruz, Nunes Pereira, Machado Coelho, De Campos Ribeiro, Santana Marques, Raimundo Moura, Augusto Meira Filho, Levi Hall de Moura, Eurico Fernandes, Francisco Paulo Mendes, George Colman, Luis Gomes, Paulo Eleutério, José Coutinho de Oliveira. Na nota, o nome de Bruno de Menezes seria mencionado duas vezes, como integrante do grupo e depois agradecendo na qualidade de diretor, pelo espaço onde puderam se reunir a sede do Serviço de Assistência ao Cooperativismo – S.A.C., situado na Rua 13 Maio, nº 49. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reuniu-se a Comissão de Folclore*. Belém, 21 de março de 1951, p. 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Teses do Pará no Congresso de folclore*. Belém, 28 de março de 1951, p. 4./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reuniu-se a comissão de folclore*. Belém, 01 de maio de 1951, p. 4./

²⁷ Linguista e estudioso do folclore escreveu importantes trabalhos como *Lendas Amazônicas* (1916) e *Folclore Amazônico* (1951). Para maiores informações consultar: FIGUEIREDO, 1998.

Os leitores de *A Província do Pará*, veículo de comunicação escrita, com circulação em Belém e no interior, depois do ensejo, teriam a oportunidade ter acesso ao conteúdo do estudo, na sessão *Suplemento Magazine*²⁸, editada aos domingos para divulgar informações do cenário da literatura e das artes. A forma de livro só viria em 1958. No prefácio da primeira edição havia o seguinte comentário: “Julgando prestar um valioso serviço às letras demológicas da Planície a EDITORA H. BARRA não poupou esforços para lançar “Boi Bumbá, numa apresentação gráfica esmerada e artística (...)” (MENEZES, 1993, p. 26).

O parecer incentivou mudanças em relação ao repasse das informações, a que o autor se referiu no prefácio, presente na referida edição, como “ciência da metodologia folclórica” (MENEZES, 1993, p. 43). Inserindo na pesquisa, subdivisões e títulos explicativos que tornasse a leitura “compreensiva aos “veteranos” dos bumbás” (MENEZES, 1993, p. 41), bem como o abandono do termo *evolução*, em função do acatamento das indicações de Osvaldo de Melo. Assim, o trabalho observava que “modificações decorrentes das influências estranhas, que a imaginação fértil do povo admite e introduz” estivessem retirando o que de mais folclórico existia no cortejo dos bois (MENEZES, 1993, p. 62). Isto era posto, pois, o caráter lúdico da manifestação presente nas disputas entre “bois” de diferentes bairros vinha se perdendo, uma vez que uma parte da brincadeira estava em estimular a rivalidade nas apresentações em locais diferentes. Por isso, as ruas eram soberanas uma vez que os populares valiam-se dela tanto para festejarem o momento, como para transitarem livremente ao saírem a visitar outros “terreiros”, em função do convite recebido por um “boi” rival, daí serem cortejado de perto pelos moradores da cidade.

A avaliação de Bruno de Menezes sugeria que “pássaros” e “bois”²⁹ estavam “a caminho de sua extinção” (1993, p. 62), caso o ritmo das mudanças permanecessem sem atentar a simplicidade e espontaneidade que os populares demonstravam quando tinham um envolvimento mais estreito com as etapas de ensaio, preparação das fantasias e na dinâmica de circular pelos bairros de Belém. Constituía, pois, uma situação que a teatralização dos

²⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A evolução do “Boi bumbá” como forma do teatro popular por Bruno de Menezes*. Belém, 21 de agosto de 1952, p. 9, 10 e 14.

²⁹ Verificamos também em outras reportagens do periódico, a participação de Bruno de Menezes, como membro de comissão julgadora de disputas folclóricas de bois e pássaros, o poeta ainda é destacado na entrega dos prêmios, que em uma das ocasiões acabou em tensões pela recusa dos integrantes de não aceitarem o resultado dos jurados. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Entrega dos prêmios aos bumbás e pássaros campeões*. Belém, 14 de agosto de 1951, p. 4 e 10. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A comissão que fará a entrega dos troféus (pássaros e bumbás campeões)*. Belém, 19 de agosto de 1951, p. 16.

bumbás acarretava, pois dizia respeito a circunscrever a um espaço específico, em prejuízo de acordo com o folclorista, a cultura e a população acostumada com a diversão.

Com tal medida o “Pai do Campo” encenou a primeira comédia junina de Bumbá, com os motivos do auto, de autoria do saudoso poeta Hernani Vieira, e se exibiu, como “boi” de teatro, nos palcos do Bar Paraense e do Bar Pilsen, em Belém, hoje inexistentes. O famoso “Estrela D’Alva”, do bairro de São João do Bruno (Telégrafo sem Fio), todos os anos, ensaiando e representado pelo Raimundo Bicudo ainda ali residente igualmente sofre a ação repressiva da Polícia, deixando de percorrer a cidade, restringindo sua encenação a um parque a uma comédia, ou farsa, baseada no enredo do Bumbá, que foi assim dramatizado teatralmente. (...) Depois que se circunscreveram a sua representação aos “currais” privados, isto é ao Parque de Diversões, da época junina (MENEZES, 1993, p. 60).

Percebemos assim, três ênfases acerca dos bumbás relacionada à coleta das informações folclóricas de Bruno de Menezes. O “boi preso” foi sua circunscrição aos palcos de teatro e aos terreiros privados, do qual “retirou-se a espontaneidade de sua locomoção, tirando-lhe as características remotas” (MENEZES, 1993, p. 61), nestas mudanças o poeta atribuía àquilo que de mais prejudicial havia se inserido. O “boi de liberdade provisória” viria da “reabilitação dos Bumbás” com o cortejo do aparato policial, vigiado de perto com ruas certas por onde deveria percorrer (MENEZES, 1993, p. 61). E finalmente o “boi livre”, quando a rua era o palco, os encontros e convites juntavam bois com rixas pendentes, desse partiria a principal noção da exposição que o folclorista faria, uma vez que nesse estava à soma das suas experiências enquanto “brincante de boi”.

Como se objetiva, neste trabalho, a sobrevivência do Bumbás, que se convocassem os antigos botadores de “boi”, que ainda estão dispostos a ensaiá-los e a levá-los a circular pela cidade, de modo que eles voltassem a reconduzir no seu acompanhamento “o povão” de sua preferência, e nesse meio a garotada suburbana, de onde saíram tantos “chefes de maloca”, que começaram a “brincar de boi”, usando côfos de palha, que tinham sido de camarões secos (MENEZES, 1993, p. 61).

Notamos que a confluência entre sinalizações poéticas e estudos da cultura popular ganhavam mais ênfase quando Bruno de Menezes explorava noções que envolviam o seu engajamento nessas manifestações. O *São João do Bruno* dizia respeito a uma denominação ao bairro do Telégrafo sem Fio na cidade de Belém, que encontrava a sua origem na poesia *São João do folclore e Manjericos*, presente no livro *Batuque*, com o detalhe que não se tratava de um chamado apenas do poeta, numa forma de legitimação da sua escrita. Uma notícia em *A Província do Pará* divulgando comemorações de arraiais em Belém, promovido

pela igreja de São Raimundo Nonato, no bairro do Telégrafo sem Fio, pontualmente referia-se ao local do evento de *São João do Bruno*, afirmando “por nosso intermédio o vigário padre Vicente Colsen solicita o apoio de todos os bons católicos, para o êxito dessa grande festa tradicional no bairro do São João do Bruno”³⁰.

Por conseguinte, se pode concluir que a atribuição que tornava o bairro conhecido vinha diretamente da consagração que a poesia muitos anos antes fez das quadras folclóricas que por lá aconteciam, imagem poética carregadas das reminiscências do poeta e reconhecida pelos que atribuíam aos versos um emblema característico do Telégrafo sem Fio. Os versos finais do poema de Bruno de Menezes diziam “Ah! São João dos meus quinze anos da Jaqueira, quando fui chefe de maloca e as mulatas me viciavam. Por que não és mais o mesmo São João do passado?!”. O historiador Edward Thompson (1998, p. 328) analisando uma poesia de William Martin, poeta inglês do século XVII, chegou ao parecer em que “o poema não é evidência, mas também não é de toda ficção, pois se baseia nas experiências do poeta quando esse foi aprendiz numa fábrica de meias na década de 1740”. Caso consideremos a informação prestada por Thompson, a partir do relato poético de Bruno de Menezes, podemos chegar a conclusões aproximadas, pois diz respeito a uma evidência da participação do poeta nas quadras juninas. Além disso, que antigos nomes de “botadores de bois” não se tratavam de uma invenção de um poeta, mas de velhos conhecidos, pois João Golemada e Miguel Arcanjo anos depois dos versos entrariam em seu trabalho, sobre a cultura popular, carregados da saudade por tempo que ficou para trás.

Deixemos que os Bumbás encham as noites de junho, dos santos folgazões com a sonoridade de sua instrumental exótica e primitiva, levando no seu caudal as Marias Balbinas, como a autora de meus dias que acompanhava, na quadra e em saídas festivas, no “boi” de adolescentes, o “caboquinho”, seu filho pinoteava nos “encontros”, sob a proteção de João Golemada maranhense de fama, botador de Bumbá e de meu padrinho Miguel Arcanjo, valente como só ele, na defesa de seu bando (MENEZES, 1993, p. 61-62).

Aparentemente, depois de mencionarmos algumas das contribuições de Bruno de Menezes, expressões como *literatura*, *poesia* e *folclore* poderiam soar contraditórias a partir da afirmação partida de seu artigo de que a “Amazônia não é assunto Literário”, que nos serve de empréstimo ao título deste capítulo. No entanto, a ideia sustentada era de que a região já

³⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festa de São Raimundo no Telegrafo sem fio / São João do Bruno*. Belém, 13 de agosto de 1954, p.7.

foi um cenário de inúmeras retratações, que ao invés de contribuir para uma descrição mais pontual, redundaram em “verbalismo impresso” como o próprio atestou (MENEZES, 1998, p. 428). Assim, ao escritor não restariam dúvidas que as percepções de certos autores serviram a uma leitura imprecisa, contribuindo ao excesso sem o devido exercício crítico. Por isso, esse tipo de noção já teve o seu uso, uma vez que se enquadrava em contextos que contribuíam a multiplicação dessa forma de descrição. Ao longo da abordagem demonstraria o tipo de feição expostas nestes discursos sobre a Amazônia.

Bruno de Menezes fazia do olhar ao cotidiano uma noção importante a retratação da cidade de Belém. Alimentada por seu turno, pela visão de homens e mulheres seja em meio aos festejos ou as tensões vivenciadas em função da luta pela sobrevivência material. Estas conexões, sem dúvida se aglutinaram aos trabalhos dos primeiros anos do século XX. As inclinações literárias do escritor o levaram a um engajamento, em que o tom reinante era as denúncias das mazelas sociais que atingiam a população. Estas observações se entendiam as condições de trabalho a que eram submetidas às mulheres operárias. No livro *Bailado Lunar* (1924), discorreria no poema denominado de *Chapeleirinhas*, nítidas preocupações com os sofrimentos das trabalhadoras.

O desgaste das mãos e da visão pelo trabalho intenso das operárias era esquecido, pois servia para alimentar a futilidade da moda das mulheres das elites. Existindo uma relação estreita, segundo Aldrin Figueiredo (2006), entre as concepções com as quais o jovem Bruno de Menezes se relacionava, a exemplo das reuniões dos movimentos anarco – sindicalista anarco - comunista e o engajamento no campo literário. Assim, para Aldrin Figueiredo tal proximidade é evidente e sem dúvida marcou a tônica que se imprimiu nas produções desta fase.

Literatura e revolução foram, portanto, no pensamento do jovem Bruno de Menezes, faces de uma mesma moeda. Antes mesmo de publicar na imprensa anarquista, sua iniciação poética em jornais literários já revelava esse aspecto de engajamento político que iria sobressair na militância dos anos seguintes.

Portanto, não dissociamos os enfrentamentos posteriores que as outras produções consolidariam a exemplo da ênfase na *Doutrina Cooperativista*, no sentido de possibilitar a superação de dilemas, que dificultavam a vidas dos mais necessitados. Com isso, a soma de esforços entre os que vivenciavam uma a realidade de dependência e escassez passou a ocupar, como veremos no próximo item, uma parte significativa das proposições dispostas em

seus textos, que não se restringiam a enumerar soluções mediadas pelo mutualismo. A viabilização de cooperativas, a grupos como trabalhadores assalariados e agricultores do interior do Estado fez de Bruno de Menezes um dos nomes principais a execução de projetos, cujo cerne estava na promoção que o autor creditava a transformação social com base na multiplicação de sociedades de ajuda mútua.

Tônica que justamente aparecia de maneira sutil no texto de 1939, alusivo a questão da “Amazônia não é assunto Literário”, pois quando o poeta asseverava (1998, p. 428) que “esse artificioso vocabulário já teve sua época de sucesso e andou em moda, quando a Amazônia acenava com prosperidade, embora as suas águas e selvas subjugassem o intruso com a agressividade do ambiente”. O nome que aparecia em destaque era o de Euclides da Cunha, do qual afirmaria que “no seu estilo rebuscado e difícil, escreveu que as terras vistas por Orellana e Pison, varejadas mais tarde pelos homens de Pedro Teixeira eram a página do Genesis ainda não lida”. É possível perceber que a Amazônia ao ser escrita com a ficção, na ideia trazida no texto, devia servir à superação de imagens distorcidas, que pudessem somar em termos de uma escrita mais consistente as diversas condições inerentes a região Norte.

O debate anterior em que Bruno de Menezes intercalaria com a *Doutrina Associativista*, se legitimava em razão das convicções pessoais que tinha sobre o assunto. Por seu turno, no decurso dos anos 1940 e 1950 ganharia mais expressão como militância política e intelectual, sendo esta a frente que voltou esforços a fim de superar entraves tanto da economia urbana quanto as que encareciam a vida no mundo rural. Nesse sentido, a promoção de políticas públicas, tanto da União como as gestadas em solo paraense, tornou-se um aditivo importante ao período, pelo estímulo de ações que redundaram em benefícios ao associativismo no Pará, entre os anos 1930 a 1960. Estes benefícios encontram-se presente em uma série de disposições de natureza política, em que pese as sinalizações de Decretos, Atos e Portarias³¹. Destacamos, nesse interim, o decreto sancionado pelo interventor Magalhães

³¹ PARÁ, Diário Oficial do Estado. Belém, coleções: out. 1930 a nov., 1937 / nov. 1937 a março de 1947 / março de 1947 a out 1960. Conservada no setor de obras raras da Fundação Cultural Tancredo Neves - Centur – Belém – Pará. Também consultamos diferentes tipos de documentos do Arquivo Público do Estado do Pará, fundos como os da Diretoria de Agricultura e Pecuária, Sociedade Cooperativa da Indústria e Pecuária, Departamento de Assistência aos Municípios, Secretaria de Estado do Interior e Justiça, Secretaria do Governo, Departamento de Finanças, Secretaria da Fazenda. Perfazendo a observação de Ofícios, Decretos, Telegramas, Nomeações, Exonerações, Cartas e Diversos entre os anos de 1930-1960. No intuito de verificamos documentos que dispusessem acerca do Cooperativismo no Pará.

Barata³², que do ponto de vista de um desenho oficial, regulamentou a partir de 19 de novembro de 1930 a Secretaria de Agricultura e Pecuária.

Encarregada de prestar assistência a questões agrárias, as ações da secretaria incidiam não somente em uma política de terras, mas somadas a melhorias de rebanhos e inúmeros noções de caráter pecuário, bem como na “policultura, cooperativismo, colonização e ensino agrícola”³³. Na altura já estabelecia três seções técnicas: “agricultura e cooperativismo, indústria animal e povoamento e ensino agrícola”³⁴. Essa política adotada por Magalhães Barata, de acordo com a historiadora Leila Mourão (2013), vinculou-se a um conjunto de metas que mantinham ligação com as pautas do Governo de Getúlio Vargas ao alavancamento do sistema cooperativista.

Além disso, entendemos que Bruno de Menezes conduziria um associativismo na Amazônia que esteve relacionado a aspectos ideológicos e propositivos, do qual podemos adiantar, nesse primeiro momento, as defesas militantes construídas em inúmeros textos divulgados na imprensa paraense. As ideias neles contidas buscavam convencer à população, que era possível a concretização de uma sociedade capaz de romper com as explorações que existiam pela falta de envolvimento das pessoas. Comunicava que não seria possível se livrar das amarras de uma economia capitalista injusta, por enfrentarem isoladamente embates, somente superadas por esforços coletivos.

Em outras produções disseminadas em jornais e revistas amazônicas, a exemplo do periódico *A província do Pará*, apareciam diversos comentários do literato em relação a temas que abordavam assuntos ligados as terras amazônicas e a natureza³⁵, sendo possível observar a forma como lidava com esse tema, e quais sentidos noções acrescentava. Estas anotações

³² Diário do Pará – Decreto nº 21, de 19 de novembro de 1930 – Criação da Secretaria de Agricultura e Pecuária.

³³ *Idem*.

³⁴ *Idem*.

³⁵ Para que possamos ter uma breve ideia de algumas produções de Bruno de Menezes que se voltaram ao Associativismo, a partir de reflexões que exploravam temas ligados a educação, a natureza Amazônia e a colonização com ênfase na doutrina do auxílio mútuo. Selecionamos alguns dos títulos dessas abordagens de Bruno de Menezes, divulgadas em revistas específicas do tema, outras presentes nas obras completas do autor e também em periódicos, como *A Província do Pará*. Destacamos as seguintes: *A Amazônia não é assunto literário* (1939), *Necessidade de Educação Cooperativista na Amazônia* (1940), Carlos Howarth, o Arquimedes da Cooperação (1947) / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Municipalismo e Cooperativismo por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de março de 1950, p.4. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Agrarismo cooperativo amazônico - por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Cooperativismo na Amazônia por Bruno de Menezes*. Belém, 10 de julho de 1952, p.3. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. A zona bragantina e a extinção das matas por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de abril de 1953, p.4. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Colonos que amem o solo e as árvores- por Bruno de Menezes*. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Colonização nipo - amazônica - por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de dezembro de 1954, p.4.

expressavam o sentido do entendimento político que defendia e a forma com que dispunha acerca do seu uso. Dentre as questões políticas que ganhavam relevo em suas obras observa-se o *Cooperativismo*, descrito no "Dicionário da Terra", de Márcia Motta (2005, p. 127) como “doutrina econômica que sustenta a associação livre e autônoma de pessoas, que se organizam em torno de um interesse comum para promover solidariamente a realização de suas aspirações e satisfação das necessidades de cada um”.

Outro fator importante residia no conhecimento técnico que detinha sobre o funcionamento de entidades voltadas ao empreendimento conjunto, acrescido do desempenho da função de agente público, ligado ora a Secretaria de Agricultura, ora a Secretaria de Finanças do Estado do Pará. Destacava-se ainda como ações desta secretaria o Serviço de Assistência ao Cooperativismo³⁶, departamento criado para disseminar ações em torno do sistema. Esta pasta administrativa vinculava em especial à fomentação de práticas agrícolas de junção de esforços, com objetivo de conscientizar lavradores através da articulação que levasse a adoção do Sistema Cooperativista como forma de superar problemas historicamente existentes. O grau de especialização que detinha lhe facultou a multiplicação das ações mutualistas, por conseguinte, a apresentação de resultados práticos a sociedade paraense.

Importante destacar que este concedeu ainda uma abordagem literária, no seu romance, *Candunga*, publicado em 1954, ao *cooperativismo*, cuja diferença se deu pela utilização da ficção a fim de refletir o pensamento político da doutrina, a qual já vinha sendo esboçada de maneira correlata em artigos jornalísticos e em revistas específicas. A narrativa tornou-se um acréscimo importante à reflexão de questões que atingiam a Região Bragantina no Nordeste do Pará, pois desde os finais do século XIX adentraria as pautas de intervenção do governo em decorrência das políticas de colonização, que significativamente atraíram sujeitos sociais de outros lugares.

Contundo, o autor fixou a sua história na migração nordestina na primeira metade do século XX, retratando os dramas de assentamentos de uma família em particular. O texto

³⁶ A assistência ao Cooperativismo no Estado do Pará já encontra bases normativas na década de 1930, de acordo com as publicações na imprensa oficial - Diário do Pará, o Decreto nº 21, de 19 de novembro de 1930 – Criação da Secretaria de Agricultura e Pecuária, destinava uma seção técnica a agricultura e ao cooperativismo. Depois disso, surgiram novas disposições legais que criavam uma área mais especializada a essa ação, no caso, o Departamento ou Serviço de Assistência ao Cooperativismo. O Decreto nº 3547 de 21 de Agosto de 1940, assinado pelo Interventor José Carneiro Gama Malcher criou esse órgão de estado, mais tarde outro Decreto- Lei nº 3756, de 12 de Agosto de 1941, assinado por Deodoro Mendonça em exercício na Interventoria regulamentava as diversas funções que competiam ao Departamento. Conferir em: PARÁ, Diário Oficial do Estado. Belém, coleções: out. 1930 a nov., 1937 / nov. 1937 a março de 1947 Conservada no setor de microfilmes da Fundação Cultural Tancredo Neves - Centur – Belém – Pará.

literário, tal qual discutiremos no segundo capítulo, tornou-se referencial para que Bruno de Menezes constituísse a vinculação de um cooperativismo que não nasceria sem enfrentamentos a fim de levar adiante sua execução, uma vez que vinha agregado a partir das experiências sociais do autor como um instrumento de melhoria das condições de vida dos pequenos produtores rurais.

1.2. Bruno de Menezes: Cooperativista

Em meio às contribuições literárias que tratamos acima, uma em especial, mencionada na fase inicial, chamou nossa atenção, embora a doutrina anarquista e a escrita de uma poesia com a reflexão social tenha sido um dos focos principais analisados por Aldrin Figueiredo (2012). Acreditamos que nessa conjuntura a atenção ao cooperativismo começasse a se esboçar, já nas proximidades com trabalhadores organizados em sistema dessa natureza, pois no ofício de tipógrafo, enfatizou que “tomou conhecimento da Cooperativa Tipográfica, uma sociedade que reunia os trabalhadores empregados nas oficinas gráficas da cidade” (FIGUEIREDO, 2012, p. 37). A união da classe operária com ênfase aos enfrentamentos sociais, em muito se parece a junção de forças entre os membros de uma cooperativa a fim de se chegar ao bem estar comum, apontamentos que como veremos eram preconizados pelo autor nas defesas que levava aos textos dessa natureza.

O *jovem* Bruno de Menezes esteve constantemente envolvido, no início do século XX, em movimentos em defesa do operariado e do sindicalismo, resultado de leituras gestadas desse ofício de encadernador, que de acordo com Alonso Rocha “é uma das fases críticas de sua vida, espoliado, humilhado, Bruno revolta-se contra o desumano regime capitalista (...), influenciado por leituras de Blasco Ibáñez, Frederico Engels, Górkí, Tolstói e Karl Marx” (ROCHA, 1994, p. 10). Para Figueiredo (2006, p. 70) à “adesão a estas leituras é quase imediata”. Muitos estudiosos do cooperativismo como Diva Pinho (1982), Nerii Cenzi (2011) e Pedro Demo (2002) apresentaram concepções que atestaram essa particularidade de entender o cooperativismo como capaz de superar ou reduzir desequilíbrios provocados pela sociedade capitalista. Destacando que entre as características centrais do cooperativismo residi na luta contra o regime capitalista, ou como uma alternativa viável a superação de seus entraves. Esta posição se encontrava nas proposições que o cooperativista Bruno de Menezes expunha de modo sistemático, nos anos de 1940, agregando educação e a união mútua como

caminhos a implantação mais duradoura, desde que perpassa a formação inicial de estudantes, conforme advertia:

Será, pois, a cooperação compreensiva, partindo da educação estudantil que virá concorrer para recuperação econômica do vale amazônico, quando a começar do mestre escola, e todos quantos vivem nesta natureza pródiga, tão carente de braços para melhor valorizá-la, assentarem, sinceramente, o apostolado doutrinário, as excelências político-sociais, a democratização da economia, através de vários objetivos cooperativistas (MENEZES, 1993, p. 431-437).

Como empreendimento de base mais sólida era de máxima importância que o esforço se voltasse ao campo educacional, como meio a transformações maiores, pois ao ser levado ao ensino de crianças e jovens o cooperativismo, na concepção de Bruno de Menezes, ensejaria mudanças que levariam a educação a outro tipo de formação. A valorização do coletivo em detrimento a primazia do indivíduo, permitindo a luta contra o interesse personalista, apresentava-se como objetivo a ser alcançado. Aos opositores, que aparecem ao longo do texto, isto é, “educadores, pais de alunos, indivíduos acostumados a prodigalidade da natureza e a escola estática, chamava ao combate nos seguintes termos, para que efetuassem o exame crítico dos resultados colhidos com a adoção dos princípios elementares da ação cooperativista” (MENEZES, 1993, p. 436-437).

Sua tese não se assentava na especulação do que poderia acontecer, mas visava, sobretudo, situar dados que ratificassem os seus argumentos a partir de experiências que deram certo ao abandonar o “individualismo capitalista” pela concepção de igualdade, na partilha do trabalho coletivo (MENEZES, 1993, p. 433-434). Nessa discussão, citou nove nomes que considerava referência nas ações cooperativistas, como os de Fábio Luz, Fernando de Azevedo, Valdiv Moura, Roberto de Menezes, Torres Filho, Urbin Viana, Costa Porto, Anísio Teixeira e Arnadi Raposo (MENEZES, 1993, p. 433). Com ênfase também na educação, que apresentavam estes indivíduos por exporem suas ideias não somente através do diálogo, mas na qualidade de escritores de obras que se juntavam a outros mais no esforço de constituir uma “substancial biblioteca sobre a estruturação coletivista do cooperativismo” (MENEZES, 1993, p. 434).

Na documentação periódica pesquisada, Fabio Luz e Roberto de Menezes³⁷ apareciam assinando artigos na imprensa local, também despontavam como estudiosos do assunto³⁸. Nos textos encontramos menções que iam de uma ponta a outra, os ensejos intercalavam momentos de militância doutrinária, ou relacionando lembranças e agradecimentos em momentos de celebrações, conforme discutiremos mais adiante. Pode-se depreender da parte de Bruno de Menezes o esforço para conjugar uma expressão mais ampla ao *Cooperativismo Amazônico*, imbuído não apenas do que se vinha consolidando no território nacional, mas que manifestasse as bases ancestrais firmadas com os tecelões *Pioneiros de Rochdale*, em Lancashire na Inglaterra³⁹, no século XIX, cujos acenos respigavam nas construções escritas dos cooperados mais alinhados com os postulados inaugurais. Presentes em boa parte das entidades que se multiplicavam pelo mundo, que bebiam nessa primeira fonte ao assinar os seus estatutos de fundação, assentavam-se nos princípios abaixo:

- I. Adesão livre;
- II. controle (ou gestão) democrático;
- III. distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados, “pro rata” das operações;
- IV. juros limitados ao capital;
- V. constituição de um fundo para educação; e
- VI. cooperação das cooperativas, em plano local, regional, nacional e internacional (PINHO, 1982, p. 39).

A figura de um dos pioneiros, Carlos Howarth, seria lembrada no artigo publicado no periódico *A Província do Pará*, em julho de 1947, em visibilidade o 103º aniversário do cooperativismo. A celebração do precursor ganhava de Bruno de Menezes (1993, p. 438) os seguintes atributos, uma vez que Howarth seria chamado por ele enquanto “o Arquimedes da Cooperação”. As lembranças a qual se remeteria faziam menção ao caminho trilhado pelos tecelões, a partir das etapas que envolveram “a história singela e heroicamente dramática”. A

³⁷ Os seguintes artigos apareciam com assinados pelos cooperativistas: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *30º Dia Cooperativo Internacional por Fábio Filho*. Belém, 01 de outubro de 1952, p.4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Urge disseminar no Brasil as cooperativas escolares por Fábio Filho*. Belém, 12 de novembro de 1952, p. 3 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo – Antologia italiana menção a Fábio Luz*. Belém, 04 de dezembro de 1952, p. 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O fisco, um dos inimigos do cooperativismo no Brasil por Roberto Bezerra de Menezes*. Belém, 12 de agosto de 1950, p. 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Uma grande cooperativa em plena selva amazônica por Roberto de Menezes*. Belém, 15 de julho de 1955, p. 4.

³⁸ Além disso, ambos aparecem em destaque como estudiosos do cooperativismo, destacados na: Bibliografia brasileira de agricultura, v. I, n.1- 1956/58. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de bibliografia e documentação, 1962. Fábio Luz com mais de nove artigos e Roberto Menezes com dois estudos. Disponível em: http://library.wur.nl/isric/fulltext/isricu_i00003092_001.pdf.

³⁹ Estes estudos abordam os precursores ingleses: THOMPSON, 2012; PINHO, 1982; SINGER, 2002; e CENZI, 2011.

instalação do primeiro armazém de revenda de trigo de qualidade abriu suas portas em 21 de dezembro de 1844 com capital de 28 libras (SINGER, 2002, p.41). Associação de vinte oito tecelões preconizavam os princípios expostos acima, noções sociais e econômicas manifestas nos estatutos, que na apreciação do autor era “genial” em detrimento da falta de conhecimento desses operários sobre economia política.

Quando percebemos a militância em torno da educação conjugava-se aos pilares cooperativistas, que se estruturaram na Inglaterra, na França e em outras regiões da Europa é necessário entender o que se produziu no Brasil, e especificamente na Amazônia não como movimentos isolados. Entretanto, não se pode pensar apenas em reprodução fiel das concepções advindas do velho mundo, pois além de ter um cooperativismo que se operou a partir de uma realidade peculiar no solo brasileiro, existiram os arranjos regionais que produziram um debate expressivo em torno das divergências entre os colaboradores como nos que se recusavam a acatar a doutrina.

Na década de 1950, um levantamento preliminar das cooperativistas que estavam em funcionamento no Estado indicou a existência de mais de duas centenas, segundo a historiadora Leila Mourão (2013, p. 41-55), sendo que 42 eram cooperativas escolares, informação que à época rendeu ao Pará o destaque nacional. Assim, ao debatedor do cooperativismo, Bruno de Menezes (1993, p. 431-437), as comprovações com frutos seriam evidenciadas se os opositores permitissem “um exame desapassionado” dos colégios que tinham implantado a educação entendida nos termos de nivelar as condições sociais. Associava neste aspecto, que enfrentar a vida individualmente é extremamente mais complicado do que na condição de “cidadãos cooperados”. Assim, buscava chamar atenção a uma forma de participação, cujo sistema político não fosse democrático por princípio constitucional republicano, mas que viesse imbuído de uma “democracia econômica”, cujos fundamentos eram dispostos com os seguintes elementos: “distribuição organizada do capital coletivo, da produção metodizada, dos juros devolvidos ao comprador, da suspensão do intermediário”.

Nesse intento incluía trabalhadores rurais das cidades e principalmente cidadãos em formação, ou seja, alunos das escolas públicas num debate que envolvia a defesa do cooperativismo como instrumento capaz de mudar a condição de vida das pessoas, a partir da formação destes princípios nos espaços escolares. Os estudantes seriam, de acordo com Bruno de Menezes (1993, p. 435), livres dos erros educacionais e integrados a esse projeto que se

voltava às escolas a fim de formar toda uma geração que pudesse dar fim ao que entendia por um longo ciclo vicioso que criava desigualdades. Por essa razão lhe parecia “natural que tais chefes de família, hoje, não possam acolher de semblante jubiloso e fraterno, as sadias teorias do cooperativismo e muito menos transmiti-las aos que vivem em sua companhia” (MENEZES, 1993, p. 435), em uma visível demonstração de que a não atuação em forma cooperada é resultante do desconhecimento desses princípios que elevariam a condições sociais melhores e menos desiguais.

Os rastros da atividade docente e todo esse entusiasmo pela educação em Bruno de Menezes encontram bases bem anteriores. Depois de largar a tipografia passou a ministrar aulas na Escola Francisco Ferrer, fundada pela Federação das Classes Trabalhadoras no Pará (ALONSO, 1994, p. 10). Para a historiadora Leila Mourão (2008, p. 12-16) o atributo de professor se concretizou entre os anos de 1938 a 1955, nas atividades desdobradas à frente do órgão destinado assistência as Cooperativas, dada às palestras e cursos ministrados com a finalidade de disseminar as suas vantagens a pessoas dispostas a abraçar algum tipo de associativismo.

Leila Mourão destacou a participação ativa de Bruno de Menezes na segunda fase, a qual chamou de *afirmação e apogeu* (1938-1946) em função das disposições políticas do Estado Novo para torná-lo meta de governo. Esta situação se concretizava no Pará, sob os auspícios da administração de Joaquim Magalhães Barata, interventor federal. A estudiosa chegou a estas conclusões ao analisar o Decreto-Lei nº 3547, que criava o Serviço de Assistência ao Cooperativismo do Estado do Pará, vinculado à diretoria-geral do Departamento de Agricultura do Estado, designando para direção Bruno de Menezes, Plácido Portela e Luís Ribeiro (MOURÃO, 2013, p.49).

Procedendo a observação acerca do que a imprensa destacava destas disposições de Magalhães Barata encontramos uma notícia no periódico *O Estado do Pará*, que versava sobre a questão, afirmando:

O Serviço de Assistência ao Cooperativismo no Pará veio preencher a sua finalidade precisamente no mês de junho do ano passado, quando o Sr. interventor federal, coronel Magalhães Barata, transferiu para a Diretoria Geral do Departamento de Agricultura do Estado. O chefe da secção do S.A.C. sr. Bento Bruno de Menezes Costa, expos que, “preliminarmente, para se ter uma noção de como dirigiam os trabalhos de cooperativismo, tivemos de promover um balanço da C/C do Serviço, no Banco do Brasil, o que deu em resultado se conhecer um montante de retiradas, sem documentos probantes, na importância de CR\$ 237.390,00, que está a depender de

recolhimento ao S.A.C, assim que o responsável por essas retiradas esclareça como se processaram para os devido assentamentos e a prestação de contas anual.⁴⁰

No decurso da década de 1940 e 1950, o departamento passou por algumas modificações de nomes, chamado no primeiro decênio e nos quatro primeiros anos da década de 50 do SAC - Serviço de Assistência ao Cooperativismo, porém a partir de março de 1954 a nomenclatura ficou maior, ou seja, DCASR - Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural em função de algumas medidas tomadas na época pelo governo estadual, que visavam agregar uma assistência social diferenciada aos agricultores. A documentação periódica pesquisada indicou-nos que essas mudanças resultaram de um ordenamento que tinha por objetivo praticar uma assistência de caráter social mais específico as populações rurais do Pará, logicamente que não fazia parte das nossas atenções verificar os resultados práticos desse reordenamento. Entretanto, seguindo alguns rastros da mudança de nome da repartição, reportagens apreciam no ensejo versando tanto sobre essa necessidade de que outras respostas fossem dadas, a exemplo desta: *Debates sobre problemas de bem estar rural*⁴¹. Demonstrava que existia por parte do governo estadual, especificamente na Secretaria de Economia de Finanças, a qual o S.A.C. respondia que seria necessário um rearranjo na forma de atuação do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, no sentido das relações de fomento e fiscalização a produção do Estado. Esta questão aparecia na notícia sobre título *Impõe-se a imediata reestruturação do Serviço de Assistência ao Cooperativismo*⁴². Porém, de forma minuciosa não evidenciamos nem na imprensa nem no levantamento no Arquivo Público do Pará, alguma normativa versando sobre o tema.

Um ofício de agradecimento, publicado no momento da sua aposentadoria, no periódico *A Província do Pará* fazia menção a duas situações fundamentais que estamos a relacionar, a prática profissional desenvolvida a frente do órgão, na condição de diretor do departamento e a junção à docência na divulgação do cooperativismo. Neste aspecto, o pequeno agradecimento presente nas páginas do periódico expressava:

Louvado o trabalho do prof. Bruno de Menezes

⁴⁰ O ESTADO DO PARÁ. *Serviço de Assistência ao Cooperativismo No Pará*. Belém, 19 de abril de 1944, p.2.

⁴¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Debates sobre problemas de bem estar rural*. Belém, 07 de janeiro de 1953, p.3.

⁴² A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Impõe-se a imediata reestruturação do Serviço de Assistência ao Cooperativismo*. . Belém, 17 de abril de 1952, p.4 e 8.

Inteligência a serviço das ideias cooperativas

O prof. Bruno de Menezes diretor do Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural, recebeu o seguinte ofício:

“Acusamos o recebimento de vosso ofício n.9 de 14 de janeiro próximo findo, no qual nos comunicais terdes requerido ao Governo desse Estado e obtido vossa aposentadoria por contardes mais de 35 anos de serviço efetivo, dos quais dez anos à frente do Departamento de Cooperativismo e de Assistência Social Rural.

Ao mesmo tempo que vos agradecemos a comunicação queremos louvar a colaboração que sempre encontramos de vossa parte, no sentido da maior divulgação da doutrina cooperativista nesse estado, tarefa idealística em que empenhaste vossas sinceridades, honorabilidade e dedicação.

Assim sendo ao recebermos vossas despedidas, fazemo-vos um apelo para que, mesmo fora das lides oficiais, continueis a servir aos ideais cooperativistas pelos quais sempre vos batestes.”

Atenciosas saudações

a) Hermes Machado Cardoso, Diretor.⁴³

Como chefe do serviço voltado diretamente ao cooperativismo, Bruno de Menezes lidava com uma pauta burocrática que incluía diversos aspectos legais. Os procedimentos iniciais visavam o esclarecimento das etapas iniciais de como funcionava uma cooperativa. Nesse tramite, exigia palestras esclarecendo as vantagens da doutrina, o que incluía inúmeras conversas com os sujeitos interessados, situação que o colocava constantemente realizando uma frente de trabalho fora da repartição, pois isso exigia visitas ao local em que estava se encaminhado os procedimentos de abertura das cooperativas. Decorrida tais etapas seguiam-se as disposições burocráticas, organização de um estatuto, eleição de uma mesa diretora enfim toda regulamentação que o Estado exigia para o reconhecimento da nova entidade, para que assim pudesse gozar dos benefícios que a legislação assegurava⁴⁴.

Em consequência disto, a fiscalização se fazia presente entre as disposições do departamento exigindo estar em dia com toda papelada legal. As visitas técnicas do Serviço poderiam resultar em autuações, estabelecendo prazos para ficar em dia com determinadas documentações, o que poderia acarretar até o cancelamento do registro da entidade. Nas comunicações de editais, portarias e outros aspectos, o caráter oficial do cargo aparecia ao final nos termos: “Bruno de Menezes, Chefe do SAC”, nesse particular as fontes periódicas coligidas seguiam a forma abaixo:

⁴³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Louvido o trabalho do prof. Bruno de Menezes*. Belém, 25 de março de 1953, p.13.

⁴⁴ Estas informações analisadas em nossas pesquisas apareciam na seguinte normativa de Bruno de Menezes: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Determinada minuciosa inspecção a todas as cooperativas do Estado*. Belém, 28 de abril de 1951, p.8.

DETERMINADA MINUCIOSA INSPECÇÃO A TODAS AS COOPERATIVAS DO ESTADO

Instruções baixadas pela chefia do Serviço de Assistência ao Cooperativismo

O prof. Bruno de Menezes do Serviço de Assistência ao Cooperativismo baixou, ontem, uma portaria resolvendo dar a conhecer aos funcionários deste Serviço, Contabilistas e oficiais administrativos o teor das instruções para inspeções das cooperativas, fornecidas pelo Serviço de Economia Rural a esta Chefia:

As inspeções deveram abranger:

I) a escrita verificando-se:

a) a existência dos livros exigidos por lei (Diário, Razão, Caixa, Copiador, Livro de inventario e Balanço, Livro de Atas, Livro de Matrícula) e dos auxiliares necessários a cada caso;

b) se os livros acima revestem as formalidades extrínsecas e intrínsecas que lhes dizem respeito (termos de abertura e encerramento, rubrica de folhas, etc.);

c) se a escrituração está em dia e se está sendo feita de forma técnica adequada; (...)

Registe-se, Cumpra-se e publique-se

BRUNO DE MENEZES, Chefe do SAC.⁴⁵

A execução dessas normativas e das constantes comunicações, além de uma espécie de balanço das metas que o gestor do S.A.C. estabelecia, vinha também atrelada as cobranças que se faziam em função dos recursos destinados aos departamentos de Estado, através das prestações de contas do governo estadual, sistematicamente publicadas entre 1951 a 1956⁴⁶, na forma de balancetes expostos mensalmente aos leitores de *A Província do Pará*. Seleccionamos duas prestações de contas, a fim de ressaltar o repasse financeiro feito pelo governo estadual ao departamento chefiado por Bruno de Menezes, em dois períodos, um anterior a mudança de nome do S.A.C., a fim de enfatizar que tal ação não representou aumento no orçamento destinado ao órgão cooperativista. Vejamos as prestações de contas:

FOMENTO

Departamento de Agricultura.....	26.173,20
Fomento da Produção Vegetal.....	287.600,00
Fomento da Produção Animal.....	100.000,00
Fomento Econômico em Geral.....	39.000,00
Serviço de Classificação de Produtos.....	25.907,70
Serviço de Colonização e Reflorestamento.....	12.353,00

⁴⁵ Estas informações analisadas em nossas pesquisas apareciam na seguinte normativa de Bruno de Menezes: A PROVÍNCIA DO PARÁ. Determinada minuciosa inspecção a todas as cooperativas do Estado. Belém, 28 de abril de 1951, p.8.

⁴⁶ Coletamos uma quantidade expressiva dos dados das prestações de contas levadas ao conhecimento público na administração estadual de Zacarias de Assumpção (1951-1956).

Serviço de Assistência ao Cooperativismo....16.001,00⁴⁷

SECRETARIA DE ESTADO DE FOMENTO

Secretaria de Estado e Gabinete....27.788.40
 Departamento de Administração....15.406.40
 Departamento de Fomento....12.135.50
 Departamento de Colonização....10.206.30
 Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural....12.466.70
 Departamento de Classificação de Produtos....32.530.70
 Fomento da Produção Vegetal....312.500.00
 Fomento da Produção Animal....175.000.00⁴⁸

Acreditamos que a responsabilidade de Bruno de Menezes, como agente público endossava um trabalho que não somente se apresentava com um discurso bem articulado nos periódicos, mas que tentava disseminar o mutualismo de uma forma que não viesse a esbarrar nas necessidades impostas pelo aparelhamento legal aos grupos que se interessassem pela causa. Isto pode ser observado, principalmente, pela colaboração técnica que colocava a disposição dos novos cooperados, agenda que se constituía no corpo a corpo das palestras, talvez usando de uma oratória convincente, semelhante a que usava nos artigos jornalísticos, a fim de convencer das possibilidades de transformar esforços individuais em empreendimentos que agregavam o fazer coletivo.

Era necessário que tais evidências levassem a conscientização dos seus ouvintes, apelando aos aspectos comuns que cada sujeito compartilhava, seja por ter a mesma atividade, pela necessidade a crédito ou simplesmente consumir produtos que são crucias na alimentação diária. Em todas, existia uma modalidade de associação que se adequava a uma dessas noções. Se por um lado disseminar o associativismo revestia-se da função docente, conforme observamos, a condição de chefia fazia que a “tarefa idealística”, ressaltada na ocasião de sua aposentadoria, encontrasse uma conotação que Bruno de Menezes certamente sabia contrabalançar com os benefícios que superavam o correr de toda a documentação. Por isso, o que poderia se tornar um esbarro do burocrático a fomentação de resultados, sem dúvida nenhuma trazia ao exercício da função um desafio, que o cooperativismo apaixonado de Bruno de Menezes respondia através do idealismo que se revestia na multiplicação de cooperativas.

⁴⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Departamento de Finanças do Estado do Pará – Movimentação da Tesouraria referente ao Mês de Outubro*. Belém, 11 de novembro de 1951, p.12.

⁴⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Secretaria de Estado de Economia e Finanças – Departamento de Despesas – Exercício 1954 - Referente ao Mês de Fevereiro*. Belém, 11 de março de 1954, p.7.

Nesse sentido, as ideias presentes nos textos cooperativistas de Bruno de Menezes (1993, p. 431), equacionava aos trabalhadores iguais em ofício os “benefícios que usufruem os componentes de grupos profissionais, quando transformados em cidadãos cooperados”. Se os argumentos não cumprissem o fim desejado, como representante de um serviço público, existia o Estado como patrono das benesses que eram propagandeadas pontualmente, divulgava-se assim acesso a créditos, isenção de impostos, visitas técnicas, união entre cooperativas correlatas e muitas outras contrapartidas apresentadas pelo serviço que sistematicamente eram comunicadas pela imprensa. Nas reportagens e comunicações oficiais claramente aparecia uma propaganda das atividades correntes do S.A.C., assim para completar as listas dos benefícios, respectivamente podemos citar as seguintes títulos refletindo essa lógica "Isenção de imposto de renda às cooperativas – pronuncia-se a respeito o SAC., Financiamento do BB as cooperativas de crédito - ofício recebido por Bruno de Menezes, Preparando a federação das Ass. Rurais do Pará - Bruno de Menezes representando o SAC e Concedido registro administrativo a várias cooperativas paraenses – resultado da viagem do prof. Bruno de Menezes"⁴⁹. Por isso, se a fiscalização atenta era objeto de portarias severas publicadas no jornal, o nascimento legal das associações mutualistas a partir da concessão de registro não fugia a regra:

Concedido registro administrativo a várias cooperativas paraenses
 Resultado da viagem do professor Bruno de Menezes, chefe do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, à Capital Federal
 Em sua recente viagem a capital do país, a serviço da repartição que dirige o prof. Bruno de Menezes, junto ao Serviço de Economia Rural, teve ensejo de tratar de vários assuntos pertinentes ao cooperativismo paraense e às sociedades cooperativas na sua gestão.
 (...) o chefe do S.A.C., obteve a regularização de diversos processos de cooperativas regionais que estavam dependendo de formalidades consubstanciadas em lei.
 Com o desembaraço dessas medidas, foram expedidos os certificados de registro administrativo de cooperativas sediadas no território paraense que assim entram na posse de sua personalidade jurídica e se habilitam a receber os favores da lei:
 Cooperativa dos Plantadores de Fumo de Bragança, registro n.3.636, de 9/5/950; Cooperativa de Consumo dos Ferroviários de Marituba, registro n.3.639, de 10/5/950; Sociedade Cooperativa Igarapeassuense, registro

⁴⁹ Segue o detalhamento do momento em foram divulgadas, respectivamente: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Isenção de imposto de renda às cooperativas – pronuncia-se a respeito o SAC*. Belém, 23 de março de 1951, p. 3 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Financiamento do BB as cooperativas de crédito - ofício recebido por Bruno de Menezes*. Belém, 02 de agosto de 1951, p. 8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Preparando a federação das Ass. Rurais do Pará - Bruno de Menezes representando o SAC*. Belém, 04 de setembro de 1951, p. 8./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Concedido registro administrativo a várias cooperativas paraenses – resultado da viagem do prof. Bruno de Menezes*. Belém, 20 de novembro de 1951, p. 3 e 8.

n.3.892, de 9/9/1950; Sociedade Cooperativa Agrícola de Granjeiros Bragantina, registro n.3.927, de 14/11/1951, e Cooperativa Escolar Hachiro Fukuhara, registro n.3.928, de 14/11/1951. (...) ⁵⁰

Entendemos que a concessão do registro final e a liberação do funcionamento eram muito mais do que uma tramitação legal qualquer, pois se tornava o ponto culminante de seus esforços, uma vez que no correr de toda a papelada, possivelmente, muitas não conseguissem vencer todas as amarras das esferas estadual e federal. Por essa razão, o chefe do S.A.C. tinha em mãos uma resposta convincente aos que desacreditavam nos benefícios das entidades, não enxergando proveitos na organização de cooperativas ou que pressionavam o serviço de assistência com imposições burocráticas. Vale ainda considerar, que as entidades oficializadas refletiam a variedade das modalidades de associativismo, que Bruno de Menezes entendia como fundamentais ao Estado do Pará, indo do agrícola a escolar, além do fato de que funcionavam em diversos lugares, confirmando que sua função visava o alcance regional e não somente Belém, a capital do Estado.

Por outro lado, as cobranças mantinham também o fluxo das diretrizes institucionais, semelhantes às que eram normatizadas pelo Serviço de Economia Rural - SER, Órgão Federal, ligado ao Ministério da Agricultura que fiscalizava o funcionamento de todas as entidades cooperativas brasileiras através dos departamentos regionais, isto é, o Serviço Assistencial as Cooperativas, que respondiam ao governo estadual, mas que deveriam se enquadrar na legislação imposta pelo SER, algumas dessas cobranças eram publicadas no jornal impondo normas administrativas, nos seguintes termos:

RECOMENDAÇÕES DA ECONOMIA RURAL AO DEPARTAMENTO DE COOPERATIVISMO – “CIRCULAR N.º 2549 – Em, 13-08-1954 – Do Diretor do Serviço de Economia Rural / Ao Sr. Diretor do Departamento de Cooperativismo do Pará – Assunto: Providência para fiscalização de Cooperativas.

Examinado, através da Seção de Registro e Fiscalização das Sociedades Cooperativas, os boletins mensais desse Órgão, referentes aos documentos contábeis recebidos das cooperativas sediadas nesse Estado, verificamos que muitas dessas cooperativas estão inativas e outras, em franca transgressão da lei, pela falta de remessa obrigatória de documentos, aos Órgãos fiscalizadores.

2. A fim de coibir os abusos, recomendamos que esse Órgão tome imediatas providências junto às faltosas, procedendo, se fôr necessário, na forma do Art. 5º do regulamento aprovado pelo Decreto 6.980, de 19-3-41. Nos demais casos, cabe a esse Órgão tomar as providências que couberem, visando um possível soerguimento, deverão ser tomadas as medidas

⁵⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Concedido registro administrativo a várias cooperativas paraenses*. Belém, 20 de novembro de 1951, p. 3 e 8.

necessárias ao cancelamento do registro das cooperativas em causa visto como não é recomendável que continuem figurando, nas estatísticas, entidades que entraram em período de atonia, com cessação de suas atividades, ou que foram definitivamente abandonadas pelos associados.

3. Recomendamos, ainda que esse Orgão publique o edital de que trata a Circular n.º 2.563, de 26-11-48, ou que proceda na forma recomendada pela Circular n.º 792, de 1-4-52, quando fôr o caso. E ao expirar o prazo de publicação para efeito de cancelamento.

4. Favor acusar o recebimento.

Atenciosas saudações *Joaquim Alfredo da Silva Tavares* –
Diretor”⁵¹

Nas comunicações do Serviço de Economia Rural, verificamos também posições alusivas às estatísticas de crescimento do número de entidades associativistas. Ao invés das cobranças anteriores, o balanço evidenciava que na Região Norte do Brasil, o Estado do Pará detinha o maior número de associações rurais reconhecidas, incidindo na quantidade de membros, motivo que fazia do informe interno ao departamento, dirigido por Bruno de Menezes ir parar nas páginas de *A Província do Pará*, conforme presente, nesta em especial:

No setor cooperativista: ampliadas as atividades do Serviço de Economia rural

O sr. Bruno de Menezes, chefe do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, recebeu um exemplar mimeografado da introdução do relatório referente ao ano de 52, apresentação ao dr. J. Cleofas de Oliveira, ministro da Agricultura, pelo dr. Antonio de Arruda Câmara, diretor do Serviço de Economia Rural.(...)

A organização associativa da classe rural apresentou um movimento animador. O número de entidades reconhecimento das que era de 512, em 1951, elevou-se para 736 em 1952, sendo 717 do primeiro grau, 18 do segundo e 1 do terceiro.(...) As entidades reconhecidas estão distribuídas por todas as regiões econômicas do país.⁵²

Regiões e Unidades da Federação	Associações reconhecidas	Número de associados
Norte		
Acre	2	249
Amazonas	1	62
Pará	16	1086

Nem só de cobranças e de formalidades legais se fazia a agenda do chefe do S.A.C., uma vez que no correr de toda a papelada burocrática, havia pausa em outras ocasiões para uma comunicação menos formal saída da repartição. De lado ficavam o entrincheiramento das

⁵¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Recomendações da Economia Rural ao Departamento de Cooperativismo*. Belém, 16 de setembro de 1954, p.11

⁵² A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No setor cooperativista: ampliadas as atividades do Serviço de Economia rural*. Belém, 15 de fevereiro de 1953, p.3.

disputas, a fim de demonstrar os avanços do sistema cooperativista, indicadas nas manifestações oficiais do diretor Bruno de Menezes, para entrarem na sede do S.A.C. reuniões que visavam finalidades culturais. No caso em questão, dizia respeito aos trabalhos da Comissão Paraense de Folclore, pausavam-se os deferimentos, comunicações e boletins informativos as prefeituras⁵³. Para assim, prosseguirem os encontros que a imprensa local divulgava em pequenas notas do tipo “Reuniu-se a Comissão do Folclore”,⁵⁴ em seguida o local “na sede do Serviço de Assistência ao Cooperativismo”⁵⁵. Permitindo desenvolver o entendimento de como o cotidiano de um trabalho há longa data efetuado pelo funcionário público, deve ser um elemento em destaque para vislumbrá-lo em conjunto e não segregado da função folclórica e literária, pois são noções que se agregam a experiência social. Daí que atentarmos ao fato, não só pelo lugar do ocorrido, a sede do S.A.C., mas como uma função que não interrompia as demais práticas literárias. A publicação de trabalhos folclóricos, associadas às contribuições que encaminhava a esses eventos, indicadas no item anterior, permitem pensarmos a não dissociação da militância no campo das letras a defesa da doutrina da união mútua.

O historiador Sidney Chalhoub (2003, p. 138) fez da junção da experiência histórica um quesito fundamental a leitura de escravidão e cidadania, imbricadas a vida de Machado de Assis nos anos de 1870, em diante. Enfatizou como a atividade de escritor receberia contribuições do ofício, que desempenhava como funcionário do Ministério da Agricultura, pois o colaria em contato direto com a aplicação da lei de 28 de Setembro de 1871, Lei do Ventre Livre, objeto das reflexões de inúmeros romances posteriores, e “núcleo de sentido no conto “Mariana”. Observou ainda que a partir de 1876 assumiu a chefia da seção, “encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação”. Por sua vez, Machado de Assis foi interrogado pelo pesquisador em meio às funções que desempenhou, asseverando que da atividade, acúmulos foram colhidos, portanto “O romancista formou-se e

⁵³ Envio de Boletim Agro-Cooperativo - Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Circular n.º 2 – Prefeitura Municipal de Bragança. 05/03/1953. Livro Nº 072 –C- Ano 1953 – Assuntos: Ofícios.

⁵⁴ As pequenas notícias eram divulgadas assim: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reúne-se a comissão de folclore*. Belém, 21 de março de 1951, p.3 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Teses do Pará no Congresso de folclore*. Belém, 28 de março de 1951, p. 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reuniu-se a comissão de folclore*. Belém, 01 de maio de 1951, p. 4.

⁵⁵ Em ambas dizia-se o local da reunião: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reúne-se a comissão de folclore*. Belém, 21 de março de 1951, p.3./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reuniu-se a comissão de folclore*. Belém, 01 de maio de 1951, p. 4.

transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e cidadão” (CHALHOUB, 2003, p. 139).

Cooperativismo e literatura somavam-se as contribuições que lançava mão a fim de expor suas ideias, tornando-as comunicantes entre si e objeto de registros em periódicos do Pará como espaço de divulgação de seus princípios. Assim, pela função que podia desempenhar na melhoria da condição de vida e correção de desigualdades, o associativismo passa a ser concebido com feição clara de ativismo e militância intelectual. Num estudo voltado a abordagem da *História Social da Literatura* Sidney Chalhoub e os demais historiadores informariam o tipo de análise adotada, isto é “tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la a interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico” (CHALHOUB, NEVES & MIRANDA, 1998, p. 7). Considerar tal aspecto permite trilhar o presente texto, trazendo essa contribuição e desenvolvendo a ideia que a obra Candunga, destacada na introdução, além de estar inserida em meio a essa conjuntura, somava-se aos debates que participava, não nasceria de um envolvimento isolado.

O calendário das comemorações anuais permitia a abertura a acenos cordiais de Bruno de Menezes, em palavras festivas celebravam-se nomes, acontecimentos e marcos importantes do cooperativismo. No bojo permitia-se ovacionar o que vinha dando certo nas ações do serviço como congratular a história da Doutrina Cooperativista, bem como visitar as sedes das entidades ou até mesmo reuni-las em festas de produção agrícola espalhadas pela região paraense, na qual prêmios e dinheiro eram distribuídos. Foi o que aconteceria em Capanema⁵⁶, município da região nordeste do Pará, entre os dias 03 a 21 de outubro de 1953, conforme se registrava:

(...) o governo do Estado iniciou, desde logo, a entrega, nas melhores condições possíveis, de motores, animais de raça, fornos, chocadeiras, pequenas máquinas e implementos agrícolas, de maneira a estimular uma produção heterogênea de gêneros alimentícios, (...) com o objetivo de criar maior estímulo entre os produtores, o governo do Estado estabeleceu 3 prêmios de 2 mil cruzeiros e três de mil cruzeiros (...)⁵⁷

⁵⁶ Algumas reportagens relataram o ensejo ocorrido em Capanema, nelas há o destaque para as sociedades cooperativas da Zona Bragantina que se fizeram presente no evento: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Instala-se sábado a festa da produção em Capanema*. Belém, 01 de outubro de 1953, p.7 e 10. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Inicia-se hoje a festa da produção em Capanema / contato do governo com os agricultores da zona da EFB*. Belém, 03 de outubro de 1953, p.8./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Inaugurada em Capanema a festa produção*. Belém, 04 de outubro de 1953, p. 4 e 16.

⁵⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Instala-se sábado a festa da produção em Capanema*. Belém, 01 de outubro de 1953, p.7 e 10.

(...) além das representações de vários municípios, conta-se com a representação das Cooperativas Agrícolas de Tomé Açu, e de Altamira, Igarapé Açu, de Mocajuba da Indústria Pecuária e de Granjeiros Bragantina.⁵⁸

O cumpra-se e publique-se era substituído pelas *saudações cooperativistas*⁵⁹. Festejar servia a troca de elogios e também ao fortalecimento das articulações entre os partidários do sistema, tornando-se um elemento a mais para expor um cooperativismo vitorioso. Bruno de Menezes usava da moeda do passado a fim de trazer a memória dos leitores, que desconheciam o marco que o empreendimento da união havia percorrido, ou para alfinetar as debilidades do sistema capitalista e dos que não creditavam validade ao desenvolvimento da cooperação na Amazônia.

Lembrava-se da validade de adotar a *Doutrina* mesmo quando escrevia um texto comemorativo. Essa foi a tônica empregada ao relembrar as obras do tecelão precursor, Carlos Howarth, à medida que fora responsável em ter “concebido o avançado pensamento revolucionário do lucro diretamente ao comprador”. Apoiava-se assim na experiência histórica que construíram ao demonstrarem os usos que deveriam ser dados às *sobras líquidas*, a qual se tornou o principal pilar na composição do cooperativismo de consumo, isto é, uma forma de conceber que aquilo que sobrava deveria servir ao benefício dos trabalhadores que contribuíram para esse resultado. Portanto, alicerçava ideias que o capitalismo tal como se processava somente aumentava as desigualdades, pois tratando-se de uma “defeituosa organização de maneira nenhuma se esperaria que mudanças fossem resultantes aos trabalhadores e consumidores” (MENEZES, 1993, p. 438).

Nas celebrações era hora de afirmar textualmente o legado de Robert Owen, François Fourier e William King⁶⁰ disseminadores de ideais filantrópicos e divulgadores da união dos

⁵⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativas agrícolas na Festa da Produção*. Belém, 02 de outubro de 1953, p.8.

⁵⁹ A saudação apareceu ao final da notícia. A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Interessar-se-iam todas as comunas na fundação de cooperativas mistas – sugestão de Bruno de Menezes – chefe do SAC*. Belém, 05 de julho de 1951, p.4 e 8. Em ofício escrito pelo mesmo, os agradecimentos finais, vieram com o mesmo tratamento. In: Arquivo da Prefeitura Municipal de Bragança - Assuntos: Ofícios. Envio de Boletim Agro-Cooperativo - Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Circular n.º 2 – 05/03/1953. Livro Nº 072 –C- Ano 1953.

⁶⁰ A tríade foi citada no Artigo de Bruno de Menezes: Carlos Howarth, o Arquimedes da Cooperação (MENEZES, 1993, p. 438-440). Diva Pinho observou algumas particularidades da vida desses sujeitos sociais: “Robert Owen (1771 -1858) – de família de artesãos, nasceu em Newton (País de Gales). Encarregado de dirigir uma fábrica de fiação introduziu várias inovações, destacando-se, de tal forma que dela se tornou co-proprietário (firma Charlton Twist Co, em Manchester). (...) foi relevante a influência que exerceu sobre os Pioneiros de Rochdale, especialmente sobre Charles Howart (presidente da Equitable Pioneers Society Ltd, no segundo ano de seu funcionamento, e seu secretário em diversas ocasiões). (...) François Marie Charles Fourier (1772 – 1837) – nasceu em Bersançon (França), filho de um negociante de tecidos. Perdeu a herança do pai, quando Lyon foi cercada pelas tropas da Convenção. (...) Fourier a princípio elogiou as experiências de Owen

trabalhadores como caminho alternativo as imposições capitalistas. Porém, se o peso do passado aparecia claramente em suas argumentações o presente doutrinário permitia o abraço fraternal entre seus parceiros, congratulavam-se a fim de demonstrar a união nacional entre a causa cooperativa. Era momento oportuno de exhibir feitos regionais, de forma que nesse jogo político apelava-se até mesmo aos telegramas de cumprimentos, que deixavam a gaveta da repartição de Bruno de Menezes, para chegarem ao jornal, conforme demostramos abaixo:

FESTEJADO O DIA COOPERATIVO INTERNACIONAL

1234 – Rio – Agradeço saudações prezado amigo brilhante colega Dia Cooperativo Internacional retribuo cordialmente, esperando que continue o seu labor pro Cooperativismo. FABIO LUZ chefe da SPOSC Agrirural.

1712 – Rio Branco – Retribuindo seu telegrama de 10 do corrente, satisfação comunicar-lhe fundação nesta capital Cooperativa Agropecuária Limitada, reunindo colonos Núcleo Colonial Seringal Empresa cerca de quinhentos Associados, Associação Ruralista maior expressão econômica Amazônia. AMILCAR DUTRA MENEZES, governador do Território Acre.⁶¹

O conhecimento cooperativista de Bruno de Menezes apresentado em suas produções não permite dúvidas quanto ao cabedal que detinha da matéria. Manejava uma literatura vasta, se remetendo a autores brasileiros e europeus de forma a conceder um suporte mais aprofundado em suas análises. Além disso, buscou consolidar a exposição de suas concepções as outras regiões, enviando artigos e teses a congressos que tinham a finalidade de promover o tema, com o objetivo de torná-lo um alvo maior das políticas públicas nacionais. Foi o que se esforçou por engendrar no Congresso Petropolitano de Municípios, no Rio de Janeiro, em 1950, o qual abordaremos com mais detalhes em outro item. Bruno de Menezes na qualidade de representante do Pará levava às mesas dos trabalhos a necessidade de conjugar

em New Lanark , oferecendo-se, inclusive, para participar do projeto (aliás, não efetivado) de Motherwell. (...) É geralmente qualificado de ultra-socialista, apesar de haver colocado o trabalho, o capital e o talento em plano semelhante, no sistema de repartição que preconizou, ou de haver declarado que “a desigualdade entre os ricos e os pobres faz parte do plano de Deus” e “tudo o que provém de Deus é bem feito” (PINHO, 1982, p. 23-26). Brighton, um lugar de veraneio, foi palco de importante iniciativa cooperativa encabeçada pelo Dr. William King, que era conhecido como “médico dos pobres”. Em 1827 surgiu a Brighton Co-operative Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), com o objetivo de formar uma comunidade cooperativa owenista, mas ela começou por funcionar como armazém cooperativo para ajudar a formar um fundo de capital. Seus sócios eram predominantemente operários. A associação arrendou terras e empregou membros no cultivo de legumes para serem vendidos no armazém. Diversas cooperativas descendentes desta primeira se desenvolveram em Brighthon, Worthington, Findon, Turnbridge Wells, Canterbury e Gravesend. (SINGER, 2002, p.27-28). Para mais esclarecimentos consultar (THOMPSON, 2012, p. 518-561).

⁶¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festejado o dia Cooperativo Internacional – telegramas recebidos por Bruno de Menezes chefe do SAC*. Belém, 19 de setembro de 1951, p.8.

*Municipalismo e Cooperativismo*⁶², a fim de desenvolver as unidades municipais a partir do fomento de sociedades mutualistas, semelhante ao trabalho que vinha consolidando no S.A.C.

Nesse particular, nossas pesquisas constataram a elaboração de boletins informativos, que davam ciência daquilo que vinha sendo desenvolvido em relação ao cooperativismo na Amazônia. Esse material tanto era divulgado aos diversos departamentos de governo, como as prefeituras e aos órgãos federais responsáveis pela fiscalização das sociedades. Essa forma de comunicação, organizada por Bruno de Menezes, residia no caráter de balanço das ações cooperativistas no Pará, bem como a ênfase em informação que seriam indispensáveis às sociedades mutualistas apresentarem a fim de manterem o funcionamento. Embora não tenhamos encontrado esses boletins, temos vestígio da existência deles por duas fontes, a primeira um ofício enviado por Bruno de Menezes a Prefeitura Municipal de Bragança, em que dizia:

Assunto: Envio do Boletim Agro-Cooperativo /Senhor Prefeito: Com a presente Circular, tenho a satisfação de enviar os exemplares anexos, do BOLETIM AGRO-COOPERATIVO Nº.14, publicação deste Serviço, dedicando-se esta edição à Primeira Reunião de Cooperativismo e Classificação de Produtos Agro-Pecuários,(...) Saudações Cooperativistas Bruno de Menezes (Chefe do SAC).⁶³

A outra evidência, também um ofício, porém com a distinção de ter sido publicado no jornal, expõem-se a resposta do recebimento do material informativo enviado pelo S.A.C., ao presidente da Sociedade Rural Brasileira, nela o responsável pelo órgão, Luiz Amaral dirigiu as seguintes palavras:

Prezado senhor: Tenho o prazer de acusar o recebimento de seu ofício, número 24, de 17 do corrente, acompanhado do Boletim Agro-Cooperativo,

⁶² A tese apresentada ao Congresso foi publicada em: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Municipalismo e cooperativismo*. Belém, 12 de março de 1950, p.4. No bojo do que se passava no em Petrópolis, no Rio de Janeiro. O evento movimentou diversas reportagens que discutiam o assunto das mais variadas formas: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Na vigília do I congresso de municípios Brasileiros (Petrópolis)*. Belém, 18 de março de 1950, p.2 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Trabalho para eficiente cooperação municipal*. Belém, 23 de março de 1950, p.4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O problema migratório no Congresso dos municípios*. Belém, 25 de março de 1950, p.4 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Representará Viseu no congresso dos municípios*. Belém, 30 de março de 1950, p.4./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Deputados e vereadores representarão a Bahia no Congresso dos Municípios*. Belém, 02 de abril de 1950, p.2. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Encerra-se solenemente o congresso*. . Belém, 09 de abril de 1950, p.4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Encerrado o congresso de municípios*. Belém, 10 de abril de 1950, p.4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os municípios e a vida nacional – por ocasião do encerramento do Congresso em Petrópolis – fala do ministro Honório Monteiro*. Belém, 19 de abril de 1950, p.4.

⁶³ Arquivo da Prefeitura Municipal de Bragança - Assuntos: Ofícios. Envio de Boletim Agro-Cooperativo - Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Circular n.º 2 – 05/03/1953. Livro Nº 072 –C- Ano 1953.

contenedor de seu importante trabalho “Necessidade de Educação Cooperativista na Amazônia” e do Programa de Cooperativismo para a Quarta Série do Curso Normal. Muito grato vemos o quanto é esclarecido o espírito do chefe do Cooperativismo Paraense, e quão incendiado seu entusiasmo pelo sistema, que é, de fato a suprema esperança dos que sabem haver uma questão social a resolver e uma revolução a evitar. (...) Agradecendo-lhe a remessa do material acima referido, cumpre-nos felicitá-lo pelo nível em que vai colocando o Cooperativismo aí; afirmar-lhe a segurança de todo o nosso muito apreço. Departamento Técnico de Cooperativismo. LUIZ AMARAL – Presidente.”⁶⁴

As experiências adotadas em outros lugares eram descritas com grande entusiasmo, no afã de que mais empreendimentos surgissem na Amazônia. Daí o esforço para apresentar testemunhos da história cooperativista, ao mesmo tempo em que juntava as resultantes do esforço pessoal. Por essa razão, não consideramos uma ruptura entre aquilo que veio a ser a sua relação principal de trabalho ao longo de 35 anos de carreira, em especial o último decênio quando assumiu o cargo de direção, pois poderia se tentar reduzir o peso do cooperativismo de Bruno de Menezes, ao avaliar do pelo panorama profissional, porém a relação que tentamos apresentar foi de um cooperativismo construído a longa data, oriundo de um interesse pessoal que via no sistema um meio para superar os dilemas econômicos que a população pobre enfrentava.

A trajetória de vida vem ratificar uma luta iniciada ainda na juventude contra a opressão capitalista, fundamental a construção de um idealismo que via benefícios claros a soma de indivíduos no enfrentamento de problemas comuns. As palavras de Hermes Cardoso, que assumiria o lugar de diretor, ressaltariam as marcar da ligação que extrapolava a condição de funcionário público, pois nos agradecimentos pedia que Bruno de Menezes “mesmo fora das lides oficiais, continueis a servir aos ideais cooperativistas pelos quais sempre vos batestes”⁶⁵. Marília Menezes, filha do cooperativista, comentando o centenário do nascimento de seu pai, destacaria esse aspecto:

Assim, recordando, eu lembro que amava muito meu pai e ele tinha por mim uma afeição especial, e sabia manifestá-la de diversos modos como, por exemplo, ao me levar várias vezes a Tomé Açu, jovem professoranda, para as suas inspeções como técnico de cooperativismo. Certa ocasião li até uma palestra sobre Cooperativismo escolar, assunto que o apaixonava particularmente, porque achava que a mentalidade do “um por todos e todos por um” deveria vir desde a infância. Como me lembro, em meu serviço no

⁶⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Necessidade de educação cooperativa na Amazônia*. Belém, 10 de fevereiro de 1950, p. 2.

⁶⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Louvado o trabalho do prof. Bruno de Menezes / Inteligência a serviço das ideias cooperativistas*. Belém, 25 de março de 1956, p. 13.

interior da Amazônia, de uma frase de meu pai, quando via a realidade sofrida do povo de Tomé Açu: “Gosto demais do interior. Devemos esforçar-nos mais para desenvolver os nossos interioranos.”⁶⁶

As observações anteriormente trouxeram destaque tanto a experiência individual, nos quais a assinatura ao final era apenas do sujeito social, e outros em que cumpria as funções profissionais, porém tomadas em seu conjunto revelam componentes a mais de toda a engrenagem que essa história representou. Assim, os governos estaduais alteravam-se e manter o equilíbrio no cargo de chefia por dez anos consecutivos poderia encontrar esbarros⁶⁷, uma vez que jogar nesse tabuleiro não fosse tão fácil, porém seus esforços em torno da doutrina eram mantidos através de uma militância que ia além da tarefa oficial. Por isso, Alonso Rocha (1994, p. 31) dedicando um pequeno exame a atividade pública, registaria momentos de situações complicadas, em meio aos embates. Nesse particular citou um trecho de uma carta dirigida a Fábio Luz, na qual se queixava das dificuldades em reabilitar o cooperativismo em função dos ataques de “aventureiros” protegidos “pela política”.

Assim, o cooperativismo de Bruno de Menezes delineava-se na opção pessoal, como ofício, mas, sobretudo como um sonho por um ideal de reabilitação que bem articulado, finalmente, daria outro rumo ao homem da Amazônia. Nas palavras finais do texto sobre educação cooperativista, a dimensão apresentada era sair do isolamento para de fato conseguir uma nova vida, observemos as palavras:

O homem da Amazônia, determinadamente, terá de associar-se para vencer, não pela forma instintiva, como os animais, por imposição coercitiva, sob o

⁶⁶ DIÁRIO DO PARÁ. *Meu pai e seu centenário*. Belém, 25 de março de 1993, p.5. Marcos Reis desenvolveu em sua análise a conexão de algumas experiências de vida de Bruno de Menezes como elemento necessário a leitura das obras produzidas, principalmente a obra poética, no caso Batuque, citou uma das entrevistas com um dos filhos do Poeta, em que foi dito: “Cooperativista, sindicalista. O papai, devido ao fato de ter tido uma infância pobre, tinha o seu “que” de revolucionário, por isso, que ele enveredou pelo cooperativismo, porque até hoje o cooperativismo é a única maneira de uma equipe de homens que não são capitalistas enfrentarem com sucesso o capitalismo selvagem, inspirado nos 28 tecelões de Rochdale, que foram os criadores do cooperativismo. O papai dava aula de cooperativismo. Daí muito embora ele não fosse um homem formado e, ser chamado professor Bruno, (...) Foi a fase áurea do cooperativismo no Pará, sobretudo, em se tratando de cooperativismo escolar. Papai findou clubes agrícolas nos grupos escolares. Ele foi acessor da Cooperativa Agrícola do Estado em Tomé-Açu, que era uma potência naquele tempo da SOCIPE de outras cooperativas.” In: (REIS, 2012, p.76-77).

⁶⁷ Entre esses interventores federais, no momento em que Bruno de Menezes dirigiu o Serviço de Assistência as Cooperativas, tem-se Magalhães Barata (08/02/1943 a 01/05/1945), João Guilherme Lameira Bittencourt (29 a 30/10/1945), Alexandre Zacarias de Assumpção (30/10/1945 a 06/11/1945), Manuel Maroja Neto (06/11/1945 a 09/02/1946), Otávio Augusto de Bastos Meira (09/02/1946 a 09/12/1946), José Faustino dos Santos e Silva (09/12/1946 a 11/03/1947), Luiz Geolás de Moura Carvalho (11/03/1947 a 29/06/1950), Waldir Bouhid (30/06 a 16/07/1950), Alberto Engelhard (17/07/1950 a 24/01/1951), Arnald Valente Lobo (27/01/1951 a 09/02/1951), Abel Nunes de Figueiredo (09/02/1951 a 20/02/1951), Alexandre Zacarias de Assumpção (20/02/1951 a 31/01/1956). In: (CASTRO, 2015).

meio da escravatura, também pouco pela servidão condicionada aos baixos salários e à usurpação do seu trabalho, mas sim pelos elos poderosos do cooperativismo, que hão de torná-lo um ser feliz, integrado na verdadeira família humana, participando de tudo quanto lhe dá direito de viver, neste fabuloso éden equatorial, em que ele não passa de uma sombra errante e melancólica, perdida da imensidão do mundo verde (MENEZES, 1993, p. 436-437).

A Amazônia não sendo assunto literário, tal qual sinalizava Bruno de Menezes (1993, p. 430) no final dos anos 1930, revestia-se de um sentido de revisão que levasse a resultados concretos e não a “floreios e tropos literários”. Embora, atestasse igual responsabilidade à posição de cientista e sociólogos, o peso maior estava nos ombros dos literatos por ser maior o seu número. No rol dos quem atribuía uma culpa mais expressiva, o cabeça era Euclides da Cunha a este pesava além de incompreensão um “estilo rebuscado e difícil” (MENEZES, 1993, p. 428). Nos demais Oswaldo Orico, Peregrino Junior, Francisco Galvão, Gastão Cruz e Viana Moog acusava-os de fazerem obras sem peso, as chamava de “fáceis, mais produto de ficcionista, do que de codaquização” (MENEZES, 1993, p. 429).

A lista incluía muitos literatos, alguns seriam poupados por terem uma “menor culpa”, outros elogiados em função de uma obra específica, ou por no futuro levarem a uma apreciação mais detida sobre a Amazônia. Porém, os não denominados serviam a “turistas apressados”, pessoas que buscavam algum conhecimento sem maior profundidade. Ao fazer todo esse balanço na literatura, o que estava a reclamar dos camaradas das letras era “trabalhos reais” que trouxessem mudanças à vida das pessoas, em especial aos que moravam no interior onde dizia que há tantos vazios. Salientava que a Amazônia precisava de “soluções aos seus problemas de urgência” (MENEZES, 1993, p. 429-430). Por essa razão, talvez, para Bruno de Menezes, no cooperativismo residisse uma solução viável, *um assunto não literário para Amazônia*.

1.3 Amor ao solo e as árvores nos colonos⁶⁸: Natureza e Agrarismo Cooperativo

A compreensão dos problemas de ocupação do solo e das práticas agrícolas na Amazônia, sob a ótica de Bruno de Menezes atrelavam-se de forma inseparável a adoção de princípios de uso da terra decorrentes da mediação do cooperativismo agrário. Compreendido o seu ponto de vista a partir dessa estreita relação, a leitura que concebia tanto da natureza no

⁶⁸ Expressão retirada do seguinte artigo: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonos que amem o solo e as árvores-* por Bruno de Menezes. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7.

contexto da década de 1950, como dos agentes envolvidos no processo de colonização passavam inegavelmente por esse crivo.

Inseria as terras da Amazônia na concepção de que era necessário superar o entrave da falta de braços ao trabalho, porém ao centrar-se no problema da demografia entendia que os modelos de estímulo à imigração não haviam produzido o efeito desejado. Considerava principalmente a história de assentamento nos núcleos coloniais dos Estados do Pará e Amazonas como evidência de que sucessivos erros aconteceram em função da forma como se utilizou dos recursos naturais, de maneira que contribuíram para o extrativismo predatório e para gradativa extinção das matas, sobretudo do espaço da Zona Bragantina, que em sua opinião era a apresentação notória desse esgotamento, pois inseria a região como palco das ações políticas perpassadas no decurso do século XIX e da primeira metade do século XX.

Ao defender o modelo de colonização que caminhasse na produção de outro resultado, semelhante ao que suscitaria na afirmação de *amor ao solo e as árvores nos colonos* voltava-se aos migrantes que colocavam seus pés na Amazônia, em função das novas levas que se dirigiam a região. O fundamento era a utilização da natureza através de um aproveitamento que rompesse “a economia predatória amazônica”⁶⁹ no abandono do fogo e no sacrifício das árvores desordenadamente. A argumentação construída longe de girar na esteira do amor, se daria em fazer um balanço empírico de qual grupo de imigrantes, isto é, nipônicos, norte-americanos e nordestinos, melhor colonizariam o território nos atributos das variedades agrícolas, uso do solo e criação animal.

Embora se tenha três representantes, a experiência norte-americana seria apresentada apenas na indicação do que tinham a oferecer e não do ponto de vista da presença em núcleos coloniais da Amazônia. Assim, indicaria a habilidade pecuária e campesina, destacando-os tanto no manejo da terra padronizado, da fruticultura, quer com a adoção ou não da mecanização, a diferença estaria na escala de desenvolvimento, quanto à pecuária dizia produzirem resultados no consumo alimentar ou no auxílio às atividades rurais, nenhuma negativa ressaltou, nem mesmo de destruição do solo.

Os japoneses aportados na região norte do país, em movimentos migratórios constantes, somente interrompidos na primeira metade do século XX devido à declaração de Guerra que o Brasil faria aos países do Eixo, mereceriam de Bruno de Menezes, do início ao final do texto elogios constantes. Considerou que mesmo diante do colapso provocado pela

⁶⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonos que amem o solo e as árvores*- por Bruno de Menezes. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7.

Segunda Guerra Mundial, os japoneses se mantiveram de forma produtiva na Amazônia. Que só não foram maiores devido à comparação entre eles e os norte-americanos, dado ao não aproveitamento do esterco pelos primeiros, daí que “não se recomendam como criadores pastoris, pois não aplicam o estêrco animal a sua famosa horticulura. Devido a tradicional frugalidade de sua alimentação cerealífera, os norte-americanos recomendam-se como vaqueiros”⁷⁰. Nos aspectos observados, agricultura e utilização da terra foram os pontos centrais, da lista em destaque. Afirmava:

É sabido que os filhos do sol nascente são ótimos avicultores, horticultores, pomicultores e extrativistas, que aproveitam todas as reservas do sólo e procuram os experimentos de cultura rendimentos econômicos, como sucedeu com a juta e a introdução da pimenta do reino e da lavoura risícola, em terra da planície.

Por esse lado, observe-se que os orientais são úteis aos nossos trabalhos agrícolas regionais, pois que pouco se utilizam do processo de grandes queimadas, não devastam as matas nem formam áreas inúteis, de dispendiosa recuperação reprodutiva, servindo-se normalmente não só das terras de várzea, como daquelas empobrecidas pelas erosões, restituindo-lhe a fertilidade, com o emprêgo de adubos químicos e arroteamento apropriados.⁷¹

Aos nordestinos ao contrário de positavações, a análise ponderava o estado que observava nos núcleos coloniais, ressaltaria as feições amplamente reproduzidas do modo tradicional como lavoravam a terra, cuja tônica exploravam não só a enxada como elemento da rusticidade, mas a caixa de fósforos como mecanismo acelerador do trabalho agrário, sintetizada no termo “fazedores de deserto”. Esta adoção não se resumiria apenas a esse texto, mas outros dois, um fazendo um balanço da extinção das matas na Zona Bragantina e o outro na *Narrativa Candunga*, na qual uma descrição pormenorizada da preparação ao plantio, com redução da mata de forma inconsequente devido ao fogo descontrolado de dias, até a posterior colheita ganharam as páginas do *Romance*. Em uma das menções, os extremos seriam ressaltados no mesmo parágrafo, os homens com práticas tradicionais e uma produção volumosa que causava espanto, vejamos a afirmação do narrador:

Chegam, enfim, na área dos roçados. E quando, corridos os paus da porteira, o agrônomo e seus companheiros têm acesso nas terras cultivadas por aqueles “fazedores de deserto”, a exclamação de Romario é a de um homem penalizado:

⁷⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonos que amem o solo e as árvores-* por Bruno de Menezes. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7.

⁷¹ *Idem*.

- Vejam que despropósito de roçado! Duvido que haja braço para colher isso tudo! (MENEZES, 1993, p.162).

Além do uso costumaz, pode-se destacar nas três considerações, o acréscimo de mais elementos para dar mais ênfase ao desenvolvimento de seus argumentos, bem como a proximidade entre as publicações, pois intervalos de meses as separariam entre os anos 1953 e 1954. Outro detalhe, a proximidade com a aposentadoria e não trazendo o elemento da chefia na assinatura das mesmas, mas somente Bruno de Menezes. Nesse sentido, Bruno de Menezes contrapunha não somente percepções antagônicas entre nipônicos e nordestinos, mas tentava caracterizar distinções na forma de lidar com a terra, desdobrada em uma feição na qual um seria “restituidor da fertilidade”⁷², o outro o “fazedor de deserto”. Na passagem em questão, afirmou que

os orientais são úteis aos nossos trabalhos agrícolas regionais, pois que, pouco se utilizam do processo de grandes queimadas, não devastam as matas, nem formam áreas inúteis, de dispendiosa recuperação reprodutiva, servindo-se normalmente, não só das terras de várzea, como daquelas empobrecidas pelas erosões, *restituindo-lhes a fertilidade*, com o emprêgo de adubos químicos e arroteamento apropriados.⁷³

Propunha conceitos que estabeleciam uma noção de identidade estendida ao grupo ou a etnia, pois se os elogios aos japoneses eram aplicados ao grupo pelo reflexo cultural, de etnia, a prática disto era voltada diretamente na lavoura do solo Amazônico. Em outro artigo demonstrou amparando na opinião de dois agrônomos que os japoneses apresentam “maturidade agremiativa”⁷⁴, contrapondo-os aos nordestinos que enfrentavam o cotidiano da lavoura sem a solidariedade. Esta opinião foi estendida até mesmo a narrativa de *Candunga*, pois grande parte dos sofrimentos enfrentados pela família de Francisco Gonzaga e dos demais agricultores no decurso dos capítulos, sustentava os problemas advindos do isolamento, da não cooperação.

As críticas seguiam a mesma leitura, ser oriundo do Nordeste, independente do Estado de origem, compartilhavam o igual manejo cultural que não aproveitava o solo, nem tão pouco produziam incrementos agrícolas. Somados ao elemento de divisão de água, que Bruno

⁷² A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonos que amem o solo e as árvores- por Bruno de Menezes*. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7.

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonização nipo - amazônica – por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de dezembro de 1954, p.4.

de Menezes ao comparar as ações que ambos aplicavam a natureza, objetivava, sobretudo, situar os reflexos redundados ao benefício econômico da Amazônia. Os textos produzidos acompanhavam a autopromoção que a colônia de Tomé-Açu fazia de suas conquistas, seja pelo crescimento das exportações da pimenta do reino ou da importância que o coletivismo agrícola tinha nesse processo. Por isso, entendemos que as visitas do chefe do S.A.C. e das demais autoridades por vezes eram conduzidas pelas impressões colidas nessas ocasiões, que transformavam a pimenta do reino numa espécie de cartão de vista de um cooperativismo agrário bem aplicado, como mostraremos no próximo item.

Como temos observado no texto, o elemento da comparação foi uma tônica recorrente ante aos manejos agrícolas constituídos, porém chegou a defender que a convivência em terras contíguas redundaria em vantagens aos nordestinos, devido a enxergar os benefícios neste tipo de relação, sobretudo, aos grupos menos dados a união mútua no meio agrário. Pontuaria nas palavras abaixo:

A economia predatória amazônica, como base no extrativismo agrícola, trabalhada pelos fluxos migratórios nordestinos, que os êxodos periódicos das secas tem canalizado para os nossos centros de incipientes núcleos coloniais devido ao clássico métodos desse “fazedores de deserto”, estamos a ver, que precisa ser entrosado em rumos mais proveitosos, com famílias de agricultores e criadores de outra nacionalidade, educados em princípios de elevada economia política.(...) a redenção econômica da Amazônia estaria, fundamentalmente, na densidade de uma demografia solonizadora, disciplinada de homens de diferentes hemisférios, que amem o solo e as árvores, como elementos vitais de economia do bem estar comuns.⁷⁵

Embora o autor não deixasse claro na discussão, talvez acreditasse num convívio harmônico entre eles. Porém, como superar entraves culturais e linguísticos e ao mesmo tempo os conflitos gerados pelas nacionalidades distintas. No caso de tensões envolvendo brasileiros e japoneses, embora não estivesse no foco das discussões da presente pesquisa, entre a documentação periódica, uma pelo teor exposto apontava claros indícios de conflitos⁷⁶. Não só por colocar em oposição uma família brasileira que foi expulsa de suas terras, mas pela forma como se processou ação do grupo de japoneses, praticando-se um incêndio para conseguirem o seu intento. O ocorrido se deu em Curuçá, município paraense, chegando às

⁷⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonização nipo - amazônica* – por Bruno de Menezes. Belém, 08 de dezembro de 1954, p.4.

⁷⁶ FOLHA VESPERTINA. *Japoneses incendeiam e expulsam de suas terras uma família brasileira*. Belém, 08 de setembro de 1956, p.5.

informações até Belém, onde o chefe de polícia destacou uma diligência a fim de apurar os fatos.

Sidney Chalhoub (2012) tratando de um período anterior a nossa discussão analisou embates entre brasileiros e portugueses, que nos servem de elemento reflexivo a argumentação de que tensões também devem ser consideradas no bojo da convivência entre povos de origens diferentes. No sentido de entender os impactos que essas relações consubstanciaram na História do Brasil, nesse particular percorreu os anos iniciais da Proclamação da República, no Rio de Janeiro, então Capital Federal demonstrando quais disputas movimentavam as cisões entre nacionais e estrangeiros, além do tipo de sujeitos sociais que apareciam em meio a essas disputas. O historiador asseverou que:

De tudo que ficou dito até aqui, parece claro que a característica essencial destas tensões e rixas associados aos problemas de reprodução de vida material de nossos personagens é o fato de que elas se exprimiam principalmente através de conflitos entre imigrantes e brasileiros pobres especificamente os de cor. Estes confrontos entre estrangeiros e brasileiros pobres ressaltam na documentação coligida com traço fundamental do dia-a-dia (CHALHOUB, 2012, p. 111).⁷⁷

Ao examinar a gradativa redução das matas no espaço da Zona Bragantina, a partir do processo de colonização, algumas causas foram apontadas por Bruno de Menezes como responsáveis ao estado que observava em 1954. Para tanto, discutiu dados de um estudo de 1947, que vinha sob o título “A devastação das matas promove o desaparecimento das vertentes”⁷⁸. Na pesquisa o percentual de destruição regional, colocava o Nordeste como área campeã a frente do Norte do Brasil. As cifras refletiam ainda a posição dos estados, o Pará era destacado em segundo lugar e o Amazonas em terceiro. Os números indicavam a quantidade de quilômetros quadrados, respectivamente apresentavam 120.732 e 101.650, reduzidos com a derrubada das florestas.

⁷⁷ Em outra passagem, o historiador constitui uma abordagem do que as autoridades e muitos sujeitos sociais envolvidos nesse processo esperavam dos imigrantes na transição do século XIX ao XX, com reflexo direto nas relações do sistema político republicano, declarando: “O imigrante e sua família deveriam estar sempre dispostos ao trabalho árduo e as condições difíceis de vida, pelo menos nos primeiros tempos, sendo que estes sofrimentos seriam mais tarde compensados pelo acesso à pequena agricultura familiar” (CHALHOUB, 2012, p. 77). Para esclarecimentos desse tipo de relação no espaço amazônico, consultar: (FONTES, 2002).

⁷⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A zona bragantina e a extinção das matas por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de abril de 1953, p.4. No texto, apresentou o estudo, citando os seguintes dados, “A divulgação telegráfica, procedente do Rio de Janeiro, publicado em A Província do Pará, de 9 do corrente, sob o título: “A devastação das matas promove o desaparecimento das vertentes”, deveria merecer imediata atenção dos governos da bacia Amazônica.”

Notamos que os números da região nordestina traziam o modelo de ocupação que adentrava a leitura de Bruno de Menezes. Contudo, não era uma observação isolada, mas compartilhada na sequência expositiva dos artigos. Por isso, tornavam-se argumentos que embasavam o entendimento que fazia do processo de colonização encabeçada pelos migrantes nordestinos. A diferença era que ao ponderar a destruição do espaço bragantina buscava ampliar o raio da ação desses agentes. Para além da imputação das responsabilidades locais, somava-se a sua comunicação a indicação de que o Nordeste de onde eram oriundos, já havia uma significativa destruição. Este raciocínio se estendia também aos destinos de assentamentos, cuja igualdade independente do lugar em que se encontravam atestaria uma “economia predatória”⁷⁹.

Ao demonstrar mais aspectos dessa narrativa dos culpados, chamou ao debate Euclides da Cunha, que lhe servia como evidência anterior do que se dizia a respeito dos nordestinos. O conceito de “fazedores de deserto” que adentrava os seus escritos era um empréstimo que vez por outra usava na condução de suas digressões, enfatizando a fonte de onde vinha bebendo e como essa impressão era aplicada mesmo depois do impacto do primeiro estudo. O trecho a seguir se apresenta como bastante modelar neste aspecto, em que informa que “há meio século pretérito com o aparecimento de “Os Sertões”, atribuiu a esse – “terrível fazedores de deserto” – que é nômade sertanejo, (...) que até em Estados do sul, como o Paraná, já tem se manifestado”⁸⁰.

Depois de correlacionar essa opinião, na mesma linha de raciocínio demonstrou qual foi o resultado desse empreendimento na relação dos homens com a natureza existente na Zona Bragantina. Uma das causas foi o desconhecimento da dinâmica natural da Amazônia, no sentido de quanto mais árvores em pé circundando os mananciais de água, maior a manutenção de um ecossistema de partes tão imbricadas. A proposta oficial do governo no final do século XIX tentou juntar duas visões: modernização do transporte, construindo uma ferrovia de Belém até Bragança aliada a distribuição de núcleos coloniais pelo trecho onde a Estrada de Ferro Bragança (EFB)⁸¹ passaria, tornando-os fornecedores de produtos agrícolas

⁷⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A zona bragantina e a extinção das matas por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de abril de 1953, p.4.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Franciane Lacerda (2010, p. 308-309) de maneira pontual observou nas fontes consultadas em sua pesquisa, que: “A seca de 1889, no Ceará, que coincide no Pará com a construção de trechos da EFB foi marcante nesse sentido. (...) Grande número de cearenses que aportou no Pará se utilizou naquele momento da ferrovia para se dirigir aos locais já cortados pelo trem, onde iam se formando pequenos povoados”. Para mais informações consultar discussão anterior da autora: LACERDA, 1992.

essenciais a capital do Pará. Visto nesses termos o projeto parecia ser perfeito, entretanto para Bruno de Menezes, uma concepção de construção de uma ferrovia que simplesmente ignorou “grandes e pequenos cursos d’água eram encontradiços em todo levantamento topográfico do ramal”, não era de se esperar que os primeiros “desbravadores, de diferentes nacionalidades ocidentais e brasileiros do nordeste”.⁸², fizessem algo distinto com as matas que os circundavam.

A historiadora Franciane Lacerda (2010, p. 345) observou nas suas pesquisas sobre a imigração na Zona Bragantina, no contexto de transição do século XIX ao XX, que muitos dos lavradores cearenses abandonavam a agricultura a fim de se dedicar a atividade extrativa da madeira, tornando-se essa opção incômoda ante aos interesses do Estado, que por vezes restringia o embarque de madeiras, demonstrando que “não se pode pensar em um exclusivismo da produção da borracha por exemplo, sempre tão idealizado pelo poderes públicos paraenses. A região cortada pela EFB teve na extração desordenada de madeiras uma das fontes de produção.”.

Com a passagem dos anos verificou-se que as nascentes foram mortas e vastas áreas agrícolas abertas sofreram a escassez “do inestimável elemento líquido”.⁸³ A derrubada das madeiras não foi, segundo o autor, apenas causada pela agricultura, mas de uma extração crescente e voltada a alimentação da ferrovia, que não se preocupou em promover meios que pudessem conter a exploração das madeiras para as caldeiras e para os assentes dos trilhos produzindo efeitos consideráveis, que traziam consequências a situação que observava na década de 1950.

Nesse particular, notamos que estímulos de recuperar a terra vinham em pequenas notas, porém dirigidas aos agricultores dessa área e não ao governo que a administrava. As chamadas aos proprietários rurais permitem constatar não só o reconhecimento do problema que se discutia no texto, acerca da ação humana e os impactos acumulados, mas de que era necessário remediar de alguma forma a situação, entretanto, os ombros de quem pesava as responsabilidades era apenas os dos lavradores, conforme se divulgava:

Lavrador da Zona Bragantina
Recupere a fertilidade das terras esgotadas de sua propriedade plantando
árvores de importância econômica.

⁸² A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A zona bragantina e a extinção das matas por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de abril de 1953, p.4.

⁸³ *Idem*.

A Inspeção Regional do Serviço Florestal, à rua Manoel Barata, 78 (altos) – Telefone: 3405 – Belém ou o Campo Florestal de João Coelho, fornecerá grátis mudas ou sementes.⁸⁴

Franciane Lacerda⁸⁵ analisou que a responsabilidade pelos fracassos nos núcleos agrícolas de forma acentuada era atribuída aos colonos. Se as terras paraenses recorrentemente eram lidas pela tônica da abundância, o próprio Bruno de Menezes não fugia de uma noção semelhante⁸⁶. Não era de se estranhar que a revitalização do revestimento florestal devesse ser feita por quem não soube usar das benesses naturais, assim o Estado do Pará transferia os encargos dos projetos que havia desenvolvido. Duas questões essenciais na observação da autora foram ignoradas nas políticas desbravadoras paraenses, o desconhecimento das singularidades internas, associado à intensidade da economia extrativista, desconsiderando aos grupos indígenas e os pequenos lavradores distribuídos pela região.

Com isso, nos parece que as opiniões de Bruno de Menezes mantinham certo intercâmbio frente à percepção dos problemas ambientais da Amazônia. Variando os temas, não abria mão de sustentar o que lhe parecia ser a constatação histórica da situação existente, no caso, o uso irregular dos recursos naturais, principalmente a forma de lidar com o solo e com a floresta. Assim, são questões que se afloram quando se observa os três artigos que nos serviram de condução até o presente momento, a saber: *Zona Bragantina e a extinção das matas*, *Colonos que amem o solo e árvores* e *a Colonização Nipo-amazônica*⁸⁷. Entendemos a afirmação de um posicionamento firme, acerca das ações dos sujeitos sociais ocupantes dessa parte do território paraense, uma vez que Bruno de Menezes pela contundência asseverada poderia ser interpretado como contrário à presença nordestina na lavoura amazônica.

⁸⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Lavrador da zona bragantina*. Belém, 01 de março de 1955, p.16. Outra nota idêntica era publicada sete dias depois: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Lavrador da zona bragantina*. Belém, /08 de março de 1955, p.4.

⁸⁵ Em particular inferiu que: “Essa política de criação de áreas de produção agrícola se baseava na crença da prosperidade do Pará a partir da lavoura. (...) De fato, não raro os poderes públicos imputavam aos colonos o fracasso dos projetos agrícolas, como se somente a eles coubesse o progresso desses projetos” (LACERDA, 2010, p. 324-325).

⁸⁶ Muitas das ideias expostas nos dois últimos parágrafos do artigo: Necessidade educação cooperativista na Amazônia voltavam-se direta ou indiretamente a disponibilidade de recursos naturais em demasia, entre os quais, citamos: “inesgotável abundância se suas reservas”, “fabuloso éden equatorial” e “imensidão do mundo verde” (MENEZES, 1993, p. 436-437).

⁸⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A zona bragantina e a extinção das matas por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de abril de 1953, p.4./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonos que amem o solo e as árvores- por Bruno de Menezes*. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7./A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonização nipo - amazônica – por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de dezembro de 1954, p.4.

Entretanto, nos parece claro que a reticência do autor não era oriunda de uma atitude calcada em desconhecimento, mas de um analista que disseminava além do balanço ao contexto, um esforço por conectar a história agrária da Amazônia em sua leitura. No afã de propor resoluções que entendia capaz superar os entraves existentes o autor apresentava esta análise. Para Bruno de Menezes, os problemas decorrentes do uso das terras não estavam na forma de divisão dos lotes, isto é o latifúndio e o minifúndio, mas em uma política de reforma agrária que não se voltava às particularidades locais da Amazônia⁸⁸, principalmente por não entender o papel que práticas coletivistas agrárias ocupariam nesse processo de mediação de mudanças.

A adoção desses mecanismos desenhados as áreas rurais do Pará, no período da década de 1950, passavam pelo entendimento daquilo que não havia produzido resultados satisfatórios. Com isso, se os nordestinos eram avaliados pela sua participação no amanho da natureza Amazônica, em função de um contato que já distava um longo período. De igual modo, às políticas estaduais eram chamadas a responsabilidades por os convocarem, que lhes outorgavam terras e depois abandonarem a própria sorte, só lembrando nos períodos de safra pelos acenos da arrecadação dos impostos.

O detalhe da avaliação que o cooperativista pensava e conduzia em solo paraense, a partir da direção do S.A.C. era intercalado com a cobrança ao executivo ao qual estava subordinado, tal qual dirigia ao novo governador do Estado, Zacarias Assunção, nos meses iniciais de 1951. Através de um balanço que refletia o cooperativismo como política pública essencial ao enfrentamento as dificuldades agrárias. Não se esquivando de participar dessa agenda de mudança, por isso, além de pleitear mais visibilidade ao órgão que comandava, sublinhava o que o governador deveria fomentar na administração do Pará. Nesse interim sustentava:

É de crer-se, porém, que a s. excia o sr. general Alexandre Zacarias de Assunção, eleito e empossado no elevado cargo de Chefe do Executivo Estadual, em festivos e lustóricos atos de soberania e regosijos populares, entenderá que num cooperativismo sadio, realmente prestigiado estimulado pelo poder público, está a equação da maior soma de iniciativas revalorizadora da economia regional.

E ainda mais, que não sendo substimada a orientação técnica do órgão a que se acha afeta ação dêse trabalho salutar, pensará s. excia. em elevá-lo desde o preenchimento de seus quadros, com funcionários de capacidade, propiciando-lhe o numerário suficiente, a fim de cuidar de um planejamento

⁸⁸ Discussão constituída pelo autor em: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico - por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4

racional, desde o bancos escolares, aos setores das classes urbanas e rurícolas que venham minorar a crise das imperiosas resoluções do angustiado padrão de vida que atravessamos.⁸⁹

Se as informações de Bruno de Menezes, em parte visavam multiplicar o entendimento de como se processou a última investida na colonização da Amazônia, nos séculos XIX e XX, o objetivo central era estabelecer uma leitura que possibilitasse aquilo que já havia cobrado dos literatos, ou seja, “trabalhos reais” (MENEZES, 1993, p. 430). Por isso, sua ação se configurava em fazer do cooperativismo a solução de todo esse impasse, à medida que o próprio comprometia-se em arregaçar as mangas e ajudar nessas mudanças. O Pará ocupava uma posição relativa de liderança, caso se considere que detinha o número maior de cooperativas em funcionamento voltadas ao serviço rural na região Amazônia, uma reportagem apresentando dados estatísticos do estudo do Serviço de Economia Rural faria a seguinte indicação regional no período:

Regiões e unidade de Federação	Cooperativas existentes	Número de Associados
Norte		
Guaporé	2	69
Acre	9	420
Amazonas	11	845
Rio Branco	1	37
Pará	66	2.445
Amapá	3	208

90

Permitindo que Bruno de Menezes usasse da experiência militante em prol da Doutrina apelando para o que de melhor em seu entendimento vinha ocorrendo com a finalidade de estender as demais partes da Amazônia. Leila Mourão (2013, p. 41-55), ao apresentar um estudo sobre o cooperativismo no Pará, sugeriu a sua divisão em três períodos: o cooperativismo instituído (1912-1937), afirmação e apogeu (1938-1946) e refluxo e revisão (1946-1964). Para a autora, a participação ativa de Bruno de Menezes era observada na segunda fase, pois houve o ensejo muito forte da política do Estado Novo para torná-lo meta de governo.

⁸⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo, governo e mentalidade - Bruno de Menezes Chefe do SAC*. Belém, 17 de abril de 1951, p.4.

⁹⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No setor cooperativista: ampliadas as atividades do Serviço de Economia rural*. Belém, 15 de fevereiro de 1953, p.3.

A divisão embora possa esclarecer o desenvolvimento dos empreendimentos de benefício mútuo, não representaram as experiências, pois o ano de 1946 ao mesmo tempo representaria dois entendimentos diferentes, no caso, apogeu e refluxo. Com o detalhe de que como seguimos a atuação de Bruno de Menezes, também na década de 50 vemos não um refluxo, mas uma consolidação que vinha se firmando gradativamente pela criação de mais entidades, em especial por visarem à ampliação do mutualismo agrário na Amazônia. Mais aspectos relacionados ao aumento de cooperativas no Brasil a partir da década de 1950, com exposição de alguns números regionais, podem ser observados nos estudos de Cenzi (2011) e Pinho (1982).

O fortalecimento das cooperativas agrícolas com a junção em federações rurais integravam-se em um modelo, celebrado na época pelo governo paraense, no qual o desenvolvimento rural deveria agregar as entidades afins que embora se encontrassem articuladas em derredor de uma associação pelo projeto governamental fomentado deveriam integrar-se as outras mais. Selecionando as fontes periódicas é possível inferir que a junção de sociedades cooperativas em federações indicava possivelmente uma das ações que o governo visava promover, algumas notícias reproduziam esse movimento. Nesse caso em particular, as matérias jornalísticas evidenciavam essa linha de ação em que o governo encarregava-se de estimular um modelo mais abrangente de relação, ao entender que ao fomentar a junção de trabalhadores rurais já vinculados em alguma forma de união cooperativista o resultado seria mais produtivo. Com isso, observamos que as notícias caminhavam na sinalização de um alcance maior, caso as entidades se filiassem em uma federação. Os títulos traziam exposição tanto de um esforço regional de aproximação, como o próprio governo como mediador desse diálogo: Preparando a Federação das Associações Rurais do Pará, Todo o apoio do governo do Estado à Federação das Associações rurais do Pará e Deseja filiar-se à Federação das Associação rurais do Pará A Associação rural de Igarapé – Mirí⁹¹.

Bruno de Menezes lançava-se no debate numa frente que visava fazer do cooperativismo uma ação fundamental, na qual o homem do interior da Amazônia deveria ser incluído. O alcance a região além de ser uma militância semelhante ao que creditava a educação, partia da concepção da união mútua em torno de projetos agrícolas, sobretudo nos

⁹¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Preparando a federação das Ass. Rurais do Pará - Bruno de Menezes representando o SAC*. Belém, 04 de setembro de 1951, p.8 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Todo o apoio do governo do Estado à Federação das Associações rurais do Pará*. Belém, 13 de setembro de 1951, p.8. /A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Deseja filiar-se à Federação das Associação rurais do Pará A Associação rural de Igarapé – Mirí*. Belém, 20 de agosto de 1954, p.3.

municípios, pois defendia que os emancipava, ao mesmo tempo fomentando novas fontes de renda. Discutia que a falta de vigor não era das áreas urbanas do Norte do Brasil, mas oriundo de uma situação perpassada no interior, dada a disparidade das rendas que lhes eram destinadas, na maior parte das vezes, se não a única, mas a fonte maior dos rendimentos para fazer frente às despesas.

A política de reforma rural de Bruno de Menezes era mediada pelo que chamava de *Agrarismo Cooperativo Amazônico*⁹², imbuído da tarefa de expor as deficiências gestadas e lançar mão de todo um arsenal que redundasse em mudanças. Marcia Motta (2005.p.16-19) esclarece-nos que a concepção de *agrarismo* esteve relacionada a inúmeros programas de mobilização de camponeses, espalhados mundo a fora nos territórios da Rússia, México e China. No Brasil, a autora ressalta o papel que os movimentos das Ligas Camponesas e o MST tiveram como desdobramentos em torno dessa articulação. Os defendidos pelo cooperativista giravam em torno da especificidade da Amazônia, por isso, não bastava transplantar o que era utilizado em outras áreas do Brasil e do mundo. Sem especificar a parte da Ásia que descrevia como modelo a não ser imitado, pois o desenho enquadravam as seguintes necessidades: existência de braços em excesso, ancestralidade quanto ao amanho da terra, manutenção de uma tradição com ferramentas e animais e resistência quanto à mecanização, relacionado aos “hábitos dessas populações”⁹³.

No Brasil, uma das concepções que eram defendidas comumente era a necessidade de um agrarismo conduzido pela modernização da lavoura a partir da utilização das máquinas. Para o cooperativista equipar os campos com maquinários não era a solução definitiva a um conjunto de problemas. Tal concepção, no entanto, não ia além, sobre o que fazer com as grandes extensões de terras, isto é se fracionar ou mantê-las, pois como o discurso voltava-se apenas ao aumento da produtividade, questões essenciais ficavam de lado. O impasse central da reforma agrária brasileira não superavam como deveria ser efetuada a divisão das terras, à medida que giravam muito em torno da preocupação com o latifúndio e o minifúndio. A questão que na opinião de Bruno de Menezes deveria ser primordial era um “ruralismo prático, para desenvolvê-las em cada região do território nacional, levando em conta o progresso de algumas e o atraso e o problema de outras.”⁹⁴

⁹² Título do artigo de Bruno de Menezes: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4.

⁹³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4.

⁹⁴ *Idem*.

Ao falar da Amazônia o aspecto comum, já destacado em muitos dos seus textos era dimensionar os problemas, primeiro com passagens da história de ocupação rural, depois desse pequeno balanço seguia-se as fragilidades que afetavam as políticas de terras em vigor, para então entrar com a contribuição cooperativista a questão, afirmava que:

Já no caso da Amazônia, em que os braços rareiam e não bastam, preponderam na exploração da gleba os métodos indígenas, que, nesse ponto revelam o quanto foi assimilado do colonizador, do catequista e a terra sendo de todos, não é agricolamente de ninguém...⁹⁵

As indefinições dos programas de colonização que pudessem superar os entraves de falta de braços, capacitação dos trabalhadores, jogados muitas vezes sem amparo econômico, por mais que em alguns casos tivessem o suporte de máquinas. A lista de Bruno de Menezes inventariava os fracassos, disseminados nos núcleos surgidos na tentativa de preencher o vazio das grandes áreas devolutas do Estado e municípios. Porém, o quadro não era a manutenção dos lotes nas mãos dos primeiros a lavrarem, pois era “trabalhada transitoriamente”⁹⁶, cujas provas da legitimação dos donos desses núcleos vinham “num arremedo de posse, por localização, com bilhetes provisórios, ou títulos definitivos, que andam de mão em mão.”⁹⁷.

Na narrativa de Candunga, os lavradores são mostrados nessa condição, acostumados a plantarem sem a menor garantia legal de propriedade, vejamos um desses casos:

Não havia escrituras nem quaisquer documentos que a lei exige, assegurados, aos improvisados proprietários, de posses nas terras, de que se haviam assenhoreado. Apesar disso, quem lavrava alí, fazia-o para êsses donos.
 - Há quanto tempo foram vocês trabalhar nessas terras – quer saber Romario, para se orientar.
 A essa pergunta, os colonos se entreolharam e um deles, falando pelos outros, responde:
 - Desde que nós chegûemo...
 - Porque não pediram para cada família ser localizada em lotes independentes?
 - Pedi o que, seu douto! Aqui todo terreno tem dono...
 - Como é isso? – Romario surpreende-se.
 - A terra, o mato, a roça, a caça, a água...Até nós mesmo...Se não temo dono, sêmo alugado, que é o mesmo que sê escravo... (MENEZES, 1993, p. 133).

⁹⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ *Idem*.

As reticências que autor expressava não surgiam apenas na literatura, diria que mesmo em face de uma política que dosasse crédito, assistência e máquinas os trabalhadores ficavam presos aos intermediários, somente superado pela consciência do trabalho empregado, no “zelo pelos roçados”.⁹⁸ O agrarismo aparecia nas feições de um cooperativismo que proporcionaria ensino, organização e reconhecimento do esforço dedicado a terra. Permitindo que “o cooperado reconhecesse ser esse o meio econômico e lucrativo de trabalho”.⁹⁹ A concepção solidária afirmava-se quase sempre ao final dos textos, semelhante a um brado, ou numa espécie de estandarte que deveria ser erguido a fim de que as interrogações sobre o futuro da Amazônia fossem respondidas.

Como, porém, iniciar-se essa reação da Amazônia? Como se operar a transformação de uma existência desesperançada, sem ver uma compensação melhor do seu sacrifício, com a divisão equitativa do pão para todos, transformação que faça do artesanato, do homem do campo, uma classe organizada, que concorra para defesa das populações mais sofridas, que lhe facilite alfabetização, saúde e alimentação? Só batalhando por implantar um cooperativismo de ação honesta, em todos os setores das atividades agrárias, extrativas, industriais, mecanizadas, que explorem rudimentarmente o solo exubere, que nos acena a inesgotável abundancia de suas reservas (MENEZES, 1993, p. 436).

A referência que Bruno de Menezes apresentava ao conjunto a ser adotado advinha, novamente, das colônias japonesas existentes no Pará. Nelas não só colhia-se uma produtividade racionalizada na tutela de um moderno cultivo¹⁰⁰, pois ressaltava os elementos diferenciados em que “circulação das máquinas no regime cooperativo”¹⁰¹, e na educação rural como prática constante. Diria que na Amazônia, a solução para a reforma agrária não seria o fracionamento da terra, nem o latifúndio extensivo, mas “uma rede de cooperativas robustas”¹⁰² integrando-as nos pilares da educação e cultivo moderno.

1.4 Por um cooperativismo vitorioso

(...) essa maneira de encarar a prática de tal regime, em nosso meio, precisa ser combatida com a evidência de resultados concretos, obtidos por associações de cooperativas vitoriosas no Pará (MENEZES, 1993, p. 431).

⁹⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4.

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ Para mais informações sobre o cultivo agrícola e a dimensão histórica da ocupação do solo na Amazônia, no século XIX, consultar: NUNES, 2011.

¹⁰¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4.

¹⁰² *Idem*.

A nova política ao setor agrário, que ganhavam as páginas dos periódicos, conforme abordaremos nessa seção, fazia da plataforma cooperativista um alicerce que se voltava a distintos problemas existentes no Pará. O ponto alto destes debates ocorreria principalmente em 1954. A razão advinha dos nexos que o momento criava para conectar teses já esboçadas nos anos anteriores. A linha de pensamento de Bruno de Menezes, do modo que temos visto conserva-se fiel à posição de demonstrar o que a Amazônia vinha enfrentando, em termos de uma colonização dirigida com estratégias que não foram bem sucedidas na ocupação do território, por isso sinalizava meios viáveis ao enfrentamento dos entraves.

Entre as aberturas que o contexto permitiu situamos as comemorações dos 25 anos da Colônia Agrícola de Tomé-Açu, constantemente veiculada pela imprensa local, em uma série de reportagens, umas ocupando páginas inteiras, outras no formato de artigos e entrevistas, expunham-na como vitrine de um empreendimento vitorioso. Toda essa história vinha contada nos marcos da migração japonesa ao Pará, com a formação em 1929 do núcleo colonial, naquele momento integrada ao território do Município do Acará, parte Norte do Pará.

O amplo destaque adveio daquela que se tornava a porta voz de toda a celebração, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé- Açu – C.A.M.T.A., mesmo não sendo a primeira entidade formada, com a chegada dos japoneses na Amazônia, à medida que a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S. A., instalada em Tomé-Açu foi a organização que movimentou os passos iniciais dos interesses agrícolas. Porém, a produção de arroz, um dos focos da companhia, dado o grau de importância na dieta oriental, ao ser produzido em grande quantidade para ser colocado no mercado de Belém afetou o preço da saca, de maneira que os produtores tiveram grande prejuízo.¹⁰³

A Segunda Guerra Mundial agravou a situação, em função do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos acirrando as dificuldades da companhia pelas dívidas acumuladas e também pela venda e confisco de bens que sofreram os japoneses. Em 1946 a união de lavradores lançou as bases para a criação da entidade, com a assistência do governo do Estado. O objetivo de fomentar a produção levou a opção pelo que se converteria no principal

¹⁰³ As informações que nos permitiram sintetizar a abordagem tratada acima foram publicadas em três reportagens, discutindo a presença japonesa na Amazônia. A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Japoneses na Amazônia I – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 11 de dezembro de 1954, p.5 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Japoneses na Amazônia II – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 12 de dezembro 1954, p.6 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Japoneses na Amazônia III – por Fernando Moreira de Castro*.

produto, a pimenta do reino, transformada no ponto alto dos festejos que embalaram a ocasião.

Era o que evocava o título de uma das reportagens “De duas mudas de pimenta do reino a 500 mil pés em 1954”¹⁰⁴, desenvolvia-se estas ideias através de uma narrativa laudatória, cujo cerne eram as conquistas da entidade. No caso afirmava: “A Cooperativa é a mais rica e progressista do Estado, e talvez da Amazônia e do Norte. Supre as necessidades do mercado nacional e dentro de algum tempo iniciará a exportação da pimenta do reino, que os seus próprios plantadores chamam de diamante negro”¹⁰⁵. Além de indicar o sucesso da experiência cooperativista, divulgavam-se os projetos futuros e aquilo que coroava todo o empreendimento agrícola, isto é, o diamante negro.

O momento festivo criava uma brecha para embalar disputas pelos interesses da sociedade, entre eles um litígio na justiça, em razão da tributação da cooperativa. A questão vinha se alongando nos tribunais pela isenção dos impostos que incidiam sobre as vendas e consignações, colocando assim de lado opostos o Estado e a Cooperativa, em torno de uma cifra de 2 milhões e 500 mil cruzeiros. Após se arrastar até o Supremo Tribunal Federal a decisão foi dada em benefício fiscal do Estado. A derrota foi anunciada dessa forma.

Perdeu a Cooperativa de Tomé-Açu a questão no Supremo

O Supremo Tribunal Federal, em sua sessão de ontem julgou o recurso extraordinário de oriundo deste Estado interposto pela Cooperativa de Tomé-Açu contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado que condenou ao pagamento de cerca de 2 milhões e 500 mil cruzeiros ao Estado, referente a Imposto de Venda e a Consignação.

A decisão foi tomada por unanimidade e foi no sentido de negar provimento ao recurso para confirma o Acordão recorrido e decretar, assim, o pagamento daquela importância, que aliás, já se encontra depositada, além da incidência futura nessa e em outras Cooperativas. A tese sustentada pela alta Corte foi de que as Cooperativas não estão isentas do imposto nas operações de compra e venda com terceiros.

A defesa dos interesses do Estado foi patrocinada pelo Escritório Mendonça-Bitar através de seu representante no Rio de Janeiro, dr. Abel Guimarães.¹⁰⁶

Acompanhado as discussões que se produziram a cerca do assunto, verificamos meses antes da decisão do Supremo, que uma derrota já tinha acontecido em decorrência da decisão em segunda instância, após a convocação da Recebedoria de Rendas do Pará para que fosse

¹⁰⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *De duas mudas de pimenta do reino a 500 mil pés em 1954*. Belém, 14 de novembro de 1954, p.9.

¹⁰⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *De duas mudas de pimenta do reino a 500 mil pés em 1954*. Belém, 14 de novembro de 1954, p.9.

¹⁰⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Sujeitas ao imposto às cooperativas*. Belém, 25 de novembro de 1954, p.4.

repassado o total devido em imposto, referente à venda em no máximo dez dias. Isto se justificava em razão da qual houve a interposição de recurso pela C.A.M.T.A. junto ao Tribunal de Justiça do Estado que após analisá-lo, despachava a decisão ao representante legal, o advogado Aurélio do Carmo.

Indeferido. A peticionante não está investida de qualquer direito que possa impedir a cobrança de impostos pela Fazenda Pública, por isso que a segurança liminar que lhe concedera o dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda ficou sem efeito ao reconhecer este a sua incompetência para concedê-la, remetendo os autos ao Tribunal competente,(...)¹⁰⁷

Os magistrados diferiam quanto ao pagamento dos impostos, uma vez que o juiz primeiramente havia decidido pela cooperativa, contudo deu prosseguimento a uma instância maior, alegando incompetência para legislar no caso. Por isso, o ato contrário do desembargador, não pôs um fim aos interesses de isenção fiscal. Ao contrário, diante dos entendimentos divergentes, acabavam criando brechas para que os cooperados apelassem ao Supremo Tribunal Federal no afã de serem atendidos. Vale observar que essa quebra de braço entre as partes, teve mais disputas anteriores, demonstrando que as autoridades produziam pareceres antagônicos a interpretação da questão.

Algumas lacunas dessa querela jurídica foram noticiadas pela *Folha Vespertina*, no mês de outubro de 1953, nos permitindo considerar que a situação já vinha acirrando os embates entre Estado e C.A.M.T.A., antes das decisões finais em 1954. Os argumentos legais da sociedade baseavam-se nas leis promulgadas pelo próprio governo estadual, possivelmente as apresentadas no projeto de lei do deputado estadual Reis Ferreira, que entraram em vigor em 1950, porém depois seriam modificadas pelo Estado. A reportagem trazia o parecer do procurador fiscal da Fazenda Pública, Alarico Barata, selecionado uma parte do despacho, publicado no jornal, atestamos como a disputa ganha novos contornos a cada parecer

A C.A.M.T.A, sediada neste Estado recorreu para V. Exc. Na forma do expediente em tela, do ato do Diretor da Recebedoria de Rendas, ordenando o recolhimento da importância de CR\$ 655.747.50, correspondente a acréscimos regulares e referentes aos exercícios de 1950,1951 e 1952. Examinando, cuidadosamente, o caso focalizado, verifico que, realmente, o recurso se estriba na lei estadual número 376, de 25 de agosto de 1950, publicada no Diário Oficial número 16.325, datado de 6 de setembro de 1950, cujo artigo primeiramente determina a isenção do pagamento de impostos,

¹⁰⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Nada impede que o imposto seja cobrado / presidente do TJE não atendeu ao pedido da Cooperativa de Tomé – Açú*. Belém, 04 de maio de 1954, p.2.

taxas e emolumentos, durante três anos, às cooperativas em funcionamento ou que se vierem a fundar neste Estado e reconhecidas pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Assistência ao Cooperativismo. Posteriormente, a lei 585 interpretou que as transações realizadas com terceiros estranhos as sociedades não gozariam da isenção estatuída na lei primitiva.(...) Não vejo fórmula e nem encontro raciocínio para autorizar o recolhimento do expediente. Ex-positis, sou de parecer que se dê provimento ao recurso interposto pela COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TOMÉ-AÇU, consoante o que dispõem as leis estaduais números 376 e 585, salvo melhor juízo.(...) Este é meu parecer. Belém, 14 de outubro de 1953. ALARICO BARARA – Procurador Fiscal da Fazenda Pública.¹⁰⁸

O litígio seria renovado por mais uma lei de natureza semelhante, promulgada um ano antes pelo mesmo deputado estadual Reis Ferreira, redator da lei na qual se baseava a C.A.M.T.A. Neste novo projeto visava que fosse reduzida a cobrança em 50% dos impostos que incidiam sobre as sociedades em funcionamento no Pará. O deputado argumentava que

(...) em 1949, apresentou um projeto de lei que isentava de impostos e taxas as sociedades cooperativas e que depois de convertido em lei, por iniciativa do Governo, revogado em parte, o que fez porque achava, como ainda entende, que qualquer providência nesse sentido constitui a solução social e econômica, preconizada pelas Constituições Federal e Estadual, de amparo ao pequeno produtor, ao trabalhador do solo, que para gozar desses favores terá de se congregarem em cooperativas agrícolas. (...) O Art. 1º afirmava: As Cooperativas regularmente constituídas, com registro no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, gozarão o abatimento de 50 por cento em todos os impostos ou taxas estaduais, que incidam sobre operações mercantis, qualquer que seja o âmbito dessas operações.(...) O Art. 3º Em transação com as cooperativas ficam os seus associados, sem nenhuma restrição, isentos dos impostos estaduais, aplicáveis na espécie. (...) Art. 5º definia que a presente lei entrará em vigência no dia 1º de janeiro de 1954, com a revogação de qualquer disposição em contrário.(...)¹⁰⁹

Ainda voltando-se as cooperativas o deputado enfatizava através de um texto divulgado na imprensa, que esta seria a forma mais eficaz de combater a carestia generalizada que o trabalhador enfrenta para sobreviver¹¹⁰. Entretanto, os meses que separaram a decisão federal pelo não pagamento dos tributos movimentaram os membros cooperados a promoverem uma propaganda que explorava a ideia de que na época. A então desacreditada colônia foi convertida no mais expressivo projeto agrícola do Pará. Um dos subtítulos comunicados no

¹⁰⁸ FOLHA VESPERTINA. *Recorre ao governo a cooperativa de Tomé-Açú*. Belém, 14 de outubro de 1953, p.5

¹⁰⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Redução de impostos para as cooperativas / projeto do Sr. Reis Ferreira na Assembleia*. Belém, 14 de outubro de 1953, p.3.

¹¹⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo como instrumento de combate à carestia - por Reis Ferreira*. Belém, 11 de maio de 1951, p.1 e 4.

periódico, justamente dizia que “o empreendimento temerário de 29 é hoje a mais próspera colônia agrícola”¹¹¹. Assim, o quarto de século de sua existência favoreceu para que demandas voltadas aos benefícios econômicos e a emancipação política de Tomé-Açu entrassem nas pautas dos interesses da cooperativa. Com isso, as estratégias se engendraram em não ir frontalmente contra o governo, mesmo porque se por um lado arrancar uma vitória na justiça poderia agregar mais capitais, romper com o poder público poderia minar o projeto de formação do município, que não só precisava de um território constituído, mas de um conjunto de articulações que favorecessem os cooperados de Tomé-Açu.

Por isso, pode-se observar que as programações pensadas ao evento criavam a oportunidade não só de aplacar as disputas contra o Estado, mas de levar a numerosa comitiva oficial¹¹² a se sensibilizar as causas almejadas. Embaladas pelo ensejo a C.A.M.T.A. não pouparia convites, dezenas de autoridades com cabedais variados apareciam nos informativos publicados pelos periódicos. Destacavam-se os nomes e as funções dos representantes que seguiam a colônia, embalados pelo clima festivo em que

os Convidados: domingo, à tarde, conforme estava programado, deixaram o porto desta cidade rumo a Tomé-Açu as lanchas “Antonia” e “Maruá”, levando a bordo os convidados da Cooperativa Mista de Tomé Açú,(...) Às 8 horas, descia no campo de pouso de Tomé-Açu um avião da Força Aérea Brasileira, conduzindo o governador Zacarias de Assumpção, que se fazia acompanhar do brigadeiro Antonio Cabral, comandante da 1ª Zona Aérea, do sr. e sra. Tomiya Koseki, cônsul do Japão em nosso Estado, sendo recebido com demonstrações de carinho por parte da colônia japonesa, assim como de grande parte da população brasileira de Tomé-Açu, que compareceu ao aeroporto, afim de prestar especial homenagem ao Chefe de Estado¹¹³.

Com isso, embora as homenagens fossem prestadas a terra natal através do hasteamento do pavilhão e do hino cantado em japonês, por membros da cooperativa, o

¹¹¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *De duas mudas de pimenta do reino a 500 mil pés em 1954*. Belém, 14 de novembro de 1954, p.9.

¹¹² A reportagem enfatizaria a grande comitiva, dentre os convidados: “os srs. Cláudio Chaves e Caeté Ferreira, respectivamente secretários de Obras Terras e Viação, e Produção; professor Abelardo Condurú, diretor do Banco de Crédito da Amazônia; dr. Aurélio do Carmo, advogado da Cooperativa Agrícola; sr. Luiz Teixeira Gomes, representante do chefe de Polícia; sr. Jaime Vasconcelos, representante do Estado do Mato Grosso, na Comissão de Planejamento Econômico da Amazônia; comandante Ribas de Farias; sr. Mariano Solano, representando a Companhia “Itaú” de Transportes Aéreos de São Paulo; dr. Armando Toda, srs. Luiz Gonzaga Lobato, gerente do Banco de Produção de Minas Gerais; srs. Antonio José Augusto de Castro, Manoel Pinto da Silva, Luiz Pereira, da Portuense de Ferragens; Luiz Farias, secretário do Tribunal de Justiça do Estado; Capitão Cristovão Sequeira, representantes da Imprensa e carioca e várias outras pessoas gradas.(...). In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festa da pimenta do Reino todos os anos em Tomé*. Belém, 17 de novembro de 1954, p.7 e 10.

¹¹³ *Idem*.

destaque mais significativo coube às crianças nascidas no Pará, encarregadas de prestar as honras maiores ao Brasil. Uma das reportagens expressaria o que esse momento em particular causou nos presentes. No caso, afirmava que “os alunos da Escola Mista da Cooperativa, quase em sua totalidade nipo-brasileiros, entoaram o Hino Brasileiro com tamanho ardor cívico, que deixou todos que ali estavam profundamente emocionados”.¹¹⁴ Linhas a frente acrescentaria mais um espanto da comitiva, pois os alunos conhecedores do idioma dos pais se mantiveram em silêncio quando o hino japonês era cantado pelos adultos.

Conforme ressaltamos na nota de abertura da presente discussão, Bruno de Menezes ressaltava que uma das formas de se ampliar o alcance dos negócios cooperativistas em solo paraense, dizia respeito a “evidência de resultados concretos” (MENEZES, 1993, p. 431). O desfile das escolas da região atendia a uma agenda oficial de celebrações, pela necessidade cívica de prestar homenagens aos representantes do Estado, sobretudo, por buscarem parcerias a emancipação política da colônia. Entretanto, a mensagem que ratificava a força do empreendimento associativista surgia através da “(...) parada de veículos motorizados. Cerca de 30 tratores e 45 caminhões desfilaram perante o palanque oficial”¹¹⁵.

Sem dúvida nenhuma, a quantidade de máquinas ali presente chamou atenção do veículo de comunicação, dado ao destaque que se fazia a esse aspecto em particular, uma vez que de uma colônia do interior do Estado surgia uma constatação de que algo vinha dando certo naquela localidade. O evento era capaz de reunir homens públicos para prestigiar um momento singular naquela história, apontando o crescimento que os agricultores japoneses e os seus descendentes haviam consolidado. Por isso, o desfile de caminhões e tratores são elementos que não podem ser vistos de forma isolada, pois expressavam uma relação que Bruno de Menezes defendia ao manejo das terras amazônicas, métodos que fossem mais racionais ao cultivo. Não percamos de vista as críticas à coivara, que creditava na conta dos nordestinos e ao aproveitamento do solo que atribuía aos japoneses.

Com isso, as máquinas na opinião de Bruno de Menezes não deveriam estar presentes enquanto conquista particular do agricultor, mas no esforço do associativismo do homem do

¹¹⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festa da pimenta do Reino todos os anos em Tomé*. Belém, 17 de novembro de 1954, p.7 e 10.

¹¹⁵ *Idem*. Paul Singer discutindo as cooperativas de compra e venda avaliou que: “são associações que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas. O tipo mais importante desta categoria é cooperativa agrícola, formada por agricultores, em sua maioria pequenos proprietários ou arrendatários. (...) O trator, a ceifadeira etc. adquiridas pela cooperativa são postos a disposição de cada membro, por um tempo, de modo que os seus custos de produção se equiparam aos dos grandes proprietários.” Conferir em: SINGER, 2002, p. 83-84.

campo, que não só dividia os custos de manutenção, como colhia os dividendos pela contribuição que trazia a propriedade rural. Acrescentava o seguinte entendimento a essa relação.

Daí se conclue que as máquinas, pertencendo à cooperativa, a aplicação das mesmas é coletiva e leva o lavrador a interessar-se pela mecanização, porque a doutrina, a ciência econômica do sistema, arejando a sua fraca mentalidade, o faz compreender que os benefícios serão diferentes e muito mais produtivos os seus ganhos.¹¹⁶

No conjunto de informações levadas à imprensa pela C.A.M.T.A., algumas imagens tentavam atingir propósitos similares, em termos de construção de uma relação positiva com as autoridades. De lado ficavam os embates jurídicos para que entrasse em cena fotografias e desenhos que sinalizavam homenagens a pátria, através dos representantes republicanos e da bandeira nacional. Símbolo que se fazia presente em duas propagandas, que nos parecem à afirmação de uma orientação dos cooperados em posicioná-la não como esforço de estrangeiros, mas de cidadãos empenhados com o progresso e crescimento do país. Isto se materializava numa composição que ora colocava o emblema nacional no centro, ora os agentes do Estado em meio a elementos que chamavam atenção de algum aspecto da cooperativa, seja o nome da sociedade, plantações, uma sede agrícola ou até mesmo o diamante negro. Consideremos as duas propagandas abaixo:

¹¹⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4.

FIGURA 1: Propaganda da C.A.M.T.A: Homenageando a Pátria através da cultura da pimenta do reino.¹¹⁷

AVANTE BRASIL!

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

Entidade social regida pelas leis cooperativistas do país, vem de 4 anos para cá, incrementando a cultura da pimenta do reino, segunda riqueza econômica do Amazonas, cuja plantação tem alcançado elevados níveis de aproveitamento econômico-financeiro para o Estado do Pará, em virtude da superior qualidade do produto ora cultivado em TOMÉ-AÇU, município de Açu. A procura da pimenta do reino tem sido elevada, já abastecendo totalmente a demanda da União, situação esta altamente proveitosa para a economia nacional, que dentro em breve estará colhendo divisas no exterior, com a exportação do produto, o qual já atinge a várias toneladas na estatística do país, como fonte de nova riqueza.

SEDE:
TOMÉ-AÇU
Quatro Bocas

Escritório:
RUA DR. MALCHER, 53
Fone. 4442
Belém-Pará

Vista parcial de uma plantação de pimenta do reino, notando-se a sua uniformidade, devido a corteira e solo com que são tratadas as plantas, pelas técnicas da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.

Planta de pimenta do reino, submetida pelo tratamento científico que recebe das técnicas da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
Tem a satisfação de, nesta data, consagrar à Virgem de N. Sra. de Nazaré, a saúde e o povo parense e as autoridades constituídas, assegurando-lhes perenes felicidades.

FIGURA 2: Propaganda da C.A.M.T.A: Exaltação aos chefes do executivo federal e estadual, com destaque ao momento das comemorações do Círio de Nazaré em Belém.¹¹⁸

VIVA O BRASIL!

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

Tem a satisfação de, nesta data, consagrar à Virgem de N. Sra. de Nazaré, a saúde e o povo parense e as autoridades constituídas, assegurando-lhes perenes felicidades.

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

Entidade social regida pelas leis cooperativistas do país, vem de três anos para cá, incrementando a cultura da pimenta do reino, segunda riqueza econômica do Amazonas, cuja plantação tem alcançado elevados níveis de aproveitamento econômico-financeiro para o Estado do Pará, em virtude da superior qualidade do produto ora cultivado em TOMÉ-AÇU, município de Açu. A procura da pimenta do reino tem sido elevada, já abastecendo atualmente inúmeros Estados da União, situação esta altamente proveitosa para a economia nacional, que dentro em breve estará colhendo divisas no exterior, com a exportação do produto, o qual já atinge a várias toneladas na estatística do país, como fonte de nova riqueza.

SEDE:
TOMÉ-AÇU
Quatro Bocas

Escritório:
RUA DR. MALCHER, 53
Fone. 4442 — Belém-Pará

DR. GETÚLIO VARGAS
Presidente da República

DR. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ALCANTARA
Governador do Estado

¹¹⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu*. Belém, 10 de outubro de 1954, p.15.

¹¹⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu*. Belém, 11 de outubro de 1953, p.16.

As palavras de ordem eram *Viva o Brasil!*, *Avante Brasil!* e recrudescimento econômico, traduziam o esforço de respaldar as ações da cooperativa não como intento de japoneses, mas de cidadãos paraenses preocupados com o crescimento da região, que não negavam suas origens, mas que entendiam a contribuição que eles e os descendentes, nascidos no Pará, haviam desempenhado nesse processo de colonização. Por isso, os elementos expostos no jornal indicavam o pertencimento ao país no qual trabalhavam, de modo que a propaganda utilizada poderia vir com as fotos dos representantes oficiais, no caso, o presidente Getúlio Vargas e o governador do Estado Zacarias de Assunção. Entre as autoridades, situava-se uma imagem da Senhora de Nazaré, um dos símbolos da religiosidade paraense. Por ocasião da proximidade ao Círio, procissão ocorrida em Belém em homenagem à padroeira da cidade, se tornava um ingrediente a mais em toda essa divulgação. As letras garrafais da cooperativa, como os endereços do escritório em Belém e da sede em Quatro Bocas eram posicionadas perto de pés de pimenta do reino. Compunham a propaganda ainda, uma vista de uma das plantações, edificações e legendas acrescentavam detalhes a mais dos 25 anos da Colônia de Tomé-Açú.

FIGURA 3: Propaganda alusiva ao calendário de comemorações dos 25 anos da fundação da Colônia de Tomé-Açú.¹¹⁹



¹¹⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. 25 anos de fundação da colônia de Tomé-Açú. Belém, 14 de novembro de 1954, p.8.

Na notícia alusiva aos 25 anos de história da colônia, fazia-se um breve balanço textual das dificuldades enfrentadas durante o período, a partir de aspectos que significativamente faziam exposições dos números que traduziam o crescimento dos negócios. O propósito era destacar o papel da cooperativa nesse processo. Falava-se que das quinze mudas plantadas experimentalmente, apenas duas vingaram e delas se formavam um exército de quinhentos mil pés, produzindo milhões de toneladas de pimenta do reino. Igualmente se explorava os dados demográficos dos residentes na colônia, afirmando que “hoje, nada menos de 3500 pessoas, a absoluta maioria de japoneses e filhos de japoneses – constituem a população desse distrito do Acará”.¹²⁰ Toda essa referência visava acentuar aspectos entendidos como importantes a exposição das conquistas efetuadas por meio do esforço coletivo, da forma como se construía as argumentações patrocinadas pela C.A.M.T.A. Isto fazia com que o interesse de expansão dos cooperados fosse também o do Pará, mesmo que algumas milhares de cifras em impostos quisessem ser abatidas do erário estadual, em função do pleito judicial.

A narrativa nas páginas de *A Província do Pará*, em pequenas notas expunha os marcos que a cultura da pimenta do reino vinha desenvolvendo. Situava as vantagens a economia paraense e por extensão ao âmbito nacional, em especial se a produção se expandisse ainda mais. Em uma delas, logo abaixo da legenda *Avante Brasil!* ressaltava-se o que contribuía ao progresso da nação. Vejamos as afirmações da C.A.M.T.A.

A Cooperativa Mista Agrícola de Tomé- Açú

Entidade social regida pelas leis cooperativas do país, vem de 4 anos para cá, incrementando a cultura da pimenta do reino, segunda riqueza econômica da Amazônia, cuja plantação tem alcançado elevados níveis de aproveitamento econômico- financeiro para o Estado do Pará, em virtude da superior qualidade do produto ora cultivado em TOMÉ-AÇU, município do Acará. A procura da pimenta do reino tem sido elevada, já abastecendo totalmente o mercado da União, situação esta ativamente promissora para economia nacional, que dentro em breve estará colhendo divisas no exterior, com a exportação do produto, o qual já atinge a várias toneladas na estatística do país, como fonte de nova riqueza.¹²¹

¹²⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *De duas mudas de pimenta do reino a 500 mil pés em 1954*. Belém, 14 de novembro de 1954, p.9.

¹²¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú*. Belém, 10 de outubro de 1954, p.15. Destacamos ainda que a Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Ltda. - SOCIPE muito mais até C.A.M.T.A., constantemente utilizava-se do meio impresso para comunicações oficiais e outros tipos de notícias entre os membros, como para divulgar um teor propagandístico, algumas traziam de forma evidente aquilo que se propunha, através de afirmações: a “SOCIPE é o órgão defensor dos fazendeiros do Pará”. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da SOCIPE*. Belém, 27 de dezembro de 1950, p.8. Usava-se um de letreiro chamativo que dizia:

Sem dúvida os meses finais de 1954 embalaram uma propaganda que trouxe maior visibilidade tanto aos negócios movimentados, como da participação dos filhos do sol nascente no Pará. Ideia, que por sinal, Fernando de Castro em três artigos com mesmo título “Os Japoneses na Amazônia”¹²² desenvolveria entre 11 e 14 de dezembro. Isto demonstrava os objetivos da migração nipônica, através da retrospectiva de alguns acontecimentos, que tentavam estabelecer um viés histórico mais amplo, uma vez que não se restringia apenas as ações em solo paraense. O balanço indicava que os primeiros japoneses aportariam no Norte do País no final do século XIX, enfatizando conjuntamente a presença nos estados do Pará e Amazonas. Nomes de representantes do país oriental, informações sobre as localizações das terras recebidas e as tentativas agrícolas de “aclimatação da juta da Índia na várzea amazonense”¹²³, adentravam a exposições dos artigos. No caso da adaptação dessa variedade de juta, recebiam por parte de Fernando de Castro as adjetivações de um feito milagroso.

O debate movimentado no Senado brasileiro e na imprensa carioca, no contexto da guerra, e as repercussões trazidas à imigração japonesa estiveram entre as suas ponderações. Este aniversário, entretanto, teve o diferencial, no caso, o crescimento das opiniões favoráveis, o embate judicial, a defesa da transformação da colônia agrícola em município e as notícias da chegada de mais imigrantes a Amazônia,¹²⁴ semelhante a esta

Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará
Limitada Rua Gaspar Viana, 48 a 54
TELEFONE 2184

CAIXA POSTAL, 236 – End. Teleg.: SOCIPE

COOPERATIVA DE INDÚSTRIA PECUÁRIA DO PARÁ LIMITADA

Deseja às autoridades federais, estaduais e municipais, amigos e associados, um ANO NOVO repleto de venturas e prosperidades. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da SOCIPE*. Belém, 01 de janeiro de 1952, p.16.

¹²² A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Japoneses na Amazônia I – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 11 de dezembro de 1954, p.5 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Japoneses na Amazônia II – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 12 de dezembro 1954, p.6 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Japoneses na Amazônia III – por Fernando Moreira de Castro*.

¹²³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Japoneses na Amazônia II – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 12 de dezembro 1954, p.6.

¹²⁴ Observamos que dentro do período em análise, inúmeras notícias sobre a imigração japonesa para Amazônia foram divulgadas, somente menor que as relacionadas à migração interna, isto é Nordeste – Norte. Selecionamos alguns dos títulos dessas reportagens a fim de melhor evidenciarmos: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *25 mil japoneses para colonização da Amazônia*. Belém, 25 de outubro de 1951, p. 1 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Imigração nipônica para a Amazônia*. Belém, 27 de novembro de 1951, p. 1 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Nova leva de japoneses para o vale Amazônico*. Belém, 29 de agosto de 1954, p.16. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Japoneses para Belterra e Tomé – Açú*. Belém, 05 de janeiro de 1955, p.8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mais imigrantes japoneses virão em agosto para o Guamá*. Belém, 24 de abril de 1956, p.7. A Folha Vespertina também evidenciava em uma série de notícias, a chegada de migrantes japoneses: FOLHA VESPERTINA. *Imigração nipônica para o Estado do Pará*. Belém, 03 de agosto de

45 famílias japonesas chegam para Tomé-Açu
 Viajam pelo “Africa Marú” e são esperadas nos últimos dias desse mês
 Estão sendo aguardada ainda este mês, mais imigrantes nipônicos, os quais se
 destinam aos trabalhos do campo, principalmente ao plantio de pimenta do
 reino e legumes, na Colonia Agrícola de Tomé-Açu, em nosso Estado(...).¹²⁵

A discussão de Bruno de Menezes se voltaria aos novos estímulos migratórios a partir da atração de mais contingentes populacionais a Amazônia, isso em razão dos acordos firmados pela S.P.V.E.A. - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia¹²⁶ para que novas áreas fossem estudadas pelo INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a fim de que novos núcleos regionais fossem implantados. Posicionava-se que uma das situações que favoreciam a *Colonização nipo-amazônica*¹²⁷ era a localização em áreas apropriadas e o apoio desde a saída pelas organizações migratórias de seu país. Em detrimento afirmava: “É o que não se dá e nunca se deu com o continente de nordestinos afluídos para Amazônia, quanto a distribuição desses braços quase sempre marginais pelo pauperismo orgânico e pela precária situação econômica”.¹²⁸ Outra distinção que buscava ratificar não só pela sua percepção, mas de especialistas do Ministério da Agricultura, embora não os nominasse, citava em particular, “dois deles com auto-conhecimento das causas deficientes da colonização regional paraense”.¹²⁹ Assim, as opiniões do pequeno grupo não só validava a qualidade do trabalho desenvolvido pelos japoneses, cuja

1953, p.3./ FOLHA VESPERTINA. *Chegaram 181 imigrantes japoneses*. Belém, 04 de agosto de 1953, p.3./ FOLHA VESPERTINA. *Retorna a Amazônia a imigração japonesa*. Belém, 07 de outubro de 1953, p.3.

¹²⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *45 famílias japonesas chegam para Tomé – Açu*. Belém, 05 de novembro de 1954, p.8.

¹²⁶ A (SPVEA) constou como um desses arranjos, fomentadores de interesses diversos entre os estados atingidos pelo programa varguista, acerca de qual Amazônia foi vista em nova reordenação que constantemente foi propagandeada nos uso do termo *valorização*, correspondendo também a um discurso das autoridades que viam no desenrolar do projeto como aglutinador de uma nova mentalidade acerca do uso dos recursos florestais, dizia-se que o homem da Amazônia seria valorizado, que o espaço viveria uma nova era de prosperidade econômica e social. Assim os três primeiros anos da década de 1950 embalaram centenas de reportagens explorando o assunto, boa parte dela foi por nós recolhida através do recurso digital, visto que saíam no bojo das discussões cooperativistas. Fazendo com que Pará e Amazonas disputassem recursos, rivalizassem a fim de ampliar o raio das participações e das indicações de nomes para cargos de maiores barganhas políticas. Entre os nomes surgidos, o de Arthur César Ferreira Reis se fez presente em destaque, justamente por ter sido o primeiro superintendente da Valorização da Amazônia, escolha que começara a se esboçar nos primeiros anos desse contexto. Destacando-se por ser um expressivo conhecedor da Amazônia, intelectual e historiador que profundamente a estudou em diversas feições e recortes históricos. Só para que tenhamos uma ideia, ainda que superficial, no momento em que ascendia a chefia da Superintendência no ano de 1952 a 1953, publicava um importante trabalho, *O Seringal e o Seringueiro*, contribuindo com novos olhares sobre a migração na Amazônia (REIS, 1953).

¹²⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonização nipo - amazônica – por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de dezembro de 1954, p.4.

¹²⁸ *Idem*.

¹²⁹ *Idem*.

comprovação eram os núcleos onde estavam assentados, como concordavam no fato da “maturidade agremiativa que possuem”.¹³⁰

Sugeria que as áreas do Xingu e Araguaia poderiam ser avaliadas nos estudos, a fim de que os municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Itaituba, Altamira e Conceição do Araguaia fossem contemplados por um programa de formação de núcleos coloniais. Sobretudo dizia que os três últimos “despovoados e inexplorados”¹³¹ deveriam receber migrantes encadeados, na seguinte ordem: nipônicos, estrangeiros, cabia posição final aos *nacionais*¹³², mostrando as preferências de Bruno de Menezes pelos primeiros. Isto nos leva a sugerir que o termo *nacionais* agrupado ao fim da lista, além da opção de menor peso a ser considerada, estivesse numa sugestão para além dos nordestinos, os quais como observamos eram vistos pelo cooperativista com reserva na atividade agrícola.

Aproximadas dos acontecimentos de dois anos antes, observamos a ocorrência de noções similares, prometia-se já no título de uma das reportagens “400 toneladas de pimenta em 1953”, produção que, de acordo com o jornalista Floriano Jaime, era suficiente para atender os principais compradores do Pará, São Paulo e Rio Janeiro. O capital da cooperativa seguia a mesma fórmula de crescimento. Expunha-se que os novecentos milhões de cruzeiros, contabilizados em 1951 facilmente alcançaria o um milhão, caso o governo estadual, conforme indicava Jaime “estude com maior carinho ainda, o caso da Colônia da Estadual de Tomé-Açu. Sua área é de 600.000 hectares de terra, sendo que 20.000 se acham cultivadas. Bem poderia o governo elevar essa Colônia a categoria de município”. As autoridades que a visitavam apareciam como mais um aspecto das atenções políticas que as comemorações do 23º aniversário atraíam. Informava que “realizamos um passeio agradável em companhia do Dr. Catete Pinheiro, jornalista Santana Marques, Sr. Bruno de Menezes chefe do S.A.C. com sua jovem e gentil filha, senhorinha Marília Menezes”.¹³³

A presença do representante do cooperativismo também viria nos moldes do que seus artigos enfatizavam, uma vez que se reservou tempo na agenda para que pudessem “examinar e apurar o resultado dos exames finais”,¹³⁴ do ano letivo de 1952, em especial o desenvolvido

¹³⁰ *Idem.*

¹³¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonização nipo - amazônica – por Bruno de Menezes.* Belém, 08 de dezembro de 1954, p.4.

¹³² *Idem.*

¹³³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Tomé-Açu poderá produzir em 1953 400 toneladas de pimenta do reino.* Belém, 03 de dezembro de 1952, p. 4 e 8.

¹³⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Entusiasmo patriótico no Hino Nacional entoado pelos pequeninos nipônicos.* Belém, 02 de dezembro de 1952, p. 4 e 8.

na escola cooperativista “Fabio Luz”¹³⁵, notorizando a edificação do que Bruno de Menezes sustentava como o diferencial as ações de uma colonização bem estruturada no coletivismo.

Vale destacar que, embora, não tenhamos a informação de que a Escola Fábio Luz, entidade enquadrada no cooperativismo escolar, sediada em Tomé-Açu teve esse nome por uma sugestão direta de Bruno de Menezes, por ser entusiasta da ideia e admirador de Fabio Luz. Em nossas análises, constatamos a importância que o autor concedia ao tema com um artigo voltado especificamente sobre a questão. No caso destacava a necessidade de uma "Educação Cooperativista na Amazônia" (MENEZES, 1940). No texto há o destaque ao cooperativista Fábio Luz em função da contribuição que este se esforçava para promover nas suas produções acerca do cooperativismo escolar. Também em novembro de 1954 uma reportagem, relativamente longa, embora sem a assinatura do autor, versou acerca da necessidade de ampliar o número de cooperativas escolares além de fazer um balanço histórico dos acontecimentos ligados ao associativismo voltado a educação, a mesma ainda enfatizava no subtítulo “obstáculos que se erguem, entrvando a marcha do movimento Fábio Luz, o Pioneiro”¹³⁶

No discurso proferido por Bruno de Menezes, destacava o espírito de fraternidade que os esforços de brasileiros e japoneses apresentavam com reflexo especial na Amazônia. Dizia que nada era mais justo do que celebrar o momento pela solidez das relações que os aproximava. Com a ênfase não apenas nos créditos ao dinamismo da atividade comercial impulsionada pela Cooperativa de Tomé-Açu, mas nos componentes sociais que os cooperados estavam implantando na região, beneficiando os moradores da localidade. O que nos chama atenção que a constatação dos resultados não partiam somente das observações de Bruno de Menezes. Daí a necessidade de perceber que outros sujeitos compartilhavam de percepções similares, nem sempre atreladas a atenção que a colônia fazia ao se autopromover, nos meses separados no calendário anual de festejos.

Entre os debatedores fora do espaço da colônia, que validavam os esforços dos imigrantes, apareciam na virada do ano 1952 exaltando os colonos de Tomé-Açu em eventos voltados a homenageá-los. Em particular isto se dava pelo fato emblemático de um deles, ocorrido em Belém, na sede do consulado Norte Americano, oferecido pelo cônsul George

¹³⁵ *Idem.*

¹³⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Urge disseminar no Brasil as cooperativas escolares*. Belém, 12 de novembro de 1952, p. 3 e 4.

Colman.¹³⁷ O aprimoramento das relações entre as duas nações, no contexto pós-guerra, demarcava a importância que o convite traduzia, a medida que o anfitrião da festa era um representante do governo norte-americano e os homenageados os japoneses. A estratégia se daria em parabenizar a colônia japonesa a partir de um grupo de trabalhadores, que representavam a vitalidade do setor agrário paraense naquele momento.

O acontecimento adquiria alguns significados que merecem nossa atenção. No caso, a mediação desse diálogo além de se passar na Amazônia, teve como responsável pela abertura um orador paraense Gabriel Hermes Filho, que conhecia um pouco dos negócios da C.A.M.T.A. por ser o presidente do Banco de Crédito da Amazônia, de onde a entidade buscava crédito para seus empreendimentos. O seu discurso de maneira pontual buscaria abarcar alguns dos elementos que traziam singularidade da *confraternização nipo-americana*. Depois dos agradecimentos de praxe, avaliou que

veio o intervalo de tempo em que o mundo penetrou numa fase de decomposição social, diria melhor, de intrigas, de desencantos e dissociação de povos e de raças, mas por uma coincidência feliz, nesse intervalo de tempo, dedicando-se a estudos de assuntos econômicos e financeiros, tivera tempo de olhar o homem do povo, o trabalhador tenaz que era o japonês, que vivia na nossa Amazônia. Vira essa gente, numa compensação feliz, trazer do Oriente a juta, num trabalho corajoso e paciente, fazendo com que aqui crescesse e se multiplicasse a preciosa planta e criasse uma nova fonte de rendas para o Brasil depois da tragédia cujas consequências sofremos, a última guerra, mais uma lição e um benefício agrícola recebemos, nós da Amazônia, dos japoneses com a introdução da pimenta do reino, também vinda do Oriente para as nossas terras, como uma compensação do trabalho prejudicial à Planície, feito pelos ingleses, quando daqui levaram as sementes de seringueiras. Dito tudo, ficou um grande benefício e uma profunda lição para todos nós. O benefício, são os milhões de dólares que economizamos em divisas, não importando, hoje a juta do Oriente, e, também agora a pimenta do reino, tão necessária nas nossas mesas e nas conservas que as grandes indústrias do sul preparam. A lição foi maior ainda. Atirados em uma área de terra que não escolheram, terras denominadas pobres e altas, alí, pacientemente, os japoneses construíram uma riqueza, com a introdução da árvore propícia. E, sem recursos econômicos de governos, sem auxílio de qualquer espécie, apenas com a consciência de que precisavam se fixar naquele solo e alí viver, lançaram mão das suas observações, dos acontecimentos de seus técnicos, da sua capacidade paciente de saber esperar, para vencer e construíram o único campo de cultura racional economicamente existente dentro da Amazônia, Tomé-Açu é um exemplo e uma lição admirável para os homens com responsabilidades públicas na nossa terra. Ali existiam terras depauperadas, empobrecidas, também sofrendo as consequências das grandes queimadas como se verifica em todos os pontos da Planície. E o que se vê agora? Cerca de 300 mil toneladas de pimenta, produzindo milhões de quilos que representam milhões de cruzeiros na economia de país. E, acima de tudo o homem fixado à terra que trabalha, tanto assim que Tomé-Açu é o melhor centro cooperativo da Amazônia e, sem favor o melhor centro de trabalho agrícola organizado(...) Com essas palavras atendia ao desejo do ilustre cônsul

¹³⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Uma grande e admirável festa de confraternização nipônica*. Belém, 13 de janeiro de 1953, p.3.

George Colman, dando início à festa, agradável ao seu coração de brasileiro, hoje com responsabilidades na vida pública da Planície (...).¹³⁸

Neste aspecto, Pedro Demo analisou concepções estabelecidas a partir da solidariedade como efeito de poder, considerando o caráter polêmico que a cooperação exerce do ponto de vista das teorias biológicas, uma vez que esse debate tende a dividir os estudiosos, que discutem o que estaria por trás das relações de ajuda, proteção e partilha observada no mundo animal e por extensão a sociedade humana.¹³⁹ Trata-se de reflexões dos custos de atitudes individuais e coletivas, motivada por desejos egoístas que nascem do entendimento que cuidar dos outros é uma fonte de bem estar próprio, ou que a correspondência proporcional entraria nas motivações de uma pessoa a ajudar aos outros. No filtro das discussões de alguns evolucionistas, o autor demonstrou a predominância de uma tradição encabeçada por Dawkins a respeito da existência do “gene egoísta”, no qual estender as mãos a terceiros se firmaria no interesse próprio. As discussões de egoísmo e altruísmo na seleção natural viriam de exemplos como o da zebra, que ao correr mais veloz que as demais colhem benefícios somente para si, não ao grupo que também foge dos predadores. No caso humano, implicaria creditar validade da premissa do “egoísmo embutido”, segundo Pedro Demo se apresentaria em considerar que Tereza de Calcutá ao dedicar-se ao próximo pensaria no que obteria em causa própria com as boas obras (DEMO, 2002, p. 97).

A solidariedade na linha do efeito de poder, conforme avaliada pelo estudioso, contribuiria para que a cooperação ganhasse mais fôlego no ambiente onde mais estejam partilhando da mesma motivação. Assim, descartar que as cooperativas não estimulem atributos similares a esse, nos parece negar uma dinâmica maior das experiências, que os cooperados percebiam quando notavam o que compartilhavam quando grupo se fortalecia. Pedro Demo (2002, p.100) afirmou que “uma constatação parece mais sólida: grupos com predominância de cooperadores parecem mais capazes de sobreviver”.

Por isso, não se pode negar que os membros da Cooperativa Mista Agrícola de Tomé-Açu entendiam que o esforço coletivo poderia alavancar um poder maior do que somente os

¹³⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Uma grande e admirável festa de confraternização nipônica*. Belém, 13 de janeiro de 1953, p.3.

¹³⁹ Nesta obra, Pedro Demo (2002) estabeleceu uma análise das relações que os sujeitos sociais constituem ao se aproximarem a fim de enfrentar coletivamente algum problema, assim: egoísmo e altruísmo, adentram as percepções no sentido de demonstrar como estas questões foram examinadas por alguns autores tanto ligado as ciências sociais como Michel Foucault a pesquisadores das ciências biológicas Wallace e Dawkins. Enfatizando que entre os cooperados existem benefícios, mas também custos para os que se aproximam por meio desses mecanismos, sustentando em especial as relações de poder que aparecem através da solidariedade.

dividendos da produtividade, pois a luta pela autonomia da colônia agrícola a partir da separação do Acará orquestrava-se visando o tamanho da extensão que as terras do futuro município teriam. A base econômica da produção pimenta do reino era asseverada como estabilidade que a região já gozava e a expansão da mesma inerentemente ligava-se a garantia de mais áreas ao cultivo. Portanto, o progresso na narrativa do diário de notícias tornava-se sinônimo de autonomia política e o êxito era resultante direto da atuação dos cooperados nesse processo. Por essa razão os objetivos tanto pelo não pagamento dos impostos, como pela independência administrativa, agregavam-se em articulações que se esmeravam em apresentar os melhores atributos do trabalho agrícola desenvolvido, notemos a ênfase relacionada

TOME-AÇU COMO MUNICÍPIO

Quem já teve a oportunidade de visitar Tomé- Açú com as suas intermináveis plantações de pimenta do reino, arroz e das novas culturas de manilha e de sizal e outras mais em fase experimental, como café, cacau, cravinho da Índia e etc., não pode deixar de dar com todo entusiasmo, seu apoio a ideia de transformar-se aquela abençoada gleba em município autônomo, que de futuro possa ampliar em volume e qualidade, a assistência que presta aos seus filhos. Tomé-Açú já é economicamente um município. A autonomia política e administrativa lhe dará maior progresso. (...)¹⁴⁰

O peso que essas defesas fomentavam quando correlacionados a exposição que Bruno de Menezes fazia dos problemas que a Amazônia vivia na década de 1950, particularmente os municípios agonizantes do Estado do Pará, permitem observar como essas teses se transformavam em bandeiras de lutas, no sentido de enfrentar às dificuldades a partir de mecanismos cooperativistas. Por ocasião do Congresso Petropolitano de Municípios, no Rio de Janeiro, o qual reuniu delegados “dos quatro cantos do Brasil”, tratando de “problemas comuns interdependentes de tributações”, se posicionou na visibilidade de duas questões que lhe pareciam correspondentes. Na qualidade de delegado desejava que entrasse nas pautas a serem discutidas, ou seja, *Municipalismo e Cooperativismo*. Ao analisar tais aspectos utilizou de referências alusivas a Constituição, inferindo que desde a proclamação da República, a divisão em núcleos administrativos foi estabelecida como forma de criar uma autonomia na resolução de assuntos locais (MENEZES, 1993, p. 441-445).

Sobre a questão, Mourão (2013, p. 46) indicou:

¹⁴⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Autonomia para maior progresso de Tomé - Açú*. Belém, 21 de novembro de 1954, p. 11.

No início do século XX que o cooperativismo paraense surgiu e se consolidou, sob a égide da abolição da escravidão e a promulgação da legislação republicana. [...] a criação de associações urbanas que mantinham caixas beneficentes [...]. As rurais organizavam-se a partir do modelo Raiffeisen (alemão).¹⁴¹

No entanto, a forma que os recursos eram distribuídos da União aos Estados e destes as unidades administrativas, prejuízos decorriam a municípios de menor expressão política. Nesse sentido, o texto defendido no Congresso não poupava críticas à partilha dos impostos arrecadados. Sustentava que na divisão praticada, os privilegiados eram dos municípios do Sul do país, isto em função de uma legislação que permitia tais arranjos. Em particular, dizia que “decorrido metade de um século, em que nos regemos por aquele e outros estatutos, ainda jazem no sistema colonial, com exclusividade do Sul do país, numerosos municípios sem vitalidade” (MENEZES, 1993, p. 441). Assim, quando uma colônia através de sua cooperativa reivindicava autonomia afirmando dinamismo econômico, representava o aspecto essencial de desenvolvimento interno que Bruno de Menezes preconizava as prefeituras do país. Por isso, é obvio que caso criado, uma fatia do “bolo fiscal” estadual iria ao novo município, entretanto, a colônia construía uma defesa que omitia a necessidade de participação na arrecadação, uma vez que os argumentos vinham da trajetória consolidada no decurso dos 25 anos, tonando-se um exemplo que sua sobrevivência não se firmava nas benesses estaduais, mas na possibilidade de somar forças ao Estado do Pará.

Bruno de Menezes dividia as responsabilidades dos fatores que enfraqueciam as unidades municipais, o primeiro seriam os poucos recursos que minavam qualquer crescimento, o outro recaía nos ombros dos chefes do executivo, por imprimirem uma gestão que em sua análise era “antiquada e burocrática”. Além disso, os erros administrativos apareciam na incapacidade de gerenciar o que a natureza garantia, repercutindo em uma agricultura improdutivo, no uso errado das florestas, na péssima utilização “das benesses das águas” e nas culturas improdutivas que não retiravam o melhor do solo (MENEZES, 1993, p. 441). Porém, ao citar os problemas de lidar com minguadas receitas e a maneira como meio ambiente era explorado adentrou no texto como ponto principal da penúria existente. A equação de Bruno de Menezes era clara, incapacidade administrativa somada ao

¹⁴¹ Paul Singer (2002, p. 60-64) observou sobre essas entidades, que as cooperativas de crédito foram invenções alemãs: a urbana por Herman Schulze-Delitzch e a rural por Friedrich Wilhelm Raiffeisen. Com detalhe que para conseguir o acesso crédito junto aos intermediários valia-se da *responsabilidade ilimitada* de todos os sócios, princípio que Schulze-Delitzch enfatizava o velho lema: “todos por um”.

aproveitamento errôneo da natureza, colhia-se saldo constantemente negativo e dependência exclusiva da tributação da União. Além disso, apontava raízes históricas mais profundas a essa questão em particular, a persistência de uma agricultura e coleta tradicional sem meios para fortalecer mudanças, pois créditos escanceavam ou se quer existiam, deixando o *operário rural* sem a quem recorrer (MENEZES, 1993, p. 442).

Ao apresentar dados referentes ao Pará, analisava que nos 58 municípios a demografia era baixíssima, trazendo um parecer comumente norteado nos seus artigos, que a falta de homens impossibilitava a exploração dos recursos naturais, na conjuntura da metade do século XX. Avaliava ainda que para sair da “insuficiência de braços e numerários” era fundamental mudanças que pudessem movimentar a economia, na adoção do chamado *municipalismo revolucionário* somente possível respeitando as “peculiaridades do ambiente” (MENEZES, 1993, p. 442). Nas linhas que se seguiram não indicou a solução de como transpor a falta de homens e mulheres para o trabalho. Porém, discutimos ao longo desse item, que a migração japonesa representava, na visão de Bruno de Menezes, o aspecto diferenciado de uma política migratória a ser trilhada na busca por melhores resultados. Vale destacar a proporcionalidade nos argumentos, aumentando-os em prol dos orientais incidiam em mais evidências das debilidades nordestinas, tendo seu ponto culminante nesse contexto, o lançamento do romance *Candunga*, em 1954. Que em linhas gerais se tratava de uma reflexão literária da migração cearense a Zona Bragantina, em que detalhou aspectos que vão da rusticidade do amanhã da terra até colheita. Na obra, o cooperativismo aparece como uma reflexão que volta e meia ganhava atenção em certos comentários do personagem Romário, destacando-se pelo forte idealismo que defendia um horizonte diferente a região, noções que surgiam, sobretudo, nas páginas finais do romance em função de uma colônia de bases cooperativista.

Nos possíveis dividendos a implantação dos projetos, Bruno de Menezes, falou da necessidade de mudanças nos mecanismos constitucionais que preconizavam que quaisquer melhorias redundavam em “incidências tributárias generalizadas” (MENEZES, 1993, p. 442). Esbarravam em amarras legais que não equacionavam os capitais da forma condizente, gerando a permanência do quadro tradicional agrícola, na percepção do autor.

Pois que, em verdade, não encontram ensejo de sair da apanha de ouriços e oleaginosas; da extração gomífera e do corte das madeiras, anti-economicamente exportadas; da pesca bíblica da espicha de couros silvestres; da produção de essências com desperdício de grandes porcentagens; da pecuária retrógrada hoje menos rendosa do que no patriarcado das fazendas dos jesuítas e colonizadores do arremedo de uma agricultura, como a que era

trabalhada pelas capitânicas e de indústrias encontradas pelos exploradores lusos (MENEZES, 1993, p. 442-443).

Na segunda parte do texto defendeu o que seria necessário adotar para mudar a situação que os municípios viviam. As alegações enunciadas centralizavam-se em quais mudanças nas leis deveriam ser engendradas, no intuito de tornar o cooperativismo um meio eficaz dessa revitalização, uma vez que o dinamismo econômico era um dos atributos, que conferia a doutrina associativa, em especial nos lugares “em que a pobreza favorece a lei da inércia” (MENEZES, 1993, p. 443). Para isso, inferia que alguns dos impostos arrecadados pela República incidissem diretamente em seu proveito, direcionando-os a empreendimentos de caráter associativo. O municipalismo, de fato, se consolidaria permitindo uma transformação na vida da população distante dos centros urbanos. Demonstrava exemplos de alguns municípios da região Nordeste que haviam logrado aumento da produção e melhoria da renda. Não via distante no tempo do mesmo acontecer nas “comunas paraenses”, caso se equilibrasse a prática cooperativista com as terras sem uso.

As ideias que desejava levar a plenária buscavam fundamentar um incremento no parágrafo 4º, do artigo 15 da Constituição Federal, que dizia: “entrega aos municípios, excluídos os das capitais, de dez por cento do total que a União arrecadar do imposto, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural” (MENEZES, 1993, p. 444). Como o próprio texto já fazia menção clara da destinação que deveria ser concedida ao repasse da União, o acréscimo corresponderia à inclusão das cooperativas como organismos que teriam acesso aos erários públicos, principalmente na forma de créditos rurais para impulsionar a fomentação das agremiações, como de proteções que as prefeituras as cobririam. Porém, novamente enfatizou o entrave administrativo relativo aos capitais para que os chefes do executivo pudessem dá à partida inicial (MENEZES, 1993, p. 444).

Fundamentou a urgência de “dispositivos estatutários” a fim de operar o que insistentemente evocou no final do texto os alusivos “benefícios de ordem rural”. O delegado Bruno de Menezes situou de maneira bem evidente o que fazer para congregar um desenvolvimento que trouxesse vitalidade as unidades municipais do Pará. A solução estaria no nascimento de cooperativas que após o amadurecimento dariam força e dinamismo as prefeituras. Somente agregando municipalismo e cooperativismo o interior do Estado entraria em um compasso que o tiraria do atraso histórico demarcado ao longo da explanação.

Finalizou dando ciência que os municipalistas não estavam desatentos da importância que assunto apresentava e na expectativa da discussão por todos os delegados (MENEZES, 1993, p. 444-445).

No âmbito interno paraense, o nome de Bruno de Menezes indicava a maneira como o cooperativismo deveria ser considerado no III Congresso de Prefeitos, realizado no município de Igarapé-Açu, na segunda semana de fevereiro de 1952.¹⁴² A reunião para decidir os detalhes com o governador Zacarias Assumpção enfatizaria as contribuições encaminhadas, nela o Serviço de Assistência ao Cooperativismo¹⁴³ tomava parte entre as secretarias de Estado encarregadas em discutir os temas do ensejo regional. O periódico *A Província do Pará* registrava o encontro final, destacando

Teses para o congresso dos prefeitos do interior
 Importante reunião ontem em Palácio - As tese aprovadas
 Mais uma reunião presidiu o governado do Estado ontem em Palácio para apresentação e discussão das teses destinadas ao congressos regionais dos prefeitos do interior. Estavam presentes entre os titulares das cinco Secretarias de Estado o prefeito Lopo de Castro e o sr. Hugo de Borborema, o sr. Antonio Lopes Roberto, o sr. Bruno de Menezes e o sr. Adauto Soares.

COOPERATIVISMO

O chefe do Serviço de Assistência ao Cooperativismo apresentou também uma tese no sentido de, mediante convênios, serem criadas em cada município uma cooperativa de Consumo para serviços gráficos, material de expediente, livros didáticos e utilidade colegiais. A tese foi aprovada.¹⁴⁴

Em 1954, a abertura como temos demonstrado foi expressiva a discussão desses aspectos, em função da visibilidade que os dividendos da C.A.M.T.A. despertaram nos veículos de comunicação. Isto se observava principalmente pelo fio condutor da emancipação de Tomé-Açu que fazia do associativismo agrícola uma bandeira política de influir nas lutas pela autonomia. Com isso, os anos anteriores permitiram a Bruno de Menezes direcionar as principais pautas cooperativistas na Amazônia, principalmente por tentar firmar o Pará como uma liderança no Norte do país, pela multiplicação das sociedades de ajuda mútua,¹⁴⁵ em

¹⁴² Algumas reportagens no final de 1951 e nos dois meses iniciais do ano de 1952 fizeram menções ao ensejo: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Para apresentação das teses nos congressos de Prefeitos Municipais*. Belém, 24 de novembro de 1951, p.8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Teses para o congresso dos prefeitos do interior*. Belém, 08 de janeiro de 1952, p. 3 e 8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Instala-se hoje em Igarapé – Açu o III Congresso de prefeitos*. Belém, 09 de fevereiro de 1952, p.1.

¹⁴³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Teses para o congresso dos prefeitos do interior*. Belém, 08 de janeiro de 1952, p. 3 e 8.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ Destacamos algumas das sociedades mutualistas, observados em nossa pesquisa, nas quais Bruno de Menezes esteve envolvido diretamente na sua organização: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativa dos Plantadores de Fumo em Bragança*. Belém, 20 de janeiro de 1951, p.4 / A PROVÍNCIA DO PARÁ.

particular da C.A.M.T.A., correspondendo a uma credencial de distinção a sua administração do Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural, dada a assistência técnica prestada à entidade. Por isso, é importante considerar que o cargo desempenhado assegurava alcances que um simples militante da doutrina não teria, pois apresentar a matéria ao exame de sujeitos sociais com influência no país, análogo ao ocorrido no Congresso Petropolitano de Municípios, no qual sustentou a tese que o enfraquecimento dos entes municipais poderia ser evitado, se houvesse uma mudança na lei do repasse das verbas com a obrigatoriedade das prefeituras em disseminar cooperativas beneficiadas nesse novo arranjo legal. Em última instância o delegado paraense visava à atenção dos parlamentares federais, caso o texto entrasse como proposta no relatório final do evento.

Os camaradas cooperativistas, a semelhança de Roberto Bezerra de Menezes¹⁴⁶, nome que por sinal Bruno de Menezes tinha como uma das autoridades no assunto, claramente reconhecia a notoriedade da C.A.M.T.A., expressando já no título do artigo que se tratava de “uma grande cooperativa em plena selva Amazônica”.¹⁴⁷ Destacava o crescimento vivenciado pela sociedade no ano de 1954, no qual o volume dos negócios atingia a 17 Estados da União, entre os quais os maiores compradores eram São Paulo consumindo 100 mil quilos, depois o Rio de Janeiro com 66.000 e na terceira posição o Rio Grande do Sul comprando 56.000 quilos. Este resultado atribuía à confiança que os membros tinham ao entregar a sua produção para ser vendida pela Cooperativa, sinalizou ainda que caso se dividisse a entrada pelos dozes meses daria uma média de 2 milhões mensais.

Reunidos em cooperativa os proprietários de granja da zona bragantina. Belém, 21 de abril de 1951, p. 4 e 8. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Em magnífica situação a cooperativa dos ferroviários.* Belém, 02 de março de 1951, p.3. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Agricultores de Caratateua reunidos em cooperativas.* Belém, 20 de maio de 1951, p.4. / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Eleitos e empossados os dirigentes das cooperativas de Consumo de hotéis.* Belém, 08 de dezembro de 1951, p.8./ *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Novas cooperativas de consumo em fundação / solicitado o SAC a esclarecer a organização de novas cooperativas.* Belém, 01 de fevereiro de 1953, p.3.

¹⁴⁶ Reconhecido agrônomo e estudioso do cooperativismo, discutiu, sobretudo, o sistema cooperativista no Ceará. Dois artigos tratando do assunto são destacados na: *Bibliografia brasileira de agricultura*, v. I, n.1-1956/58 Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de bibliografia e documentação, 1962. Disponível em: http://library.wur.nl/isric/fulltext/isricu_i00003092_001.pdf. Bruno de Menezes fez menção ao nome no artigo: *Necessidade de Educação Cooperativista na Amazônia – Revista Cooperativismo*, Novembro, 1940. Além disso, em nossas pesquisas no periódico: *A Província do Pará encontramos duas contribuições*, num espaço de 5 anos entre as publicações, com os seguintes títulos: *A PROVÍNCIA DO PARÁ. O fisco, um dos inimigos do cooperativismo no Brasil por Roberto Bezerra de Menezes.* Belém, 12 de agosto de 1950, p. 4 / *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Uma grande cooperativa em plena selva amazônica por Roberto de Menezes.* Belém, 15 de julho de 1955, p. 4.

¹⁴⁷ *A PROVÍNCIA DO PARÁ. Uma grande cooperativa em plena selva amazônica por Roberto de Menezes.* Belém, 15 de julho de 1955, p. 4.

Neste aspecto, faria uso das palavras de Bruno de Menezes sobre a sociedade a fim de refletir as mudanças engendradas “a única na Amazônia, definitivamente vitoriosa, quando tudo era descrença e desânimo para os colonos que na mesma se agremiaram”.¹⁴⁸ Porém o diferencial da sociedade não advinha simplesmente na vitalidade das exportações e do crescimento dos lucros e sim na “observância dos princípios da doutrina rochdaleana”¹⁴⁹. Por sua vez, para Roberto de Menezes a “observância” se evidenciava através da destinação das sobras líquidas ao benefício dos membros, presente na

(...) assistência social prestada pela sociedade aos associados e suas famílias. Além do Hospital instalado em Asa Branca, mantém ela em Breu Branco uma farmácia e um consultório médico. No setor da Educação destaque-se o convênio assinado ano passado entre a Cooperativa e a Secretaria de Educação do Estado, mediante o qual aquela passou a manter às suas expensas, O Grupo Escolar de Tomé-Açú e as escolas primárias de Ipitanga e Breu, ficando a Cooperativa, por força desse convênio, obrigada a contratar professoras normalistas para lecionar, o que anteriormente era feito por leigos.(...)¹⁵⁰

Diva Benevides (1982, p. 19, 20 e 149) ao discutir especificamente o alinhamento aos Pioneiros de Rochdale observou que se tratava de uma questão que divide os partidários do sistema, uma vez que muitos entendem que deve ser respeitado sem restrições, já outros embora reconheçam a importância dos precursores defendem e adotam mudanças que melhor atendam as suas demandas. No cenário nacional, a estudiosa demonstrou que a tendência foi clara aos princípios rochdaleanos, absorvido tanto das fontes inglesas como francesas. A legislação dos anos de 1930 fornece as marcas dessa influência. Porém, a concepção doutrinária de ambos se firmava no respeito ao legado dos Pioneiros de Rochdale, como princípio inegociável, por essa razão tratava-se para Bruno de Menezes de um meio a ser seguido para que existisse “a concretização de seus honestos postulados”.¹⁵¹ O entendimento era de que o cooperativismo não podia ser compreendido como simplesmente dosador das tensões sociais, mas como projeto a ser implantado para que fosse possível “resistir ao poderio do capitalismo absorvente”.¹⁵²

¹⁴⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Uma grande cooperativa em plena selva amazônica por Roberto de Menezes*. Belém, 15 de julho de 1955, p. 4

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ Carlos Howarth, o Arquimedes da Cooperação (MENEZES, 1993, p. 438-440).

¹⁵² (MENEZES, 1993, 440).

A contraposição a herança legada por Robert Owen cuja influência chegou ao mutualismo dos tecelões ingleses, se faz presente na análise de Thompson (2012, p. 539), ao discutir a manutenção do *status quo* e atenuação das lutas de classe que o associativismo promoveu em distritos ingleses com tradições sindicalistas de ajuda mútua. O autor informa que “a cooperação oferecia um movimento onde racionalista e cristãos, radicais e politicamente neutros podiam trabalhar juntos”. Nesse caso, entendia que a imprecisão do pensamento de Owen, permitindo a convivência de tendências distintas no abrigo da união coletiva, pois o edifício capitalista continuaria intacto, preservando além da propriedade privada todas as garantias políticas e econômicas, pois os membros trabalhavam não para superação destas contradições, mas para eles mesmos e pela melhora das suas vidas.

Com isso, a incompreensão talvez apareça se tentarmos desviar o cooperativismo de Bruno de Menezes alheio a uma proposta de governo, no sentido de que existiam encaminhamentos oficiais a serem implantados e ele deveria segui-los seja pelo idealismo ou compromisso profissional. Assim, afirmações que as autoridades eram “benignas”¹⁵³ ao reajustarem o salário do trabalhador parecem destoar das demais defesas sustentadas em suas abordagens, principalmente se mantivermos a avaliação na indicação de Thompson, frente aquilo que avaliava da herança owenista entre os ingleses. Porém, nossa proposta não está em redimir as concepções do cooperativista, nem tão pouco considerar que sua experiência histórica seguiu dentro do ideal de emancipação as classes operárias. De fato Bruno de Menezes foi um representante do Estado, ligação que pode ser atestada pela maneira como muitos de seus textos eram escritos, correspondência que se pode observar no trecho abaixo:

Em socorro dessas massas, o poder público central e o executivo estadual têm de amparar e dar direitos legítimos as sociedades que se fundarem, organizarem e funcionarem, dentro dos princípios cooperativos e que congreguem no seu seio pessoas que não sejam essencialmente capitalistas.¹⁵⁴

O nascimento de um projeto coletivo não se configurava a parte da reponsabilidade do Estado nessa formação. O *Cooperativismo na Amazônia* de Bruno de Menezes demonstrava que o consumo da classe trabalhadora era prejudicado através do “intermediário nem sempre escrupuloso na sua maneira de negociar”, seja no fornecimento de alimentos, calçados, vestimentas e remédios a situação era equivalente. Além disso, a solidariedade entre os

¹⁵³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo na Amazônia por Bruno de Menezes*. Belém, 10 de julho de 1952, p.3.

¹⁵⁴ *Idem*.

consumidores permitia um produto de mais qualidade, o preço justo e por fim a melhoria financeira das condições financeiras do trabalhador através do repasse das sobras aos cooperados.¹⁵⁵ Para superá-lo a solução era criação na capital e no interior do Estado das cooperativas de consumo, princípio de todas as demais, caso se estabeleça as bases com os tecelões do distrito de Lancashire, na Inglaterra.

Os textos de Bruno Menezes desenvolviam reflexões sobre o tipo de auxílio mútuo que deveria ser implantado no Pará. Nas áreas urbanas buscava adequá-lo as melhorias no padrão de consumo dos trabalhadores, estimulando a formação de sociedades de consumo, que resolveriam o acesso aos gêneros de primeira necessidade. Nas áreas rurais a ênfase recai na aproximação dos lavradores para enfrentamentos de problemas do campo, o ajuntamento era a tese essencial para que se chegasse aos benefícios comuns. O aproveitamento dos recursos naturais com uma agricultura que não fosse preconizada com a coivara fazia-se presente como etapa de conscientização dos agricultores, para que não só o melhor aproveitamento do solo acontecesse, mas que a posse da terra com garantias legais estivesse presente nas conquistas coletivas.

A militância doutrinária como vimos agregava a necessidade de mudanças em termos de uma mentalidade enraizada, que não via com bons olhos a soma de esforços para colher resultados conjunturais. Por isso, a educação cooperativista era um tema tão caro ao autor, pois dizia respeito a uma transformação de bases mais profundas, que viesse a imprimir novas posturas entre as crianças e os jovens. Em consequência disto, Bruno de Menezes não se eximia de corroborar méritos a atuação dos japoneses na região amazônica, de modo que as visitas às colônias agrícolas resultaram em uma percepção dos modelos de uso da terra, estabelecendo distinções entre as atividades agrícolas praticadas pelas populações lavradoras da Amazônia.

Desdobrando-se em observações criteriosas a experiência agrícola dos nordestinos, sobretudo, nas áreas pelas quais o trem passava na região Bragantina, distinto por seu turno dos apontamentos das áreas japonesas, chegando até mesmo sugerir que fossem concedidas terras que fossem mais adequadas ao manejo agrícola que praticavam. Ao abordar argumentos

¹⁵⁵ Paul Singer (2002, p. 42) demonstra que as cooperativas inglesas, a exemplo dos Pioneiros de Rochdale tiveram dificuldades em fazer com que os membros da cooperativa de consumo se acostumassem com o gosto puro do trigo, que passou a ser vendido. Afirma que entre os operários com baixos salários era comum o acesso a produtos de péssima qualidade, muitos até prejudicial ao consumo, dada a falta de fiscalização do Estado inexistente nessa época. Por isso, o princípio de que todo produto comercializado fosse puro parece soar obsoleto na atualidade.

em prol dos orientais ressaltava a qualidade do manejo das terras, a produção de uma agricultura moderna resultado direto de uma prática mutualista rural bem alicerçada. Para superar os entraves existentes na Amazônia, não restavam dúvidas em Bruno de Menezes (1993, p. 431) que o melhor caminho seria resultados concretos, obtidos por associações de cooperativas vitoriosas no Pará. Estas conclusões se evidenciam, não apenas em textos jornalísticos como mostramos neste capítulo, mas também na produção literária, como analisaremos posteriormente.

CAPÍTULO 2: “NOVO PORVIR”: LITERATURA e COOPERATIVISMO EM CANDUNGA

2.1 De Flagelados a Candunga

A obra *Candunga*, efetivamente dada ao conhecimento do público na década de 1950, percorreria nos anos anteriores ao lançamento diversas mãos tendo um formato a maneira menos formal de um livro, no caso, um manuscrito. Aparentemente, esse fato em si não se constitui como singular, pois entre os que escrevem geralmente há essa troca de conteúdos escritos, seja pela necessidade de conhecimento, de possíveis questionamentos ou até mesmo pela revisão e aprovação da editora. Portanto, é uma prática das mais comuns, nas etapas de construção e avaliação de um trabalho, semelhante a um escrito literário ou trabalhos de naturezas diferentes, a sua utilização no primeiro momento como simples manuscrito.

Assim, quando Bruno de Menezes atestava o fato em 1954, com a seguinte dedicatória ao seu amigo Jaques Flores “Irmão Jaques: Enfim, o nosso “Candunga” depois de correr meio mundo vai a tuas mãos, para um grande e fraternal abraço. Teu sempre Bruno de Menezes”,¹⁵⁶ as linhas laconicamente apresentavam o quanto a obra havia circulado entre os correligionários do poeta.¹⁵⁷ A importância que conferimos a questão, diz respeito às relações no campo da história e literatura, em razão do nome que a intitulava o trabalho nesse primeiro momento, isto é, *Flagelados* e não ainda *Candunga*. Sendo então o título que a acompanhou enquanto passava de mão em mão na qualidade de um esboço. A publicação em 1954 constava como à primeira edição, e já nesta aparecia o silêncio da razão que concorreria a mudança. Tanto que a definição final inscrita na capa, aliada ao subtítulo *Cenas das Migrações Nordestinas na Zona Bragantina* colocariam um fim a questão. De igual maneira, passado mais 39 anos, a última reedição presente nas obras completas de 1993, novamente

¹⁵⁶ Dedicatória presente na primeira edição do livro, publicado pela Revista da Veterinária (Editora) em novembro de 1954, conservada no setor de obras raras do Centur, também presente no 3º volume das Obras Completas de Bruno de Menezes, reeditado pela Secretária de Cultura do Estado – Secult em 1993 em ocasião do centenário de nascimento de Bruno de Menezes. Interessante observar que na primeira edição, consta no final nota de correção que versam acerca de diversos lapsos de revisão.

¹⁵⁷ Ferreira de Castro escritor português, autor de importantes romances entre eles: *A Selva*, lançado em 1930, no qual a Amazônia é o espaço de ambientação da trama. Obra que Bruno de Menezes reconhece e prestigia dada a técnica de romance social. Sendo um destes exemplos que nos leva a pensar não somente na circulação da obra, mas nas contribuições e influências que se tornaram importantes a condução da escrita de Bruno de Menezes, na qual o mesmo declararia em carta ao escritor português: “Recebi seu cartão que muito me confortou na tarefa de transportar para a letra impressa o que tenho observado e vivido no meu peregrinar pelo interior desta região amazônica, onde o homem continua a ser uma sombra intrusa e malsinada”. In: Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

não mencionaria o antigo título conhecido dos contemporâneos das letras, semelhante ao literato Jacques Flores.

A indefinição que a envolveu nos parece fornecer indícios para que levantemos algumas relações que culminaram com essa renúncia. A primeira escolha havia marcado um dos leitores, o poeta paraense José Eustachio, ao ponto dele relacionar a antiga nomenclatura na crítica que dedicava algum tempo depois do lançamento, em que dizia: “Mostraram-me, porém, os originais; li o manuscrito, e fiquei assombrado pela verdade incontestável: Ele escreveu mesmo um romance, - Flagelados”¹⁵⁸.

O artigo veiculado no periódico *Jornal Vespertino*, da capital paraense em 1959, constantemente evidenciou a designação pretérita com várias gradações, em uma delas dizia que a obra estava “cheia de martírios de flagelados nordestinos”.¹⁵⁹ Linhas à frente ao se referir a Bruno de Menezes, ressaltava o termo que havia se impregnado na sua leitura “bem se vê que é o escritor do Flagelados”¹⁶⁰. Além da comunicação existente entre os autores, permitindo a observação da circularidade literária, que se estabelecia, sem que para isso existisse a figura propriamente dita do livro, talvez pelas já conhecidas dificuldades do fazer literário em meio às condições econômicas da Amazônia. Estas observações são sinalizadas na carta de Dalcídio Jurandir a Bruno de Menezes em que

o seu caminho é o caminho de todos nós, seus companheiros nas lutas pelo pão, os velhos conflitos e as velhas angustias interiores, a sede de cultura, o vago anarquismo lírico e em surdina á maneira de knutHamsun...Como este, quanta fome você não passou! Mas a lua entrava pela sua boca de maravilhado e eita! Lá vais a intoxicação lunar, a bebedeira astral... Nesse tempo, onde a gente podia achar emprego, para ganhar um pedaço de pão e comprar um livro? ¹⁶¹

Por essa razão, ao indicarmos que o romance recebeu um nome que foi abandonado pelo autor por outra opção, entendemos na questão um acontecimento que representa uma possibilidade de compreender alguns sentidos atribuídos à migração, bem como aos sujeitos que delas fizeram parte nesse longo processo de mudanças, no qual uma infinidade de indivíduos vivenciaram no final do XIX e de boa parte dos anos do século XX. Isto se justifica, principalmente, por se tratar de um momento de grande impacto as relações

¹⁵⁸JORNAL VESPERTINO. *Bruno de Menezes, romancista!*. In: Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

¹⁵⁹*Idem*.

¹⁶⁰*Idem*.

¹⁶¹ (MENEZES, 1993. P.379-380).

históricas da Amazônia. Na maior parte das vezes como demonstrou a historiadora Franciane Lacerda (2010) foram significativamente ignorados pelas discussões que trataram da migração no território brasileiro, e quando por vezes concederam este espaço foi de maneira bastante resumida ou sem o devido aprofundamento que o tema merecia.

A obra construiu a articulação de história e literatura, frente aos contrastes de duas situações que colidiam nas retinas dos personagens envolvidos, isto é, uma natureza Amazônica antevista através de muitos adjetivos: pródiga, acolhedora e salvadora das agruras de uma história recente de exploração. E ao mesmo tempo a incidência de uma memória familiar marcada por embates e na maior parte das vezes com derrotas sucessivas, seja pela expropriação de suas terras, fugas de um solo cansado e águas escassas. Com isso, esse cenário de encontros fazia oposição a uma expectativa de algo melhor, com uma vida mais próspera, alimentada pela visão de uma terra farta, água em abundância e mais recursos disponíveis ao uso. Estas representações são focalizadas pela narrativa, homens e mulheres de ferramentas agrícolas em punho frente a um sonho ou simplesmente a sobrevivência, em face de uma natureza cujas novas feições ainda estavam para ser definidas.

A narração apresenta um pequeno grupo, uma família e seu afilhado que de tão comum, talvez espelhassem centenas com nexos similares. Desse ponto que se fez presente na história dos personagens Francisco Gonzaga, Tereza, as duas filhas, as Ana e Josefa, a tia Assunção e o inseparável Antonio Candunga. Destas personagens surgiram visões distintas que ganharam espaço na retratação de uma dinâmica significativa: a migração. Quando se considera o tema migratório a escala de abordagem pode variar, em uma menor proporção, por dizer respeito a uma família, semelhante ao *Romance*, porém quando associadas a um evento que insere o pequeno grupo num movimento de milhares, que partilharam trajetórias correlatas, amplia-se os significados imbuídos.

É possível vislumbrar que a busca de uma nova terra, colocava em cena muito mais que pessoas saindo de um lugar para outro, mas uma experiência social marcada por vezes pelas rupturas, uma vez que horizontes que acenavam recomeços aparentemente favoráveis, logo em seguida fechavam-se pelos novos desafios. Portanto, tratava-se de um fenômeno antiquíssimo da sobrevivência humana, na qual a ação de migrar ganhava as feições de pisar em um território repleto de incertezas. O detalhe é que Bruno de Menezes enfrentou o debate através da narrativa literária, mas que de maneira nenhuma reduz à dimensão histórica do assunto.

Nomear a obra pelo termo *flagelados* e depois mudá-lo para o de um personagem foi uma escolha que de maneira nenhuma pode ser deixada sem consideração. Primeiramente, porque a opção inicial representou muito mais que uma mera declinação, por mais simples que possa parecer. No entanto, caso consideremos que petições judiciais são movidas para solicitar a um juiz a modificação no registro civil, embaladas por uma série de razões, entre elas, porque não gostaram da escolha dada pelos pais na certidão de nascimento. Isto nos leva a pensar que estamos diante de uma perspectiva que um nome carregado por um indivíduo, inegavelmente marca a sua experiência, ao conviver todo o curso de uma vida, com uma identificação pessoal que lhe foi incômoda durante longos anos. Ponderar também a respeito do nome outorgado a uma obra, se constitui numa reflexão importante quanto aos significados culturais acionados para expressar tal relação.

Flagelados, abria um sentido que estava além da condição de título da narração. Não ter sido a opção que daria a distinção sobre a capa, permite-nos observar que o abandono, caracterizou uma deliberação por parte do autor, cheia de significados históricos ao ponto de influenciar a decisão final. Maria Anunciada Chaves (2006, p. 107-110) ao discutir os fatores relacionados à respectiva alteração, centrou-se na ideia que o escritor tinha a respeito dos diversos personagens que a compõe, de modo mais direto o núcleo familiar de Francisco Gonzaga, eixo social importante na narrativa de Bruno de Menezes. Nesse sentido, a primeira opção, pelo termo *Flagelado*, expressa para a autora “à variedade de tipos que enriquece o romance (...), primeiro em dar-lhe o título mais amplo de *Flagelados*, mudando logo depois, para *Candunga*” (CHAVES, 2006, p.109). A escolha do personagem em sua análise denotaria, portanto, a resistência encarnada na figura de um jovem retirante, cujos aspectos rústicos de modo algum esconderiam tal sensibilidade.

A noção de que *flagelados* cobrisse a diversidade dos nordestinos ambientados na trama é sem dúvida objeto de ponderação, uma vez que o flagelo da seca quando pensado para dar ênfase a uma infinidade de histórias, envoltas em um longo processo é incapaz de fomentar o *detalhe revelador*, usando a expressão proposta pelo historiador Carlo Ginzburg (1990), na qual o estudo microscópico da história visa compreender as nuances daquilo que é ignorado nas explicações de longas durações. No contexto da década de 1950, em dois periódicos coligidos pelo presente estudo¹⁶², com circulação em Belém, sistematicamente noticiavam uma visão geral, extremamente estigmatizada a partir das consequências da seca.

¹⁶² Os periódicos coligidos foram: *A Província do Pará* e *Folha Vespertina*, dentro do recorte de 1950-1958.

Amontavam-se os sujeitos sociais em uma sequência dramática de descrição que não somente ofuscava a condição de ser humano, como passava a compor a maior parte da explicação que poderia ser dada as pessoas que abandonavam o Nordeste para se refugiar dos efeitos catastróficos das transformações climáticas.

As narrativas jornalísticas faziam deste qualificador, linguagem comum para a comunicação de boa parte do que se estava relacionado ao êxodo da região Nordeste. O intervalo deste tipo de matéria se daria apenas no ano de 1950 e nos primeiros meses de 1951, quando as divulgações caminharam na cobertura de um período promissor das safras e de incremento populacional no Estado do Ceará. Conforme as reportagens abaixo:

Nunca foram tão promissoras as safras no Ceará como atualmente

FORTALEZA, O secretário da Agricultura sr. Tomaz Pompeu Sobrinho, revelou a imprensa desta capital que raramente foram tão promissoras como este ano as promessas de boa safra de cereais em todo o Estado. Os lavradores não tiveram que enfrentar circunstâncias adversas em geral provenientes do tempo, nem as pragas que comumente assolam as plantações. (...) ¹⁶³

Foi o Ceará um foco perene de emigração / Entretanto, o Recenseamento de 1950 revela forte incremento populacional

A população do Estado do Ceará, segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1950, ascenderia, na data do levantamento censitário (1 de julho do ano referido), a 2.735.868 habitantes. E em 1940, conforme o apurou o recenseamento então realizado, a população presente no Estado somava 2.091.032 almas. O confronto de tais cifras proporciona medir-se o desenvolvimento da população cearense, no decênio em questão, desenvolvimento esse que foi da ordem de 30,8 por cento – o mais elevado do Nordeste. (...)

Ora, o Ceará sempre foi tido como foco perene de emigração. Emigrar, dizia-se, é para o cearense como que uma fatalidade, intimamente relacionada e essa outra, que é a seca. Vem, entretanto, o recenseamento e prova que no Nordeste, foi aquele Estado o de mais forte incremento populacional, no decênio 1940-50. (...) ¹⁶⁴

Vale ressaltar que passado esse breve período de informações animadoras sobre o Ceará, as menções aos *flagelados* além de não serem esporádicas, passaram a ganhar um espaço considerável da cobertura jornalística, tanto que a frequência nos sugere um propósito de promover informações de impacto. A seca em boa parte delas era ligada como questão preponderante das saídas, nada menos que 32 matérias, entre 28 de março de 1951 a 16 de

¹⁶³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Nunca foram tão promissoras as safras no Ceará como atualmente*. Belém, 16 de abril de 1950, p. 2.

¹⁶⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Foi o Ceará um foco perene de emigração*. Belém, 10 de março de 1951, p.3.

maio de 1953, veiculavam já no título a chamada ao termo, somente nas divulgações de *A Província do Pará*.¹⁶⁵ Dentro do mesmo recorte, o periódico *Folha Vespertina*, produzia um total de 24 notícias.¹⁶⁶ As cifras seriam maiores se juntássemos a pausa que ambos deram no intuito de retratar os *flagelados* pelas águas no Pará¹⁶⁷, devido às enchentes que atingiram os municípios de Santarém e Alenquer e o Estado do Amazonas, no decurso de 1953. Pode-se estabelecer que o tom reinante era o da imprecisão ao apresentar indivíduos sentido os efeitos da seca e da enchente a partir da correspondência com dois tipos de *flagelos* associados a causas naturais. Neste aspecto, a primeira, tornava-se o plano de destaque para as razões da migração, sem que maiores esclarecimentos adentrassem.

Omitia-se, portanto, o destino de onde saíram além de detalhes acerca da quantidade de crianças, mulheres e homens, para que entrassem no texto relatos vagos que aglomeravam o sofrimento, apelando-se constantemente através dessa desfiguração para o tratamento plural que redundavam em descrições numéricas aproximadas aos que aportavam na Amazônia. Conforme indicado por Francivaldo Nunes (2011, p. 304) designativos como cearenses, nordestinos, arigós e até mesmo retirantes, constituíam expressões que tornavam-se referência para situar de maneira geral a condição em que se achavam como a imprecisão do local de origem. Nas fotografias que volta e meia acompanhavam estas chamadas, temos um reflexo da preponderância que as palavras deslocavam para o foco dessas lentes, ao capturarem a

¹⁶⁵ Destacamos alguns dos títulos: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Corredor aéreo em socorro dos flagelados*. Belém, 28 de março de 1951, p. 1 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Emprego para 13 mil flagelados*. Belém, 10 de abril de 1951, p. 1. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrava-se seriamente a situação dos flagelados*. Belém, 5 de junho de 1951, p.1 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Gêneros alimentícios para os flagelados*. Belém, 12 de junho de 1951, p.1./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Volta a ser reclamada proteção para os flagelados do Nordeste*. Belém, 8 de fevereiro de 1952, p. 1 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Flagelados*. Belém, 16 de março de 1952, p. 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Gigantesca cruzada em favor dos flagelados*. Belém, 25 de março de 1953, p. 1 e 4./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Econômico e não sentimental o problema dos flagelados*. Belém, 07 de março de 1953, 1 e 4.

¹⁶⁶ Seleccionamos algumas dessas notícias: FOLHA VESPERTINA. *Passando fome a bordo do Santos os flagelados*. Belém, 30 de maio de 1951, p. 1. / FOLHA VESPERTINA. *325 flagelados da seca*. Belém, 23 de junho de 1951, p. 1. / FOLHA VESPERTINA. *Mais flagelados para a Amazônia*. Belém, 3 de fevereiro de 1952, p. 4. / FOLHA VESPERTINA. *Cem flagelados vão morrer nos seringais*. Belém, 13 de fevereiro de 1952, p. 2. / FOLHA VESPERTINA. *Morrem por inanição os flagelados da seca*. Belém, 23 de fevereiro de 1953, p. 1. / FOLHA VESPERTINA. *Apelo do comércio do Pará em prol dos flagelados*. Belém, 2 de março de 1953, p. 1.

¹⁶⁷ Em ambos os periódicos houve essa pausa a fim de cobrir o impacto decorrente das cheias, conforme se pode observar nos seguintes títulos: FOLHA VESPERTINA. *O flagelo das águas*. Belém, 7 de maio de 1953, p.1/ FOLHA VESPERTINA. *Ofereceu cem sacos de sal aos flagelados da enchente*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 1. / FOLHA VESPERTINA. *Da seca do nordeste para a enchente do Amazonas*. Belém, 22 de maio de 1953, p.1. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Santarém e Alenquer assolados pela enchente*. Belém, 2 de maio de 1953, p. 12. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mais temível que a seca a enchente do amazonas - mais complexa a assistência aos flagelados*. Belém, 13 de maio de 1953, p. 4 e 8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Criticado o governo pela falta de auxílio às vítimas da enchente*. Belém, 1 de maio de 1953, p. 11.

visão sobre o conjunto, de maneira que as imagens estreitavam no preto e branco quem seriam as vítimas desse açoite.

FIGURA 4: Imagens representando migrantes associados à condição de flagelados.¹⁶⁸



Para melhor compreensão dos registros é importante destacar que a figura (A) apresenta a informação em sequência, sendo dispostas com uma tira única, na qual a visão ao grupo se sobressai. Aparentemente nas duas primeiras o fotógrafo enquadrava famílias, já na última o amontoado humano é mais evidente. A figura (B) expressa crianças refletindo subnutrição e drama caracterizado como idêntico, além da menção de *flagelados pela seca*, segundo a descrição da legenda abaixo. Na figura (C) a fome é o plano em destaque no bojo das viagens marítimas que os conduziam ao porto de Belém, no título ressaltava-se a maneira habitual de designá-los, bem como a causa dos óbitos que acometeram alguns passageiros.

¹⁶⁸ Fontes: (A) FOLHA VESPERTINA. *Nordestinos para a Planície*. Belém, 14 de julho de 1951, p.1. / (B) FOLHA VESPERTINA. *Enviem-nos amostras para socorrer as vítimas da seca*. Belém, 3 de março de 1953, p.1. / (C) FOLHA VESPERTINA. *Fome a bordo*. Belém, 30 de novembro de 1951, p.1.

Com isso, o uso da expressão *flagelado* surgia quase sempre-nas primeiras páginas dos periódicos. Em geral era a opção mais comum podendo considerá-lo como conceito corriqueiro nas palavras dos jornalistas. De igual maneira as imagens fotográficas que acompanhava essas ponderações, carregavam em ângulos que retratavam cenas ligadas ao martírio da fome, alimentadas pela escassez das chuvas a partir do ano 1951. Deslocaria levas de migrantes a Amazônia, cujos rostos apareciam unidos de baixo da caracterização de *flagelados*. O problema maior não dizia respeito tanto ao emprego costumaz do termo, mas sim no que vinha associado ao mesmo, ou seja, incapacidade de ser perceber as singularidades das histórias de vidas para além das consequências da seca.

No livro da escritora bragantina Lindanor Celina, tem-se um relato literário dos migrantes que chegavam até Bragança que reforçava a comoção e os olhares distorcidos de quem os enxergava, uma vez que não se reconhecia seres humanos em meio a um momento traumático, mas apenas indivíduos que eram resumidos completamente a situação. Na passagem em questão além do reforço desta adjetivação era descrito uma espécie de espetáculo gratuito aos passantes e aos que iam observá-los:

Naquele dia, a cidade amanheceu em alvoroço: os flagelados vindo do Nordeste num instante se espalharam pelas ruas. A pobreza fazia dó. Recebiam o que se lhes levasse, com uma avidez que eu nunca vira. Roupas velhas, calçados usados, comida, tudo. A gratidão tocante, de cortar coração, à menor dádiva! Um naco de carne seca, uma cuia de farinha, uma festa. Foi quando vi fome, verdadeira, primeira vez na vida. Aos magotes encontravam-se pelos bairros, mas seu reduto era a Prata. Ah, como se deitavam que nem uns tristes bichos na terra, debaixo das mangueiras, a relva úmida, o friinho gostoso do chão onde se espojavam, se espreguiçavam, como moças num colo farto de mãe. Mas como fediam Jesus! Metiam penas nas moças, brancas, muito alouradas, olho azul, uns rapazes bonitos, barbicha e bigodes louros também, mas tudo num bodum, que Nossa Senhora! Ia-se ver os flagelados como quem ia a um circo (LINDANOR, 1996, p. 70).

Na discussão de Franciane Lacerda (2010, p. 84) encontramos as incompreensões relacionadas à experiência da migração na virada do século XIX ao XX, a partir do tratamento dispensado as populações envolvidas ao ponto de tornaram-se “definidores do nordestino”, ou seja, uma recorrência que primava pela igualdade, na qual essa nomenclatura, por vezes, efetuava duas exposições: “uma espécie de quadros de horrores provocados pela seca levando os flagelados a uma vida de terríveis desgraças”. Já na outra aparição configurava-se uma: “figura desse flagelado que sai do nordeste para Amazônia, um imigrante quase sempre seringueiro”. Nesse sentido, a historiadora enfatizou como a experiência social destas

populações foi construída a partir da leitura de diversos sujeitos que se pautavam em rotulações para expressar suas opiniões.

Considerando o fator migração e os nexos que o tema nos fornece outra família chegaria a Bragança, não pelas páginas de Candunga, mas através da Prefeitura de Viseu. Não vieram do Ceará, como Francisco Gonzaga e sua parentela. No caso tratava-se de João Dantas de Lima que viera do Rio Grande do Norte. Tivera que percorrer um caminho diferente, sendo que sua rota não teve Belém por porto, mas sim Viseu, pequena cidade localizada na fronteira entre os estados do Pará e Maranhão, um trajeto que favoreceria a chegada a Bragança. Este percurso chama atenção por se tratar de uma vereda distinta das que comumente os migrantes faziam para atingir a região Bragantina,¹⁶⁹ embora, não encontrássemos outras mais no período selecionado, que indicasse a existência de um caminho frequentemente acessado sem passar pelo porto de Belém. Neste aspecto, entendemos a necessidade de nos determos um pouco em torno dessa fonte, dada a importância do informe.

A família seria descrita pela impressão corrente de *flagelados*, a diferença para o grupo descrito na narrativa de Bruno de Menezes estaria na quantidade de parentes, pois João Dantas viria com o dobro da parentela de Francisco Gonzaga, afinal, vinham sete crianças e nove adultos. O prefeito de Viseu se encarregaria de mandá-los até o destino final em uma canoa fretada até o porto do Caeté, travessia náutica sujeita a percalços dos mais variados. Um ano depois da família aportar no destino final, o periódico *Folha Vespertina* registraria que nove passageiros pereceriam no mesmo caminho. Informava-se que “o “Vila Praiana” sem controle recebeu o impacto das ondas revoltas, virando espetacularmente levando consigo todos os passageiros”.¹⁷⁰

Mesmo diante das dificuldades de viagem, a família de João Dantas parece resolvida a seguir ao destino que é a instalação em uma das colônias agrícolas na região, o que fica evidente na carta que envia o prefeito de Viseu, solicitando auxílio.

Prefeitura Municipal de Viseu

¹⁶⁹ Franciane Lacerda (2010) e Francivaldo Nunes (2011) contribuíram com um debate de longo fôlego a questão da migração, no reconhecimento dos sujeitos e dos diferentes espaços onde circularam, além das atividades em que estiveram envolvidos. Buscando acompanhar como no caso da historiadora Lacerda, desde a saída do Ceará até os caminhos posteriores nos quais percorreram, por isso, o olhar de ambos em muito contribuiu a compreensão das relações desenvolvidas no século XIX e início do XX.

¹⁷⁰ FOLHA VESPERTINA. *Nove pessoas pereceram num naufrágio em Viseu*. Belém, 01 de fevereiro de 1954, p.1 e 5.

Estado do Pará.

N: 98 Viseu, 15 de Junho de 1953.

Ilmo. Sr.
 Prefeito Municipal de
 Bragança

Com êste apresento-lhe o sr. João Dantas de Lima que se fez acompanhar de sua família composta de dezesseis pessoas, sendo sete crianças e nove adultos.

Essa família de flagelados apossada pela seca procedentes do lugar Boa Saúde, Município de São José Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte viaja há mais de dois meses sendo auxiliado sempre pelas Prefeituras por onde passa, razão porque fretamos uma canoa para conduzir a mesma família até o porto dessa Cidade. Essa família destina-se a uma colônia dêsse Município.

Com os protestos de elevada estima distinta consideração, apresento-lhe as minhas Saudações

Tem. Cel. Anibal Augusto Freire

Prefeito ¹⁷¹

O documento ilustra de maneira bem clara, esse fato que chamamos a atenção, isto é, que a via porto de Belém e Estrada de Ferro Bragança, não era o único percurso a ser fixado como ponto de chegada dos grupos advindos do Nordeste, muito embora, a opção do narrador partisse de Belém rumo aos trilhos. No caso dos representantes de família em ambas as narrativas, demarcaria o número da gente que trazia consigo, sobretudo, dos que acompanhavam João Dantas, sem menções aos nomes e dos graus de parentescos na correspondência entre as duas prefeituras, apenas a quantidade fixava-os como uma família *flagelada*. Em *Candunga*, Bruno de Menezes não caminhou na mesma abordagem, uma vez que os capítulos não seguiam na linha da igualdade, mas nas particularidades de cada um dos membros, por isso, o autor extrapolava os sentidos que nesse contexto impregnavam-se ao conceito.

As condições dos acompanhantes do Sr. Dantas, certamente não eram as das melhores. Viajando durante dois meses em dificuldades das mais extremas, contava quase sempre com a ajuda dos pequenos municípios por onde passara. A correspondência delineava o lugar onde iniciaria esse percurso, isto é, *Boa Saúde, do município São José Mipibu*, que ao ficar para trás, a cada passo estamparia em cada um aquilo que era o traço evidente na composição de quem escreveu o ofício estavam *acossados pela seca*. Isto nos leva a pensar no desgaste de um itinerário feito na sua maioria a pé e não na canoa que os

¹⁷¹ Arquivo Prefeitura Municipal de Bragança Livro N. 072-C - Ano 1953 – Assuntos Ofícios. - Gestão de Simpliciano Medeiros Junior (1951-1955).

faria chegar ao destino almejado, além da fome e privações que a mudança lhes imprimiu e porque não inferir em possíveis doenças, que faziam um contraste explícito com o nome do lugar do qual todos saíram, no caso, *Boa Saúde*. Conotação similar se observa no caso da família de Gonzaga, pois o navio e o trem não ofereciam menores dificuldades como veremos mais a diante, nem o recomeço no núcleo agrícola seria a solução dos problemas, mas sim o início de outros mais.

O traço definidor que vez por outra adentrava as correspondências oficiais é algo a ser destacado na forma como foi descrito o flagelado Antonio Thenório, uma vez que dispensaria lugar de origem, idade e demais identificadores pessoais. A ocorrência aparecia em um inquérito sobre conflitos de terra na Zona Bragantina, na década de 1930, enquanto as demais pessoas arroladas eram mencionadas com mais qualificativos pessoais. O antigo proprietário da área em disputa era reduzido a *flagellado Antonio Thenorio*¹⁷², sem nenhuma observação a mais. A desfiguração que provocava nos sujeitos sociais vinha intimamente ligada a uma perda de identidade, para receber uma rotulação, que na opinião de quem produzia esses relatos, melhor expressaria os significados que a eles tinham se ligado, como uma nova espécie de designação¹⁷³.

¹⁷²Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa Nº. 12.

¹⁷³ Outras documentações nos parecem fornecer outros acenos em direção a essa tentativa de homogeneizar a experiências desses indivíduos, segundo nos indicou a discussão da historiadora Franciane. Nas documentações coligidas no Arquivo da prefeitura Municipal de Bragança, uma vez que eram tratados pela assistência do poder público, por termos como: *indigentes* e *loucura*. As cartas e ofícios remetem-nos a pequenos recortes, da história de vida diferentes sujeitos sociais, moradores das colônias agrícolas da Zona Bragantina, relatos estes que dizem respeito também a uma política de assistência que se fazia entre o poder público e seus representantes nas colônias, que através do conhecimento que possuíam com as autoridades constituídas, pediam certos favores, como também as próprias agentes públicos, por vezes apareciam em outros documentos pedindo pelos seus conhecidos a diferentes órgãos do estado. O prefeito Simpliciano Medeiros Junior dirigiu-se ao Secretário de Saúde pública, pedindo para que o lavrador Semão Corrêa, que segundo consta no documento, devido a uma séria enfermidade “tornou-se indigente, em estado grave de saúde” fosse posto no Hospital da Santa Casa e assim solucionasse um problema da Prefeitura de Bragança. Não sabemos se a saúde de Semeão foi recobrada, mas pelo teor do documento chegou ao Hospital. De modo semelhante, Edú Honorato da Silva escreveu da colônia do Montenegro em Bragança, recorrendo ao mesmo Simpliciano, porém não para si, mas por Manoel Queiroz de Souza, descrito como amigo e “incansável pela nossa causa” precisa levar a mulher a Belém, pelo fato de estar, segundo a missiva em “estado de loucura”. Daí a necessidade de três passagens aos acompanhantes da esposa de Manoel de Sousa. No entanto, aqui questionamos se as práticas da assistência pública ao invés de estenderem-se a todos os munícipes, como de fato deveria o ser, acabam por acontecer com base em vínculos pessoais, no qual, o que é de direito se transforma em favor, situação que no livro Candunga é enfaticamente abordada pelo narrador, através das ingerências de comerciantes e administradores da região. O cerne desses documentos, não reside, especificamente, no pedido que possivelmente fosse atendido, mas, na contrapartida de quem recorria a esses sujeitos, sem deixar de mencionar do acontecia a quem não gozasse da assistência desses benfeitores. Para maiores informações consultar: (FELIX, 2015, p.94-103). Os casos citados encontram-se em documentos do Arquivo da Prefeitura Municipal de Bragança: Ofício presente no Livro n.º. 044 – Ano 1952 - 16 de fevereiro

A narrativa de Bruno de Menezes estabelece nas três aparições ocorridas no interior da obra, um elemento que entendemos fundamental à compreensão das fontes jornalísticas, no bojo da ênfase ao termo, dentro do período em apreço. A saber, que a manifestação não era apenas restrita ao impacto da chegada, mas durante e até posterior ao assentamento das populações advindas de diferentes partes do Nordeste. Na caridade que buscava juntar esforços para socorrer os aflitos, o narrador insere a família de Gonzaga e o grupo que pisava em Belém, intercalando em tom de ironia as declarações presentes nos periódicos, entre aqueles que jogavam os holofotes nas assistências conduzidas “Damas e senhorinhas do mundanismo social” – “porfiam em derramar o bálsamo de sua bondade” – como assinalavam os jornais, - “para amenizar as agruras dos flagelados” (MENEZES, 1993, p.107). Entretanto, a caridade estabelecia, por vezes, um contraponto com a visão de todo subjacente a *flagelados*, pois colocava em destaque o personalismo de políticos, repartições e empresários, que faziam da generosidade digna de nota pública:

Um dia de trabalho, contribuição para a obra de assistência aos flagelados

Governo e instituições particulares movimentam-se a fim de levar um pouco de alívio aos nossos infelizes irmãos do Nordeste. Em São Paulo, por exemplo, é o próprio governador Lucas Garcez quem está chefiando uma campanha, no sentido de angariar gêneros, roupas e alimentos, a fim de enviá-los ao Nordeste. O presidente da República transmitiu instruções ao ministro da Educação e Saúde, para que tome a si a assistência e proteção às crianças da zona flagelada, não devendo nem uma só delas ficar desamparadas.

Belém também não ficará indiferente ao sofrimento daquela pobre gente do Nordeste. Agora mesmo o dr. Lopo Alvarez de Castro, prefeito municipal de Belém, atendendo ao apelo que à Prefeitura foi dirigido pelo presidente da República, vai remeter ao sr. Paulo Cabral, prefeito municipal de Fortaleza, determinada quantia de latas de leite em pó. Esse produto destina-se às populações flageladas, sobretudo para atender à alimentação das pobres criancinhas do sertão cearense. (...) O movimento dos funcionários do Serviço de Febre Amarela, setor do Pará, foi iniciado pelos srs. Manuel Felipe da Silva, Armando Malcher, Mateus da Fonseca Fialho, Antonio Pinto Cotta, Josué Bezerra Cavalcante e Claudio Lima Barbosa, num gesto elogioso de solidariedade(...) ¹⁷⁴

Passados os arroubos dos socorros, o narrador apresenta um conflito em um dos capítulos, no qual a veemência das ofensas adquiria campo fértil na mesma sinalização, que em outros tempos os recebiam de braços afetuosos: “- Vai, flagelado espraguejado! Quero ver

de 1952. Gestão de Simpliciano Medeiros Junior (1951-1955). / A presente carta encontra-se na mesma pasta de n.º. 044, na qual constam documentos esparsos do ano de 1951. Gestão de Simpliciano Medeiros Junior.

¹⁷⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Um dia de trabalho, contribuição para a obra de assistência aos flagelados*. Belém, 26 de fevereiro de 1953, p. 4 e 12.

o que tú e os teus patrões fazem!” (MENEZES, 1993, p.188). Nos relatos que abordavam a hospedaria Tapanã¹⁷⁵, morada temporária em Belém dos migrantes que para lá eram conduzidos pelas verbas de colonização, volta e meia o cotidiano dessa hospedagem vinculavam-se a conflitos, que nos ajudam a perceber nas reivindicações e embates, como a coletividade inseria uma identidade que rompia com o estigma que lhes eram impressos. Vemos assim na luta por uma alimentação melhor e um tratamento mais digno como surgiam iniciativas que juntas eram postas em execução, talvez como tentativa para que não se agravasse ainda mais a situação impar que enfrentavam, de modo que a articulação com os conterrâneos aglutinava esforços, demonstrando como o grupo escrevia uma história que ia de encontro às construções narrativas, por mais que os *periódicos* tentassem abafar os gritos dos inconformados, à medida que a própria descrição contradizia-se na informação divulgada:

Protestos de flagelados prontamente sufocado

Uma grave ocorrência processou-se à noite de ontem, aproximadamente, às 19 horas, na Hospedaria do Tapanã, próximo a Icoaraci, onde se encontram presentemente nada menos de 1.200 nordestinos, vindos da região assolada pela seca, e que foram obrigados a buscar outras terras em vista da impossibilidade de viver em seus estados.(...), tendo o comissário daquela vila comunicado que na Hospedaria se estava processando uma rebelião, envolvendo grande número de elementos ali residentes. Imediatamente as autoridades policiais transportaram-se ao local, primeiro o delegado Milton Dantas, e, posteriormente, o delegado Moacir Santiago, acompanhado de guardas-civis e outras autoridades da Polícia. (...)

Um incidente e tiros

A hora do jantar, ontem, um funcionário encarregado da alimentação pisou no pé do sr. Francisco Martins do Nascimento, o que provocou uma discussão entre os dois. Terminada esta, aproximadamente cinquenta nordestinos dirigiram-se à casa do diretor da hospedaria, que fica no terreno onde está localizada a vila residencial, aos gritos de “melhor comida que não somos porcos”.

¹⁷⁵ Recorrentemente nos jornais pesquisados apareciam notícias sobre a Hospedaria Tapanã, próximo a Icoaraci, arredores da Capital do Estado, nestas descrições além de algumas abordagens de acontecimentos voltados a hospedagem, indicava-se o fornecimento de alimentação e de uma certa assistência médica feita por profissionais de saúde que visitam o local. A quantidade de pessoas dividindo um espaço que possivelmente estava preparado para uma quantidade determinada de hóspedes, em momentos de maior acolhimento demandaria maiores preocupações, porém, os funcionários encarregados muitas vezes abusavam do tratamento, não prestando um serviço digno a quem estava em uma situação delicada. Outras vezes acusavam os hóspedes de recusa ao trabalho. Exemplificamos alguns títulos dessas abordagens: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Momentos de alegria para os imigrantes do Tapanã*. Belém, 7 de janeiro de 1953, p. 6 e 8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Assistentes sociais para a hospedaria Tapanã*. Belém,- 8ª e 4ª págs. – 27/10/1953. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Trancada Tapanã para 700 nordestinos*. Belém, 18 de novembro de 1953, p. 9 e 10. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Obras na hospedaria de Tapanã – Estado sanitário precaríssimo*. Belém, 27 de fevereiro de 1954, p.8 / FOLHA VESPERTINA. *Mais de dois mil nordestinos transitaram pelo Tapanã*. Belém, 8 de fevereiro de 1952, p. 2. / FOLHA VESPERTINA. *Recusam-se a trabalhar os imigrantes do Tapanã*. Belém, 01 de julho de 1953, p.1.

Vendo o grande número de homens que postara em frente à sua residência, o sr. Humberto Viana usou de um revólver, disparando três tiros para o ar, o que provocou a dispersão dos elementos do grupo.¹⁷⁶

Os veículos de comunicações como temos observado se esforçavam pela redução ao todo, através de um amontoado de indivíduos disformes, no qual dificilmente se creditaria um fazer histórico que superasse a condição em discussão. Contrariando a leitura comum, a *massa flagelada* confrontava-se com os agentes públicos, encabeçando uma forma de negociação em que a quantidade contava para impor respeito e influir nas decisões que viessem a ser tomadas. Com isso, a expressão acima, presente em um estudo de caso de Frederico Neves (2009), permite que pensemos o aprendizado de longa data que a multidão familiarizada a seca havia construído em diferentes momentos. No artigo em questão, um processo criminal aberto na década de 1950, contra um militante comunista acusado de incitar a multidão de retirantes ao saque de alimentos, na cidade de Itapagé, Estado do Ceará, forneceu indícios para que o historiador percebesse o sentido expresso pelo movimento popular de luta pela sobrevivência, bem como, a tônica de que ocorrências similares foram comuns em períodos anteriores. Casos em que a massa caracterizada pelo termo de *flagelados* agia com protagonismo, através das práticas de embates, no qual a soma de indivíduos impulsionava as reivindicações conjuntas, que sem dúvida superavam as rotulações que lhes eram acrescidas, uma vez que encontravam recursos que pudessem espalhar o receio e o medo através de inúmeras ações.

As demandas apresentadas por vezes eram atendidas com celeridade, intercaladas de conversas das autoridades, que desvelavam-se para evitar o saque que trazia consequências diretas aos comerciantes locais. Por conseguinte colocavam as autoridades políticas apertadas por cobranças de lados antagônicos, conforme o historiador asseverava:

O desfecho do conflito parecia, portanto, tranquilo para todo, mas poucas horas depois, o carpinteiro José Ferreira de Melo foi preso e levado imediatamente a Delegacia local, sob a acusação de ter incitado a “massa flagelada” ao saque de mercadorias.

O protesto dos retirantes em Itapagé não foi um ato isolado. A reunião, a ameaça, a invasão e o saque já haviam se tornado elementos positivos da cultura política dos camponeses do semi-árido e, para além disso, opções de luta disponíveis num interior político bastante reduzido pelo contexto da seca.(...) O protesto direto – o saque, no limite – aparece neste contexto cultural como uma decisão radical, tomada em última

¹⁷⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Protesto de flagelados prontamente sufocados*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 4 e 8.

instância, que transgride os códigos paternalistas de passividade e paciência, mas que, ao mesmo tempo, contraditoriamente pertence a esse mesmo universo de significados, forçando seus limites e ampliando as suas possibilidades. Pode-se dizer que uma tradição de ações da multidão ficou solidificada neste período, inspirando temor e respeito das populações urbanas e das autoridades locais, legitimando-se como possibilidade concreta de ação popular (NEVES, 2009, p. 188-189).¹⁷⁷

Somos informados nessas notícias de um total 1200 migrantes que ali residiam em 1953, sem que saibamos precisar quantos homens, mulheres e crianças estavam arrolados na cifra. Desse contingente, somente “cinquenta nordestinos dirigiram-se à casa do diretor da hospedaria”, precisão que em outro periódico era ressalta nos seguintes termos: “Impedida com três tiros a rebeldia de 50 flagelados na hospedaria Tapanã”¹⁷⁸. Majoritariamente integrado por homens, a maneira como se portavam nos sugere que talvez existisse um prévio entendimento entre os moradores para que se retirassem um grupo disposto a tratar dos incidentes que vinham se arrastando sem solução, ou que os 50 *flagelados* representassem os mais insatisfeitos com tudo que estava acontecendo.

O fato é que não se deslocavam como homens isolados, mas sim conscientes de que o número poderia influir numa mudança de resultado, de melhores condições. Na marcha em direção a casa do administrador, proferiam as palavras de ordem “melhor comida que não somos porcos”. Ao menor sinal da proximidade dos cinquenta, ao derredor da sua residência, Humberto Viana optou por gastar três balas do tambor de seu revólver no afã de dispersá-los.

A resolução precipitada do administrador, possivelmente, indicava o temor de uma conversa mal sucedida. Nenhuma palavra além das que mostravam a indignação, sequer chegou a ser trocada. Entretanto, a decisão de Humberto Viana de disparar a arma pode ser uma evidência distinta de temor, uma vez que a precariedade dos serviços oferecidos na hospedaria não se fazia presente apenas na comida servida, mas no lidar de todos os funcionários da mesma, pois ele na qualidade de responsável pela ordem não devia ter receio de conversar com quem se avizinhasse da sua casa. Estranhamos a atitude não em razão dos gritos de reivindicação por uma alimentação decente, mas em função de tratamento que aparentemente era intercalado pelo controle excessivo e perseguição aos

¹⁷⁷ Para mais informações sobre ações de saques e outros tipos de embates promovidos pela massa de retirantes no Ceará em períodos anteriores. Consultar também: NEVES, 2000.

¹⁷⁸ FOLHA VESPERTINA. *Impedida com três tiros a rebeldia de 50 flagelados na hospedaria Tapanã*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 1 e 3.

mais fracos. As senhoras idosas e as crianças constavam como as vítimas preferidas, conforme a notícia deixava escapar:

Não houve propriamente uma rebelião, mas sim um protesto. Diversos residentes da hospedaria federal tiveram oportunidade de acusar acerbamente funcionários encarregados da disciplina e organização do trabalho interno, que abusariam do poder que lhes é confiado, tentando implantar um regime de terror. Enquanto se formavam os grupos, discutindo o assunto, um nordestino chegou ao diretor, relatando que determinado funcionário havia, pela manhã, derrubado o prato de uma senhora, à hora do almoço, e em outro dia passado batido em um seu filho.

Fatos dessa natureza, aliados à falta de uma alimentação melhor, constituem sempre o motivo para movimentos mais ou menos idênticos, que se processam ali, mas que findam geralmente com a intervenção de outros funcionários ou dos responsáveis pela hospedaria. Ontem, entretanto, esses acontecimentos mais ou menos normais iam tomando uma feição mais séria, (...).¹⁷⁹

No entanto, um informe distinto era publicado em outro *periódico*. A caracterização da luta se dava nos moldes de “rebeldia”. Pelo exposto concatenava-se uma perseguição dirigida pelos hóspedes *flagelados* ao administrador. A utilização da arma pelo proprietário não causou qualquer reprimenda em ambos as reportagens, fato que não se pode dizer dos moradores, uma vez que a ação policial “passou revista em diversos moradores do Tapanã, procurando facas ou quaisquer outras armas”¹⁸⁰. A posição do jornal caminhava no reconhecimento de um padrão aceitável de comportamento e que em nada, a caridade e a alimentação oferecida vinham falhando. As causas reais do embate foram reduzidas a mera insatisfação, ao mesmo tempo em que se desqualificava os cabeças do movimento, pois aquilo que no apontamento anterior variou nas gradações de rebelião a protestos, deu espaço a uma construção em que falas dos nordestinos eram silenciadas, pela sustentação de uma massa disposta a tudo, afinal armas seriam colocadas nesse registro, nas mãos dos manifestantes, o que retirava o caráter pacífico das palavras de ordem para uma caminhada até a casa do administrador que poderia chegar até as últimas consequências, caso *Humberto Viana* não combatesse *esta rebeldia*. Assim, nenhum esclarecimento seria posicionado na motivação do ensejo, vejamos como se efetuou esse enfoque:

¹⁷⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Protesto de flagelados prontamente sufocados*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 4 e 8.

¹⁸⁰ FOLHA VESPERTINA. *Impedida com três tiros a rebeldia de 50 flagelados na hospedaria Tapanã*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 1 e 3.

(...) Isso porque a malta de insatisfeitos, desejando comer melhor, dirigiu-se à presença do administrador, sr. Humberto Viana, empurrando facas e estacas. Esta rebeldia, que teve início por volta de 19 horas, foi combatida por três disparos de revólver feitos pelo administrador da hospedaria, que aliás, há dias vinha receando um desentendimento grave, por parte de indivíduos que continuamente se portam de modo inconveniente durante as refeições, ou na horas de movimento chegando a desacatar o referido senhor frases abusivas. (...) A Polícia, que não pôde alcançar em flagrante os rebeldes, devido a distância que separa Belém dessa hospedaria, passou revista em diversos moradores do Tapanã, procurando facas ou quaisquer outras armas, tendo sido visitadas nessa batida os barracões onde residem os elementos que vez por outra são flagrados questionando. Entretanto, todo o pessoal se mostrava inocente, declarando nada terem visto de anormal. (...) Com a pronta ação da Polícia foi restabelecida a ordem, tendo sido deixados de plantão do Tapanã o sr. Raimundo Pinheiro de Freitas, comissário de Polícia de Icoaraci chefiando os guardas-civis¹⁸¹

Na última manifestação, Bruno de Menezes a colocaria nos lábios do personagem Francisco Gonzaga, ante a tantos infortúnios, que nos servirão de contrapontos importantes nos itens posteriores. Sua indignação trazia uma espécie de filtro, do que seria estar rotulado por este de estigma social que perseguia com veemência aos migrantes. A acentuação do narrador encarregava-se de criar mais contornos, no desabafo em questão, diria que “retirante em terra alheia, não passa de flagelado, que se vê peiado – desafoga-se com Tereza, fazendo o seu conceito da justiça local” (MENEZES, 1993, p.206). Quando vislumbramos o lamento de Gonzaga associado à narrativa jornalística que apresentamos acima, vemos que ter o barracão revirado por praças e tentar situar o que estava acontecendo em Tapanã, com a ótica de quem padecia era suficiente para que palavras de esclarecimento adquirissem a feição *flagrados questionando*. Com isso, para Gonzaga não se podia fugir daquilo que perdurava durante a estada do retirante. Por essa razão, na atribuição de quem trazia na bagagem uma vasta experiência nesse tipo de ação coletiva, nada existia de *anormal* nesse procedimento, excetuando a rotulação dos jornais.

Na aparição relâmpago de *Antonio Thenorio* vemos também a ressonância das palavras proferidas pelo personagem, uma vez que um tempo considerável passara desde sua chegada. Por inferência a fonte sabemos que não era natural do Pará, de algum lugar do Nordeste havia saído, no entanto, o inquérito policial em que aparecia, julgava desnecessário ir além do qualificador. Com isso, o sentido que a historiadora Franciane Lacerda (2010, p. 16) atribuíra as documentações que sustentavam imprecisões aos sujeitos

¹⁸¹ FOLHA VESPERTINA *Impedida com três tiros a rebeldia de 50 flagelados na hospedaria Tapanã*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 1 e 3.

sociais estudados, dentro de seu recorte, nos permite conectar através das inúmeras incidências na década de 1950, que não havia cessado a ênfase que a pesquisadora compreenderia tão bem em *flagelados*, isto é “tentativa de homogeneizar as múltiplas vivências desses homens, mulheres e crianças”.

Recorremos novamente à outra flexão que o poeta Eustachio de Azevedo asseveraria de *Candunga*. Informava que “pelo exposto bem se vê que o vigoroso escritor do *Flagelados* não escreveu nada de oitava, não narra o que ouviu dizer... não conta balelas, nem faz obra de ficção,”¹⁸² pois nos parece claro que Bruno de Menezes, embora não indicasse os pormenores da sua opção definitiva, entendia com precisão o quadro de descaracterização presente em batizar o romance com um nome que não estava ineto de expressões deletérias, pois nas passagens em que os utilizou teceu uma correlação precisa com os desdobramentos histórico-sociais que possivelmente concorreram ao abandono.

Candunga romperia com um significado dicionarizado de peixe barrigudo.¹⁸³ Bruno de Menezes ao selecionar o sobrenome de um personagem, abria mão não só das vinculações diretas a esse contexto, mas por extensão das ponderações que também chegariam ao texto bíblico, justaposto ao lado de infligir dor através de açoites, como no caso dos imputados a Cristo, ou dos flagelos reservados a terra no *Livro das Revelações*. Este caminho havia sido trilhado na literatura de Machado de Assis, a exemplo de Esaú e Jacó. No caso, apresenta uma intertextualidade carregada de metáforas com o texto Hebraico-Cristão, ligado a uma correspondência em que designações acessadas no universo de literatos dificilmente são escolhas ocasionais.¹⁸⁴ A narrativa machadiana é um desses casos em que um título não está

¹⁸² JORNAL VESPERTINO. *Bruno de Menezes, romancista!*. In: Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

¹⁸³ Peixinho de porte significativamente pequeno de espécie desconhecida, que tem por característica essencial uma barriguinha que de forma arredondada, ovalada, que prova que a gravidade existe visto que ela pende para baixo. Fonte: Dicionário Sócio cultural dos Nordestinos – OXE. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/candunga/4003/>. Acessado em: 08 de março de 2016.

¹⁸⁴ O Pedro e Paulo de Machado de Assis são metáforas carregadas de sentidos ligados a história da virada do Império a República, fato que transpareceria na trama nas opções de cada um dos personagens. Outro exemplo, que saiu das páginas da obra em questão. Foi descrito por Lilia Schwarcz ¹⁸⁴, como um drama cívico entre bolachas e cafés. No episódio, se tem Custódio titubeando quanto ao nome que daria a sua confeitaria, várias opções são discutidas por Custódio e o conselheiro Aires, indo de confeitaria do império, do governo, da república, do catete. Finalmente, chegariam a um veredito, mantendo o nome do dono. “Gastava-se alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, Custódio em vez de Império, mas as revoluções trazem sempre despesas”¹⁸⁴ (SCHWARCZ, 2005). Em Brás Cubas mais um exemplo que o escritor empregaria adviria na deliberação acertada, segundo asseverou Sidney Chalhoub ao dizer: “Em Memórias póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis reescreveu Helena. A maior parte das ações se desenvolve entre 1840 e 1869, e Machado cifra o significado do romance na trajetória de Brás, que é o Brasil que vivera até 1869”. Atributo que se revelaria ao longo da narrativa cheia de entrelaçamento com a vida do personagem, sobressaindo na posição do historiador, um Brás que: “compraz-se em explicar repetidamente ao leitor como personagens e acontecimentos da narrativa

esvaziado de conotações, principalmente de flexões com a história. Esaú e Jacó, os irmãos gêmeos que batizaram a trama de Machado de Assis, ligam-se aos gêmeos do enredo Pedro e Paulo, pois em jogo dividiram-se e rivalizaram igualmente aos primeiros na História do povo de Israel.

Assim, entendemos que Antonio Candunga estabelece a perspectiva de um sobrevivente, de personagem que passou ao largo da sina de um herói-romantizado, à medida que na primeira apresentação que lhe fazia o narrador, seria ressaltado a fidelidade de *cão rafeiro* sempre apto a defender a família em qualquer lance. Por essa razão, Antonio Candunga dentro do cenário narrativo apresenta uma possibilidade de entrever as lutas pela sobrevivência dos nordestinos, tendo como ponto de partida, um personagem representativo dos anseios de melhoria social de inúmeros migrantes de “carne e osso” que fizeram parte da história da Amazônia de boa parte do século XX.

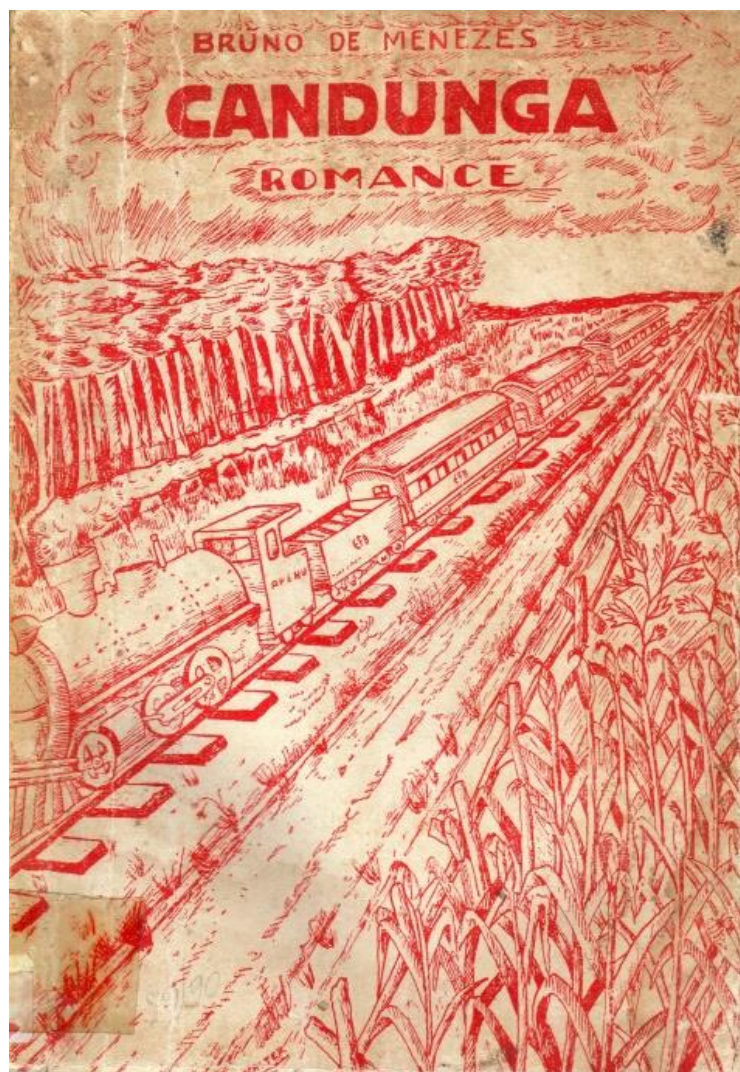
2.2 Candunga na capa: as mãos tocam a história

As discussões de Bruno de Menezes em alguns artigos jornalísticos, como observamos, mantinham certa ligação frente à percepção dos problemas ambientais da Amazônia. Variando os temas não abria mão de sustentar o que lhe parecia ser a constatação histórica da situação existente, isto é a necessidade de práticas *Cooperativas* que pudessem superar as dificuldades do homem do interior. Assim, não se pode isolar do debate uma imagem ligada ao contexto em que essas menções se materializavam, uma vez que a capa do livro em tela buscava reproduzir visualmente certos aspectos relativos à região Bragantina, significativos a sua história, no qual a modernidade do transporte ferroviário,¹⁸⁵ a presença migratória e a dinâmica agrícola de exploração do solo eram elementos que estavam presentes nesta reprodução visual. Acreditamos que estas imagens não foram selecionadas isentas de conotação, pois não pode ser considerada mais que simples adorno a obra. Sua importância pode ser percebida por ser o contato inicial dos leitores com a narrativa, mantendo, portanto, relação estreita nos capítulos a partir das opções descritivas do narrador.

justificam-se somente levando-se em consideração seus caprichos ou supostas necessidades.”. In: CHALHOUB, 2003.p.73.

¹⁸⁵ Consultar: LACERDA, 1992.

FIGURA 5: Capa da 1ª edição de Candunga (1954).



Fonte: Adaptado de CENTUR, setor de Obras Raras, Belém.

Outro elemento a ser considerado nesse assunto diz respeito ao caráter por assim oficial que a designação constituíra, dada a publicação pela editora Revista da Veterinária, de maneira que uma capa serviria ao propósito de apresentar o título do romance, quanto uma imagem situada abaixo das seguintes inscrições. Acima podemos notar o nome de Bruno de Menezes, logo depois o título da obra, Candunga, em letras maiúsculas e a credencial “romance”, centralizada abaixo desta. As palavras em questão, na parte superior, situam-se em meio a algo que dá tanto a impressão de ser nuvens, em meio ao céu da cena destacada, como também cria uma proximidade, com a aparência de fumaças.

A experiência voltada à apreensão de imagens certamente constitui-se atualmente como campo consolidado em diversas áreas do conhecimento humano. No caso específico do

saber histórico, não se firmou sem que houvesse todo entrincheiramento de tensões intelectuais, desdobrados em debates que se firmavam em derredor de sua validade ou não. Tendo em vista a dinâmica das reflexões do passado, basta ater-se a algo que sem dúvida é manuseado por qualquer profissional da história, que entenda a necessidade do seu uso. Na apresentação ao público não familiarizado, noções que atribuem protagonismo às imagens em igualdade à escrita contribuem para que a questão seja entendida com maior profundidade. Nesse sentido, noções de que a presença destas em um trabalho ou livro, deve ser analisada não como adereço, mas ligação permanente com o texto.

Daí a necessidade de desconstruir elementos que lançam certas rotulações e até mesmo preconceitos para com a função imagética. O debate frente à existência de conceitos como pré-história ou história sem a presença da escrita são semânticas que caminharam na segregação, como se a história fosse primordialmente firmada pelo domínio da escrita. Peter Burke (2004) constitui proposições que caminharam na ideia de que as imagens são fundamentais a relações históricas, sem que para isso seja necessário a presença da escrita. Por seu turno, o uso desse tipo de linguagem recorrentemente passou por modificações, em função das contribuições que uma gama de profissionais propuseram.¹⁸⁶

Portanto, movimentam-se frente ao exposto, em mudanças tanto no que era, em termos do sentido aparentemente original que fora tecido, a maneira que apreenderam o conteúdo visualizado e até mesmo o que são frente ao uso atual. Falando dessa maneira até parece que se trata de várias imagens e não uma única composição, porém refletir acerca dos seus usos, das relações que sustentaram no contexto que passaram a ser lidos a partir da noção sensorial associada ao olhar. Com interrogações, do tipo: Quem patrocinou aquela tela? Qual função esteve relacionada ao momento de sua apresentação? Quais situações estão sendo retratadas? Quais os impactos que geraram? Quem viu? Onde ficou exposto? São perguntas que fazem parte do *metiê* de inúmeros estudiosos, que justamente fomentam discussões que removem a passividade que geralmente o senso comum concede. Para que assim, se perceba as dinâmicas históricas que lhes são inerentes. As investigações tendem a consubstanciar interlocução

¹⁸⁶ O número de programas de pós-graduações que acolhem estudos sobre arte com uma linguagem cada vez mais plural cresceu significativamente, de maneira análoga os simpósios, seminários as discussões específicas tanto em história da arte como nas disciplinas correlatas. Assim, devemos ter como evidente que imagens narram uma história, possibilitam a leitura de um contexto, sejam de: paisagens, cidades, campos, animais, de pessoas, sonhos, desejos, fantasias e uma infinidade de expressões. Criaram sentidos no momento que foram concebidas, que nem sempre se manteve igual ao que anteriormente havia sido pensado.

como uma rede grande de fontes, proporcionado uma infinidade de aparatos ao seu entendimento.

Nesse sentido, muitos historiadores a semelhança de Peter Burke (2004) contribuíram com discussões correlatas as listadas acima. Entende-se, sobretudo, o esforço para que barreiras na forma de agregar todos esses conteúdos não escritos sejam comuns a atividade histórica e das demais áreas. Por isso, as possibilidades que essas produções materiais fornecem a períodos posteriores, sem dúvida nenhuma enriquecem o conhecimento do passado. Na obra *Testemunha Ocular* indicou como é possível à história lidar com as impressões que objetos, como vasos, pinturas, fotografias entre outros pretendiam comunicar. Por essa razão, demonstrou maneiras de se discutir à luz da história, que existe uma narrativa visual inscrita nesses objetos.

Enrico Castelnuovo (2006, p.172.) demonstrou como esse campo de estudo em momentos anteriores era tratado, em relação à história da arte. Propôs que nesse quesito específico também se atente a um debate que passou por inúmeros interesses, constatando que as pesquisas já caminharam por veredas bem distantes daquilo que hoje vem sendo feito. O resultado das investigações interessava ao contexto, as conexões respondiam as indagações pertinentes aquele momento. Com isso, sua proposição observou aspectos voltados a construção social que as pinturas estabelecem, refletindo os diversos meandros que estão ligados aos quadros, no interior daquilo que conceituou como “divisão tipológica dos sujeitos (clientes, público, instituições, artistas, obras)”. Por conseguinte, inferiu uma avaliação de cada um dos dados, no sentido de avaliar os procedimentos adotados, favorecendo as bases que venham a trilhar em tais sugestões.

Na capa de Candunga, o lugar de destaque foi dado à locomotiva seguida pelo vagão de abastecimento, repleto de madeira ligado a outros três vagões de passageiros, nelas as iniciais EFB se destacavam. No foco concedido causava a impressão de movimento, pois a ideia era clara de que não estava estacionado numa estação ou mesmo em outro lugar. Não passa despercebido aos olhos a dinâmica do trem sangrando o horizonte, traduzido pelas fumaças expelidas no ar pela chaminé. Deixando esse efeito de prosseguimento do trem, ainda com a dúvida em relação ao destino, pois Belém e Bragança eram os pontos iniciais e finais de muitas das viagens. No plano superior esquerdo aparecem árvores preenchendo a cena, robustas que dão a impressão de estarem intactas, aguardando talvez uma ação de trabalho,

derrubando-as a inúmeras finalidades, inserindo nesse processo os nordestinos, principais responsáveis de levar a tarefa adiante.

A tônica da riqueza da terra, de uma agricultura como rota ao desenvolvimento também era acrescida pela presença destas árvores, formavam uma muralha natural vigorosa, a ser enfrentada e porque não vencida com o desmatamento. Estas singularidades eram ao mesmo tempo contrastantes, pois na natureza intocada, não existe cercas a impedir o acesso, como se o avanço humano além de permitido não tivesse restrições. Este detalhe conectava a adoção da coivara e a existência de uma agricultura tradicional, pois o fogo descrito através da fumaça não vinha apenas da locomotiva a expelir o vapor da lenha consumida, mas de uma proporção bem maior que saía de trás das árvores, a semelhança do grande incêndio ocorrido em um dos capítulos. Bruno de Menezes seja em artigo, na imagem da capa ou na narrativa mais uma vez comunicava que a Zona Bragantina estava “calcinada pelo fogo”¹⁸⁷ em função do manejo nordestino. Asseverava no romance:

O tempo amanheceu lavado e tênue fiados de fumo sobem do rescaldo. Com alguns dias sem chuva e vento, a queima estará totalmente finda.

Gonzaga e Candunga, sem qualquer constrangimento pela depredação da mata, começavam a encoivarar o que não ficou totalmente carbonizado, afim de acabar, ainda pro meio do fogo, com aquela paulama tôda.

Na área abrangida pela violência das chamas, estão madeiros de piquiá, de acapu, de maçaranduba, de jarana e outras espécies nobres, pesadamente estendidas, que alí ficavam sem aproveitamento, além da galhaça esparsa.

Todavia, à custa de energia e de trabalho, os dois inquisidores da floresta conseguem desobstruir algumas braças de terra, e aí mesmo fincam esteios, nos quais sobrepõem caibros e palhas, melhorando a rústica palhoça para alojamento da família (MENEZES, 1993, p. 123).

Já na parte direita da imagem, as árvores transformadas em cercas se encaixam fazendo o papel de arame farpado a perder de vista. As toras de madeira cercam a produção agrícola promissora. Entrevendo trabalho, amanho da terra, como se o cercado legitimasse o esforço de alguns e de que aquele pedaço fixado pela passagem do trem traduzia o suor, a posse de homens sob o seu quinhão, em cada uma a percepção ao uso da natureza se sobrepunha. Esses tipos de cercados receberam do narrador, uma ênfase voltada a plantação de Candunga e Francisco Gonzaga, com o seguinte comentário:

¹⁸⁷A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonos que amem o solo e as árvores*. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7.

Apressando o encoivramento nos lugares em que o roçado não ficara totalmente queimado, Gonzaga evita demora e reduz a estacas e a lenha quanta madeira pode aproveitar, destinando os paus mais resistentes para as cercas.

Também abre uma caieira para fazer carvão, que depois tem de vender ao comprador local, que é quem mais lucra.

Para cercar todo o terreno, trabalho que a maioria dos colonos não quer ter, enterram moirões espaçados, cruzados em X, nos quais vão colocando, longitudinalmente, varões resistentes, de maneira a ficar vedada a passagem aos animais de porte, que danificam as plantações, evitando que os bichos do mato façam o mesmo, o, o que é impossível, devido as cêrcas não serem feitas com estacas unidas.

Terminado êste serviço, que, para Gonzaga e Candunga, significa um começo de propriedade, vê-se extensas paliçada de paus entrançados, para resguardo das tarefas, que em breve ostentarão milharais e arrosais apendoados (MENEZES, 1993, p. 125).

O livro Candunga, do qual captamos a cena em questão, constou como primeira edição. O papel desempenhado por uma capa de livro, dependendo da função que lhe seja conferida, pode oscilar de secundária, dispensável e até mesmo irrelevante. Caso se dê primazia ao conteúdo escrito, mas essas alusões não fazem parte do que defendemos já no início do texto, pois se nos valermos da expressão de Peter Burke, há uma “narrativa visual” presente naquilo que é exposto, que se agregada ao texto tende a enriquecê-la ainda mais. Muitos são os motivos que levam os leitores até aos livros, como interesse pessoal, pesquisas, distração, aumento do cabedal intelectual, coleção desse tipo de objeto em particular e uma lista extensa de razões podem ser elencadas.

Ao considerar as motivações, poderíamos ainda mencionar que diversos fatos foram decisivos ao acesso aos livros. Desenvolvimento das tipografias durante o século XVI, possibilitando a reprodução mais rápida de um número maior de cópias, num momento em que a posse de livros era muito restrita e as reproduções passavam por um trabalho manual extremamente lento, tornando-os caros e seletos. Acrescido ao dado, de que o número de leitores era reduzido demasiadamente. Possuí-los era privilégio de poucos, que poderiam pagar, tanto que a composição de muitos era rica em detalhes que iniciavam na feitura das capas e estendiam-se a cada página. Nas técnicas de iluminuras, pode-se depreender esse fato em particular, pois dotavam de mais raridade aos objetos e fazia de sua propriedade exclusiva a nobres e a realeza.

Paul Ricoeur (2007) destacou o prestígio das imagens frente ao trabalho desempenhado pelos historiadores para análise do passado. Asseverou um critério fundamental no trato dessa produção material, ou seja, devem ser imbricadas pela relação

entre o “elo tecido entre legibilidade e visibilidade”. Nesse aspecto, comparou com detalhes buscados até mesmo nos avessos de uma tapeçaria, não se percam na maneira que o texto, como produto final afiança a realidade em observação, pois para o autor a narrativa possibilita dois elementos que são essenciais, “entender e ver”. Na referida discussão, defende a tese que “a visibilidade supera claramente a legibilidade”, quando em cena entram um leitor esclarecido e um texto que se insira na articulação desse afã.

Em consequência disto, ao situarmos às proposições de Ricoeur na fundamentação das nossas ideias, se baseia no fato de que no diálogo entre a importância que as imagens adquiriram com as iluminuras e também tapeçarias, bem como moedas e medalhas como objetos que visavam dar perenidade a um dado tema. A capa de um livro também comunga de aspectos similares em que pese uma relação dialética entre passado e presente. Marc Bloch (2001) propunha que são das indagações do hoje, do presente, que se levam interrogações ao passado.

Diferentemente, das pistas existentes em outras produções de Bruno de Menezes, no qual aparecem menções que permitem um conhecimento com mais detalhes, sobre quem compôs tanto as imagens, estendido também as letras, visto que nem todos os livros traziam ilustrações parecidas com a de *Candunga*, pois em alguns há somente o nome da obra. No romance *Maria Dagmar*, na edição de 1950, produzida no Rio de Janeiro, pela companhia Brasileira de Artes Gráficas é um destes exemplos em que apenas letras compõe o frontispício.

O mesmo não aconteceria com o livro de poesias *Bailado Lunar*, superando em diversos aspectos os dois, dado os cuidados que a primeira edição de 1924 esmerou-se por apresentar. Entre eles estão à menção de que a confecção ocorrera, em Belém, nas Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, sendo que a ilustração que a apresenta foi composta pelo desenhista Luiz Silva. Além de um desenho do pintor Andreino Cotta, demarcaria presença na edição de *Bailado Lunar*, com uma imagem do jovem poeta Bruno de Menezes. Representado ali na altura dos seus vinte oito anos, com o busto em perfil, numa atitude de olhar para baixo, numa pose meditativa, talvez com a clara intenção de compor o cenário simbolista, de uma “lua peregrina” de acordo com as propostas dos versos que o livro imprimia. Nas discussões de Raimundo de Castro (2015) é possível observar que Andreino Cotta teve uma participação expressiva no cenário das artes do Pará, tanto na primeira metade do século XX, quanto nos trintas anos subsequente, pois faleceria em 1972.

A composição que ilustrou o romance *Candunga*, dialogou com posicionamentos diferentes que não se reduziram apenas aos elementos da capa, pois a presença marcante do trem, claramente criava uma espécie de chamada para narrativa que está ao seu abrigo.¹⁸⁸ Meio de transporte que em 1954, mantinha-se ainda de pé, promovendo a ligação entre campo e cidade, que na observação de Raymond Williams (2011, p. 11) se tem a dimensão em que o “campo e cidade são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas.” Assim, a representação do trem da Estrada de Ferro Bragança com três vagões puxados pela locomotiva, posicionada como se rasgasse ao meio dois espaços criava a ideia de que o trem prossegue, embora não se tenha como captar a direção, se de ida ou chegada, porém o certo é que vai a alguma direção. Porém, a posição ao meio de um percurso, não deixa de estabelecer metáforas instigantes. Como se a continuação da viagem imprimisse nos mais de cinquenta anos que se manteve firme no trajeto, a centralidade por aquilo que permitia, ligar campo e cidade, comunicar sujeitos estabelecendo esse contínuo de chegadas e partidas.

Estar no meio do caminho foi aporte de mensagens marcadas pela expressividade literária. Dante Alighieri faria isso em a *Divina Comédia*, ao se referir ao estado de indecisão afirmaria “quando eu me encontrava na metade do caminho de nossa vida, me vi perdido em uma selva escura, e a minha vida não seguia o caminho certo”. Carlos Drummond faria também da pedra no meio do caminho talvez a metáfora de extremos, jogando com o que de mais simples há, todavia também o de mais complexo, dado os desafios para vida humana. Daí não ser absurdo o trem construir para a região no momento em que esteve ativo esse meio que as mantinham em perene contato e dependência, a partir das conjunturas históricas estabelecidas.

O trem está disposto em um cenário repleto de conotações, entrecruzando-se imagem e texto, uma vez que a presença da locomotiva seria focalizada também em termos das condições de funcionamento, reservando espaço para críticas relacionadas ao estado em que se encontrava. Nelas o literato situou como os descasos para com a E.F.B. tornavam a viagem repleta de percalços. Levando a narrativa uma discussão que em muito se ligaria a um artigo

¹⁸⁸ Esse projeto editorial que se constitui a partir de um projeto gráfico foi observado por Ana Gomes (2012), em uma discussão de Patrícia França, asseverando que: “Benjamin Costallat e a sua editora na década de 1920, aborda a forma como esse editor confeccionou livros visando leituras que atingissem um público amplo. A mais relevante seria a utilização de atrativos presentes na capa de livros, baseados em projetos gráficos inusitados que incluíam, algumas vezes, artistas como Di Cavalcanti.” In: (PORTO, 2012, p. 141-148).

publicado um ano antes de Candunga, abordado no primeiro capítulo.¹⁸⁹ Aproximando-os é possível notar como o questionamento a um passado associado ao desenvolvimento e a modernidade entra em cheque, para dar espaço à reflexão de que não apenas a agricultura reduziu a zona verde da Região Bragantina, mas a política de transporte que em nada se preocupou com quantidade de madeiras derrubadas para alimentar as caldeiras. Assim, em determinado momento o narrador conferiu características humanas ao trem, para que se visualizasse as marcas de descasos que os longos de anos de trabalho imprimiam sobre seus ombros. Dizia que E.F.B estava

arquejando e rangendo ferros, um ôlho enorme varando a noite, o trem dá graças ao maquinista, quando estaciona, para receber lenha, tomar água, ou descarregar os retirantes. Expelindo jatos de vapor, mostra o longo cansaço da carreira (...) O trem se esbofa a noite inteira. (...) Os trilhos gastos, assentes em dormentes desaprumados, tornam-se escorregadios; e a máquina, para arrastar a cauda, arranca e bufa aos gorgolejos, como um cardíaco obrigado a andar muitas léguas (MENEZES, 1993, p. 109).

A passagem evidencia questões ligadas ao estado de conservação,¹⁹⁰ bem como as dificuldades aos que utilizavam o serviço. Muito mais do que uma presença laudatória, as críticas e o tom de denúncia mostram que o cansaço do trem reverberava tensões que cada viagem reservava. Permitindo o frontispício relacionar-se com o texto, seja na cena em que o foco sejam passageiros, ou problemas enfrentados no percurso, além da atenção que a condução ganhou em descrições equivalentes a um personagem. Pode-se também correlacionar a visibilidade da mesma, pelo fato de que esses assuntos não eram alheios aos que a utilizavam no momento em que obra chegava ao conhecimento dos leitores, visto que os jornais aludiam a agressões, acidentes e até custos de alimentos por onde o trem circulava; no contexto da década de 1950.

Inúmeras notícias nos jornais da capital do Estado davam atenção a temas similares ocorridos em meio ao trajeto da linha férrea. Em 15 de janeiro de 1951, “Tiros e

¹⁸⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A zona bragantina e a extinção das matas*. Belém, 12 de março de 1953, p.4.

¹⁹⁰ Num dos periódicos coligidos frequentemente eram publicadas notícias do desgaste de sistema de transporte no Brasil, bem como de números acidentes ferroviários, conforme destacamos: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A verdadeira causa da depressão economia das estradas de ferro*. Belém, 09 de fevereiro de 1950, p.3. /A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Aumenta de hora em hora o número de vidas sacrificadas no desastre*. Belém, 09 de abril de 1950, p.4. /A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Catástrofe ferroviária*. Belém, 07 de março de 1952, p.1. /A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A beira de um verdadeiro colapso o sistema ferroviário brasileiro*. Belém, 04 de março de 1954, p.4.

Depredações”,¹⁹¹ por ocasião das eleições. Atos de vandalismo assolaram tanto casas de moradores como a Estação da Estrada de Ferro de Bragança, na localidade de Peixe Boi. O distúrbio produziria medo entre os moradores, demonstrando as avarias causadas pelos elementos de uma coligação política. Assim, por meio quase de uma folha inteira aparecia acompanhadas de três fotos, o seguinte informe: “Carne e sangue humanos pelos trilhos da Estrada de Ferro”.¹⁹² O trágico acidente cortara ao meio o peixeiro João Evangelista dos Santos. O tronco dilacerado, as partes do corpo exposta e uma multidão curiosa acompanhava tudo, com dois vagões da E.F.B. compondo o cenário, como se fotografias e a cena em discussão pudessem ser perfiladas com o propósito de evidenciar os problemas que atingiam os passageiros em diferentes situações.

A capa atrelada a narrativa permite sugerir outro efeito, à medida que a presença de personagens seja no interior dos vagões, ou do maquinista e até mesmo no cenário descrito esteve ausente. Remetendo-se a possibilidade de que a história das personagens deva ser buscada no interior da narrativa, porém existindo a clara possibilidade de que os sujeitos mesmo não retratados estão presentes, embora não visíveis por toda ação contada de forma visual, um trem em movimento, campos amanhados e a própria ação do fogo. Paul Ricoeur (2007) apresenta a memória através do diálogo da presença e da ausência, que naquilo que a imagem narra em tudo se liga com bastante força a presença humana. Alfredo Bosi (2002, p. 135) estabeleceu uma reflexão que nos ajuda a pensarmos essa relação.

É nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente.

Bruno de Menezes vincularia ao lançamento da obra um contexto de plena atividade da ferrovia, acrescentando percepções para alguns problemas sociais da Amazônia, como por exemplo, a migração nordestina, assentamento em campos de colonização e embates de personagens com tensões relacionadas ao universo agrícola. De acordo com as pesquisas realizadas, foi possível compreender que não se tratavam apenas de especulações casuais, mas reservavam entrelaçamentos com conjunturas alicerçadas na primeira metade do século XX,

¹⁹¹ O LIBERAL. *Tiros e depredações*. Belém, 15 de janeiro de 1951, p.1.

¹⁹² FOLHA VESPERTINA. *Carne e sangue humanos pelos trilhos da Estrada de Ferro*. Belém, 23 de julho de 1952, p.1.

na região Bragantina, correspondendo ao mecanismo que o literato entendeu pertinente para enfrentar a leitura da História.

Por conseguinte, a imagem ampliou o enfoque literário, por reservar a abertura de um diálogo que já se iniciava a partir da menção da capa, com todo esse conteúdo representativo de uma região, comunicando posicionamentos que ampliam as discussões sustentadas ao longo dos capítulos, em que pesou a crítica ao empreendimento da modernidade das ferrovias, em função do consumo desenfreado de dos recursos naturais, sem preocupações com o esgotamento da matéria prima necessária. No caso, possibilitou ao narrador observar questões da natureza amazônica em sentidos que dizem respeito a diversas frentes de ação humana, tanto voltada ao estabelecimento de um meio de transporte, que durante mais de cinquenta anos se manteve ativo, como a política migratória estabelecida nos lugares por onde o trem percorria. Assim, o narrador repassaria sua observação a partir do estreitamento de capa e texto, expondo um momento histórico de conjunturas fundamentais a Região Nordeste do Pará.

2.3 No romance *Candunga*: “um grito de acusação”¹⁹³

Ele encerra a realidade que vivemos no século, com as lábias do João Portuga, quando manteve o diálogo com o pai das duas pequenas, a fim de leva-las para o seu comércio, onde pôde explorar a ingenuidade das pobres sertanejas, com o sentido dúbio de chamar fregueses, e, ao mesmo tempo com a concupiscência disfarçadas que as duas lhe inspiravam.(...)¹⁹⁴

Em *Candunga*, Bruno de Menezes ao colocar em circulação os personagens, as falas e as suas ações fez a escolha de situar a história em Bragança, a partir dos reflexos da migração nordestina nos núcleos de colonização, o que nos levou a considerar a representação sobre a mesma, como uma fonte literária passível a investigação e a interlocução com outras documentações, conforme demonstraremos nos itens subsequentes.

A cidade foi percebida pelo narrador em função das dinâmicas perpassadas no interior, por isso, o enredo articulou a construção da experiência social de uma família de migrantes cearenses, focalizados em meio aos enfrentamentos de ocupação da terra, de maneira que os capítulos centraram-se, sobretudo, nos derredores de Bragança. As cenas urbanas apresentadas foram significativamente menores, além de estarem atreladas aos

¹⁹³ Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

¹⁹⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Candunga* - por Carlos Victor Pereira. Belém, 15 de maio de 1955, p.3 e 4.

desdobramentos produzidos no local de movimentação dos personagens principais. A obra concedeu amplo espaço para que se pudessem perceber as dificuldades dessas áreas, de maneira que através da literatura, Bruno de Menezes, efetuou a leitura de um período marcado por características de grande relevância ao entendimento daquela sociedade.

Na análise aqui proposta, entendemos o romance como uma resposta crítica dada pelo autor a problemas sociais, cuja correspondência se deu pela exposição de aspectos que vão da rusticidade do amanho da terra, a utilização de precárias ferramentas e fogo como mediação indispensável à produção agrícola. Aspectos que Carlos Mendonça, entendeu existirem na obra, afirmando que:

Se o livro não puder satisfazer aos críticos exigentes, como técnica de romance, como fatura didática da contra-regra teatral, - não se poderá esconder que o Autor ultrapassou as medidas do drama, em sentido psicológico ao estudar o fenômeno social e agrário da Amazônia conduzindo o conjunto dos personagens sem distorção da realidade, mas tristes e verdadeiros felás.(...) ¹⁹⁵

Em conseqüências disto, o *cooperativismo* surgiu como uma intervenção que fez da narrativa não somente um balanço das agruras que atingiam a Zona Bragantina, mas uma comunicação que acreditava num futuro diferente ao homem do campo, caso acolhesse as bases elementares da *doutrina*. O texto aproximava dois personagens, o migrante cearense Antonio Candunga e o agrônomo Romário, responsável pelos lotes onde foram assentados a família protagonista do enredo. Por meio deste, o narrador posicionou falas e reflexões, em que sobressaíam-se lutas que concorreriam a emancipação dos lavradores, apenas possível, se rompesse as algemas da consignação da colheita no comércio local, causa de todo um ciclo de dependência. Esta reflexão desnudava a embates que resultaram na criação da *Colônia Novo Porvir*, conforme veremos. Nela devido à influência do *associativismo agrícola*, mudanças expressivas seriam alcançadas, as provas surgiam com a propriedade da terra, antes não passando de arremedos em papel, assim como o crescimento da colônia e da solução coletiva dos conflitos internos.

A obra demarcaria uma temporalidade bastante dinâmica, a primeira razão viria do contexto de sua publicação, que abriam horizontes, que permitiam a muitos homens das letras vinculá-la ao mundo em que estavam inseridos, ligando-a com a realidade fora das

¹⁹⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. “Candunga” tragédia e romance – por Carlos Mendonça. Belém, 20 de março de 1955, p. 11 e 12.

páginas. As conjunturas anteriores à década de 1950, também não estariam alheias à exposição de Bruno de Menezes¹⁹⁶, por ter se tratado de um enredo não delimitada a uma data específica, mas envolto na primeira metade do século XX. Fato que as próprias notas explicativas de Candunga, isto é, as orelhas do livro, registrariam da seguinte maneira:

Êste livro foi escrito quando o romancista José Américo de Almeida baixava severos atos no Ministério da Viação, ao tempo em que os Estados federativos tinham interventores, na sua maioria, militares nomeados pelo presidente revolucionário, que dispunha de diversos poderes discricionários. (...) Deslocando-se vários grupos dêsse êxodo para Amazônia, desembarcaram, via marítima em Belém, algumas dezenas de retirantes, que vinham oficialmente amparados pelo Ministério da Agricultura, sob recomendações assistências e auxílios complementares da interventoria estadual. Como habitualmente sucede, a zona da Estrada de Ferro de Bragança se tornou tradicional na localização distributiva dêstes elementos adventícios, que, quando atingidos do ambiente sertanejo, pelas alternativas climatéricas, procuram a Amazônia como asilo temporário de trabalho (MENEZES, 1993)

Assim como abria uma brecha importante para outras reflexões em um contexto de relevância a percepção da cidade de Bragança, pois era dada ao conhecimento dos leitores na ocasião das comemorações “de duas datas da mais alta significação histórica – o 2º Centenário da fundação da vila de Bragança e o 1º Centenário de sua elevação à categoria de cidade.”¹⁹⁷ No clima de comemorações que perdurou os anos 1954 a 1955, agentes públicos elaboraram um calendário de festejos, que incluía o que deveria constar nas recordações. Selecionavam indivíduos a ser homenageados, dentro de certas atribuições, envolvendo homens revestidos de cargos importantes, caso de Arthur César Ferreira Reis, ocupante do cargo de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. No bojo das efemérides era agraciado com o título de *cidadão bragantino*. Demarcava-se assim não somente o que para alguns deveriam ser digno de nota, como de inclusão em meio à história escrita nesses acontecimentos, cujo problema maior não estava na escolha de um

¹⁹⁶ Na análise proposta pela historiadora Maíra Maia (2009, p.71) a temporalidade do romance foi posicionada diretamente relacionada a revolução de 1930 e associada a figura do interventor Magalhães Barata, no caso a sua primeira administração (1930-1935). A pesquisadora chegou a seguinte conclusão: “É o literato escrevendo sobre a revolução de 1930, na qual depositou suas esperanças nos primeiros tempos, e sobre o nosso interventor Magalhães Barata. Não entra numa discussão acerca dos acertos e erros da revolução, nem se esta foi boa ou ruim para as classes mais desfavorecidas do país, apenas analisa o temperamento impulsivo do militar, que ao entrara em contato com o relato de Romário, deu ao agrônomo todo o seu apoio, para que este fizesse justiça no interior do Pará. Bruno deixa escapar discretamente que o interventor era um homem justo, embora cercado de pessoas de caráter duvidoso.”

¹⁹⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Comemorações do 2º centenário da fundação de Bragança*. Belém, 10 de dezembro de 1955, p. 4 e 10.

historiador, com contribuições importantes a discussão do passado amazônico, mas nas omissões que vinham ligadas ao evento. O documento assinado pelo secretário da câmara dos vereadores comunicava assim:

Aprez-me acusar o recebimento do ofício de V. Excia. enviando por cópia à Camara Municipal e gentil telegrama de Sr. Dr. Artur Cesar Ferreira Reis, DD. Superintendente da Valorização da Amazônia, em agradecimento ao telegrama que lhe foi transmitido comunicando àquele ilustre historiador da Amazônia, a Resolução da Camara Municipal, de 8 do corrente mês, que o considerou “Cidadão Bragantino”.
Reafirmando a V. Excia. a nossa estima e consideração, apresento-lhe mui atenciosamente sinceras

Saudações
Ciriaco Oliveira
1º Secretário da Camara Municipal¹⁹⁸

Nesse cenário em que pessoas de envergadura da cidade e de fora dela, desfilavam nos palcos montados as celebrações, o livro de Bruno de Menezes ia na contramão de tudo que era escolhido para ser o centro das lembranças, pois trazia uma visão aos sujeitos sociais, significativamente colocados a margem, a exemplo dos nordestinos que amplamente estiveram no processo de colonização. Na promoção dos assentamentos agrícola, integrando-se ao processo de formação identitária dos bragantinos, mas que não constavam entre os que recebiam títulos de cidadania. Por sinal, o mesmo poderia ser dito, das populações nativas e afrodescendentes, que de igual maneira fizeram-se presente nesse processo, mas que também eram silenciadas.

Entre os documentos do período, encontramos um que dava a impressão de serem os apontamentos de algum discurso, possivelmente, do prefeito Benedito César Pereira (1955-1959), ou de algum orador oficial. Três páginas que simbolizavam o tom reinante, entre reticências, frases incompletas e pontuações vagas. Num passar rápido dos olhos de um discurso, indicavam os grandes esquecimentos e uma história que contada pelos funcionários públicos, atribuía protagonismo exclusivo aos conquistadores. As frases soltas abordavam: “Leva o nome do donatário deste então Capitania, areada em CARTA REGIA de 1622. De um poeta bragantino: EIMAR TAVARES: tradição é eternidade / que o

¹⁹⁸ Ofício Nº 81/85, encaminhado pela Câmara Municipal de Bragança ao Prefeito Municipal de Bragança, datado de 25 de Novembro de 1955. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira.

povo traz na lembrança... Este marco é de saudade dos que fundaram Bragança”.¹⁹⁹ Linhas a adiante a riqueza agrícola seria acentuada, sem que se ressaltassem os braços que as produziam, em que “Bragança será como já é Celeiro de Belém”,²⁰⁰ além das inaugurações de obras públicas, melhorias na geração de energia, as rendas da cidade, que seguiam conforme a exposição das autoridades.

Os esforços que a prefeitura alegava estar fazendo eram apresentados em tom de queixas, em que “estão e continuam marcados para a semana de 11 a 18 de dezembro (1955). O programa desses festejos está sendo impressos em Belém para serem profusamente distribuídos na segunda quinzena de novembro, próximo”.²⁰¹ Informava-se através de uma nota assinada pela secretária municipal, Ana Sousa de Oliveira, que o cofre municipal não havia recebido as verbas que Câmara Federal, destinava aos municípios que completavam os cem anos de emancipação. Entretanto, ratificava que se mantinha “de pé o propósito do Sr. Prefeito em realizar o que prometeu”,²⁰² por mais que fossem privilegiados “outros Municípios paraenses, como Santarém, Vigia, etc, felizes no recebimento dessa ajuda federal”.²⁰³

Por outro lado, a visão aos trabalhadores da cidade e dos seus arredores, na sua maioria lavradores, também eram esquecidos nos acenos das autoridades, que tinham ao que parecia nas comunicações oficiais, maiores encargos, em embelezar as residências e remover os matos incômodos aos olhos, nos espaços de maior circulação. Era o que expunha a secretária relembrando as notas já divulgadas, que pensavam numa cidade mais preparada ao ensejo, novamente as justificativas do executivo:

O nosso Município o vai fazer, porém, modestamente, simplificando o programa, para que não haja censuras, muito embora não tenha recebido das classes conservadoras e liberais o concurso há muito solicitado pelas colunas deste jornal pois, poucos atenderam a proclamação de pintura na fachada das casas, reparo nos passeios e limpezas e cercamento de terrenos que até hoje primam pela exuberância de matagal. Com nossos poucos recursos fará a Municipalidade solenizar a semana Centenária de Bragança-

¹⁹⁹ Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 110 – Ano 1955 – Assuntos: Requerimentos – Gestor: Benedito César Pereira.

²⁰⁰ *Idem.*

²⁰¹ O documento assinado pela secretária Ana Sousa de Oliveira, apenas estava assinado, sem o preenchimento dos espaços destinados a data. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 110 – Ano 1955 – Assuntos: Requerimentos – Gestor: Benedito César Pereira.

²⁰² *Idem.*

²⁰³ *Idem.*

Cidade, aceitando a colaboração dos que desejam aumentar o brilho festivo desse acontecimento histórico²⁰⁴

Igualmente aos pescadores, feirantes e as famílias que contavam apenas com a força de cada um dos seus componentes para sobreviver, numa cidade repleta de dificuldades, que claramente as ignorava como cidadãos. A possibilidade de encontrar as mulheres e os homens comuns vinha nos capítulos de Candunga, no qual aspectos atrelados a um cotidiano de tensões, para poder colocar o pão na mesa a partir da produção agrícola, seria retratado como a dinâmica principal a ser observada, que uma simples pintura na fachada não conseguia remover. Por um lado, poderia ser visto como uma posição que Bruno de Menezes dirigia a Bragança, abrigado no esconderijo de um narrador, que transmitia críticas a partir de obra ficcional.

Por conseguinte, Aldrin Figueiredo (1998, p. 302) nos ajuda a pensar essa relação, quando se remetia a discrepância entre os fatos veiculados pela historiografia e a concepção particular que a literatura concebe na evidência de certas questões que dizem respeito à história. Não entendendo uma isenção total do que a literatura narra, mesmo porque se trata de uma “leitura própria da história do Brasil”, a partir das diferentes observações, que o mesmo estudou acerca das criações feitas pelos intelectuais, sobre a lenda da princesa de Mayandeuá, intercalando-se fontes literárias e folclóricas nas análises efetuadas pelo historiador. Esta situação permite-nos inserir o romance, numa discussão marcada por confluências, entre o conteúdo da narrativa com as lutas de Bruno de Menezes, correspondendo à trajetória intelectual e as posições políticos – sociais ao longo dos anos 40 e 50.

Aproximadas das que dissertavam acerca da destruição das matas da Zona Bragantina, da forma de utilização do solo e das políticas gestadas pelas autoridades, nas quais sua assinatura constava, como vimos no primeiro capítulo, enquanto um sujeito social comprometido para além das relações burocráticas que seu trabalho engendrava. Indagava-se também em artigo sobre *O que sucederá a Bragança*²⁰⁵, posicionando-se aos locais em que os holofotes das casas pintadas e dos matos capinados não alçavam. Estas palavras manifestavam as vozes da cultura popular, fazendo um trajeto que não era os dos desfiles e

²⁰⁴Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 110 – Ano 1955 – Assuntos: Requerimentos – Gestor: Benedito César Pereira.

²⁰⁵A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O que sucederá com Bragança – por Bruno de Menezes*. Belém, 17 de janeiro de 1954, p. 11.

das recepções iguais que se processaram “no coreto em frente à Prefeitura será cantado o solene Te-Deum-Laudamus, quando o bispo de Guamá benzerá, solenemente a BANDEIRA DE BRAGANÇA”.²⁰⁶ Ao poeta de Batuque, o bairro da Aldeia era muito mais expressivo, as famílias de gerações de pescadores tinham muito mais relevância, dada as marcas de resistência que neles se mantinham. Bruno de Menezes faziam um paralelo com a ideia de Milton Sena que afirmava que “a Bahia está morrendo e que de futuro ficará, apenas nos sambas”.²⁰⁷ Escrevia preocupado com os efeitos que passagem dolorosa dos anos havia imprimido na cidade, nas suas palavras o olhar aos trabalhadores que se esforçavam em conservarem as suas tradições, além de que a entrada de Bragança era colocada pelo rio não com a linha férrea.

Estou em acreditar que, limitando a sua quilometragem terminal em Bragança, atingindo aquela cidade pelo poente, a penetração ferroviária, se lhe trouxe desenvolvimento populacional e outro meio de escoamento das riquezas de seu sólo, ocasionou a natural modificação social nos métodos de seu povo, meio afro-ameríndio.

Resistiam, sem dúvida, os habitantes praieiros, em que Bragança é admirável; as velhas famílias pescadoras, dos mestres carpinteiros, dos pilotos afamados, dos pequenos criadores, dos moradores da conhecida “aldeia”, enfim, daqueles que residindo sempre a visão das eretas palmeiras imperiais, perfiladas na frente da cidade, dos luare seresteiros na ponte do Sapucaia, das suas festividades roceiras,²⁰⁸

Diferindo-se da cobertura jornalística feita pelos *periódicos* da Capital do Estado, que pegavam carona na divulgação de robustas verbas, que não condiziam com queixas da prefeitura,²⁰⁹ expondo o calendário das atividades e questões gerais ligadas a escolhas de rainhas e competições esportivas,²¹⁰ em nada esmiuçavam ponderações as necessidades do povo bragantino como se nada houvesse a ser ponderado. Assim, deixava-se a parte as questões prementes de uma cidade que nos anos anteriores era apontada como recordista em

²⁰⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Comemorações do 2º centenário da fundação de Bragança*. Belém, 10 de dezembro de 1955, p. 4 e 10.

²⁰⁷ *Idem*.

²⁰⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O que sucederá com Bragança – por Bruno de Menezes*. Belém, 17 de janeiro de 1954, p. 11.

²⁰⁹ Dentre as coberturas que saíam no periódico coligido, destacamos as seguintes chamadas: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Três milhões para os projetos do primeiro centenário de Bragança*. Belém, 27 de março de 1954, p. 4 e 8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *200 milhões de cruzeiros para as festas do 1º centenário de Bragança*. Belém, 05 de agosto de 1955, p. 8.

²¹⁰ Semelhantes a estas: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *2 dias de festas para os desportos de cidade de Bragança / centro de rainha do centenário de Bragança*. Belém, 6 de maio de 1954, p. 6. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Em agosto o centenário de Bragança*. Belém, 01 de maio de 1955, p.15.

“mortalidade infantil e nas taxas de analfabetismo”.²¹¹ Estes assuntos serviram de indícios a conexão com certas noções que a obra punha em evidência, através das denúncias romanceadas, transparecendo a muito a constatação dos elementos que ficavam na penumbra de uma história oficial.

“Candunga” não é um simples livro de críticas sócio-econômicas. Ele é muito mais do que isso. É o sangue a vida, a angústia, a desolação, a esperança macerada, a teimosia impertérrita, duma raça indomável que fala pela boca rebelde do cearense do Canindé: - Seu doutô vosmicê me a discurpe, mas eu nunca me agachei par ôtro hôme!²¹²

Assim, levadas ao texto de *Candunga*, tais reflexões permitem ampliar os diálogos a fim de situarmos as conjunturas internas ao romance, principalmente pelo não isolamento da obra, mas pela articulação em meio a um contexto em que diversas leituras da região amazônica ganharam fôlego, atreladas também a programas federais de valorização do espaço. A Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) constou como um desses arranjos, fomentadores de interesses diversos entre os estados atingidos pelo programa varguista.

Vale ressaltar que nas páginas de agradecimento contidas na obra, Bruno de Menezes tecia uma relação que incluía um aceno de agradecimento de caráter institucional. O primeiro feito a Stélio Maroja,²¹³ que se vinculava ao âmbito das relações públicas do autor, em momentos anteriores a chefia assumida na SPVEA, pois foi Secretário de Economia e Finanças, no governo de Zacarias Assumpção, o qual o SAC era subordinado. Stelio Maroja era destacado como “representante do Pará, na Comissão de Valorização da Amazônia estudioso equacionador da sócio-economia de nosso Estado”. Os demais homenageados eram oito prefeitos dos municípios da Zona Bragantina,²¹⁴ os quais não conseguimos estabelecer as razões das presenças destes representantes do executivo. Nossa interpretação é que como constavam entre as áreas que eram assistidas pelo serviço chefiado por Bruno de Menezes,

²¹¹ Nos anos anteriores os periódicos informavam: FOLHA VESPERTINA. *No primeiro ano de vida: Entre mil crianças, 159 morrem em Bragança*. Belém, 12 de abril de 1951. p. 3 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *66% de analfabetos no Pará*. Belém, 24 de abril de 1953, p. 8.

²¹² A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Bruno e o seu Candunga por João Viana*. Belém, 17 de abril de 1955, p. 10.

²¹³ Alguma notas cobriram a passagem de Stélio Maroja pela S.P.V.E.A: FOLHA VESPERTINA. *20 mil cruzeiros vai ganhar Stelio na valorização*. Belém, 14 de agosto de 1953, p. 4. / FOLHA VESPERTINA. *Deixa Stélio a SPVEA*. Belém, 12 de janeiro de 1955, p. 5.

²¹⁴ A nota foi composta nos termos: Aos prefeitos das unidades municipais da Zona Bragantina: Raimundo da Vera Cruz, Alfen Ferreira de Sousa, João Soares de Melo, Antonio Ortega Sampaio, João Flor de Oliveira, Artemon de Sousa Rolin, Raimundo Mauricio da Silva Neves e Simpliciano Medeiros Junior.

talvez trouxessem esse aceno do homem público, a frente do S.A.C. que mantinha uma relação burocrática com os lugares que o órgão prestava assistência. O subtítulo do romance “*cenas das migrações nordestinas na Zona Bragantina*” concedia uma abrangência nos termos de se propor a contar uma história, que se voltava as dinâmicas dos núcleos de assentamento agrícola.

É importante enfatizar que dentro das relações que a obra de Bruno de Menezes conjugava nesse contexto, outras abordagens destacavam-se como iniciativas que partilhavam de pontos similares, num cenário marcado por tensões que se avolumavam no território amazônico e que levava a muitos sujeitos sociais a se posicionarem criticamente. Arthur César Ferreira Reis, primeiro superintendente da SPVEA, como historiador estudou a Amazônia dentro de uma ampla abordagem, contribuindo com estudos importantes.²¹⁵ No momento que ascendia a chefia da superintendência, entre 1952 a 1953, publicava um importante trabalho, *O Seringal e o Seringueiro*, aprofundando olhares sobre a migração na Amazônia.

De igual importância a tese de Antonio Rocha Penteado, dividida em dois tomos de análise, forneceu subsídios fundamentais para pensar a Zona Bragantina em torno de proposições voltadas a compreensão da ocupação territorial do espaço. Neste estudo a região passou a ser concebida como produto de ações públicas que foram consolidadas a partir de necessidades agrícolas, como também conjugadas a uma política de colonização de bases antigas, que de acordo com o estudioso na ocasião das indagações que levantou já demonstravam que

o estado atual de uso terra parece denunciar uma longa história de ocupação destrutiva do solo. Na verdade, entretanto, essa história de ocupação é curta, embora dela se possa tirar uma série de ensinamentos da mais alta relevância para o Pará todo o espaço tropical brasileiro (PENTEADO, 1967, p. 27.).

Nesse sentido, o homem e a terra adentraram a leitura, de forma que ao desenvolver seus argumentos até os anos da década de 1950 e 1960 ficou bastante claro que no olhar geográfico consubstanciado, fruto da renovação da escola francesa de estudos geográficos,

²¹⁵ Destacamos algumas das obras do historiador: REIS, Arthur César Ferreira. Limites e Demarcações na Amazônia. v.1. A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa / v.2. A Fronteira com as Colônias Espanholas. -2 ed. Belém: SECULT, 1993./ REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e o seu desenvolvimento. In: Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. 1968./ REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia no século XVIII: sugestões para estudos. In: Colóquio Internacional de estudos luso-brasileiros, 1950. / REIS, Arthur César Ferreira. O Estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVII. In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, 1956.

movimento semelhante que a História passou com as inovações da Escola do Annales. Não somente conjugava os dois saberes, mas uma série aspectos como economia, sociologia, mentalidades, cultura entre outras. A região foi discutida com base em suportes que caracterizaram o solo, o uso, as ações antrópicas e no reconhecimento das experiências de ocupação dos homens, que recorrentemente ganharam menção no interior das observações, contribuindo para que se percebam as cidades surgidas dos antigos núcleos colônias a partir de múltiplos desdobramentos geográficos e históricos.

Os leitores de *Candunga* produziram uma fortuna crítica valiosa, que nos ajuda a observar os impactos gerados por ocasião do lançamento, ao mesmo tempo as feições que a sua circulação foi consolidando em meio à intelectualidade paraense. Notamos que através do romance se esboçou uma percepção de certos aspectos da história da Amazônia, fazendo de Antonio Candunga uma espécie de porta voz aos embates abrigados em suas páginas. Como temos visto, esses relatos foram produzidos por alguns intelectuais, que a leram antes mesmo da publicação, na qualidade de manuscritos; outros para julgá-la enquanto concorrente a um prêmio literário. Além dos que efetuaram suas impressões no bojo do contato como o livro, espalhadas em inúmeros *periódicos*. Um parecer comum entre as opiniões, diz respeito a observação de elementos para além do ficcional, associando um grau de veracidade naquilo que fora descrito, uma vez que muitos enxergaram na composição do romance a experiência do autor acumulada na vivência com os sujeitos sociais do interior.²¹⁶

Candido Rocha Marinho faria sua exposição integrando a romances que se debruçaram sobre a reflexão social, dentro das capitais brasileiras, a *Bagaceira* de José Américo de Almeida,²¹⁷ publicada em 1928, constou como o contraponto principal que o

²¹⁶ Nos artigos, os críticos seguiam a essa relação que temos destacado, entre eles: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Candunga - por Carlos Victor Pereira*. Belém, 15 de maio de 1955, p.3 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. “*Candunga*” *tragédia e romance – por Carlos Mendonça*. Belém, 20 de março de 1955, p. 11 e 12. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Bruno e o seu Candunga por João Viana*. Belém, 17 de abril de 1955, p. 10./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No jardim do materialismo nacional “Candunga” de Bruno de Menezes – por Candido Rocha Marinho*. Belém, 30 de janeiro de 1955, p. 2 e 4.

²¹⁷ No bojo das relações consubstanciadas pelas notas explicativas, José Américo de Almeida, aparecia em dois períodos, como Ministro dos Transportes no Brasil, a primeira que justamente insere o momento de escrita da obra, se deu de 1930 a 1934. No segundo período, no qual coincidentemente assumiria o mesmo cargo também como subordinada ao Presidente Vargas, foi entre 1953 e 1954. Ocasão que o livro de Bruno de Menezes seria lançado. Em artigo jornalístico, intitulado o Coordenador, Bruno de Menezes tecia grandes elogio a nomeação José Américo de Almeida como ministro, o que nos sugere que admiração sem dúvida concorreu para que nas notas de abertura de *Candunga* fosse estabelecido uma correlação com o tempo da Narrativa, a partir do primeiro momento que ocupara o cargo. Num dos parágrafos Bruno de Menezes, diria: “É o caso do sr. José Américo de Almeida, revolucionário decepcionado, um dos taumaturgos políticos

crítico buscou enfatizar. No caso, superava a obra anterior por “fugir ao naturalismo colorido de José Américo”.²¹⁸ Os pares românticos de ambos os autores também seriam confrontados, *Pirunga* e *Soledade*, do escritor paraibano seriam *trágicos*, já *Candunga* e *Assunção* constituíram exemplos *humanos*. Essa extensão não se resumia apenas ao casal, mas ao conjunto dos personagens que indicariam “figuras conhecidas nossas, no interior e na cidade, na vila e no roçado, agentes cruéis do regime vigente, os quais infelizmente, pouco ou nada evoluíram no tempo. É um livro misto de ternura, força e verdade que precisa ser conhecido por todos nós,”²¹⁹ conforme enfatizava Candido Marinho. Bruno de Menezes era avaliado na contribuição a discussão que trazia a Zona Bragantina e as imensas dificuldades que narrava deste espaço.

A opinião da Academia Paraense de Letras vinha assinada por três imortais: Abelardo Leão Condurú, Wenceslau Costa e Georgenor Franco²²⁰, que eram membros da comissão responsável em julgar os livros que concorreram ao Prêmio “José Veríssimo”. Criado pelo governo do Estado do Pará para premiar os escritos que se destacaram no decurso de cada ano, vale ressaltar que nos anos de 1952 e 1953 não apareceram concorrentes, como os dispositivos do prêmio previam o acúmulo do valor dos anos anteriores, Bruno de Menezes levaria a merecida soma.

Dessa maneira, boa parte do que se encontra nesse artigo dos imortais da academia paraense de letras tratou-se do parecer daquilo que entendia acerca da situação da Amazônia. Nos comentários, por vezes há alusão a História colonial da Amazônia, quando tocavam nesse particular usavam expressões como sede de ganância dos *quiméricos*

sertanejos, que o govêrno da República foi buscar na administração de seu Estado, para investi-lo dos poderes de coordenador das obras contra as sêcas. Nomeação que só as terríveis consequências desse flagelo terão imposto, diante do apelo, mais do que um convite, feito pelo Chefe da Nação ao governador Paraibano, para as funções daquele cargo é de admirar não ter essa inciativa surgido com mais antecedência para aproveitamento de um profundo conhecedor da geografia do nordeste.(...) In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O Coordenador - por Bruno de Menezes*. Belém, 07 de maio de 1953, p.3. Dentro deste segundo momento nos deparamos com muitas notícias na imprensa paraense, sobre o ministro. A saber: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *José Américo aceitou e hoje será nomeado Ministro da Viação*. Belém, 12 de junho de 1953, p. 1 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Getúlio chama José Américo com urgência*. Belém, 14 de junho de 1953, p. 1. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Preocupado José Américo com o problema da seca*. Belém, 19 de junho de 1953, p. 1. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Visitará o Amapá o Ministro José Américo*. Belém, 18 de julho de 1953, p.1 e 4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Solução da greve nas ferrovias: José Américo*. Belém, 04 de agosto de 1953, p. 1 e 3.

²¹⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No jardim do materialismo nacional “Candunga” de Bruno de Menezes – por Candido Rocha Marinho*. Belém, 30 de janeiro de 1955, p. 2 e 4.

²¹⁹ *Idem*.

²²⁰ Artigo intitulado de: “Candunga” – Opinião da Academia Paraense de Letras sobre a obra de Bruno de Menezes”. Conservado no Arquivo de Bruno de Menezes na Academia Paraense de Letras.

*visionários*²²¹, misturam-se diversas faces de colonizadores, donos de terras e de homens que contaram apenas com a força do corpo. Parte de um processo histórico que significativamente foi integrado por nordestinos, daí fazerem menção a participação deste nas terras Amazônicas. Diriam dos últimos que “Desde o século passado que hordas crescidas de nordestinos açoitados pela inclemência dos estios abraçadores, buscaram os longínquos seringais do Acre e do Amazonas e embrenharam-se nos rincões da Zona Bragantina”²²².

Depois de suscitarem essa relação, demonstram as feições dos migrantes que chegavam à Zona Bragantina para se estabelecer, por onde o trem da estrada de ferro de Bragança percorria. Numa evidente proximidade entre personagens e sujeitos sociais que habitavam a região, o mesmo tom acompanhou os problemas sociais e econômicos do eixo ferroviário paraense²²³, no momento em que eles escreviam em 1954, entendiam como “em parte, mais agravados”²²⁴. Há assim nas inferências dos acadêmicos, frequentes aportes entre as conjuntas da realidade em que escreviam com as abordagens presentes na obra:

Retratando com comedido escrúpulo e fidelidade e relevo e consciência, episódios da vida da região, seu livro realça pelo brilho da naturalidade na “arte da descritiva” e numa análise dos “problemas sócio-econômicos” desse eixo ferroviários paraense que continuam em parte mais agravados, quanto ao sacrifício das matas com o desaparecimento dos produtos locais como algodão, as nobres madeiras nativas e a lavoura “essencialmente alimentícia” deduz-se que no autor não houve a preocupação da “fantasia arbitrária”.²²⁵

O artigo do literato paraense Dalcídio Jurandir, nos primeiros parágrafos, observou a realidade literária existente na Região Norte, em que lançar um livro seria um grande feito de ousadia, num ambiente de *hostilidade* a literatura. O que Bruno de Menezes demonstrava era *heroísmo*²²⁶, pois diante a *miséria de trezentos cinqüenta mil pessoas*²²⁷, que apenas lutavam para satisfazer as mínimas necessidades, questionava-se “como é possível pensar

²²¹ Artigo intitulado de: “Candunga” – Opinião da Academia Paraense de Letras sobre a obra de Bruno de Menezes”. Conservado no Arquivo de Bruno de Menezes na Academia Paraense de Letras.

²²² *Idem.*

²²³ *Idem.*

²²⁴ *Idem.*

²²⁵ *Idem.*

²²⁶ O IMPARCIAL. “Candunga” e o seu grito de acusação” – 04/10/1955. Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

²²⁷ *Idem.*

em biblioteca, ter conhecimento da literatura?”²²⁸ Marcas de quem, segundo ele, percebiam a resistência e confiança no poder da literatura, através do protagonismo “nas massas literárias e nas massas trabalhadoras”.²²⁹ Estes elementos Dalcídio Jurandir informava que não faltavam em *Candunga*, uma vez que nos temas expostos surgiam um “*grito de acusação*”²³⁰ as condições que o povo se encontrava, enfatizando tal situação. Com base nos dramas que os personagens vivenciam, buscava assim em outros personagens, além de Antonio Candunga a comprovação de sua análise, atrelando as dificuldades do povo na dinâmica da narração.

A preocupação que Bruno de Menezes imprimia no romance *Candunga* produzia uma forma específica de vislumbrar uma parte dessa história, nos parecendo produtora de uma visão sobre um lugar, construída a partir do enfoque que a obra faz a região Bragantina. Ao considerar os elementos dispostos no texto ficcional, deve-se perceber os valores agregados pelo autor a fim de dar sustentação a esses aspectos, cujos assuntos descritos fizeram conexão a fatos concretos perpassados na História do Pará. Com enfoque temos os assentamentos ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança, no qual as fragilidades dessa política agrária, que convocava sujeitos sociais adentram as páginas da obra com o propósito de colocar em destaque, aspectos relacionados às dificuldades enfrentadas no processo de estabelecimento na nova terra, caracterizando-os como estes ficavam por vezes a revelia dos acordos estabelecidos pelas propagandas de atração populacional.

2.4 “Reina calma em Bragança”²³¹: disputas, tensões e problemas nas colônias agrícolas

A narrativa *Candunga* está longe de representar Bragança como uma cidade bucólica, num cenário idílico da Amazônia, com uma canoa passando a sangrar o rio caeté em meio à descrição de sons de animais embalando o sono do nordestino, depois de um dia de trabalho para junto de seus familiares descansarem para o novo dia. Ao invés disso, rompe com essa

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ *Idem.*

²³⁰ *Idem.*

²³¹ Na documentação pesquisada esse foi o título de uma reportagem que apresentou os esclarecimentos do advogado bragantino Moises Israel, a redação do Periódico de A PROVÍNCIA DO PARÁ, depois de uma série de conflitos que se desenrolaram em Bragança no primeiro trimestre de 1951. Durante a exposição dos fatos o advogado informou que o clima era de: “verdadeira calma”, depois de todas as tensões que tiraram a tranquilidade da Cidade de Bragança e de alguns núcleos agrícolas circunvizinhos. Ao longo do texto trataremos da questão. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reina calma em Bragança*. Belém, 21 de março de 1951, p.4.

perspectiva para inserir uma história marcada pelas contradições, introduzindo um lugar que não era um porto acolhedor, ou um refúgio esperado dos sonhos dos migrantes que para lá se dirigiam, com suas poucas bagagens para lançarem os dados da sorte, cujo resultado esperado era uma terra promissora que mudasse o quadro desolador de uma seca.

A família de Francisco Gonzaga participa do esquema narrativo de maneira significativa, pois a partir da retratação da trajetória do grupo foi estabelecido uma conexão com a região Nordeste do Pará.²³² Estabeleceremos com a narrativa uma discussão que nos permita conhecer o caminho que seguiram associando-a alguns sujeitos sociais, que deixaram suas marcas no contexto em que o romance posicionou o drama familiar. Vale destacar que o narrador efetuou a leitura da participação de migrantes cearenses, como objeto central do testemunho literário, que considerou a participação destes indivíduos como fundamental a uma história que visou a reflexão destes personagens no espaço da Zona Bragantina da primeira metade do século XX.

Somados aos agregados, à família em questão era composta por seis pessoas. O chefe do pequeno grupo, Francisco Gonzaga, era um homem de idade que já na apresentação inicial foi caracterizado não com particularidades, mas numa tentativa de correspondência que o ligasse a história da migração do qual era parte. Ao mesmo tempo, essa construção foi adotada nas passagens iniciais como forma de antecipar a sina que os acontecimentos vindouros lhe reservavam. Por seu turno, adiantou-se acerca do mesmo “não esconde a mística do fatalismo que persegue sua raça” (MENEZES, 1993, p. 99). Tanto nessa como em outras descrições do narrador nenhuma observação extraordinária fora dita a seu respeito e nem dos demais, ao contrário em quase todas as afirmações aparentemente caminhava-se na tentativa de aproximação que os levassem a constituírem uma igualdade com outros pares nordestinos,²³³ seja em função da origem, pela sobrevivência ou por costumes ditos de forma genérica.

²³² A pesquisadora Franciane Lacerda (2010, p. 157-158) discutiu como a família deve ser considerada atuante no processo de migração do final do século XIX e início do XX, pois rompe com a categoria do homem solitário que rumo a outro lugar deixando os parentes para trás, por isso, na documentação que analisou indicou a presença significativa que o núcleo familiar ocupou entre as populações que chegavam a Amazônia, muitos dos quais seguiram juntos aos núcleos de colonização agrícola da Zona Bragantina ou a áreas que movimentavam a extração do látex. Observando que mudar com a família e com agregados aumentava de forma considerável os custos da viagem.

²³³ Rodrigo Wanzeler (2008) analisou aspectos culturais e indenitários que envolveram a construção de Candunga a partir do protagonismo que a família de Francisco Gonzaga desempenhou no enredo de Bruno de Menezes, demonstrando os conflitos entre o nordestino e o caboclo amazônico tendo em vista o assentamento na Zona Bragantina. Para o autor, existe a construção de um olhar acerca do outro, ou seja, o nordestino com

Sem dúvida é possível notar em muitas passagens uma tônica de fazer do grupo similar a outros, que iniciaram sua viagem em condições parecidas ao saírem do Ceará alimentando a esperança que no Pará outro horizonte se abriria. Porém, a aparência de uma narrativa que espelha uma imagem carregada de sentidos sobre a ideia de mudança, ao ser vista de mais perto nos leva a perceber que a visão ao todo, em muito pode confundir quando estão todos amontoados no quadro do sofrimento da seca. No entanto, quando se olha mais detidamente as singularidades desses personagens é possível vê-los fazendo escolhas, trilhando caminhos e tomando decisões que não visavam sempre o ideal comum.

Dessas distinções aparecem rastros das experiências, que nos levam a pensar numa região que ao ser retratada no véis literário construiu uma amarração com questões mergulhadas em tensões históricas. Permitindo-nos observar nessas pequenas fissuras, conexões com outros documentos produzidos nesse momento, que abordavam relações perpassadas na Zona Bragantina e ao aproximá-los nos deparamos com vozes silenciadas pela passagem dos anos ou esquecidas diante de tantos resíduos que todo esse passado deixou acumulado. Por isso, a deliberação de muitos sujeitos que optaram por Bragança e recomeçaram a sua vida bem distantes de onde nasceram, possibilitam que considerações semelhantes a de Dalcídio Jurandir sobre o romance, em que “a realidade irrompe das páginas”²³⁴, revistam-se de mais sentidos quando posicionadas ao lado de outras histórias com nexos similares.

Da distância que os separava da futura terra que os abrigaria, uma imprecisão por não saber o que esperar pairava nas retinas de Gonzaga. Bragança no seu dizer seria “a vívida miragem dos nordestinos migradores”²³⁵. Essa imagem que ofuscava a visão aos poucos formaria não mais um emaranhado de expectativas, mas uma realidade dura que não se tratava apenas de trabalhar para vencê-la, por mais que muitos iguais a Francisco Gonzaga e Antonio Candunga desejassem acreditar nisso na tentativa de não esmorecer, e fazer do quinhão de terra chegado às mãos um recomeço. Isto era importante para que não apenas uma safra proveitosa pudesse ser colhida, mas mudanças concretas que deixassem a seca, a viagem e todas as dificuldades apenas como lembranças de um passado recente que ficou para trás.

valores e culturas específicas que se diferenciam da do outro, a saber, a cultura do caboclo, considerada hegemônica pelo autor. Consultar também WANZELER, 2009.

²³⁴ O IMPARCIAL. “Candunga” e o seu grito de acusação” – 04/10/1955. Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

²³⁵ (MENEZES, 1993, p. 115).

A seca posicionada no texto literário como a razão da saída do grupo não teve pormenores alongados, Bruno de Menezes já os apresentou em viagem, ventilando aqui e acolá detalhes de um Ceará presente nas reminiscências do grupo, como se quem estivesse a perder tudo não pudesse ter o luxo de parar e olhar o que estava sendo deixado. Em meio às caminhadas, de apressar o pé para chegar a Fortaleza se acomodar no vapor foi que outra integrante do pequeno grupo se juntou. A feliz coincidência de Maria Assunção ao reencontrar a irmã Tereza e o cunhado Gonzaga e as jovens sobrinhas Ana e Josefa, não permitiria espaço para delongas, a abraços saudosos e recordações familiares. A perda do parente, que morreria na estrada tentando chegar ao porto silenciaria ainda mais as poucas falas esboçadas desses personagens. Candunga num lapso de ajuda se aproximara de Maria Assunção, mulher que com muita insistência casaria já ao final da história, o trágico encontro acontecia nesse contexto.

(...) Pedira ao padrinho Gonzaga esperasse um instante, com a família e corra a levar socorro à mocinha que chorava.

Ao chegar próximo, deparara um corpo encarquilhado, estendido no chão pedrento, quase só no esqueleto. Morto nesse momento o velho babava uma gosma verde.

Êle ficara com tamanha pena, e num átimo, levantara a criatura aflita, que parecia querer se acabar também, agarrada ao cadáver. A moça generosa, completamente naufragada: -“Morreram todos ... Agora, meu avô, o único bem que me restava... O que vai ser de mim?”....

Candunga levava-a para junto da tropa de Gonzaga, que vinha em busca de adjutório do governo. Tereza ficara aflita, com um pressentimento de que ela era sua gente. Assunção não continuaria só no mundo”.

A desvalida soluçava, ouvindo a trágica narrativa. Numa resolução comovida, Candunga animou-a, tomando-lhe as mãos maltratadas: - “Chore não, cê encontrou boas pessoa...” (MENEZES, 1993, p. 102).

Antes de chegar a Bragança pela via férrea, a parada em Belém reservaria espaço para alguns conflitos.²³⁶ A distribuição da comida para aplacar a fome não chegava a quantidade suficiente para atender as famílias numerosas. Ao chegarem aos alojamentos, os agentes públicos, alegando medidas sanitárias intentavam separar os homens das mulheres e crianças. Reclamações e uma série de perguntas brotavam de muitos, que haviam feito todo percurso da

²³⁶ Na viagem a semelhança dos acontecimentos protagonizados por essas famílias, muitos sofrimentos amotavam-se as lembranças, tornando a viagem ainda mais dura. Franciane Lacerda discutindo as documentações periódicas observou o caso da família de Mariano, para iniciar a construção do capítulo, destacou que no vapor que o trazia a Belém, tomou a resolução de ceifar a própria vida lançando-se ao mar, deixando viúva a mulher Maria Isabel e órfãos de pai algumas crianças. Enfatizando ainda que o poder público, somado aos migrantes e a população paraense constituíam mecanismos que pudessem prover paliativos aos egressos do Nordeste, entre 1888 e 1916 (LACERDA, 2010, p.157-161).

viagem com a família “colada junto de si”. Com isso, a separação não fazia nenhum sentido para quem tão de perto sentiu a pele suando e ouviu a respiração dos seus em todo momento. Diante da não aceitação e das ameaças que surgiam as autoridades acatam o que já estava resolvido entre os que vinham com a parentela, ninguém se separaria. O ponto final foi posto nos seguintes termos: “O rastilho do barulho se alastra. Não se demovem de aceitar a separação. Os representantes da polícia civil, comissários, investigadores e guardas, presentes, para manter a ordem nada podem fazer” (MENEZES, 1993, p. 107).

Federico Neves (2000) ao analisar como o drama da seca fez da vida urbana o cenário privilegiado, situou como as multidões de retirantes advindas de diferentes partes do Ceará trouxeram uma visão clara de miséria, que contrastava a civilização pensada pelas elites de Fortaleza, no final do século XIX. De maneira que estes indesejáveis aos olhos de alguns passaram a ser parte das cenas de inúmeras cidades brasileiras a partir desse contexto, que passaram a conviver cotidianamente com uma procissão de sofrimentos que não podia ser simplesmente ignorada. Encontrando o seu porto de chegada em algumas cidades Amazônicas, as dinâmicas que as populações advindas do Ceará escreveram no Pará foram discutidas pela historiadora Franciane Lacerda (2010) como fundamentais a se pensar o papel que desempenharam na história da migração nacional,²³⁷ dada a preponderância que a Amazônia ocupou como espaço de atração, na transição do XIX ao início do XX, resultando em contribuições indeléveis na formação social e cultural da região.

Munidos com um “papel qualquer”²³⁸ que fornecia algumas designações segue-se a última parte do trajeto, rumo ao núcleo agrícola onde se assentariam a fim de iniciar os roçados que garantiriam os sustentos e os dividendos a economia agrícola do Pará. Novamente tudo é pressa, como se além da diligência dos responsáveis pela administração colonial, com a tarefa de distribuí-los, a terra não pudesse esperar os novos lavradores que iriam amanhã-la. Frederico Neves (2000) relacionou a questão em Fortaleza, enfatizando que não deixá-los ociosos era preocupação das autoridades cearenses que passavam a lidar com

²³⁷ A importância da abordagem da historiadora deve-se também ao confronto que os dados discutidos alicerçaram em função de inserir o estudo como uma contribuição a história da migração no Brasil, que em geral contam uma trajetória da migração das populações nordestinas culminando apenas no centro-sul. Desconsiderando a importância da Amazônia, como um espaço que recebeu de forma sistemática esses indivíduos, em que pese à expressão demográfica e a contribuição que trouxeram a economia, a cultura e as relações sociais na Amazônia. (LACERDA, 2010).

²³⁸ *Idem*, p.108

um cotidiano de gente cada vez maior nas ruas, a saída era colocá-los em atividades úteis a sociedade.²³⁹

A pressa em enviá-los até o local de trabalho certamente encontrava respaldos na necessidade de cobrir os gastos do erário público, que não podia custear migrantes sem ocupação em Belém. Daí, quanto mais rápido os designasse as novas atividades, de maneira mais eficaz a máquina estatal colhia os dividendos dos projetos agrícolas desenhados a ocupação regional.²⁴⁰ As ações dos verbos agrupados pelo narrador sugerem claramente esse aspecto de mover o contingente humano parado por pouco nos alojamentos, afinal despesas avolumavam-se caso ficassem parado, daí a necessidade de despachar os egressos do nordeste. Sobre a questão o texto a seguir é bastante revelador.

Não existindo horário convencionado, na maioria das vezes, efetuavam-se os embarques ao raiar do dia. E assim que a estrêla d'alva afluava, as monstruosas larvas escuras, movidas a gasolina, transpunham os batentes da Hospedaria.

De novo os caminhões avexados.

Acorda, levanta, carrega malas. Amarra a trouxa dos trapos, bebe um gole de café ligeiro. E aos arrochos e pisaduras, agasalhando os filhos em risco de morte, os exilados partiam, arrastados pelo infortúnio.

Ao fim da viagem, rumo ao desconhecido, recebendo um papel qualquer, com a designação do núcleo onde iriam recomeçar a mesma existência, os homens todos, com suas famílias convidados a descer numa estação, que nem de nome conheciam, entreolhavam-se, hesitantes, sem compreender a utilidade daquele bilhete.

Conscientemente, para êsse povo cigano, se punha deixar o sertão, acabado de fome e sede, seria com a mesma resignação fatalista, que aceitariam outro habitat, numa região menos agressiva, onde o sol dos mártírios, não queimasse tanto os roçados e nem reduzisse a ressequido leito o fundo arenoso das cacimbas (MENEZES, 1993, p. 108).

Na trama criada por Bruno de Menezes a família de Francisco Gonzaga se destaca no enredo uma vez que o narrador se dispôs a considerar elementos da história da migração ao Pará a partir da trajetória destes personagens, apoiando-se no período da primeira metade do século XX para desenvolver as ações a partir da correspondência com esse momento. Por sua vez constituiu uma leitura crítica que possibilitou uma ruptura da Amazônia como ideal de recomeço na trajetória de cada um dos envolvidos, sobretudo por particularizar na Região

²³⁹ O historiador observou que se a caridade pode não pedir nada em troca, o mesmo não se poderia atribuir das ajudas oficiais, citando que na documentação coligida existiam inúmeros pareceres que enfatizavam a necessidade de combater ócio a fim de evitar a mendicância e a inércia. Com isso, o estado tinha atribuição de encaminhá-los a novas ocupações. (NEVES, 2000, p.93-111).

²⁴⁰ Do lado de cá da Amazônia, Franciane Lacerda apresenta nexos que justamente caminharam na percepção da ocupação do migrante recém-chegado, como fundamental ao desenvolvimento regional que se fazia presente nos discursos eram veiculados nos jornais (LACERDA, 2010, p.157-288).

Bragantina, visto ser o espaço privilegiado pela política colonização oficial no decurso final do século XIX e de parte do XX.

Em cheque o texto literário confronta a aparente facilidade que seria vencer através da agricultura surgindo demandas que não podiam ser resolvidas somente com o toque das enxadas e com a venda da produção ao final da colheita. A consignação de cada pé plantado antes mesmo que a semente brotasse não era o que esperavam esses migrantes, ao perceberem que tudo que lhes chegavam às mãos inclusive o que deveria ser doado ou usufruto coletivo era negociado com acréscimos ao final. Vejamos o esquema se processava na colônia onde foram assentados Candunga e Gonzaga:

-Você é um pobre diabo e esse Portuga é um ladrão!

-Modi que, seu douto? – fala Gonzaga, duvidando.

-Pois eu não estou aqui, para evitar essas explorações, para livrá-los das garras desses sujeitos, que vivem do suor do pobre, e vocês lhe entregam tudo quanto a terra produz! E o pior é que ainda se atiram contra mim!

Gonzaga retruca:

-Isto é história de Trancoso, seu douto! Seu João não é homem disso!

Romario, já fora de si reage:

-É, não! Pois você vai ver, que dêsse roçado, não retiram nada sem a minha assistência! Tudo ali é do governo! O terreno, as sementes que você plantou, os gêneros que você e sua gente têm comido, o que estão vestindo também! Até as ferramentas que lhe entregaram vou mandar buscar! São do serviço das colônias! Esse Portuga não é dono de cousa alguma que está lá! (MENEZES, 1993, p. 137-138).

As falas espalhadas nos capítulos que mais parecem denúncias confrontam a forma de assentamento instituído na região, num diálogo entre o inspetor agrícola Romário e um lavrador não nominado. Nota-se claramente essa relação, quando perguntado sobre a forma de distribuição de lotes, sobre a questão afirmou:

- Porque não pediram para cada família ser localizada em lotes independentes?

- Pedi o que, seu douto! Aqui todo terreno tem dono...

- Como é isso? – Romario surpreende-se.

- A terra, o mato, a roça, a caça, a água...Até nós mesmo...Se não temo dono, sêmo alugado, que é o mesmo que sê escravo... (MENEZES, 1993, p. 133).

A expressão dos diálogos e dos comentários que o narrador construiu quando submetidas à interrogação histórica pela nítida aparência com uma realidade levam-nos a considerar a validade do que se registrou ao nível literário. As ponderações de Ginzburg

(2007) e Chalhoub (1998, 2003) permitem considerar como os romancistas utilizaram a literatura, ora para representar o contexto em que se encontravam inseridos, ora para mostrar momentos anteriores daqueles em que estavam vivendo, acreditando em uma maior liberdade de argumentação. Como também de que a verdade em sua forma mais clara pudesse ser delineada com mais objetividade nos seus escritos do que em outros, o que possibilitava, na visão destes, a crítica franca através da proteção do falso.

Em *Candunga* é necessário observar que diversos personagens percorreram a história, mas poucos a exemplo da família em apreço, do agrônomo Romário e dos que tomaram posse de tudo, participando dos conchavos na Zona Bragantina foram nominados. A saber, alguns deste pela importância que apresentam em nossas argumentações, como o capataz João Deodato “sabido e aclimatado ao meio, com ordenado da verba da Imigração, nota-se na arrogância de suas maneiras a pessoa de confiança do prefeito, de uma soberba enjoativa” (MENEZES, 1993, p. 114). Os demais como João Portuga, Salomão Abdala e Minervino Piauí são os que controlavam além da movimentação dos negócios, questões pontuais no núcleo agrícola onde a grupo de Gonzaga recebeu o lote. Eles pela conivência que tinham com as autoridades representavam o arbítrio e a ordem, eram os que nas vozes silenciadas dos agricultores detinham tudo: “O milho, o arroz, o feijão a farinha, a fibra, a madeira, a lenha e o carvão, que saem dali, não tem outros senão eles” (MENEZES, 1993, p. 133).

Nas páginas do *testemunho literário* um esquema bem orquestrado garantia a tranquilidade dos negócios de uns poucos e o desespero de tantos que tentavam sobreviver onde tudo tinha *dono*. Aproximado do que *A Província do Pará* publicava no final do mês de março de 1951, com o título relativamente longo “Mentiram os Mandões Bragantino / O que houve em Bragança - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira”,²⁴¹ leva-nos a refletir que viver em Bragança estava difícil não apenas na literatura.

O texto tentava prestar o papel de um testemunho escrito, que pudesse ser uma prova insuspeita para do dr. Alberto Couto e quem viesse a ler, no sentido de tomar ciência do que de fato havia acontecido na cidade. Por isso, dizia qual testemunho deveria ter sido tomado no inquérito, mas que simplesmente foi ignorado na apuração, e as informações a serem contabilizados claramente reivindicavam a verdade aos pobres de Bragança, que sofriam as duras penas das violências patrocinadas pelos que ditavam a lei.

²⁴¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança. -Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira*. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

Primeiramente, adiantamos algumas informações que tornem mais claro a sua assimilação. O doutor em questão, a quem a reportagem especialmente se dirigia era Alberto Couto, delegado que fiscalizava a atuação dos comissários de polícia do interior.²⁴² Enviado por Zacarias de Assumpção, governador do Estado para resolver as tensões entre dois deputados da região Augusto Corrêa e Lobão da Silveira, o delegado deveria consultar, isto é, “ler” para formar um melhor julgamento do que fora apurar. Embora não assinasse ao final da notícia, pelos informes agrupadas já no título e a maneira como descreveu os assuntos apresentados, nos levam a crer que Silveira não só foi escritor da notícia, mas alguém que alegava ser mais uma vítima do que se passou em Bragança.

Os parágrafos iniciais davam conta de alguém que se dizia um profundo conhecedor “da psicologia da nossa gente rural”,²⁴³ demonstrando que sua agudeza em entender a mente do homem do interior não era semelhante a do delegado “embora já tivesse trabalhado no interior”.²⁴⁴ Não tinha, portanto, a percepção de enxergar as minúcias em ações presentes no cuidado que se promoviam em maquiagem o espaço público com capina, queima de matos e tapar buracos que impregnavam as ruas o ano inteiro. Arranjos feitos às vésperas de alguma visita importante a cidade e seus arredores, a fim de contar uma história diferente da que se via corriqueiramente quando as autoridades não estavam a olhar. A comparação tinha o claro propósito em demonstrar o engodo do qual o representante do governo havia feito parte, por inocência ou conivência com quem foi apurar a situação.

No entanto, os preparativos nessas ocasiões de mostrar outra realidade estendiam-se aos figurantes de todo o teatro público dos cortejos de gente de importante, afinal a mensagem de “quem não andava de paletó, no dia tal, passa durinho no engomado...”²⁴⁵ tinha o propósito de acordo com o tom de denúncia estampado na reportagem de dizer aos “brancos, autoridades ou maiorais, vê tudo limpinho, tudo engomadinho, e fica pensando que tôda aquela gente é feliz, que não precisa de nada, que vive uma vida digna de ser vivida e até

²⁴² No periódico *Folha Vespertina* outra notícia nos ajudou a conectar a posição que Alberto Couto desempenhou na questão, uma vez que detalhou que sua ida até Bragança fora motivada pelas queixas que o deputado Lobão da Silveira apresentara em telegrama, ao presidente da Assembleia Legislativa Efraim Bentes, que para solucionar o caso pedia ao governador Zacarias de Assumpção que intervisse. Por isso, para apurar as queixas contra o deputado Augusto Corrêa enviara o delegado dos Serviços do Interior com a função de *harmonizar* a situação. In: FOLHA VESPERTINA. *Seguiu para Bragança o delegado do Interior*. Belém, 8 de março de 1951, p.1.

²⁴³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. -Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁴⁴ *Idem*.

²⁴⁵ *Idem*.

invejada”²⁴⁶. As consequências depois que os tapetes estendidos das celebrações eram dobrados, juntamente com a “boa farinha de cocô, do bom tabaco p’ra pitar, do melaço que a região produz,” era que tudo voltava como antes e que “os verdadeiros problemas locais ficam sempre à margem”²⁴⁷.

Descrições desse tipo são válidas por permitir pensar as dificuldades de se sobreviver daquilo que se plantava. Era talvez a menor em uma lista densa de enfrentamentos sociais a que estavam submetidos uma parcela considerável da população. As *cenas das migrações nordestinas na zona bragantina*, tal qual o subtítulo que Bruno de Menezes escolheu a fim de delimitar de forma mais significativa àquilo que a narrativa punha em evidência, fazem todo sentido diante de outras *cenas* que escaparam no texto de Lobão da Silveira, muito embora sejam carregadas nas tintas que sua participação no evento trouxe para a tranquilidade dos bragantinos, uma vez que ao ser ameaçado de prisão, pelo colega parlamentar Augusto Corrêa, em uma audiência no Fórum da cidade de Bragança. Motivado talvez pelos brios políticos feridos, evidenciou no jornal uma sequência de prisões políticas a opositores que se efetuaram, sobretudo, nos núcleos agrícolas.

O ocorrido de tão inusitado tentava transformar os assuntos descritos pela notícia em documento oficial, ao adquirirem a feição de provas para que dr. Alberto Couto não as pudesse ignorar, visto que duas testemunhas Alberto de Chermont Raiol, juiz interino e Benedito Cezar Pereira, escrivão judicial, ambos com envergadura no município, dada a posição dos cargos que exerciam. Registraram em cartório a ameaça de prisão proferida pelo deputado Augusto Corrêa, a fim de tornar mais válido o que se afiançava no periódico em tom de ironia: “sabem que eu sou mentiroso”²⁴⁸, em função das articulações escritas que somadas aos testemunhos buscavam formar um dossiê que desmanchasse a sucessão de mentiras que o grupo do deputado acusado vinha promovendo. A transcrição de um dos relatos prestados, estampados no veículo de comunicação deu-se nos seguintes termos:

E para remate dêsse caso de Bragança, onde preponderou o cinismo e a mentira, desejo transcrever duas respostas insuspeitas, para conhecimento seu e de todos que sabem que sou mentiroso. Ei-las:

²⁴⁶A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança.* - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁴⁷*Idem.*

²⁴⁸A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança.* - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

Bragança, 11 de março de 1951.

Exmo. Sr. Deputado Lobão da Silveira.

Respondendo a solicitação de V. Excia., informo que, por ocasião do incidente havido, na audiência crime de 7 do corrente, houve discussão entre V. Excia. e o deputado Augusto Corrêa e, nesta ocasião este último ameaçou de prender V. Excia. juntamente com suas imunidades.

Autorizando V. Excia. a fazer desta o uso que quiser, aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. meus cumprimentos atenciosos. (a) ALBERTO DE CHERMONT RAIOL, juiz interino.

Firma reconhecida pelo tabelião Cezar Pereira em 12/03/51, com os selos competentes, e sinal público reconhecido pelo tabelião Lauro Chaves. (...)²⁴⁹

O remate da notícia inegavelmente apresenta a sua importância pela gente grávida envolvida e disputas que motivaram a ameaça de prisão por parte do excelentíssimo deputado Augusto Corrêa, “dirigente da política situacionista”²⁵⁰, pela maneira descrita não só intimidava com visitas a cadeia da Pérola do Caeté, mas concretizava com quem não tinha as imunidades do cargo a semelhança de Lobão da Silveira. O detalhe digno de nota era que ambos nesse momento mantinham vínculos através da “coligação e do Partido Social Democrata”²⁵¹, a vaga para prefeito de Bragança nas eleições três anos depois, pelo que coligimos na documentação já movimentava os arranhões, pois Augusto Corrêa possivelmente não vinha conseguindo cair nas graças de todos, muito embora viesse a ser o indicado pelo prefeito em exercício Simpliciano Medeiros Júnior para concorrer ao cargo²⁵². O gestor municipal por duas vezes teve seu nome apontado em denúncias de corrupção que

²⁴⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁵⁰ *Idem*.

²⁵¹ A reportagem informou os vínculos que mantinham ambos os deputados, demonstrando ainda que os desentendimentos haviam começado na Capital chegando até Bragança. In: FOLHA VESPERTINA. *Seguiu para Bragança o delegado do Interior*. Belém, 8 de março de 1951, p.1.

²⁵² A reportagem cobriu a convenção do PSP - Partido Social Progressista, ocorrida em Bragança, na qual: “o prefeito Simpliciano Medeiros, depois de tecer considerações acerca da situação do populismo bragantino, indicou o nome do deputado Augusto Corrêa, para prefeito municipal, (...)”. In. A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Augusto Corrêa candidato a pref. de Bragança*. Belém, 28 de julho de 1954, p. 4 e 8. As eleições movimentaram uma série de disputas, pois muitas urnas foram impugnadas, fazendo-se a recontagem dos votos, e em alguns casos em algumas seções os eleitores tiveram que votar mais uma vez. Numa delas até se informava que Augusto Corrêa havia se suicidado por não aceitar a derrota. : In. A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Augusto Correea, de Bragança: estou vivo e ganhando / o próprio candidato dado como suicida desmente*. Belém, 14 de outubro de 1954, p. 6 e 10. Destacamos algumas dos títulos das notícias que circularam na capital do Estado: In. A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Já chegaram as seis urnas decisivas do pleito de Bragança / invasão na secção*. Belém, 19 de outubro de 1954, p. 4 e 8. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Somente hoje o resultado final de Bragança*. Belém, 20 de outubro de 1954, p.6 e 10. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Pedida anulação de 5 urnas de Bragança*. Belém, 28 de outubro de 1954, p. 7 e 10 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Augusto Correea derrotado em Bragança*. Belém, 21 de outubro de 1954, p.1,4 e 8.

acabaram não dando em nada, uma vez que da prefeitura seguiu para ocupar uma vaga na assembleia legislativa estadual sem nenhum empecilho²⁵³.

As querelas que colocaram de lados opostos, dois deputados da região bragantina são significativas, uma vez que ao digladiarem usaram como munição nesse fogo cruzado os despossuídos dos arredores de Bragança. As detenções de inúmeros sujeitos sociais caracterizados pelas dificuldades de sobrevivência adentraram o centro daquilo que cuidadosamente era veiculado. Nomes completos, local de origem e atividade que desenvolviam constavam entre as atenções concedidas pelos que além pousarem de defensores dos oprimidos assemelhavam-se por também serem igualmente perseguidos. A razão das nossas desconfianças deve-se a utilidade que o caso constituía aos interesses da oposição, demarcando posições ao próximo pleito eleitoral e fornecendo mais argumentos aos dissidentes do PSD – Partido Social Democrático a fim de confrontarem os arranjos entre os representantes das diferentes esferas públicas da cidade.

Por isso, o peso da mão da justiça que recaia ao casal de lavradores Lourival Monteiro da Silva e Verônica de Assis Câmara, do distrito de Almoço, zona rural de Bragança seria pintado carregando-se nos sofrimentos.²⁵⁴ Intimidados a comparecerem por Pedro Ribeiro Lima, comissário de polícia a fim de serem postos na cadeia sem razões que justificassem a ação, o martírio dos envolvidos, assim foi descrito:

²⁵³ Gestão de Simpliciano Medeiros Junior (1951-1955). A primeira acusação em 1952 apontava o envolvimento do prefeito em desvios de combustíveis e lubrificantes da base Aérea de Bragança, o caso levado a apuração judicial, contou com uma série de testemunhas que confirmavam a ação do prefeito. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Confirmada a acusação ao prefeito de Bragança – Simpliciano Medeiros Junior*. Belém, 9 de fevereiro de 1952, p.1. A outra ao término do mandato demonstrava irregularidades encontradas nas contas da prefeitura. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Vai ser citado o ex-prefeito de Bragança*. Belém, 10 de fevereiro de 1955, p.8 / Meses depois a justiça decretava sem muitas explicações o arquivamento das denúncias não só contra Simpliciano mais de uma série de prefeitos In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Suspensos todos os julgamentos de contas de prefeitos municipais*. Belém, 10 de dezembro de 1955, p.4 e 10.

²⁵⁴ No longo relato da sucessão de prisões nove sujeitos sociais foram tratados de forma minuciosa, sem considerar os parentes dos mesmos que também apareceram de forma similar. A atenção que essas vítimas receberam é um elemento que se torna passível de questionamento, pois no período coligido violências das mais diversas eram cometidas contra despossuídos sem que alguém da envergadura de um deputado escrevesse qualquer nota comentado algo. Em dois casos encontrados no mesmo periódico quando se informava com mais detalhes pesava-se primeiramente o cabedal de quem cometia o crime para depois se falar que era um homem sem recursos. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O Vereador teria morto um lavrador em Viseu*. Belém, 6 de abril de 1954, p.2. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Crime em Bragança: alvejado pelo patrão*. Belém, 2 de junho de 1954, p.2. Não estando algum maioral envolvido seguia-se ao esquema editorial adotado na comunicação de tensões na Zona Bragantina, pequenas notas policiais, aglomeradas com uma série de informações das mais distintas. A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Morto a facadas um jovem lavrador de 19 anos em Nova Timboteua*. Belém, 22 de janeiro de 1954, p.2 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Capanema: 2 irmãos armados de cacete aplicaram violenta surra em um lavrador*. Belém, 7 de setembro de 1955, p.7.

Marido e mulher pobres, de lugar distante, obrigados a deixar a sua palhoça para virem à cidade sem dinheiro para pagar caminhão, cuja passagem custa ida e volta vinte cruzeiros para cada um, hospedagem nesta cidade não se arranja de graça. Resultado com economia, com cruzeiros de despesa, para quem não tem nada e depois o desassossego e a humilhação de uma prisão²⁵⁵

No periódico não foi esclarecido qual desobediência marido e mulher haviam praticado que justificassem a atitude do comissário, apenas sendo dito que nada justificava a detenção. A mensagem repassada era que agir sem resguardar os direitos era prática comum no policiamento dos cidadãos sem posses na região. A prisão do casal quando conectada ao capítulo XVIII do romance estabelece a possibilidade de observar outros elementos, em função dos detalhes da acareação a que foram submetidas às personagens Maria Assunção e Antonio Candunga, evidenciando abusos de autoridade e encarceramentos sem sustentação legal. Embora, notório na história a inocência dos mesmos a pressão em cima de Candunga e da mulher que havia se afeiçoado, dava aos dos *donos* do lugar meios de passar a mensagem do acontecia a quem não obedecia à ordem que instituía.

A resolução que Gonzaga dera as pendengas com *Seu João Portuga* os colocara naquela situação, a majoração no valor de tudo havia comprado de Portuga, inclusive o que era doado pelo governo tornara-se pequeno diante de problemas maiores, cuja solução a solução culminara na morte do desafeto. A questão mais delicada nesse drama que dilacerou a vida dessa família adveio das decisões que tomaram o casal de nordestinos ao confiarem às duas filhas Ana e Josefa aos cuidados do comerciante que pousava de caridoso, porém era acostumado em auferir lucros da prostituição das moças do interior com a companheira Rosinha. Desesperado com o falecimento da esposa que não suportou a recusa das filhas de voltarem a viver junto aos pais, consciente de como a justiça era parcial ao português, decidido toma uma faca e “crava três palmos da lamina na “raiz do umbido” de João Portuga” fugindo em seguida para nunca mais voltar (MENEZES, 1993, p. 216). O desfecho trágico torna-se significativo, pois no próximo item, analisaremos conflitos na Zona Bragantina envolvendo brasileiros que aparecem em certas documentações, alguns advindos do nordeste e estrangeiros a partir de pontos desdobrados na Narrativa.²⁵⁶

²⁵⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁵⁶ O historiador Sidney Chalhoub conforme analisamos no primeiro capítulo enfatiza diversos casos envolvendo nacionais e estrangeiros (portugueses e espanhóis) principalmente. Importantes por nos permitir a problematização com outros olhares para problemas perpassados no espaço amazônico na primeira metade do século XX. Estabelecendo por vezes conclusões dessa natureza: “Estes casos iniciais já sugerem o papel

O comissário, na tentativa de que a cunhada Maria Assunção dissesse o seu paradeiro, a intimou juntamente com Candunga, na sala de inquérito o narrador desnudou a intransigência de quem ao invés de zelar pelas leis fazia o que bem queria permitindo observar os desmandos que foram submetidos ambos os casais. Vejamos o que se passou:

Assunção está com o coração em atropelos. Nunca se vira numa situação daquelas. Que poderia saber do crime? Gonzaga não dissera nada a ninguém, quanto menos a ela. Lágrimas contínuas desfiavam-se de seus olhos doloridos. O comissário, acicatado pela sensação de “ver uma mulher chorando”, ergue-se, aproxima-se dela, pousa-lhe a mão escaldante na nuca penujenta e consola-a: -Que é isso, sua bôba...Eu estou é fingindo zanga... Vá, levante-se... Espere-me naquele compartimento... Eu sou teu amigo...

Num passo incerto e trôpego, ela caminha para onde lhe indicam. O escrivão faz um aceno:

- Bem bôa essa, capitão. E lhe garanto que não corre mais perigo... Aperte a bichinha que ela se arrêia... É questão de jeito...

Dito isto, o escrivão, ordenado pelo comissário, manda buscar Candunga, que se acha esperando fora. O rapaz não está em si, não compreende aquela história de depoimento. Vem disposto a acabar com a farsa. Intimamente, dá razão ao padrinho. O que não faria era declarar aquilo que absolutamente não sabia.

O capitão se mostra inclemente nas perguntas. Insiste para que êle responda, o que se via ser uma insinuação. Candunga não se contradiz. “De nada soubera, nem vira Gonzaga se armar, nem sair a cavalo”.

Como autoridade perante estas respostas, finaliza meio sarcástico: - Pois bem, se é assim, a moça fica aqui e você vai dormir preso no destacamento...

Candunga não se contém: - Quem, seu capitão? Ela não é nenhuma criminosa! Ela não viu nada!

Não sei não discuto isso! – E chamando os soldados: - Levem daqui este homem. A mulher que está lá dentro, fica aqui incomunicável... Não pode falar com ninguém, ouviram?! (MENEZES, 1993, p. 218).

É interessante observar a maneira como Lobão da Silveira construiu sua participação no evento. No periódico era mais que um simples expositor do que *Houve em Bragança*²⁵⁷, pois o mesmo era o advogado dos que “não tem importância”²⁵⁸, dando a si também a posição de defensor dos lares que estão sendo invadidos arbitrariamente pelos “mandões bragantinos”²⁵⁹. Deixando claro qual o seu papel frente aos abusos praticados: “E, então

fundamental desempenhado pelas rivalidades nacionais e raciais nos conflitos em situação de trabalho. (...) Sugerem também uma forte tendência entre os imigrantes da mesma nacionalidade de se mostrarem solidários nessas ocasiões.” (CHALHOUB, 2012, p. 94).

²⁵⁷A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁵⁸A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁵⁹*Idem*.

ouvindo o apelo, os brados de toda essa gente, pedi em seu favor o que a Constituição Federal assegura a todos os brasileiros, indistintamente, liberdade e respeito a seus lares. Essa minha atitude desgostou o dirigente da política situacionista.”²⁶⁰.

A lista dos que iam parar a porta do defensor dos desvalidos a fim de usar dos serviços jurídicos era extensa, mais casos similares adornavam o texto. A mulher de José Domingos Borges de Aviz, no raiar do dia, “sem ainda ter tomado café” trazia juntamente com uma garotinha de sete anos de idade, uma carta “no seio, nesses seios que amamentaram criancinhas sub-nutridas, criancinhas que precisam de amparo”²⁶¹. Não conhecermos o conteúdo da carta, pelo exposto linhas à frente inferimos que buscava auxílio contra as perseguições em Bacuriteua, nas proximidades de Bragança, das ameaças frequentes de Ponciano Monteiro e Hermogenes Sousa. O motivo do marido não ir pessoalmente pedir socorro, recorrendo à companheira para levar a missiva, se deu em razão da fuga diante da ordem de prisão “fugiu José Borges e ganhou o mato”²⁶², executada pelo soldado Euclides Guimarães. Novamente era informado ser um homem acusado injustamente, por não se tratar de um “facínora”, ou quem respondesse “matando”²⁶³ optou por esvair-se. Apelando a lei consegui o “salvo conduto”²⁶⁴ da autoridade judicial.

Lobão da Silveira pormenorizava a rotina das visitas que diversos sujeitos sociais vinham fazendo ao xadrez da cidade, registrando que no mesmo dia 7 de março de 1951, em que se desenrolava a situação acima, registrava-se nas altas horas outro acontecimento, dessa vez em Piabas outro interior do município. Sebastião Ferreira da Silva tendo o: “lar, pobre larzinho vagabundo, assim devem pensar os mandões locais”²⁶⁵ conseguiu escapar depois de uma jornada de trinta quilômetro refugiando-se na casa de um conhecido na cidade, onde foi preso e conduzido a cadeia.

Em face do habeas-corpus expedido no dia seguinte, o delegado fez de tudo para adiar a soltura, que somente se daria quatro dias depois, afinal de acordo com texto sua falta residia em ser “adversário”²⁶⁶, com isso, precisava ser punida a altura, ainda sendo dito: “Não era

²⁶⁰ *Idem.*

²⁶¹ *Idem.*

²⁶² *Idem.*

²⁶³ *Idem.*

²⁶⁴ *Idem.*

²⁶⁵ *Idem.*

²⁶⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança.* - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

criminoso e nem cometera falta alguma. Era adversário. Precisava ser preso.”²⁶⁷. A perseguição tornava-se endêmica na “heroica Piabas”²⁶⁸ na semana anterior avolumava-se os que seguiam o caminho das grades de Bragança: “Antonio Amaro, Antonio José, Boaventura de tal e Bibi Corrêa, afora outros nomes não nos deram,” a certificação da verdade com tom usual de sarcasmo dirigia-se a dr. Alberto Couto vinha como convite de uma ida a Piabas: “se houver quem queira fazer”²⁶⁹, uma vez que todos os envolvidos tinham familiares que ficaram sem *pão* na ausência do “chefe da casa”²⁷⁰.

Certamente, não estamos a invalidar a defesa que se fazia aos pobres, vítimas de tamanhas injustiças, porém a construção dos argumentos em torno da inocência de todos os sentenciados é passível a algumas observações. Sidney Chalhoub (2012) ao observar a construção dos discursos produzidos pela defesa, nos processos crimes envolvendo populares no Rio de Janeiro no contexto pós-abolição. Constatou que as argumentações giravam no sentido da não ociosidade e da postura diligente em relação ao trabalho que os advogados apresentavam dos seus clientes. Sem dúvida existe uma clara distância entre os períodos estudados, mas a análise sustentada pelo historiador nos fornece elementos para que consideremos que estar envolvido com alguma atividade produtiva no interior da Zona Bragantina se tornava uma moeda com muito valor na alegação de inocência de todos os sujeitos sociais com nomes listados.

No caso de José Borges de Bacuriteua, apontado nos parágrafos anteriores, verificamos justamente a ênfase que o ganhar a vida em alguma dada função ocupava na positivação de atributos que demonstrassem não ser um desocupado que se estava a acusar. Ponderar que se tratava de: “um homem morigerado e trabalhador”²⁷¹ tinha um destaque

²⁶⁷ *Idem.*

²⁶⁸ *Idem.*

²⁶⁹ *Idem.*

²⁷⁰ *Idem.*

²⁷¹ *Idem.* – Vale considerar que a categoria morigerado nos processo estudados pelo historiador apresentava-se como um termo carregado de muitas conotações. Avaliando a questão nos termos seguintes: “Esse tipo de associação revela mais uma vez o projeto de vida que a jovem República trazia para esses homens: ao chamá-los de “desordeiros” e “vadios”, enfatizava-se novamente que urgia transformá-los em “morigerados” e “trabalhadores.” (CHALHOUB, 2012, p. 257). A realidade amazônica foi discutida pela historiadora Edilza Fontes a partir da percepção da significativa presença imigrantes portugueses, vistos de forma genérica na maior parte das vezes por uma parte da historiografia brasileira. Ao argumentar a partir de evidências não acessadas caminhou na apresentação dos dados estatísticos, como também percebeu as diversas tensões protagonizadas no universo urbano, envolvendo operários em tornos de greves e manifestações sociais, destacando as divergências entre imigrantes portugueses e nacionais. Vislumbrando-os em um cotidiano de trabalho moldado por discursos que caminhavam na afirmação de uma postura de um certo tipo de mão-de-obra. Enfatizando que: “Dentro de um contexto de uma Belém, como cidade moderna e civilizada, tendo toda uma estratégia disciplinada desenvolvida pelos grupos dominantes em torno da figura do trabalhador

maior a mensagem transmitida, ou seja, em uma cidade em que pesava a responsabilidade pelo abastecimento com produtos agrícolas a Capital do Estado²⁷². Cidadãos oriundos de núcleos agrícolas estavam sendo impossibilitados de se manterem ativos não por deliberação pessoal, mas devido a perseguições políticas. Com isso, além do meio de sobrevivência que lidavam ressaltava-se a participação desses indivíduos na sociedade bragantina somando-se ao papel de provedores do lar, daí que o encarceramento nas palavras de Lobão da Silveira gerava muito mais do que situações vexatórias, visto que comprometia, sobretudo, o sustento familiar e por extensão a sociedade que sofreria as perdas de um braço diligente, ao mesmo tempo que cidadãos atingidos deveriam recorrer ao poder público na ausência de seu responsável.

Ao relatar a última das visitas forçadas na sequência desses eventos, seguiu a lógica peculiar das anteriores, nesta destacou o nome de Roseando Borges, em seguida a profissão de barbeiro e a localidade de origem Tracuateua. Os acréscimos viriam do comparecimento por duas vezes à presença do delegado, a fim de fazer a acareação dos fatos, na primeira fora liberado, já na segunda “ainda pelo mesmo motivo mandou prendê-lo”²⁷³. Não resta dúvida que na construção da notícia, a maneira utilizada para desacreditar a ação policial em Bragança apoiava-se tanto na ausência de sustentação legal para manter na cadeia quem nem um crime havia cometido, como também no sofrimento a que eram submetidos aos parentes dos envolvidos. A presença desempenhada por esses sujeitos, como o pai da vítima, do qual se afirmou: “um ancião de barbas brancas a quem sustenta e que nessa noite, teve uma crise cardíaca que quase o mata.”²⁷⁴ estende a visão do drama vivenciado a quem sentia as

morigerado e pacífico, como tentativas de enquadramento dos trabalhadores no espaço de produção até o lazer. Práticas de repressão diretas dos patrões, até condenações de vícios, como as reprimidas nos Códigos de Posturas. (FONTES, 2002, p. 122)

²⁷² Conforme demonstramos no primeiro capítulo, na década de 1950 as ponderações de Bruno de Menezes, ao escrever textos cooperativistas claramente balizavam a necessidade mudanças nas práticas agrícolas para que houvesse aumento e o soerguimento da Região Bragantina, pois acreditava piamente na *ideia um por todos e todos por um*. A historiadora Franciane Lacerda enfatizou como na virada do séc. XIX ao XX os núcleos agrícolas eram lidos pelos poderes públicos na atribuição do papel da produção. Dentro dessa ótica: “a principal função reservada aos colonos que viviam nesses núcleos coloniais era a produção agrícola. Não é exagero, inclusive, dizer que essa era a própria razão de ser dessas frentes de colonização.”(LACERDA, 2010, p.336).

²⁷³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁷⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

consequências de outra maneira, afinal um filho que tanto era útil no orçamento doméstico estava impossibilitado de mantê-lo.

No fogo cruzado entre as lideranças políticas de Bragança, Augusto Corrêa ao que tudo indica sacou uma arma usual na perseguição aos opositores que não podiam defender-se de trás da imunidade parlamentar, nem tão pouco podiam recorrer aos expedientes que Lobão da Silveira utilizou a fim de responder as ameaças, isto é, um telégrafo ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Efraim Bentes: “dizendo-se ameaçado pelo deputado Augusto Corrêa, ocorrendo este facto em Bragança, cidade do interior onde ambos são líderes políticos de projeção.”²⁷⁵. As resoluções se deram no sentido de pedir ao Governador Zacarias de Assumpção que interferisse na situação, o qual enviou: “o delegado dos Serviços do Interior dr. Alberto do Couto Rocha, no sentido de harmonizar a situação criada.”²⁷⁶.

Os relatos levados ao periódico recorrentemente chamaram a atenção do enviado do governador, cuja responsabilidade incluía uma função no mínimo curiosa dada à gravidade da situação, visto que pesava-lhe nos ombros: “agir como mediador na questão entre os deputados”²⁷⁷. Porém, os desentendimentos entre as lideranças políticas deveria ser a menor das suas atribuições, diante de acontecimentos que levavam a prisão uma quantidade significativa de sujeitos que não haviam cometido crime. Há de se considerar na análise que temos efetuado que o testemunho jornalístico e literário faziam sua reflexão de maneiras distintas para um problema que convergia, isto é, *cenar* frequentes de desmandos do poder público que redundavam em impunidades que vitimavam aos cidadãos que nada possuíam.

As ponderações Bruno de Menezes versavam sobre esbarros que o agricultor sofria de diferentes formas, desnudando que os problemas tinham raízes bem mais profundas do que simplesmente a entrega de lotes de terras e sementes por parte da administração pública²⁷⁸. O lavrador precisava ser auxiliado em inúmeras esferas que extrapolavam conselhos referentes a técnicas de cultivo, arranjos que indiretamente mencionavam o cooperativismo como esse elemento diferenciado. A Narrativa com as descrições efetuadas passou uma mensagem clara a quem quisesse considerar, jogados a própria sorte e sendo responsáveis por todos os insucessos o lavrador independente da origem nada poderia fazer.

²⁷⁵FOLHA VESPERTINA. *Seguiu para Bragança o delegado do Interior*. Belém, 8 de março de 1951, p.1.

²⁷⁶*Idem*.

²⁷⁷FOLHA VESPERTINA. *Seguiu para Bragança o delegado do Interior*. Belém, 8 de março de 1951, p.1.

²⁷⁸ Considerando o discurso que culpabilizava o migrante por todos os insucessos dos núcleos agrícolas, podemos observar como essa dinâmica se manifestava antes mesmo antes das opiniões discutidas por Bruno de Menezes. No primeiro capítulo mencionamos a importância que o trabalho de Franciane Lacerda sustenta na evidência dessa relação. (LACERDA, 2010, p.334).

No episódio que comentamos anteriormente, Candunga e Assunção foram privados da liberdade por um comissário que mesmo em face da ausência de qualquer prova condenatória usa de seu cargo para punir os desafetos que questionam as ordens instituídas para o benefício de alguns. Os diálogos posteriores revelam que se não fosse a intervenção do agrônomo Romário, a situação teria tomado um rumo ainda pior:

(...) Ante essa piada debochativa, Romario se altera e alteia a voz:
 - Conheço as suas intenções, retendo aqui essa mulher que está inocente! Eu não tenho interesse em que ela vá para êste ou aquele lugar! O que não consinto são abusos de autoridade contra pessoas indefesas! Assunção saíra agora mesmo desta imundice! – E, vigorosamente, arremata: - Aqui só se abusará depois que eu fôr embora! (MENEZES, 1993, p. 218)

Os textos não deixam qualquer dúvida da clara distinção entre a vida de um pequeno setor da cidade, caracterizado por viverem bem, criarem vínculos que lhes garantiam serem *donos* ou *mandões*, principalmente por saberem barganhar com as informações que detinham daí: “passam rasteira um no outro, há golpes e contra golpes”²⁷⁹. Na percepção de um deles até mesmo a função de “contar o primeiro caso”²⁸⁰ pertencente aos ditos “*pucha*”²⁸¹, de acordo com o advogado em outros tempos era ocupado por “gente humilde”²⁸² mas a situação era outra na “pacatíssima” Bragança passando dos pobres a “gente granfina”²⁸³, que se encarregaria de contar o caso com as cores que lhes pareciam mais acertadas ao homem de confiança do General Assumpção, dr. Alberto Rocha.

Acusado de parcialidade na apuração dos fatos justamente porque “V. S preferiu ouvir outros que vivem bem nas suas boas casas e que essa genticinha que se dane.”²⁸⁴. A escolha de quem ouvir era um problema que inviabilizava a questão, bastaria uma ida a delegacia para consultar testemunhos que apontariam versões diferentes, juntando os pontos o delegado dos Serviços do Interior concluiria que alguma história mal contada existia. Porém, os rastros foram encobertos de tal maneira a fim de prejudicar o andamento do inquérito que nenhum preso havia restado, vejamos a solução empregada:

²⁷⁹A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança.* - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁸⁰*Idem.*

²⁸¹*Idem* – Mantemos a grafia que a notícia utilizou.

²⁸²*Idem.*

²⁸³*Idem.*

²⁸⁴*Idem.*

Vida de interior é vidinha sem expressão V.S. veio abrir um inquérito e achou tudo tão bom, tudo na Santa Paz do Senhor. Ah! doutor, nesse dia foi um ruflar de azas, os pombos pareciam os do poeta Raimundo Corrêa, com uma única diferença, não queriam mais voltar. Nesse dia ou melhor, nesses dias, era o lugar mais vazio e silencioso a cadeia pública desta pacatíssima cidade de Bragança.²⁸⁵

Os esclarecimentos prestados levam-nos a considerar as ingerências cometidas pelos que deveriam ser imparciais na condução das funções que exerciam, indicando que tanto ao nível das relações internas da polícia local quanto os que eram convocados a prestarem um serviço diferente, o resultado era panos quentes e harmonização que se adequava ao interesse dos grupos rivais. Ao analisar esses conflitos na Zona Bragantina torna-se evidente que as disputas em jogo apresentavam algo maior do que apenas rixas entre parlamentares, uma vez que uma brecha surgia para movimentar futuras disputas ao executivo municipal.

Benedito Cesar Pereira testemunha do caso ocorrido no fórum confrontaria Augusto Corrêa não mais relatando o que havia presenciado, mas nas eleições para prefeito em 1954 levando a melhor²⁸⁶. Por essa razão, a questão diante das ocorrências futuras tornava-se um ensaio para desentendimentos que voltariam a acirrar os ânimos na *pacata cidade*²⁸⁷. A documentação coligida da apuração dos votos, registrou que mais uma vez os velhos conhecidos se confrontaram, dessa vez não mais com palavras, chegando às vias de fato: “Sábado as coisas foram mais sérias, tanto assim que o sr. Augusto Corrêa se atracou com o sr. Lobão da Silveira, no recinto dos trabalhos. O juiz por isso, suspendeu a apuração.”²⁸⁸.

²⁸⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁸⁶ Prefeito Municipal de Bragança (1955-1959). Na documentação coligida a apuração dos votos foi tensa: impugnações de urnas, processos judiciais e eleições suplementares. Chegando ao ponto de interromper a contagem pelo desentendimento entre os políticos, motivando a decisão do Juiz eleitoral de levar a contagem dos votos a Belém. As ameaças de violência levaram o desembargador do TRE a enviar novos destacamentos para Bragança, pois os policiais que faziam as rondas noturnas não davam mais conta de manter o ritmo de vigilância. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Pedido reforço policial para garantir a apuração em Bragança*. Belém, 12 de outubro de 1954, p.8 e 10. / FOLHA VESPERTINA. *Decisão em Belém do pleito em Bragança*. Belém, 18 de outubro de 1954, p.1 / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Certa a realização de eleições suplementares em Bragança*. Belém, 6 de novembro de 1954, p.6 e 10. / FOLHA VESPERTINA. *Eleições em Bragança*. Belém, 1 de novembro de 1954, p.4. / A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Anulada a 44ª seção especial de Bragança*. Belém, 25 de novembro de 1954, p. 5.

²⁸⁷ *Pacata cidade* termo retirado de uma reportagem relatando mortes sucessivas acontecidas em Bragança. FOLHA VESPERTINA. *Mortes sucessivas em Bragança: dois crimes e um suicídio abalaram ultimamente a pacata cidade*. Belém, 22 de outubro de 1953, p.4.

²⁸⁸ O Periódico apontou que a troca de tapas foi a gota d'água para que o juiz levasse a decisão eleitoral para a capital do estado. In: FOLHA VESPERTINA. *Decisão em Belém do pleito em Bragança*. Belém, 18 de outubro de 1954, p.1 / Um detalhe curioso nessa disputa entre os líderes locais é uma fotografia com os dois deputados separados por uma urna, trazendo a seguinte legenda: “Augusto Corrêa derrotado em Bragança / As urnas continuam separando os dois homens públicos de Bragança, com vitórias e derrotas que se alternam para

Diferentes esferas públicas contrabalancearam os lados beligerantes, da delegacia de polícia passando a assembleia legislativa até o gabinete do governador entraram no cenário evidenciando as articulações de poder que eram acessadas diante das rivalidades dos líderes locais.

Ao filtrar as informações inferimos que as tensões perpassadas no primeiro trimestre de 1951, permitiam que uma história conveniente aos sujeitos sociais que a denunciavam surgisse na tessitura do que era veiculado, apresentar-se como uma das vítimas da *gente granfina*, compartilhando das aflições que atingiam aos moradores dos núcleos agrícolas transformava-se em munição a Lobão da Silveira que soube como usar a situação a seu favor, como se pode notar nos arremates finais do texto dirigido a Alberto Rocha: “Tudo isso veria e teria ouvido V.S se tivesse escutado as vítimas, os que sofremos a violência, a prisão a humilhação,”.

É necessário observar que escolher entre um dos deputados trouxesse certas vantagens neste clima de incertezas, pois a atuação que estes sujeitos sociais tiveram nos arredores de Bragança indica tomada de posição, não se mantendo neutros politicamente vivenciavam mais situações conflitantes dada escolha que apresentavam ante a seus pares. Por isso, as tensões nos núcleos agrícolas traziam consequências aos que expressavam suas opiniões, daí que ser *adversário* dos que representavam alguma forma de poder ao nível dessas localidades poderia agravar as divergências quando entrava em cena abusos de autoridade. Abrindo caminho para que a história possa refletir o espaço de negociação que os indivíduos atingidos punham em processo para cobrarem pelo apoio que demandavam anteriormente. Consequentemente, a proteção ante uma cadeia impetrada, restabelecer a ordem garantindo a tranquilidade na cidade poderiam ter preços que no devido tempo seriam lembrados aos correligionários.

A trama criada por Bruno de Menezes, de igual modo caminhou na percepção de que estar próximo a Romário, resultava em uma forma de abrigo aos desmandos praticados pelo grupo de João de Portuga. O agrônomo expressava que sua obrigação era resguardar o interesse econômico do estado na produção agrícola, dos núcleos colônias, sem dúvida ao recusar propinas e colocar-se a serviço dos colonos rompeu com esquema que trazia lucros a Portuga e os comparsas. Antonio Candunga e outros colonos souberam como retirar

cada um deles. Tanto o sr. Augusto Corrêa (emanando a ultima urna de Bragança), como o sr. Lobão da Silveira (dêle separado pela mesma urna), foram os deputados estaduais mais votados e eleitos por Bragança, praticamente.” In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Somente hoje o resultado final de Bragança*. Belém, 20 de outubro de 1954, p.6 e 10.

vantagens das disputas que colocaram de lados pessoas com cabedais maiores. Mostraremos no próximo item essa relação caminhando na conexão de diferentes testemunhos.

Entretanto, cabe a interrogação do acontecia a quem não se encontrava sob a proteção dos mandões locais ou de seus desafetos? Se nas altas horas visitas inesperadas batiam as portas do cidadão trabalhador para o levarem preso, no apagar das luzes muito mais do que “sete feridos e um morto”²⁸⁹ se veria no chão de Bragança quando a claridade voltava, observemos o que o periódico informava:

66% de analfabetos no Pará

(...) Disse que o último recenseamento ocorrido entre nós veio mostrar que o Estado do Pará, em 1950, possuía uma população de 1.123.272 habitantes que segundo a discriminação do IBGE, estava disseminada nos quadros de sua vida urbana, suburbana e rural. Observando-se o grau de instrução desse povo, verificou-se que 46,77 por cento entre os homens e 53,27 por cento entre as mulheres não sabem ler. Constatou-se ainda que 66,70 por cento dos que habitavam a nossa zona rural estavam entregues ao mais negro e contristador analfabetismo.

Municípios	População	Analfabetos
Bragança	57.888	32.594
Nova Timboteua	14.801	8.373
Vizeu	19.993	12.707 ²⁹⁰

Os números expostos forneciam apenas dados pertinentes ao analfabetismo, que embora fossem impressionantes, visto que mais da metade da população em Bragança se quer poderia ler o que fora dito dos *mandões bragantinos*, talvez este fosse o menor dos problemas numa cidade prestes a comemorar o centenário de sua emancipação política, com inúmeros festejos embalando o momento histórico. Ocasão para reverberar com mais expressividade o dito do deputado, isto é: “problemas locais que ficam sempre à margem”²⁹¹. Semelhantes aos estampados pela *Folha Vespertina*, destacando em patamares de mais de 15% a mortalidade infantil de Bragança²⁹². Só que desta vez os responsáveis em camuflá-los seriam os partidários

²⁸⁹ Nas páginas policias dos periódicos da capital do estado volta e meia em nossas pesquisas nos deparamos com abordagens que evidenciavam casos frequentes de violência na Zona Bragantina (1950 -1958), a semelhanças deste e de outras que citamos. Permitindo desdobramentos futuros em novos estudos: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Um morto e sete filhos numa festa dançante em Bragança*. Belém, 13 de julho de 1954, p.2. / A Província do Pará. *Tiros, explosões, furtos e desordens na Cidade de Bragança*. Belém, 17 de novembro de 1954, p.2. / FOLHA VESPERTINA. *Homicídios em Capanema*. Belém, 11 de fevereiro de 1953, p.4. / FOLHA VESPERTINA. *Aprendidos 10kg de maconha*. Belém, 14 de julho de 1955, p. 4.

²⁹⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *66% de analfabetos no Pará*. Belém, 24 de abril de 1953, p. 8.

²⁹¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança*. -Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

²⁹² FOLHA VESPERTINA. *No primeiro ano de vida: Entre mil crianças, 159 morrem em Bragança*. Belém, 12 de abril de 1951. p. 3 No bojo dos culpados pela mortalidade infantil respostas foram dadas, novamente

de Lobão da Silveira, instalados na prefeitura e dispendo de alguém profundamente sabedor da “psicologia da nossa gente rural”²⁹³.

A pesquisa realizada pelo Departamento Nacional de Crianças, em várias cidades brasileiras, entre os anos de 1942 e 1948, considerou a média de mil crianças nascidas, o que dava ao município o quinto lugar geral, com a cifra de 159 mortes infantis. Um ano antes de publicar a notícia, outra reportagem fazia um trocadilho digno de observação do que se vinha reproduzindo no decorrer desses anos: “Bragança sem médico e sem remédio”²⁹⁴, questionava-se como uma cidade tão “próspera”²⁹⁵ já há muito tempo amargava essa situação caótica na saúde pública.

“A paz que voltava a reinar em Bragança”²⁹⁶ de acordo com os informes prestados na redação de *A Província do Pará*, “pelo conhecido advogado bragantino dr. Moises Israel”²⁹⁷, nada tinha haver com a inauguração de escolas ou redução das mortes infantis. Vinha das negociações estabelecidas por Zacarias Assumpção, esfriando as tensões, a medida que reclamações foram atendidas, em especial o pedido: “feito ao governador na pessoa do referido delegado no sentido de que sejam readmitidos no Departamento de Estrada e Rodagem, os 21 funcionários exonerados unicamente por questões políticas,”²⁹⁸. Por essa razão, o advogado afirmava que o clima era de “verdadeira calma”²⁹⁹, graças aos membros: “do PSD que não aceitam as provocações”³⁰⁰. Assim, Bragança voltava à paz, por um breve tempo os cidadãos dormiriam seguros!

2.5 Antônio Candunga, outros Antônio(s) e Antônia(s).

verificamos que possibilidades de pesquisa existem diante de mais documentações que possam ser coligidas semelhantes as estas: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Razões do não funcionamento da maternidade de Bragança* / Resposta a uma reportagem de A VANGUARDA 05/09/1952. Belém, 11 de setembro de 1952. p.4 e 8. Para mais informações sobre mortalidade infantil, conferir (LACERDA, 2010, p.332).

²⁹³ *Idem.*

²⁹⁴ FOLHA VESPERTINA. *Bragança sem médico e sem remédio – Há seis meses que essa próspera cidade se encontra em tal situação*. Belém, 19 de janeiro de 1950. p.1. Um observação respeito da reportagem era quem aparecia propondo soluções e cobrando das autoridades: Augusto Corrêa.

²⁹⁵ FOLHA VESPERTINA. *Bragança sem médico e sem remédio – Há seis meses que essa próspera cidade se encontra em tal situação*. Belém, 19 de janeiro de 1950. p.1

²⁹⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reina calma em Bragança*. Belém, 21 de março de 1951, p.4.

²⁹⁷ *Idem.*

²⁹⁸ *Idem.*

²⁹⁹ *Idem.*

³⁰⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reina calma em Bragança*. Belém, 21 de março de 1951, p.4.

As cartas escritas por alguns sujeitos sociais, ao gabinete da interventoria do Estado do Pará, bem como as atreladas ao fio condutor da narrativa, semelhante a que o personagem Romário enviaria ao interventor do Estado, somada a que no final da obra Antônio Candunga remeteria ao agrônomo do qual havia se tornado amigo. Ocupam um papel preponderante, para que possamos observar os caminhos que os sujeitos sociais utilizavam para questionar pautas que influíam diretamente nas relações cotidianas dentro dos espaços da Zona Bragantina.

Nelas, homens e mulheres aparecem reivindicando elementos relacionados à sobrevivência material, desmandos das autoridades desdobradas em proteções concedidas a certos cidadãos em detrimento de outros, bem como na forma que se conduziam no cargo que estavam investidos. As injustiças que acreditavam serem vítimas em consequência das ações desses agentes públicos, acusados de ignorarem as suas vozes, os levavam a apelar em esferas que extrapolavam o nível local, pois havia uma ampla ressonância destes embates na capital do Estado.

Os textos dirigidos revelavam cobranças em tons de denúncias, direcionadas ao conhecimento de políticos influentes, para que apresentassem uma resposta satisfatória as demandas elencadas, demonstrando os meios de negociação que podiam se valer a fim serem ouvidos. Um detalhe importante que ponderamos inicialmente nessas correspondências é a dificuldade de conhecer de fato se a mesma foi redigida por aquele indivíduo que muitas vezes assina ao final. A razão para enfatizarmos esse dado deve-se ao número significativo de analfabetos que eram apontados em algumas pesquisas.³⁰¹ No entanto, não dispor da

³⁰¹ Bragança de acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE, na década de 1950, apontavam uma população de 57.888, sendo que 32.594 eram considerados como Analfabetos, ainda segundo a discussão do Periódico a respeito dos números oficiais indicavam um percentual 66% de analfabetos nas zonas rurais do Pará. In: *A Província do Pará. 66% de analfabetos no Pará*. Belém, 24 de abril de 1953, p. 8./ Em 1940 o IBGE apresentava o quesito instrução nas perguntas dirigida a população, considerando os que sabem ler e escrever, que não sabem e os que não deram respostas. Assim, 328.745 eram listadas sabendo ler e escrever; 466.501 não sabiam ler nem escrever e 5401 indicados de instrução não declarada. Embora os dados não apresentem os percentuais dos habitantes nas zonas urbanas e rurais, em relação a este levantamento a expressividade dos números da população sem instrução e que, portanto não conseguia ler nem escrever era superior aos indivíduos classificados como instruídos. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII%20Brasil.pdf>. Antonio Penteadó na década de 1960 estabeleceu a seguinte discussão, Bragança possuía uma população de 69.005, observando que o número total de habitantes da Zona Bragantina colocavam-na com 40% dos habitantes do Pará. Discutindo o seguinte em relação a mesma: “Apesar de tudo, nota-se na população da região um certo desânimo e uma descrença nas possibilidades da Bragantina; muitos informantes, como acabamos de verificar, sentem-se atraídos por Belém, que para eles tem um significado muito especial. Muitos habitantes mais evoluídos, querem transferir-se para a capital, porque precisam de escolas para seus filhos, porque precisam de recursos hospitalares para suas famílias, porque se sentem

capacidade de veicular suas queixas no papel,³⁰² de modo nenhum era um esbarro para usarem desse recurso, uma vez que um terceiro poderia facilmente ser acessado na construção da comunicação escrita.

A ênfase em cima de tantos *Antônios(as)* diz respeito à maneira que encontramos de aproximar os sujeitos dispostos nas documentações, aos personagens representados pela narrativa, em aspectos correlatos de tensões. Além disso, o destinatário habitual em ambos os casos tinha endereço certo, no caso, o gabinete do interventor do Estado. Nas situações que passamos a considerar, recorria-se a este expediente por inúmeros motivos, mas dois em especial são patentes. Tratava-se de evitar um agravamento maior na questão, antes que o remetente decidisse por uma solução mais drástica, ou a noção mais comum coligida, isto é, a última instância que se lançava mão a um problema que vinha se arrastando.

Os reclames pelos altos preços do pescado que saíam de Bragança com o destino as feiras de peixe da capital do Estado, motivou o cidadão demandante³⁰³ a desnudar o esquema que acreditava existir na majoração dos preços. Os responsáveis por esse comércio, que afetava a mesa dos pobres, deixando-os “com água na boca e ir morrer na gurijuba, xaréu e pirapema”³⁰⁴ eram os *galegos*, a quem por três vezes ao longo da exposição, acusou-os de monopolizarem o comércio de peixe fresco. Este monopólio impedia que os de menos recursos apreciassem no cardápio de seus lares, um prato que destacou entre aspas como “um filet de camorim com molho de tomates”³⁰⁵.

O conhecimento dos meandros da venda da carne branca ficava evidente nas informações agrupadas. O preço tabelado pelos portugueses aliado e a forma de negociá-lo foram submetidos a interrogações com diferentes argumentos. A distância em sua opinião não

abandonados à sua própria sorte, porque, na capital há melhores oportunidades para viver e trabalhar e, portanto, progredir.”(PENTEADO, 1967, p.30-33).

³⁰² O historiador Edward Thompson ao abordar a experiência da classe operária inglesa demonstrou como aparentes esbarros em relação aos limites existentes na vida de trabalhadores analfabetos eram facilmente transpostos com a utilização de inúmeros recursos. Observando que: “O trabalhador analfabeto podia andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão. Em períodos de fermentação política, os analfabetos pediriam aos companheiros de trabalho que lessem os periódicos em voz alta; lia-se o jornal nas pensões dos artífices, e nas reuniões políticas gastava-se um tempo imenso com a leitura de discursos e a aprovação de longas séries de resoluções.” (THOMPSON, 2012, p.415).

³⁰³ A carta que discutimos encontra-se redigida em datilografia sem assinatura ao final, apenas com a datação de 27 de junho de 1931. Além disso, no canto direito da mesma, há um parecer dizendo o seguinte: “A Fiscalização Municipal / Para ver fundos tomando as necessárias providências / Juntando as nomeações necessárias” Com uma assinatura abreviada de Magalhães Barata.

³⁰⁴ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº 51.

³⁰⁵ *Idem.*

podia ser justificativa a grande distinção entre os valores cobrados nas praças do interior e da capital. A “ganancia dos Galegos”³⁰⁶ era o contra peso responsável em aumentar demasiadamente os valores cobrados, uma vez que não se tratava de balanças viciadas, mas dos cortes de “olhos fechados” que utilizavam para encarecer sobre medida os peixes mais procurados nos paneiros. O missivista explicava-se assim:

Como é que em Bragança juntinho de Belem o pescado fresco- Camorim, enxovas, pescadas, corvinas, peixes finos são vendidos a pezo e a 1.000 kilogramas preço fixado pela Municipalidade, sem ser preciso regatear e implorar a mizericórdia dos vendedores: entretanto aqui em Belem, os mesmos peixes são vendidos a polegadas quadradas medidas de olhos fechados a 3.000- 4.000- e 5.000 as referidas polegadas!³⁰⁷

As cobranças que o escritor anônimo da missiva fazia “ao excelentíssimo Capitão Magalhães Barata” não foram posicionadas de modo subserviente. Ao contrário, fez claros apontamentos das resoluções que o interventor deveria colocar em prática, a fim de solucionar um problema que acontecia em Belém a revelia do seu conhecimento. Indicava que a visita deveria acontecer sem ser anunciada. O elemento surpresa seria fundamental para que o capitão desvendasse o esquema. Para tanto ressaltava, em tom de aconselhamento, para que “V Exa. vai ao mercado sem anunciado e aprecie, observe, experimente e veja com seus olhos para poder certificar-se das verdades aqui expostas”.³⁰⁸ Enfatizou que o controle dos preços oferecidos ao consumidor era uma realidade em Bragança.³⁰⁹ Na capital, observava que as

³⁰⁶Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº 51.

³⁰⁷*Idem*

³⁰⁸*Idem*

³⁰⁹ A documentação coligida nos Arquivos da Prefeitura Municipal de Bragança apresentam certas medidas de controle que eram feitas no sentido de fiscalizar a venda de diferentes tipos de carne. Restrição ao acesso em determinadas horas aos talhos dos vendedores aparecem nos documentos escritos pelos fiscais administrativos, assim como pelo administrador do Mercado Municipal da cidade. Duas delas caminharam na exposição de conflitos envolvendo os agentes públicos, ora com guardas municipais, ora com populares e vendedores, por não acatarem as ordens baixadas pelos mesmos. Ameaças e desaforos foram indicadas nos registros levados ao conhecimento do Prefeito Municipal. Prefeitura Municipal de Bragança. Relatório do Administrador do Mercado Municipal, 03 de janeiro de 1951 / Relatório de fiscal administrativo, 13 de março de 1951 /. Livro Nº 026 -C- Ano 1950 -1951 - Assuntos: Diversos - Gestor: Oscar Acioli. / Em outra pastas cobrindo a administração do Prefeito Benedito César Pereira (1955-1959) encontramos documentos importantes que atestavam diversas fiscalizações sobre o Mercado Municipal. Suspensão de um servente do aludido espaço por um período de 10 dias, sem descontos nos vencimentos. Apreensão de 918kg de peixes voltados a exportação por não pagamento dos impostos aos tributos municipais; conforme o auto de apreensão Manuel Custódio da Silva era contumaz na prática de burlar a fiscalização municipal, sendo chamado pelo fiscal de “conhecido contraventor”. Na venda de carne bovina na vila de Tracuateua, um fiscal informava que o açougueiro Antonio Soares de Oliveira estava cobrando um alto preço, como o mesmo era correligionário do Partido Social Democrata pedia instrução sobre quais providências tomar. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 110 - Ano 1955 - Assuntos: Requerimentos - Gestor: Benedito César Pereira. A Colônia de

“carnes de porco e de gado” já haviam sido submetidas a medidas “salvadoras” da fiscalização pública.

A historiadora Edilza Fontes (2002) ao discutir a presença expressiva de portugueses na capital do Estado do Pará, no contexto de transição do regime imperial aos primeiros anos da República, forneceu redimensionamentos ao debate historiográfico que permitem entendê-los fora dos eixos de São Paulo e Rio de Janeiro, numa série de relações imersas em um cotidiano urbano, marcado por inúmeras disputas sociais. Aliada ao modelo de imigração adota pelas autoridades que desembocavam na construção de uma cultura de trabalho repleta de confrontos de diversas naturezas, evidenciando como as concorrências entre trabalhadores nacionais e portugueses abriram espaço aos antagonismos, que faziam recrudescer sentimentos antilusitanos e percepções deletérias em relação aos brasileiros.

Nesse cenário de uma capital em transformação com capitais oriundos da borracha e por outros empreendimentos movimentados na Amazônia, muitos comerciantes portugueses, asseverados pela historiadora como “o maior grupo de imigrantes da história da cidade” acabaram detendo o controle da venda de gêneros alimentícios (FONTES, 2002, p. 123). Embora o de pescados não adentrasse de forma direta nos exemplos de atividades, verificamos a ênfase acerca de “comércio ambulante”,³¹⁰ o que insere a venda de peixes como mais um dos alcances que poderiam ocupar na dinâmica urbana. Com isso, a acusação de monopólio que o cidadão alegava existir nos parece fazer todo sentido, uma vez que existia um histórico de ocorrências similares.

O escritor da missiva que preferiu omitir sua assinatura, ao dizer ao chefe do executivo estadual, fazia questão de observar em seus questionamentos que não “só os ricos é que tem o

Pescadores de Bragança pedia que a Prefeitura fornecesse a tabela dos preços dos peixes e da qualidade dos mariscos negociados para que assim a Colônia pudesse negociar o pescado. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança-Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira. Conferir também artigo: SILVA, 1991, p.9-28.

³¹⁰ A pesquisadora aponta que: “Estes imigrantes portugueses ocuparam umas das áreas do comércio ambulante de caixeiros e pequenos comércios de padarias e botequins, sendo um referencial para tensões sociais e étnicas.” (FONTES, 2002, p. 123). O historiador Sidney Chalhoub trabalhando a realidade carioca dentro de aspectos relacionados às tensões de nacionais e portugueses, numa periodização parecida com a de Edilza Fontes. Ofereceu as seguintes conclusões: Esta atitude negativa em relação ao português, entretanto, era relativizada pelo fato de que dentro das próprias elites parecia haver um número considerável de abastados comerciantes portugueses. Entre os populares, os portugueses carregavam, sem dúvida, o estigma de serem avaros e exploradores, o que na verdade apenas refletia a situação real de predominância portuguesa no comércio da cidade. Em suma, os brasileiros pobres de cor se viam praticamente privados da possibilidade de conseguir uma colocação como assalariados numa das áreas mais dinâmicas da economia da cidade – o comércio (CHALHOUB, 2012, p.113-114).

estomago”³¹¹ sustentava pontualmente o “direito” dos pobres de comerem outras espécies de peixes, que estavam apenas na mesa dos que tinham “dinheiro bastante para comprar 3 ou 4 polegadas de peixe fino que lhes custa 12.000 16.000 e 20.000”.³¹² Isto se explicava, principalmente porque além do monopólio, a negociação sem a taxaço através do peso encarecia ainda mais os preços estipulados. Vale destacar que suas observações, minuciaram as etapas de comercialização, desde a saída de Bragança até a compra final dos consumidores. Afirmava que nessa cadeia comercial, os portugueses estavam em número significativo, daí que no convite que fazia a autoridade governamental, indicava claramente onde poderia ser constado as situações denunciadas em sua carta “convidamos para ver de perto como se vende o pescado na proa das geleiras e nos aparadores do mercado e nas cabeças dos revendedores na maioria portugueses”.³¹³

Nesse particular, um caso perpassado em um momento específico do romance nos ajuda a aproximar as informações desnudadas pela carta que estamos a discutir. A questão envolvia uma emboscada com a finalidade de atentar a vida de Antônio Candunga e Francisco Gonzaga, a mando do comerciante português. O evento antecedia o telegrama dirigido ao interventor pedindo soluções aos desmandos, que o comissário de polícia e as demais autoridades faziam vista grossa. Fornecem mais indícios ao vislumbre das disputas entre nacionais e estrangeiros. O objetivo era tomar as produções que haviam sido colhidas com a intenção de burlar a fiscalização do governo. A premeditação da tentativa de homicídio dos personagens pontualmente era apresentada pelo narrador, uma vez que demonstravam as ações dos capangas armados partindo em direção a terra de Francisco Gonzaga, no relato construído por Bruno de Menezes, os personagens são articulados em momentos críticos de embates contra o poder que instruía os arranjos na localidade. Vejamos a descrição deste incidente no romance:

Naqueles ermos distantes, onde as autoridades eram impotentes, a ambição desenfreada estimulava o crime. E quem pretendesse modificar êsse ambiente, seria sacrificado à lei comum, remanescentes das sangrentas tradições sertanejas.

João Portuga convoca o seu bando e dá as instruções para o ataque: - “Apanhariam Candunga desavisado, nas terras em que Gonzaga trabalhava. Tomaria conta dos paióis e dariam uma tunda nos que resitissem”.

³¹¹ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº 51.

³¹² *Idem*.

³¹³ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº 51.

Minervino conta ao todo, com dez ou mais homens, juntando os soldados dos destacamentos, disfarçados em paisanos.

Expostos seguramente o plano, Portuga ainda recomenda: -“Se não fossem obrigados a dar um tiro, melhor. Antes ser o assalto a punhal e a cacête, para não se ouvir tiros. Se resistissem, então a bala comeria e a lição seria de mestre”. (...)

Como a onça encurralada na fumaça, Candunga esturra, ameaçando, corajosamente, os rumores:

- Quem é, diga! Se der um passo come bala!

A resposta é um vozêio assanhado perto do barração:

- Te entrega logo, cabra sem vergonha! Senão tu morre!

Candunga não vacila. Aperta o gatilho do rifle e os seus cabras também. Uma descarga doida zune no ar. E os dois bandos se pegam, numa fúria de se acabarem até a morte (MENEZES, 1993, p. 166-167).

A troca de tiros foi apenas uma parte do que se desdobraria páginas a frente. No telegrama Romário construía a defesa dos homens que agiam sob suas ordens, jogando de forma estratégica com os meios necessários para buscar proteção no governo. O que se observa sobretudo, porque os capangas mandados por João Portuga após terem sido frustrados na investida a Candunga partiram ao escritório da Administração das colônias para assassinar o agrônomo. Por conseguinte, apelava ao “temperamento impulsivo do militar” para que na hora certa pudesse obter respaldo ao plano de resistência que havia esboçado (MENEZES, 1993, p. 171). Os descasos cometidos em áreas agrícolas de interesse do Estado eram apontados em sua exposição para dar mais dramaticidade ao assunto. O Narrador omitiu o nome do interventor, valendo-se apenas do diálogo e das resoluções tomadas, para apresentar características gerais de sua personalidade. As decisões foram postas nos seguintes termos:

O interventor tomou do invólucro, que continham o processo, com fisionomia tempestuosa. E depois de uma leitura apressada, passou a papelada ao oficial do seu gabinete, ordenando-lhe, como se falasse a um soldado:

- Responda que aprovo tudo! Também as providências tomadas! Dou meu apoio! Remeta ao chefe de Polícia, para mandar dez praças embaladas, num expresso, buscar esses patifes! Batendo com os punhos cerrados na mesa dos despachos, determina:

- Quero a abertura de um inquérito policial rigoroso!

- E mais enraivecido: - Ah, êsses galegos, êsses “coronéis” da roça, só mesmo todos na cadeia! Pensam que a revolução foi feita para isso, mas se enganam! (MENEZES, 1993, p. 171)

Entendemos que tanto a carta enviada por cidadão anônimo, como a que fora escrita pelo personagem Romário tentaram construir uma linha de argumentação, na qual as palavras foram cuidadosamente articuladas, num jogo de elogios e pedidos, no intuito de obter um desenlace favorável. Importante ressaltar que se tratava de um momento em que o clima de

instabilidade que os estados brasileiros vivenciavam com as restrições legais impostas pelos interventores federais. No caso do Pará, Magalhães Barata em sua primeira administração (1930-1935) estabeleceu uma série de medidas populistas que eram acompanhadas de forma direta³¹⁴. As liberdades constitucionais, em muitos momentos suprimidas contribuíam para resoluções intempestivas, trazendo consequências imediatas aos opositores. Na demanda dos peixes, o remetente entendia a condução de Magalhães Barata como último ato de força a ser deliberado, não como administrador que assina e decreta, mas como soldado que desfere um golpe certo com sua espada. Por isso, o pedido que este sujeito social levava partia de um plano que entendia uma condução rápida por parte do major do exército, é o que podemos destacar da forma como selecionava as palavras.

Seria a mais revoltante das injustiças negar os grandes e tantos bons serviços que V. Exa. tem prestado ao povo esta terra na maioria seus conterraneos. Tudo tem feito e continua a fazer. Só uma ainda não fez e já está sendo demorada. V. Exa. ainda não tocou a ponta de sua espada no ninho de CABA-TATÚ são terríveis e venozas e perseguem o inimigo até dentro d'água como dizem os nossos irmãos cabocolos. Mas, para um soldado valente como V. Exa. não há caba que lhe ferre.³¹⁵

Em primeiro lugar, destaca-se que as tensões entre brasileiros, naturais do Pará ou de outros estados do Nordeste brasileiro, e indivíduos identificados por termos genéricos como: padrões portugueses e hespanol, estrangeiros e galegos³¹⁶ surgem com significados diversos nas documentações observadas a partir da década de 1930. Os números dispostos por Edilza

³¹⁴ Para mais informações: ROCQUE, Carlos. Magalhães Barata. O homem, a lenda, o político. Belém: Secult, 1999. / ALVES FILHO, Armando; SOUSA JUNIOR, José Alves; NETO, José Maria Bezerra. Pontos de História da Amazônia – vol. II. Belém: Paka-Tatu, 2000.

³¹⁵ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº. 51.

³¹⁶ Ressaltamos que embora a ocorrência de relações conflituosas, nas documentações coligidas apareça, sobretudo, no espaço de Belém a Bragança. Um relato fornecido pelas informações de um lavrador, morador do Acará, colocava em evidência acusações contra comerciantes portugueses, ferindo o direito dos pobres na região. Levando-nos a possibilidade de um raio maior das áreas onde existiam rivalidades dessa natureza. O documento continha o seguinte teor: Belem, 8 de Setembro de 1934 /Exmo. Snr. Major Magalhães Barata /D. D. Interventor Federal no Pará. Mui sinceros respeitos.

O signatário desta, lavrador do alto Rio Acará, já velho e viúvo por duas vezes, laborioso e pobre, devido a explorações de comerciantes portugueses, estando em Belém para fazer valer os seus direitos contra as traficâncias criminosas de padrões portugueses, tendo vindo do Acará unicamente confortado com a esperança de gosar de defesa com que V. Exca. costuma garantir aos pobres os seus direitos, vem por meio desta especialmente anunciar a exposição escripta de negócios que está a concluir para, com mercê de V.Exa., enviar as vossas mãos, por considerar V.Exa. a maior garantia das suas esperanças; vem tambem pedir a V.Exa. que depois de estar a par da situação o caso que se acha, baixeis um aviso determinando-lhe o local e hora em que deve receber vossas generosas ordens de proteção.

Afirmando a grande estima em que tem a V. Exa., pede licença para assignar-se. /Crdo. Attanto. José Pinto Marques. In: Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior - Série: Cartas - Anos: 1930, 31,32 – Caixa 06.

Fontes, para o ano de 1929 ajudam a explicar a presença desses imigrantes no contexto em que estas cartas foram escritas, pois o Pará estava na quinta posição em relação à distribuição portuguesa no Brasil. A cifra de acordo com a mesma, permite compreender que parte desse contingente populacional advindo no decurso áureo da economia gomífera a Amazônia fincou raízes, estabelecendo-se no território paraense.

Nesta missiva observamos que os portugueses recorrentemente foram chamados de “galegos”³¹⁷, sendo comparados também a inimigos difíceis de vencer, semelhantes a *Caba-tatú*, que na ênfase exposta pelo missivista tratava-se de um inseto difícil de ser extirpado e ao mesmo tempo capaz de causar grandes estragos. Com isso, buscava-se na comparação demonstrar a valentia do interventor federal, que na qualidade de oficial destemido, prontamente seria capaz de derrotar cidadãos portugueses, que efetuavam danos similares a uma infestação de *Caba-tatú*. Edilza Fontes analisou que o termo galego não era isento de conotações, mas carregado de noções deletérias, asseverando que

no Brasil quando se queria depreciar o português dava-se a denominação de galego, gente que já em Portugal era sinônimo de “incivil”, homem de baixa condição, rústico, inculto, violento e que não limpa a “limpava a raça” nem trazia a civilização. Esta vinculação de galego como português em Belém foi feita pelos nacionais nos momentos de conflitos (FONTES, 2002, p.123).

As manifestações dos brasileiros tiveram por ponto comum, em praticamente todas as ocorrências conservadas no Arquivo Público do Estado do Pará, o uso de cartas e telegramas, sendo que as falas dos acusados não apareciam da mesma forma, mas nos inquéritos despachados pelos interventores no afã de apurar as irregularidades. Na investigação instaurada para averiguar as queixas do ex-cabo do exército,³¹⁸ Eustaquio Mendes Ferreira

³¹⁷ Chalhoub aprofunda o significado das rivalidades que se abriam no cenário carioca, observando em um dos casos que: “a competição comercial entre os pequenos negociantes se exprime ou se confunde com as rivalidades nacionais entre brasileiros e portugueses. Segundo Epaminondas diz mesmo que havia de agredir os portugueses, pois “que quem mate galegos não tem crime”. Este conflito pode ter sido também a expressão de tensões raciais, pois Epaminondas é identificado como um indivíduo “de cor morena”. Segundo, vemos que Epaminondas não faz distinções alguma quanto a seus opositores: o negociante e o seu empregado são tratados igualmente como membros de um conjunto mais amplo e numeroso de antagonistas – os “galegos”.” (CHALHOUB, 2012, p. 121-122).

³¹⁸ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa Nº. 12. A cartafoi enviada da Cidade de Capanema, 16 de Agosto de 1934, encontra-se em meio ao processo aberto a fim de investigar as denúncias, contendo os testemunhos dos indivíduos arrolados e o parecer do Delegado de Polícia do Município de Siqueira Campos, em Capanema, 29 de Agosto de 1934. Offício n.º 776. Exmo. Sr. Major Chefe de Polícia de Belém. Assim o desenrolar do caso se deu entre os meses de agosto a setembro de 1934. Na tramitação legal ordenada a Chefatura de Polícia de Belém, o chefe da repartição encaminha a documentação de volta depois da investigação realizada no interior nos seguintes termos: “Devolvo a essa Interventoria a inclusa carta na qual o lavrador EUSTACHIO MENDES FERREIRA, residente em

“suplica ao ilustre e supremo chefe, por ter um roçadinho plantado de feijão³¹⁹, mandioca e algodão” tomado pelo hespanhol Evaristo Rodrigues³²⁰, que não somente as terras lhe roubava mas o “socego”, uma vez que vinha sofrendo ameaças constantes por parte do “extrangeiro” “portentoso que vive à tripa forca”³²¹ e de seus dois filhos.

Alegava que era incansável na causa de Magalhães Barata envolvendo-se em discussões frequentes em defesa de sua administração, disposto a qualquer transe em caso de necessidade. Chegava ao ponto nas juras de comprometimento a colocar-se na condição de “*fiel eleitor*” e se preciso fosse de “vos defender a todo instante de armas na mão”. Nas injustiças que dizia ser vítima entrava na balança, o amor verdadeiro ao Pará e afirmação da cidadania como alagoano, sua família era quem mais padecia, uma vez que “um estrangeiro rico” roubava-lhe “sempre o suor e o pão dos seus filhinhos”. Na construção da defesa torna-se evidente, que o pedido de proteção ao interventor era amparado em contrapartidas, a garantia do voto somada aos embates contra opositores que sistematicamente participava.

As terras de Evaristo Rodrigues eram situadas na Zona Bragantina, especificamente na confluência dos municípios de Igarapé-Açu e de Capanema, uma área em disputa localizada “no perimetro que compreende a parada “Bezerra”, kilometro 176”. Por isso, expressou que no longo caminho para valer os seus direitos, já havia procurado as delegacias de ambos os lugares, porém não foi atendido. Afirmava que “este foi o motivo que me dirigi ao comissariado de Peixe-Boi, e à Delegacia de policia de Capanema, mas que infelizmente, não encontrei providencias.”³²². A razão dos insucessos era porque as autoridades do interior não sabiam “fielmente, cumprir as sábias ordens de V. Exc”.³²³ Outro dado a ser considerado era que de fato Eustaquio Mendes Ferreira percorria as esferas do interior já algum tempo. A documentação coligida deixa claro essa relação.

Com isso, não somente atribuía culpa a Evaristo Rodrigues, como também fazia sérias acusações aos representantes da lei de beneficiarem ao “hespanhol rico”. Em diversos

Siqueira Campos, faz a queixa e pede providencias a V. Excia, contra o hespanhol Evaristo Rodrigues, tambem ali morador, de quem diz o missivista vir soffrendo as maiores perseguições no que diz respeito ás suas plantações. Fazendo essa devolução, junto a este, em cumprimento ao despacho de V. Excia. exarado na citada carta, uma copia da informação prestada, sobre o allegado queixoso, pelo sr. delegado de policia de Siqueira Campos.” BELÉM, 6 DE SETEMBRO DE 1934. - CHEFE DE POLICIA.

³¹⁹Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa Nº. 12.

³²⁰*Idem.*

³²¹*Idem.*

³²²*Idem.*

³²³Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa Nº. 12.

momentos as palavras gravitaram do estado pacífico ao violento. Dizia-se vítima de constantes ameaças que lhe tiravam a tranquilidade, temendo perder a vida o que colocaria sua prole em risco. Asseverava em sua defesa que “[fora] roubado! Tentado está o hespanhol a minha desgraça! Socorra-me, major, neste momento tão delicado em que está em jogo minha vida! Tenho filhinhos e os quero criar ainda.”³²⁴. Não sabemos se as oscilações, que manifestava na escrita eram oriundas do desespero que a situação criava, ou uma farsa que arquitetava no papel. Embora afirmasse que a carta era “ultimo cartucho que me restava queimar”³²⁵. Mostrava-se assim capaz de utilizar de outros expedientes tanto em causa particular, como na fidelidade ao líder político, a medida que linhas a frente exemplificaria onde poderia chegar:

“Sei que apelando para o alto conhecimento de V. Exc. serei evitado de praticar um desatino a esses hespanhoes que nos vem roubar o paiz.” (...)E aqui fica um seu fiel eleitor promepto a vos defender a todo instante de armas na mão, tanto na cidade, em Palacio como por aqui e donde se offerecer oportunidade!³²⁶

Luiz Ursulino Filho, delegado de Siqueira Campos ao ser acionado pela chefatura de Belém devia dar respostas inequívocas a tudo que se jogava sobre os seus ombros. Depois das comunicações oficiais dos chefes da Capital, começou a tomar as medidas cabíveis escrevendo que “procedi in-loco a sindicancia ordenada”³²⁷. O litígio entre brasileiro e espanhol, no relato do delegado não se resumia somente a uma terra invadida que deveria ser restabelecida ao proprietário original. Os acréscimos que a narrativa policial trouxe a tona mostravam que muitas omissões da parte do alagoano existiram na versão contada ao gabinete da interventoria. Pelo exposto algumas tensões entre os vizinhos já havia acontecido. O ex-cabo apresentava na sua exposição que sua terra foi comprada de “outro pobre”, que por não suportar as “inomináveis perseguições”³²⁸ vendeu-lhe o roçado, mudando de lugar.

O nome desse vendedor apareceria no inquérito de Luiz Filho, denominado simplesmente por “flagellado Antonio Thenorio”, sem detalhes de sua origem, possivelmente a necessidade de apontá-lo era motivada pelas acusações que discutimos acima. O Antonio

³²⁴ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 - Caixa Nº. 12.

³²⁵ *Idem.*

³²⁶ *Idem.*

³²⁷ *Idem.*

³²⁸ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 - Caixa Nº. 12.

citado nos autos não era relacionado como vítima de perseguições, mas autor de uma série de mordidas em “João de tal”, na época empregado do espanhol, sem nenhum esclarecimento dos motivos da briga. Encerrou o parágrafo observando que tudo ficou acertado perante a autoridade de Peixe-Boi. Suspeitamos que os hematomas ao serem ressaltados somente no corpo do trabalhador de Evaristo Rodrigues, sem qualquer menção ao estado de Antonio soassem convenientes, pois de perseguido passou a ser enquadrado como alguém violento que sabia se defender³²⁹. Além disso, não sabemos se chegaram as vias de fato, influenciado por um mandante, ou se este “João” do qual pouco sabemos tivesse contas pendentes, quitadas em seu corpo no aperto do maxilar.

O tempo da venda do roçado foi imediato ao conflito, o negócio de Antonio com Eustachio Mendes firmado na importância de 110\$000 trazia um terceiro como credor, pois do montante acertado adiantou-se apenas 15\$000, o restante do pagamento por motivos desconhecidos deveria ser pago ao espanhol. Vale considerar que mesmo com uma dívida expressiva com o antigo vizinho este não lhe repassou as terras como pagamento. A quantia possivelmente foi o início oficial da longa relação que os novos vizinhos começaram a travar sob o arbítrio da justiça, conforme consta nos autos.

Em dias de Março, o roçado sofreu destruição pelos porco de propriedade de Evaristo, pelo que, Eustachio apresentou queixa ao Comissariado de Peixe-Boi, tomando na devida consideração a queixa apresentada, á autoridade mandou proceder a avaliação esta que foi orçada em 65\$000, ficou debitada da de 95\$000, importância esta que já era devedor Eustachio Mendes á Evaristo. O restante da importancia foi paga em dinheiro.³³⁰

A narração policial muito mais que inventariar as pendengas entre o alagoano e o espanhol sustentou em diversos pontos a imparcialidade dos representantes da lei de ambos os municípios, pois ao invés de escolherem um dos lados sempre agiram ao benefício de quem estava com a razão. Se nos prejuízos efetuados pelos porcos alegavam que agiram com celeridade, atestavam que o protegido do major havia declarado “ao agente de policia daquele quarteirão, Glicerio Pereira, que iria para o municipio de Santarem, e que o roçado Evaristo

³²⁹ A análise da historiadora Edilza Fontes esclarece que em 1929 o Pará estava na quinta posição em relação a distribuição portuguesa no Brasil, a cifra segundo a pesquisadora permite compreender que parte desse contingente populacional vindo no decurso do período áureo da economia gomífera na Amazônia fincou raízes, estabelecendo-se no território paraense. nos depoimentos de portugueses as queixas contras os nacionais em muitos dos autos discutidos em sua tese gravitavam de “violento, agressivo, desbocado, usurpador” (FONTES, 2002, p. 136).

³³⁰ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa N°. 12.

Rodrigues tomasse conta, pois, delle não precisava”³³¹. Isto de pronto foi feito com inúmeras melhorias nas plantações, se a declaração de liberdade para usufruir da terra que lhe pertenciam foi verbalizada, apenas sabemos através do testemunho do policial, uma vez que na carta não relacionou a liberação. Ao contrário disso o levou a prestar uma nova queixa, dando poderes ao comissário de resolver o problema, este levou dois lavradores e Evaristo Rodrigues que orçaram as melhorias em 72\$000 estipulando um prazo para que a conta fosse debita.

Não satisfeito escreveu ao interventor, o que engendrou novos acordos, uma visita com todos os envolvidos ao roçado e mais duas testemunhas a fim de reavaliarem o preço anteriormente orçado. Segundo Luiz Filho não querendo mais a mesma, decidiu-se pela venda em 100\$000 a ser paga na delegacia de Capanema. No dia agendado recusou-se a receber o dinheiro, manifestando que Magalhães Barata estava à frente da situação. O delegado encerrou a exposição registrando:

Porém, no dia e hora marcada, achando-se já presente Evaristo Rodrigues, deu entrada Eustachio Mendes Ferreira, declarando com arrogância e gestos grosseiros, não mais fazer acordo algum, pois a questão estava affecta ao Exmo. sr. Major Interventor, que resolveria como bem lhe entendesse. Dest’arte, fica concludentemente provado que Eustachio Mendes Ferreira, demonstra simplesmente, o desejo reprovante de questionar com o intuito exclusivo de, por esse meio auferir resultados vantajosos, haja visto o procedimento incorrecto de que usou para com esta autoridade, perante a qual formou a resolução de receber de Evaristo Rodrigues a importância de 100\$000, para liquidação da questão, tendo na ocasião do pagamento dessa importância recusado-se a dar cumprimento ao compromisso assumido.³³²

O respaldo do executivo não redundou nas mudanças que o ex-cabo do exército desejava obter, no entanto permitiu-lhe a reavaliação do caso colocando os comissários na obrigação de conduzirem um inquérito, que comprovasse imparcialidade no exercício do cargo e apurasse as acusações contra Evaristo Rodrigues. Além disso, a missiva constituiu-se num trunfo que o levou a peitar o poder dos agentes públicos, pois seria utilizada para desobedecer a acordos previamente estabelecidos, criando alguns embaraços que passavam a colocar em cheque as decisões que confortavelmente deliberavam sem maiores preocupações.

Consequentemente, estes sujeitos sociais revelavam atitudes políticas ao se valerem de outras opções para dar continuidade em embates, que acreditavam essenciais a sobrevivência.

³³¹Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa Nº. 12.

³³²*Idem.*

Ao barganharem vistas as suas queixas negociavam em níveis que faziam dos prejuízos individuais estendidos ao coletivo. No raciocínio articulado muito mais que um indivíduo era atingido pelos altos preços impostos no mercado de peixes, mas os pobres de maneira geral, por não lhes ser assegurado o acesso justo a um alimento importante na dieta paraense. Situação que o cidadão alagoano endossou com argumentos similares, os espanhóis (pai e filhos) ao prejudicarem dois brasileiros, iam muito além dos limites que um migrante deveria ocupar em território alheio, afinal roubavam ao “paiz” da forma que agiam. Em ambas as reflexões o governo era o pêndulo que deveria mover-se a fim de restabelecer a ordem e punir os que feriam o direito dos pobres.

Em *Candunga*, “a carta branca”³³³ proporcionaria uma reviravolta a favor de Candunga e Romário. O comissário teve que se explicar ao prender João Portuga e seus homens, pois pendia ao lado dos *donos* do lugar “o senhor sabe... o doutor me mostrou um ofício do interventor, que é um “espêto”. Manda que prenda todo mundo... O senhor sabe, na minha situação, tenho de ajeitar as coisas...” (MENEZES, 1993, p. 177). Deveria efetuar as prisões e remetê-los ao presídio São José na Capital. Não demoraria muito para que fossem postos em liberdade a intenção do governador era que ficassem “desmoralizados na colonia”³³⁴ depois de uns dias amargados na cadeia, uma espécie de castigo que trouxesse ensinamentos. Os que não tinham as ligações de João Portuga tiveram uma estada mais longa no presídio, porém Candunga e o Padrinho pouco tinham a comemorar. Ana e Josefa conforme discutiremos mais a frente, continuavam morando na casa do “luso prestigioso”³³⁵, sob os cuidados da cafetina Rosinha e de lá não arrastavam os pés.

No romance *Menina que vem de Itaiara*, da escritora bragantina Lindanor Celina, as reminiscências da menina *Irene*, ambientadas na Zona Bragantina, traziam vistas a posição que os brasileiros formavam em relação aos estrangeiros, em especial os portugueses que atuavam no comércio da cidade, por enriquecerem mais rápido na atividade capitalista. A narradora ponderava porque os brasileiros não conseguiam uma proeminência maior no ramo comercial, ao mesmo tempo em que situava a revolta que isso criava.

Endinheirados, na terra só os gringos. Chegavam com uma mão adiante, outra atrás, roíam da banda podre, andando de tamancos, privando-se

³³³ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa Nº. 12.

³³⁴ *Ibidem*, p.127.p. 192

³³⁵ *Ibidem*, p.127.

de tudo, não demora, estavam de loja sortida. Povo danado para enricar! Havia mesmo certa revolta, como mais tarde percebi, uma onda surda na cidade contra os galegos. Contra o português principalmente choviam as sátiras dos “Filhos de Candinha”, as anedotas. Mas o dinheiro de quem era? Deles.

Eu, criança, me espantava: Porque, ao invés de ser dos estrangeiros, aquelas lojas não eram de papai, de *seu* Clemente, do *seu* Martins, *seu* Alfredo? Mais inteligentes, mais sabidos, os estrangeiros? Seu Arauaia, meu professor de caligrafia falava: “É um povo de comércio. Mas, como colonizadores, triste Brasil! O Pará coitado, andou sem sorte. Até na localização da capital. Castelo Branco, um frouxo, sim senhor, um frouxo, não viu onde foi construir Belém, nos cafundós, ao invés de plantá-la à beiramar, numa praia, como fortaleza? Foi fundá-la nas brenhas, de medo! Um frouxo!”(LINDANOR, 1996, p. 64).

Antônio Candunga dentro da história passaria ao largo da retratação de um herói romantizado. O narrador se valeria de expressões semelhantes a “na falta de um cão, é o rafeiro do grupo” (MENEZES, 1993, p. 99). Indicava um personagem que se apresentava como um aliado de valor, a descrição do autor seria marcada pela proximidade que este teria com a família de Francisco Gonzaga. Em função da gratidão que tinha com o padrinho Gonzaga, pelo acolhimento, mas também por este ter salvado a vida durante o percurso de trem que fizeram para chegar até Bragança. Na ocasião, Candunga tinha ido retirar um barranco que caiu sobre os trilhos, impedindo a passagem do trem. No entanto, um novo desmoronamento aconteceria atingindo em cheio a Candunga, que quase faleceria, caso o padrinho não houvesse ajudado. Por isso, sentia com uma dívida pela intervenção de Gonzaga para lhe socorrer.

Talvez por isso redobrasse o auxílio às necessidades do grupo, da qual era afeiçoado pelos laços do compadrio. Sua história na trama de Bruno de Menezes lhe daria lugar privilegiado para presenciar todos os sofrimentos, que culminaram na desagregação do núcleo familiar, acompanhando-os desde os primeiros passos para deixar a seca no Ceará.

Antonio Elias Filho e Antonio Freitas Peixoto, residentes em vila de Bonito não precisariam gastar muitas palavras para conseguirem êxito na intervenção política que pleiteavam ao governador. Uma mensagem enviada, através do sistema telegráfico da EFB, ao governador foi suficiente para mudar o responsável pelo policiamento na localidade. De modo lacônico exporiam que o mesmo andava “diariamente ébrio impossibilitado tomar qualquer providencias devido seu estado moral”.³³⁶ Alegavam que o comissário permitia desmandos

³³⁶ Telegrama escrito a lápis enviado da Estação de Timboteua. Data 12/10/1953. Associados a uma série de outras comunicações que se fizeram a partir do seu conteúdo. Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça Série: Ofícios Anos 1952,1953. Caixa 57

sucedidos na via pública, multiplicavam-se “jogos e desordens” sem que houvesse qualquer intervenção, pois a falta de “energia” que demonstrava somente agravava a situação.

A proliferação da jogatina na Zona Bragantina parecia ser um elemento conhecido das autoridades. Os jornais amontoavam relatos similares no decurso do ano de 1953.³³⁷ Combates aos focos espalhados no interior eram intensificados em campanhas organizadas a partir de Belém. Ocasão em que os Antonio(s) indicavam a existência de distúrbios encabeçados a partir da movimentação de jogos, associados a desrespeitos de diversas natureza em função da convivência de quem deveria reprimir os vícios ilegais. A narrativa periódica, na manhã de três de Agosto, estamparia na primeira página em letras garrafais.

JOGO DE AZAR NA ESTRADA DE FERRO

O chefe de Polícia e o delegado Diniz Ferreira apreenderam farto material de jogo – Em Ananindeua e em Nova Timboteua – Será intensificada a campanha policial contra o jogo de azar na zona da estrada.

Intensificando a campanha contra jogatina em nosso Estado, o chefe Polícia, em companhia do dr. Diniz Ferreira, titular da delegacia encarregada de jogos e diversões e do escrivão Adonias, visitou, diversos municípios da Estrada de Ferro de Bragança, conseguindo apreender farto material de jogo de azar.³³⁸

As atitudes dos agentes da lei eram exaltadas como enérgica na repreensão dos “contraventores”³³⁹. Cidades como Capanema e Castanhal eram descritas como “império do jôgo”,³⁴⁰ em outra reportagem. O denunciante identificado apenas como alto comerciante de Matapiquara acionou o Departamento Estadual de Segurança Pública, através de um telegrama semelhante ao que apresentamos acima. Afirmava “que ali se jogava “21”, “31” e outros jogos”, procedida a batida policial de Belém, nada encontraram além de “alguns rapazes jogando pif-paf”, apreendeu-se o baralho liberando em seguida os jogadores. Antes de deixarem Matapiquara, uma nova denúncia os conduziu ao estabelecimento comercial do sr. Manoel Luiz Santana Filho, onde o jogo corria solto, mas o inusitado neste flagrante era que tudo ocorria com a autorização do comissário Torquato Ferreira Coelho. Convocado a prestar esclarecimento “alegou ignorância da proibição do jogo no interior do Estado”.³⁴¹

³³⁷ As notícias presentes nos periódicos versavam sobre a existência de inúmeras ocorrências de jogatinas na Zona bragantina. Em geral as reportagens estavam agrupadas ou na primeira página dos jornais, ou na seção policia. FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na estrada de ferro*. Belém, 3 de agosto de 1953.p.1 e 4. / FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na zona da E.F.B.* Belém, 19 de agosto de 1953.p.1 e 4. / FOLHA VESPERTINA. *Impera o jogo na zona bragantina*. Belém, 19 de dezembro de 1953.p.4./ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Jogo em Bragança*. Belém, 23 de janeiro de 1954. p.2

³³⁸ FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na estrada de ferro*. Belém, 3 de agosto de 1953.p.1 e 4.

³³⁹ FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na zona da E.F.B.* Belém, 19 de agosto de 1953.p.1 e 4.

³⁴⁰ FOLHA VESPERTINA. *Impera o jogo na zona bragantina*. Belém, 19 de dezembro de 1953.p.4.

³⁴¹ FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na zona da E.F.B.* Belém, 19 de agosto de 1953.p.1 e 4

Os festejos possivelmente abriam espaço para que houvesse uma incidência maior das diversões proibidas, pois muitos dos donos de bancas de apostas aproveitavam o momento para transitar pela linha férrea, buscando locais de movimentação popular. A festa de São Jorge, no quilometro oitenta nos indica essa possibilidade, a mesma diligência que já havia efetuado as apreensões visitou a festividade ao santo.³⁴² Efetuando a apreensão de um farto material de jogos e a condução dos promotores da jogatina.

Luiz de Sousa, cearense, pardo, casado de 40 anos, residente nesta cidade no bairro do Telégrafo Sem Fio; Manoel Esteves paraense, pardo, casado de 25 anos, residente em Capanema; e Osvaldo Lobo, paraense, pardo, casado de 23 anos, residente a travessa dos Tamoios. Todos juntamente com seus apetrechos, foram transportados para esta capital, ficando os infratores presos no pátio da Central, onde aguardarão seu devido fichamento, a fim se serem encaminhados para o Presídio de São José, donde só por força de “habeas – corpus” poderão sair de vez que o crime é inafiançável.³⁴³

Os três cidadãos, fichados pela polícia Central em Belém, apresentam alguns aspectos comuns dignos de ponderação. Todos homens em idade produtiva, por serem casados podemos inferir que não tivessem apenas mulheres de baixo dos seus cuidados, mas filhos que devessem sustentar. Não sabemos se atividade da jogatina era o único meio de sobrevivência que manuseavam a fim de ganhar o pão, ou apenas um recuso esporádico para fazer frente as despesas do lar. A notícia saía numa segunda feira do dia 19 de Agosto de 1953, remetendo-se a batida policial na EFB durante o fim de semana.

Bruno de Menezes em um dos capítulos de Candunga abordou o assunto, demonstrando como o dinheiro auferido na agricultura era gasto.

Quando o trem chegava de Belém, o vendedor de bilhetes da loteria ganha uma bôa comissão, pois os “inteiros” voam rapidamente. Cada comprador procura, de preferência, o número que atribue a sonho. Alguns os encomendam e dão gorjeta antecipada ao vendedor. Há quem compre dúzias de tiras completas, para ficar rico de uma vez. Os cafés, as quitandas, as

³⁴² Essa ligação entre as comemorações aos santos padroeiros e a existência de atividades ilegais de jogos nesses momentos de festejos apareceu também em outro registro de batida policial. O periódico assim descreveu: “Várias denúncias, aliás havia recebido aquela autoridade, afirmando que o jogo imperava em toda Estrada. Em Bragança, porém, nada encontrou, por terem os donos de clubes recebido comunicações de sua viagem e terem assim se precavido. Em Tracuateua, todavia o terceiro delegado foi mais feliz. Ali existia um “arraial” de São Sebastião, e o jogo imperava! Grande material, constante de bancas apropriadas, dados, “sortes”, baralhos, tudo apreendido e conduzido a Bragança e de lá para Belém, encontrando-se em depósito na 3ª. Delegacia. Não houve prisões. Segundo a reportagem apurou a campanha contra o jogo na Estrada de Ferro vai continuar em vista das numerosas denúncias existentes.” In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Jogo em Bragança*. Belém, 23 de janeiro de 1954. p.2

³⁴³ FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na zona da E.F.B.* Belém, 19 de agosto de 1953.p.1 e 4.

vendas, vivem cheios de gente, procurando em que se distrair, em que gastar o “cobre”. O vispora, a sueca, o gamão, o trinta-e-um, o quino, o barcará-corrido, passam a ser jogados a dinheiro; e as mulheres da vida afluem de todas as localidades.

Jogadores profissionais, da capital do Estado, viajam para Estrada, a fim de montar bancas de roleta, de xispladim, de “jaburu”, para tomar as “notas” dos roceiros. As lojas esvaziam as prateleiras. As raparigas, suprindo-se enquanto é tempo, compram fazendas espalhafatosas, brincos de metal, pulseiras de chifre, argolas com rosetas, “rouges”, brilhantinas, toda a quinquilharia que existe (MENEZES, 1993, p. 200).

Luiz de Sousa, Manoel Esteves e Osvaldo Lobo estavam longe das cidades onde moravam, promovendo a diversão dos participantes do arraial de São Jorge, talvez por alguns dias, pois em geral o calendário dos festejos a santos tendiam a se estender. Com eles a polícia encontrou *um fato material de jogos*,³⁴⁴ indicando a variedade e a profissionalização do meio de vida que lidavam. Possivelmente já estavam acostumados em transitar pela estrada de ferro em ocasiões de maior ajuntamento popular. No caso do cearense e do paraense, que moravam em Belém, a saída mesmo em face dos custos envolvidos parecia cobrir os gastos, o que não seria tão diferente ao que residia em Capanema. A participação do trio em lugares onde existia a tradição de trabalhos de ligados a terra, ajuda-nos a pensar os diferentes recursos que podiam ser utilizados pelos sujeitos sociais para se sustentarem.³⁴⁵ Sem a necessidade de ocuparem atividades direcionadas pelo Estado paraense e pelo setor privado, nesse amplo espaço de Belém a Bragança.

O comissário de vila de Bonito não teve tempo de recorrer ao mesmo argumento do colega Matapiquara, ou seja, desconhecimento que a lei de proibição a jogos ilegais teria efeito somente na Capital. O telegrama dizia que a maneira como vinha se portando perante a sociedade acabava “desmoralizando assim nossa policia e prestigio politico em Bonito”³⁴⁶. A saudação final demonstrava o peso partidário que o pedido representava, uma vez que se despediam em nome do Partido Social Progressista, em Bonito. Por isso, a cobrança que os

³⁴⁴ FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na zona da E.F.B.* Belém, 19 de agosto de 1953.p.1 e 4.

³⁴⁵ Ponderando o dinamismo que a sobrevivência de trabalhadores consubstanciava na realidade histórico-social do Rio de Janeiro, Chalhoub observou que: “Seria importante, por exemplo, esclarecer que “mercado de trabalho” é este, pois neste momento seria ilusório pensar que toda a situação se resume ao velho esquema do trabalhador despossuído, dono apenas de sua capacidade de trabalho, que se encontra então no tal “mercado” com um capitalista ativo e carrancudo que, detentor dos meios de produção, acena-lhe com a possibilidade de emprego. Esse esquema não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal “mercado”, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc.”. (CHALHOUB, 2012, p.62)

³⁴⁶Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça Série: Ofícios Anos 1952,1953. Caixa 57

Antonio(s) articulavam era movida pela repercussão que o comportamento desmoralizante trazia ao Partido e por extensão ao governador Zacarias Assumpção.

Para resolver a questão e passar uma mensagem satisfatória aos eleitores, exigiam a imediata exoneração do policial ao mesmo tempo solicitavam “Joaquim Nunes de Melo cabo 49 segunda companhia BJ destacado em Guamá.”³⁴⁷. A correspondência permite-nos analisar como uma mudança de relativa importância poderia ser realizada através desse tipo de suporte, na qual sujeitos sociais sem grandes cabedais, usavam de uma fundamentação que não tinham respaldo somente no âmbito individual. No sentido de praticarem uma leitura superficial de como estavam sendo atingidos por aquela situação, mas dosavam significados que extrapolavam o incômodo particular, à medida que se apoiavam em um conjunto de fatores mais expressivos.

Não podemos deixar de considerar como uma reordenação promovida em Vila Bonito por estes Antonio(s) impactava nas relações cotidianas desse lugar as margens da E.F.B., pois talvez demonstrassem como a participação que exerceram foi fundamental as ações dinamizadas. No jogo que se estabelecia, por meio das palavras, dar a cartada final tinha sua relevância. Na tramitação burocrática sobre quais medidas tomar, o motivo que mais pesou foi o fato de viver *constantemente embriagado*³⁴⁸, segundo o delegado Cícero Pinheiro, o subordinado não lhe atendia as instruções de como se portar no exercício do cargo. Em menos de dez dias, o mesmo seria exonerado pelo governador indicando-se um novo substituto ao lugar.

Ressaltamos que as rivalidades não colocavam somente uma oposição entre nacionais e estrangeiros, pois a documentação coligida aprofundava os níveis de confrontos. Na questão dos Antonio(s) de Vila Bonito, a demanda não envolvia um estrangeiro, a medida que todos eram cidadão brasileiros. Porém, em comum revelavam as esferas de negociação que as disputas trilhavam na tentativa de arrancar um resultado favorável ao assunto remetido as vistas do governador. Na barganha vimos que apelava-se a inúmeros recursos que pudessem aprofundar o conteúdo expresso nas cartas e telegramas. Os estrangeiros acusados, embora diretamente não aparecessem na documentação, apelavam às instâncias legais para construir a defesa das acusações que estavam lhes pesando sobre os ombros. É possível notar que Evaristo Rodrigues teve sua inocência afirmada pelas autoridades do interior, que não só desacreditavam o alagoano como indicavam que o espanhol era cumpridor de acordos.

³⁴⁷ *Idem.*

³⁴⁸ *Idem.*

Ana e Josefa, filhas do casal de lavradores Gonzaga e Tereza, encarnaram no texto de Bruno de Menezes a tomada de posições, que circunscrevia no interior da narrativa um papel de extrema preponderância as mulheres. Até o presente momento, nossa discussão trouxe um vislumbre a participação desses personagens do universo masculino, agrupados em situação distintas no romance. No entanto, acreditamos ser de grande importância a prática de um exercício de leitura do romance *Candunga*, que considere as complexidades das escolhas que as irmãs deliberaram. Discutindo o protagonismo que ocuparam no decurso dos capítulos, a partir da sustentação de um caminho que indubitavelmente trouxe consequências à família.

Entendemos também que ao elencarmos a trajetória das personagens em uma obra que se propôs a vislumbrar cenas da Zona Bragantina, a partir da correspondência com o pequeno grupo, cuja maioria dos integrantes eram mulheres nos leva analisar que Bruno de Menezes estabeleceu na construção do testemunho literário, uma ênfase acerca da importância que a presença de mulheres exerceram nestes espaços. O trabalho de Franciane Lacerda (2010) estabeleceu a possibilidade de entender a migração no Pará não apenas pela ótica do homem que trilhou o caminho da Amazônia, pois ao demonstrar a ampla presença da família demonstrou maneira de se entender à participação de mulheres, jovens e crianças nesse processo significativo de mudanças. Portanto, rompeu com isolamento masculino consagrado por vezes na historiografia tradicional, vislumbrando a presença feminina na migração ao Pará, acrescentando a participação das mesmas na cidade de Belém e nos núcleos de colonização agrícola da Zona Bragantina.

As bases alicerçadas por essas e outras pesquisas permitem que elementos anteriormente apontados possam ser redimensionados a fim de ampliar a compreensão a períodos posteriores, que em comum mantiveram a presença dos descendentes que não fizeram o caminho de volta, como também os acréscimos de mais migrantes que continuaram a optar pela Amazônia no decurso do século XX, em que pese as décadas de 30, 40 e 50. Sobretudo, porque as políticas de atração regional para o Norte do Brasil, desdobradas em ações governamentais tiveram na migração um canal ativo de discursos que associavam como rota ao desenvolvimento e da valorização econômica da Amazônia.

Ana e Josefa na retratação narrativa formavam um par inseparável, em quase todos os comentários dirigidos as jovens foram descritas conjuntamente, até as palavras saídas da boca emendavam-se, como se viessem de uma expressão parecida de pensamento. Conforme podemos notar em diferentes passagens:

Vigaram somente aquelas, Ana e Josefa, que ali se acham, já manifestando faceirice nos gestos e nos olhares. Dois tipos característicos de nordestinas novas bonitas, apesar dos horrores da sêca.(...) Meio emplumadas nas formas emaciadas, agitadas e temerosas, Ana e Josefa agarram-se aos dois homens. (...) Ana e Josefa e Tereza resguardando a cabeça, por causa do sol queimante, com panos aos costumes bíblicos, ajudam os homens. As filhas, um tanto lerdas, por não estarem gostando daquela vida, auxiliam os trabalhos de campo, forçadas pelas circunstâncias. (...) Trabalham satisfeitos, menos Ana e Josefa, que, às vezes, não escondem o desgosto de estar metidas num serviço brabo, que as expõe ao sol e lhes tira a macieza das mãos. (...) repara Portuga. Olha que estás mais pálida e magra, pequena! – E jogando o laço para as duas irmãs: - Quando vocês moravam na “vila”, que saiam de casa e passeavam, que iam a feira, tinham outras cores e melhores carnes. - Aqui estamos no que é nosso, seu João, - destorcem elas.³⁴⁹

As irmãs nas reflexões do narrador e naquilo que expressavam demonstravam atitudes que rompiam com certas expectativas recaídas as mulheres no ambiente familiar, isto é, o auxílio franco nas tarefas domésticas e agrícolas. Em que pese uma realidade de controle, marcada por uma educação repassada ao longo das gerações, que colocava os valores sociais, desdobrados nas sugestões ao universo feminino e por extensão aos pais imbuídos da função de ensinar, comportamento corretos e necessários as meninas, que dentro de um futuro relativamente previsível lhes destinavam o papel de esposas e mães.

Nas páginas policiais dos periódicos da capital na década de 1950, encontramos tragédias que abalavam a vida desses indivíduos ligados por laços sanguíneos, de forma semelhante aos registros de Bruno de Menezes na obra *Candunga*. É o caso do jornal *A Província do Pará*, em sua edição de 17 de janeiro de 1955. A chamada da matéria “Suicidou-se o lavrador desgostoso com uma das filhas”, já no título, destacava o universo no qual os sujeitos estavam inseridos.³⁵⁰

Manuel Mendes de Fonseca, com 62 anos, agricultor da vila de Americano, tomando ciência dos relatos que pessoas próximas lhe faziam, a respeito de uma das filhas, que se portava com “atitudes pouco recomendáveis”³⁵¹ resolveu assim apurar o assunto. O velho lavrador ao se preocupar como a descendente vinha agindo longe da sua vista, além de temer as opiniões alheias da comunidade rural, entendia que existia uma atitude socialmente não aceita a uma jovem solteira, isto é, sair sem a autorização do chefe da família em horários inapropriados a uma moça de família. Um comportamento que podia lançar dúvidas, tanto a

³⁴⁹(MENEZES, 1993, p. 100-107-126).

³⁵⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Suicidou-se o lavrador desgostoso com uma das filhas*. Belém, 17 de janeiro de 1955, p.2.

³⁵¹*Idem*.

sua honra como ao controle que o chefe da casa exercia. Demanda que tinha um peso maior, em função dos horários que a jovem transitava à surdina fora de casa³⁵².

Partindo a apuração das denúncias que lhe chegava aos ouvidos, provavelmente passou a segui-la constantemente, uma vez que foi através desse expediente que pode constatar as ações da filha. A reportagem não informou a gravidade que “a pequena” havia praticado, mas ao que tudo indica, bastou para que o pai resoluto desfecha-se um tiro de “revólver no próprio ouvido”³⁵³. Outro detalhe digno de observação na ação de Manoel Fonseca foi a publicidade que deu ao dar cabo da própria vida, pois em face da confirmação dos boatos. Preferiu não o recôndito de um lugar que não houvesse interferência de terceiros, mas o local que a filha pega em flagrante estava. A premeditação fica evidente, pois ao enxergá-la retornou a casa, apanhando o revólver para em seguida voltar à festa onde a jovem se divertia.

Há algum tempo o sr. Manoel Mendes Fonseca foi informado por pessoas amigas de que uma de suas filhas não vinha tendo um procedimento correto. O pai procurou, então, certificar-se da verdade, passando a seguir os passos da filha. Na noite de sábado para domingo último, a pequena foi a uma festa e Manuel foi vigiá-la, constatando, pela madrugada, a realidade do que contavam.

Dirigindo-se a sua casa, apanhou o revólver e voltou para o local da festa, onde desfechou um tiro no ouvido. Agonizante, foi transportado imediatamente para Belém, sendo internado na Santa Casa, após os primeiros socorros no Pronto Socorro. À noite, não resistindo, veio a falecer, fato que foi comunicado à Polícia.³⁵⁴

A baixa de um filho ou mais que resolvia fazer sua história, rompendo com o esse frágil equilíbrio, além de afetar a sobrevivência pela perda de um braço útil a economia do lar, trazia dilemas aos indivíduos que os protagonizavam. Em virtude das variáveis que a resolução por mais simples que fosse não de abandono da morada familiar, mas de ir a festa

³⁵²Sueann Caulfield ao discutir a concepção de moralidade que as classes sociais apresentavam no Rio de Janeiro entre os anos de 1918-1940. Enfatizou que as mulheres pertencentes: “à classe baixa há muito ocupavam as ruas do Rio de Janeiro. Mulheres e moças pobres geralmente trabalhavam e pegavam o transporte desacompanhadas e muitas vezes se desviavam do caminho original empolgadas com um novo namorado ou com algum velho conhecido. As histórias dos encontros sexuais e sociais relatadas em processos crimes de defloramento sugerem que, embora os pais e os patrões geralmente não permitissem que as filhas virgens ou as empregadas moças saíssem com os rapazes, na maioria das vezes eles não eram capazes de evitar esses encontros principalmente nos casos das jovens que trabalhavam longe de casa.” (CAULFIELD, 2002, p. 143)

³⁵³A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Suicidou-se o lavrador desgostoso com uma das filhas*. Belém, 17 de janeiro de 1955, p. 2.

³⁵⁴A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Triste história de uma menor de 11 anos vinda de Nova Timboteua*. Belém, 03 de agosto de 1950, p. 3.

sem a autorização paterna poderia vir a desembocar, uma vez que um desfecho inusitado marcaria a vida dos agentes sociais envolvidos. Manoel Fonseca na qualidade de provedor de um lar, que tinha outras filhas a garantir proteção, ao dar cabo da vida afetava todas as dependentes. Em especial a que passaria a conviver com acusações frequentes dos que lhe eram próximos, de ter sido a causadora daquele desatino, cuja visibilidade ao núcleo doméstico extrapolava o olhar da vizinhança em Americano.

Casos havia que a quebra da união familiar não se dava pelas ações das descendentes, mas pelas resoluções dos que deveriam assegurar abrigo e segurança. Maria Reis, mãe de Dulcelina Francisca dos Reis de 11 anos, moradoras da cidade Bragança. A genitora, sentenciada como cega em relação a escolha amorosa: “nada viu em Raimundo que pudesse impedir uma forte amizade essa que terminou com uma vida em comum, indo Raimundo morar em companhia de Maria Reis.”³⁵⁵. A sobrevivência que já estava difícil com os “minguados tostões que lhe matavam a fome”³⁵⁶. Complicou-se ainda mais com o novo morador, que não satisfeito com a conquista do amor de Maria Reis, “seduziu a infeliz Dulcelina, abusando de sua inocência”³⁵⁷. A menor em companhia do irmão de 10 anos percorria os comércios, as portas das igrejas e dos trens que chegavam à cidade a fim de conseguir algum dinheiro para poderem se alimentar.

O delegado acolhendo a denúncia mandou procurarem “o tarado” para recolher a cadeia, antes que a polícia chegasse evadiu-se não sendo mais achado. A situação da menina complicou ainda mais, pois abandona pela mãe, de Bragança seguiu a Nova Timboteua. A narrativa periódica informava que: “Apesar de seu porte franzino e feições de inocente a infeliz garota vivia em promiscuidade com elementos da pior espécie, vagabundo e malandros.”³⁵⁸. Nota-se que além do descaso de Maria Reis, a população de ambos os lugares, talvez acostumada a presença de crianças mendigando e pessoas das mais variadas idades em situação parecida. Conviviam sem maiores embaraços com cenas aparentemente cotidianas nas áreas mais movimentadas da Zona Bragantina. Sendo possível observar que os transeuntes dispensassem além da caridade, “chacota e desprezo”³⁵⁹.

³⁵⁵ *Idem.*

³⁵⁶ *Idem.*

³⁵⁷ *Idem.*

³⁵⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Triste história de uma menor de 11 anos vinda de Nova Timboteua*. Belém, 03 de agosto de 1950, p. 3..

³⁵⁹ *Idem.*

Franciane Lacerda ao analisar a presença das mulheres vislumbrou um raio amplo de circulação, demonstrando que elas venciam grandes distâncias sem contarem com um adulto³⁶⁰. Ao contrário dentro de situações que colocavam em evidência o papel dos responsáveis legais, jovens meninas percorreram sem os pais, na virada do século XIX ao XX, o trecho marítimo do Ceará a Amazônia. O historiador Ipojucan Campos (2009) discutindo as relações familiares em Belém na primeira do século XX, nos casos desdobrados em defloramento faziam com que os pais procurassem a justiça, na tentativa de se reparar danos causados as filhas. Argumentando que a Igreja Católica advertia a necessidade de vigilância constante dos responsáveis, a fim de: evitarem práticas de sedução e posteriormente possíveis alianças urgentes na Chefatura de Polícia.”³⁶¹.

Inferimos também que sem maiores inconvenientes, meninas de idade próximas a menor sob consideração, circulassem livremente sem qualquer interferência dos agentes competentes, uma vez que um tempo significativo passou para que a *história da infeliz*³⁶² chamasse a atenção dos mesmos. Até que finalmente o delegado de Nova Timboteua a enviasse a Capital, para que se tomassem as devidas providências. Na central de polícia provavelmente servia em alguns serviços, pois se acrescentou que “empregaram as atividades”³⁶³. Na longa trajetória de Dulcelina de ser remetida para onde a conveniência dos agentes públicos achasse melhor. O trecho final que o repórter dedicava a menina, enfatizava aquilo que representava ao socorro público, uma lista gigantesca de omissões que a burocracia estadual constituía a fim de aparentar soluções aos problemas advindos do interior: “Provavelmente será apresentada ao Juiz de Menores que providenciará sobre seu destino.”³⁶⁴

A desobediência das filhas dispostas no Romance, ao relegarem aquilo que seria um padrão entendido como aceito não abriu um caminho fácil de levar a decisão que fizeram

³⁶⁰ Ao abordar a viagem em que meninas eram negociadas por João Caetano, no Ceará, com o intuito de serem vendidas no interior da Amazônia. A historiadora asseverou que: “A possível atitude da mãe da menina coloca em xeque o papel que se atribui ideologicamente às mães, que é o de dever de cuidar de e proteger os filhos. A vinda da menina, desacompanhada de familiares para uma região estranha e longe da terra natal, fere completamente esses argumentos. É possível que naquele contexto, a imagem da mãe que vende a própria filha tenha refletido na forma como muitos passaram a ver a figura das mulheres cearenses, que podem ter sido pensadas como desapegadas da família e, mais que isso, desprovidas de valor maternais.” (LACERDA, 2010, p. 273)

³⁶¹ Campos (2009, p. 173-174) O historiador demonstrou parágrafos a frente o entendimento que a justiça desempenhava em meio a essas tensões, enfatizando que: “a força moral que a virgindade mantinha nas leis republicanas, destarte chegava-se ao ponto de os juristas entenderem ser esse ato resolvido apenas por umas das duas formas matrimônio ou instaurar processo-crime.” (CAMPOS, 2009, p.175).

³⁶² A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Triste história de uma menor de 11 anos vinda de Nova Timboteua*. Belém, 03 de agosto de 1950, p. 3.

³⁶³ *Idem*.

³⁶⁴ *Idem*.

adiante. A primeira vista seria muito simples colocar a questão das jovens optando pela prostituição e pelos oferecimentos de João Portuga, como o meio de salvação e de fuga da lavoura. Principalmente porque se depararam com um universo diferente do que deveriam se acostumar, pelas mãos dos pais que antes de improvisarem uma habitação, próximo a terra onde iam trabalhar. Pouparam-nas das durezas iniciais, e depois que fizeram uma barraca melhorada. Cederiam mais uma vez ao convite do comerciante para levarem de novo a sua residência. De onde passaram a preferir qualquer rumo a volverem a casa dos pais. Nas palavras trocadas com Candunga, depois que acirraram as tensões entre o velho cearense e o português, pode-se claramente observar a firmezas das jovens mulheres:

Quando Ana e Josefa deparam com o rapaz, nos seus olhos ladinos, trêmula um espanto irreprimido. Tão desorientadas ficam, com aquela visita, que não encontram palavra para dizer. Candunga dá o recado de pé. E pior do que um esgarro na cara é a resposta recebida:

- Vamos não, Candunga. Diga para pai, mais mãe, que não vamos. Não queremos saber do mato. Aqui temos tudo. Ninguém pode obrigar nós a í...

Quem falara fôra Ana, com uma firmeza de resolução preconcebida.

Candunga sente a serenidade fugir-lhe. Teria ouvido bem? Não estaria enganado? Ainda assim, insiste no propósito que ali o levava. As duas não cedem:

-Vamos não! Se pai qué nega pra trabalhar, que alugue! Sêmo mais besta, não! Daqui só saímos morta!....(...)

A resposta vem desabrida com a outra:

- Pai pode nós môe de pau, que não vamos! Corremos para casa do Juiz se êle teimá nos levá! Fugimos daqui, que êle nunca mais bota a vista em nós! (MENEZES, 1993, p. 186-187).

A recusa à enxada por partes das personagens nos leva a pensar as consequências presentes na deliberação que tomaram, pois muito mais que um horizonte distante da lavoura estava em questão. Ficar na casa de João Portuga não representava naquela altura um assentimento paterno, dizia respeito a optar pelo desafeto que muitos prejuízos trouxeram ao grupo de cearenses. Ao transgredirem as ordens dos pais questionavam a participação que delas era esperada no seio familiar, na qualidade de ajudadoras dos afazeres mais diversos da vida no lar. Por extensão mexiam com o equilíbrio que o estado paraense destinava as levas de imigrantes que acolhia, uma vez que ao destinar terras as famílias concatenavam a participação de todos membros na produção de subsistência. No intuito de integrá-los como cidadãos úteis ao espaço da Zona Bragantina onde foram alocados.

Entretanto, o caminho que traçavam ia de encontro a um acatamento pacífico das ordenanças dos genitores, pois não mediam esforços para fazer valerem o acreditam ser o

melhor para as suas vidas. Vale considerar que as filhas de Gonzaga não fizeram ameaças que não puderam cumprir, nem mesmo a morte trágica da mãe foi capaz de demovê-las daquilo que afirmaram a Candunga de nem um passo darem em direção ao lote de onde saíram. A relação doméstica entrava assim em ruptura, em especial se levarmos em conta que dizia respeito a um núcleo familiar assentado em um lugar distante, que aparentemente deveriam enfrentar o cotidiano de lutas na nova terra juntos.

A atuação de Rosinha em termos das parcerias firmadas com João Portuga permite que vejamos mais exemplo, de uma personagem de características extremamente ativa no interior da obra. Responsável em arquitetar o plano, cheio de segundas intenções para tirar as irmãs da casa do cearense. As atividades comerciais ganharam maior dinamismo a partir de sua participação, por ser habilidosa em lidar com pessoas. Não demorou em controlar o estabelecimento de venda, dando-lhe um novo aspecto, estendendo os cuidados a casa contígua onde passou residir e a todo serviço que ali se efetuava de gêneros alimentícios, bebidas e ferramentas. Acenando as possibilidades de auferir vantagens com a atividade da prostituição, sobretudo, com meninas do interior. Sendo a própria a sugerir a sociedade:

Rosinha conta a João Portuga como é a “escrita” e quais as vantagens do negócio indo buscar as “meninas” no interior, na zona bragantina, por ser mais próxima. Ele acha muita habilidade e inteligência no trabalho. Ficam, pois, combinados, que quando Rosinha fosse à estrada de ferro, telegrafaria, que ele mandaria buscá-la na estação, para passar uns dias na “vila” e conhecer as moças do lugar.(...) Em poucos dias Rosinha dá as ordens caseiras . Melhora o aspecto do quarto de dormir. Manda vasculhar, lavar, queimar pelos cantos certas ervas aromáticas; dispõe convenientemente a cama e outros móveis.(...) até que por fim toma conta de tudo, - de João Portuga e dos seus negócios (MENEZES, 1993, p. 151-152).

Na carta remetida ao gabinete do governador, uma mulher aparecia lutando pela sobrevivência em situação distinta. Domingas d’Miranda Maia, moradora de Bragança fazia suas queixas a intendência estadual, pleiteando a garantia da herança que o pai havia deixado, após o falecimento. Uma casa na mesma cidade, que o enteado de seu pai, juntamente com o filho e a mulher, “sem autorização apossou-se da dita casa”. O estado civil de viúva, não tendo um filho maior ou outro homem que lhe valesse são elementos que tornam muita mais significativa a história narrada, pois indicam a adoção de estratégias de sobrevivência que iam de encontro a aceitação pacífica da situação que lhe afligia. Manifestando resoluções que a tornavam agentes da própria história ao optar por meios que quebravam certos paradigmas atribuídos as mulheres.

A questão vinha se arrastando por um tempo considerável, pois na esperança que as autoridades lhe fizessem justiça, percorria as instâncias públicas suplicando ajuda. Em vão dizia ter buscado socorro, uma vez que tudo concorria ao insucesso. Francisco Dias de Miranda enquanto vivo exercia a função de tabelião, “com cartório na mesma cidade”, gozando de favores políticos, principalmente porque “os juízes todos ainda mais o favorecia”³⁶⁵. Nenhum socorro diante da situação financeira que enfrentava lhe chegava às mãos. A questão se aprofundou em virtude do quase sobrinho tomar conta da casa e de acordo Domingas, sabedor do interesse que ela tinha na residência, afirmava que “não sabia da casa nem aos pedaços; se eu quisesse quinhentos mil reis pela casa que elle dava, se não quisesse ficava porisso e que eu fosse me queixar para quem eu quisesse.”. Sem mais a quem recorrer em Bragança além de escrever ao interventor Magalhães Barata, seguia a Belém para tentar uma audiência e lhe expor os percalços que enfrentava.

É possível notar que na tentativa de solucionar a causa, não somente recorria às palavras, mas a diligências que pudessem fazer frente a todos os recursos disponíveis a Antonio Dias de Miranda não perdendo a esperança de ser ouvida. Demonstrava que suas queixas não se tratavam de uma voz de uma mulher que não tinha razão, portava documentos que asseguram a posse sobre a casa. O que aprofundavam o rol de denúncias que a missiva sustentava, os magistrados em Bragança eram cegos para enxergar os papéis comprobatórios e os políticos pediam a quem acenava com maiores ofertas. Pedia uns minutos na agenda do interventor para demonstra-lhe “que a casa era dela”³⁶⁶.

Outro ponto fundamental na argumentação desta mulher, diferentemente das cartas assinadas pelos homens que punham ao olhar do governador garantias eleitorais, proteção em qualquer transe e elogios ao destemor do militar. O trunfo de Domingas Maia era o direito legal sobre o imóvel deixado pelo pai e o fato de ser uma “pobre viúva” que já estava cansada de bater nas portas do poder público. Ao final assinava de forma suplicante colocando na responsabilidade do governo estadual a solução definitiva. Não sabemos se a viúva conseguiu finalmente tomar posse da casa que tanto almejava. Porém, a resposta encaminhada pelo

³⁶⁵ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior Série: Cartas Anos: 1930 31,32 – Caixa 06.

³⁶⁶ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior Série: Cartas Anos: 1930 31,32 – Caixa 06.

Major a chefatura de Polícia mandava que fosse acionada a promotoria pública de Bragança para decidir a questão³⁶⁷.

A história de Ana, Josefa e Rosinha somada as de Tereza e Assunção nos permitiram considerar uma realidade de embates sociais em que mulheres de carne e osso participaram de forma significativa, marcadas por rivalidades de diversas naturezas. Bruno de Menezes na narrativa *Candunga* posicionou-as fazendo escolhas individuais de grande relevo, que influíam diretamente com a vida dos personagens que estavam próximas. Abridadas debaixo do mesmo sol que o personagem-título, trilharam os caminhos que achavam melhor. Com isso, nos deparamos com um texto literário, cuja trajetória familiar tentaria conectar dilemas perpassados no bojo do processo de colonização de Zona Bragantina, mostrando que os acontecimentos são construídos por ações que envolvem trajetórias individuais, não necessariamente pautadas por efeitos heroicos e sobrenaturais, mas por movimentos cotidianos, de pessoas comuns em um ambiente marcado pelas disputas e conflitos que envolvem as experiências da vida humana.

O destino de Ana e Josefa ficaria reticente depois do homicídio que Gonzaga lançou mão para acertar as contas pendentes com João Portuga. As irmãs ficariam um tempo na casa do juiz em Bragança, depois mandadas a Central de Polícia, de lá a ordem terceira de São Francisco. Rosinha encerraria os negócios do comerciante, retornando as antigas atividades em Belém. O abandono das filhas seria demais ao coração de Tereza, falecendo diante das negações das jovens de voltarem a viver com pais. Assunção seguiria depois das grandes insistências de Candunga em direção à vida a dois. No amontoado dessas vidas construídas no universo ficcional, juntamos mais algumas, representativas de uma Zona Bragantina tão diversa. As *Antônia (s)* e *Antônio (s)* postos a margem pelos silêncios da história os nossos respeitos, através dos vislumbres em singelos rastros deixados em suas trajetórias.

2.6 Colônia Novo Porvir

³⁶⁷ Na sequência de comunicações relacionada a carta, destacamos a resposta dada ao pedido: Exmo. Sr. Major Interventor Federal do Estado: Devolvo a essa interventoria, com o presente, a carta que V. Excia. endereçou D. DOMINGAS DE MIRANDA MAIA, residente em Bragança, solicitando providencias contra ANTONIO DIAS DE MIRANDA, a quem acusa de se ter apossado de uma casa que pertence a missivista, segundo esta alega. Cabe-me informar a V. Excia. que foi enviada copia da aludida carta ao Dr. Promotor Publico da Comarca de Bragança, pedindo a este que, na qualidade de Assistente Judiciário, tomasse as providencias que julgasse para a solução do caso.

Ao final da obra *Candunga*, novamente uma carta surgiria no enredo, desta vez Antonio Candunga ponderava a respeito de qual nome deveria ser atribuído ao núcleo de colonização agrícola, cuja história envolvia diversos lavradores em momentos carregados de lutas pela sobrevivência. A proposta enviada a Romário recusava-se a prestar qualquer homenagem a santos ou a políticos. As palavras dos agricultores sintetizadas nas exposições de Candunga tentavam uma correspondência, que pudesse dar conta ao mesmo tempo dos embates que haviam protagonizado, como das chamas de esperanças que lhes enchiam os olhos por algumas conquistas já vivenciadas. Assim avaliava a missiva:

Ao tomar de outra agenda, depara com uma carta do amigo, que reservava para responder depois. Assunção mandara intercalar algumas perguntas. “Se o doutor não sabia onde andava Ana e Josefa; se elas tinham embarcado o Ceará; que fim haviam levado.” Candunga conta um rol de novidades. O povo quer botar um nome na Colonia, mas não de político, nem de santo. Um nome assim com as palavras que o doutor dizia para êles. Candunga se diminui, se considerando rude, e por isso pergunta se Novo Porvir, fica bem. Porvir, para aquela gente, era uma coisa que sonhavam tornar realidade; sem saberem bem o que seria. Assim como se fosse outra vida diferente...sem muita miseria, todo mundo satisfeito, cuidando daquilo que é seu, sem sair dali mais. (...) Dirige-se a prancheta do desenhista. A planta está com o perfil em esboço. O colega quer saber se a Colonia não terá denominação. Romario fita-o atentamente, como se uma ronda de pensamentos difusos lhe passe na mente. A folha larga, ampla, solene, de papel pergaminho, parece agitar-se ante seus olhos, na imobilidade da prancheta. Acredita que ela se anima, que estremece, que tem vida e tem alma.

E num impulso incontido, toma dos instrumentos com que o colega está desenhando, e êle mesmo, transfigurado e sonhador, escreve no cabeçalho da planta – NOVO PORVIR. Feito isto, como sucede aos idealistas, recolhe-se a si mesmo, o cigarro abandonado, soltando a sua espiral de ilusões e de fumo, como se Romario vagasse em mundos maravilhosos de sonhos e quimeras (MENEZES, 1993, p. 238-239).

A esperança agrupada em *Novo Porvir*, claramente estava carregada de sentidos que apontavam uma espécie de recomeço, nesse horizonte até certo ponto simbólico de batizar com um nome que preenchesse as expectativas almeçadas ao lugar onde estavam assentados. Os agricultores assumiam a posição de sujeitos, em uma história que até então pouco, ou nada decidiam a respeito dos frutos de seu trabalho. Aprisionados ao comércio de Portugal e de outros mais, não conseguiam se livrar das amarras que lhes cerceavam, em função das dívidas sempre renovadas nas cadernetas dos comerciantes. Consignavam a colheita antes mesmo de qualquer fruto brotar, travando combates que não rompiam o isolamento de cada um perseguindo seu quinhão. A narrativa sustentou no decurso da maioria dos capítulos, um vislumbre as tensões que se agigantavam, quando as pelejas por mais parecidas que fossem

redundavam em enfrentamentos individuais. Propondo a percepção através da construção literária, a diferença que passavam a obter quando todos enfrentavam juntos os problemas.

O *cooperativismo*, da forma apresentada por Bruno de Menezes não se tratou de uma implantação conduzida nos moldes de um desenho oficial do governo. No sentido de sensibilizar lavradores aos benefícios do agrarismo de ajuda mútua, função que o chefe do Serviço de Assistência ao Cooperativismo abarcava dentro da agenda de trabalho, conforme analisamos no primeiro capítulo. Entretanto, a tarefa desempenhada principalmente por agrônomos dizia respeito a uma visita de natureza técnica. Desdobrada em geral através de uma vistoria as comunidades rurais, traçando entre outras coisas um perfil das propriedades agrícolas. A tarefa era mapear os setores ocupados, fornecendo a Secretaria de Agricultura parâmetros acerca do andamento das lavouras, sobretudo, por se tratar de terras fornecidas pela União, juntamente com outras benesses governamentais.³⁶⁸

Esta era a incumbência efetuada pelo personagem Sergio Romário nos núcleos agrícolas instalados pelo governo estadual. A portaria que levava as vistas do prefeito ratificava as tarefas deste personagem, no caso, “discriminar e reprovar as colônias do interior da Zona Bragantina e repartir definitivamente os lotes” (MENEZES, 1993, p. 166-167). Deveria contar com a colaboração do *prefeito local*, porém, garantir títulos definitivos aos lavradores. Como observamos nos itens anteriores, redundou em frequentes embates, pois as áreas a serem divididas legalmente estavam repartidas segundo o entendimento dos *donos* da região. Além disso, a colheita era desviada nesse esquema para o pagamento das dívidas, que os trabalhadores rurais contraíam durante as etapas de preparação do solo. Sementes, ferramentas e alimentos doados pelo governo para assistência inicial dos colonos eram negociados, aprisionando-os definitivamente.

Francivaldo Nunes (2008) observou no final do período imperial, a ocorrência de situações similares na colônia agrícola de Benevides, demonstrando que apesar do controle burocrático dos órgãos competentes, visando a economia dos gastos no que se referia a uma aplicação dos recursos ao fomento da agricultura, gêneros alimentícios subsidiados pela

³⁶⁸ Durante o levantamento das fontes no Arquivo da Prefeitura Municipal de Bragança nos deparamos com uma lista de fornecimento de sementes de Algodão, pelo Posto Fiscal de Santa Rosa, aos lavradores do Distrito de Piabas, Município de Bragança. Contendo 38 nomes, apresentando quantidades aproximadas de sementes recebidas. A lista chama atenção pela grafia dos nomes, pois duas formas de assinatura são idênticas em cada coluna, uma delas é bem similar a caligrafia constante na escrita do ofício. Sugerimos duas possibilidades pela recorrência das grafias encontradas, ou se trate de maquiagem do agente fiscal a fim de comprovar o serviço executado, ou devido ao analfabetismo presente entre moradores de Piabas. O ofício levado a ciência do Prefeito Municipal, era datado no dia 21 de março de 1951. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança - Livro Nº 026 -C- Ano 1950 -1951 - Assuntos: Diversos - Gestor: Oscar Acioli.

administração provincial eram desviados do armazém que deveria atender as necessidades dos colonos ao evitar que: “alguns comerciantes super valorizassem o preço dos produtos”.³⁶⁹ A narrativa de Bruno de Menezes relatava como uma prática comum na localidade onde foram assentados Candunga e a família de Gonzaga.

Os entraves que o agrônomo tomou conhecimento aumentaram sobre medida a execução do serviço, a negativa as propinas e a fechar os olhos a rotina existente nas colônias tornou-se o elemento diferenciado na atuação deste personagem, que creditava a união mútua de lavradores como aspecto que lhes removeriam a sujeição. No entanto, a responsabilidade de conduzir um trabalho de natureza pública, de certa medida o prendia aos ditames do serviço. Com isso, o *cooperativismo* que Bruno de Menezes construiu no texto literário dotou este personagem de um convencimento pessoal das vantagens que o *sistema* proporcionaria na vida dos colonos. As reflexões e conscientizações partiram não de uma ordenança da chefia imediata, mas de uma crença particular que surgia em meio às falas a comunidade rural.

Nesse primeiro momento, valemo-nos das pistas do narrador acerca do trabalho desempenhado por Romário, para analisarmos a partir da justaposição ao texto ficcional, como as fontes documentais sinalizavam os mecanismos de inspeção das colônias, a fim de direcionar de modo mais eficiente a cobrança de tributos. Para assim, entendermos o sentido que a criação da *Colônia Novo Porvir* lançava nesse cenário de incertezas. Nestas visitas aos lotes esclarecia quais procedimentos deveria conduzir naquelas áreas examinadas, informando-os assim:

O agrônomo comunica a todos que está alí como representante do govêrno, como autoridade, para resolver de uma vez a questão de terras e das vendas de safras. (...) Dito isto ensina a calcular a média da produção, pelas tarefas plantadas, a quantidade, em sacos, de cereais e de farinha com o provável resultado em dinheiro, aos preços mais razoáveis. Entrega, a seguir, a cada lavrador, uma caderneta nominal, onde se vê lançado o seu histórico e outros assentamentos sôbre as terras.(...) Destaca assistentes seus para a fiscalização das zonas dos roçados, onde centenas de terras precisam ser controlada a colheita, para não ser desviada.

Financiando o serviço das colônias os agricultores desabonados, êstes não terão necessidade de se empenhar aos zangões, e Romario trata com as usinas

³⁶⁹ O historiador Francivaldo Nunes demonstrou a relação no item: Entre acusações e defesas, enfatizando: “Os desvios de alimentos do armazém da diretoria era outra acusação que se fazia ao engenheiro Pinto Braga. Durante o período em que administrara a colônia, Pinto Braga havia sido encarregado pelo governo provincial de fundar um armazém para fornecer alimentos aos colonos. (...). De acordo com o relato de Jorge Sobrinho nenhuma escrituração sobre a quantidade de gêneros enviados para o armazém existia na colônia; o que se por um lado demonstraria a falta de responsabilidade dos antigos administradores com a coisa pública, por outro, ocultava o desvio de produtos do armazém; evitando qualquer possibilidade de prestação de conta” (NUNES, 2009, p. 164-165).

de beneficiamento dos cereais, enquanto o Estado não instala essa aparelhagem nos próprios centros agrícolas (MENEZES, 1993, p. 155-156).

Por sinal não era uma função apenas existente na ficção, à medida que em diferentes momentos o Estado destinou servidores com certo grau de conhecimento técnico, imbuídos de efetuarem atividades correlatas às listadas acima. Nas documentações oficiais trocadas entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Bragança, encontramos noções que corroboram o engendramento de parcerias. Nas correspondências evidenciava-se como o desempenho do serviço manifestava o interesse do Estado na Região Bragantina. Noção expressa na apresentação do ofício despachado pelo Departamento de Produção, solicitando o máximo de empenho do chefe do executivo como forma de auxiliar Claudomiro Belém de Nazaré. Para o sucesso da empreitada pedia-se:

Ilm^o. Snr. Prefeito Municipal de Bragança

Apresentando-lhe o Agrônomo, CLAUDOMIRO BELÉM DE NAZARÉ, lotado neste de Departamento, e designado pela portaria nº 22, de 21 do corrente, para executar o serviço de revisão na Colonia Agrícola Augusto Montenegro, nesse município, solicito a V. S. no sentido de ser facilitado ao referido funcionário, o que estiver ao alcance dessa Prefeitura, para melhor desempenho de sua missão.

Antecipadamente, agradecendo, aproveito o ensejo para apresentar a V. S. minhas cordiais saudações.

BENEDITO CAETÉ FERREIRA / DIRETOR GERAL³⁷⁰

Do ponto de vista como eram tecidas as tramitações burocráticas, muito mais que uma simples conferência das plantações espalhadas nos núcleos coloniais estava na agenda de serviço destes agentes agrícolas. A ordem que tinham que cumprir os “inspetores agrícolas”, era encarada pela designação oficial de “missão”, expresso pontualmente no mesmo, como em outras correspondências produzidas anteriores a década de 1950. A ideia de *missão* criava um pacote de ações a serem conduzidas, que certamente não era bem vista pelos colonos, pois a presença destes representantes do governo demarcava o controle fiscalizatório sobre o potencial produtivo de cada lote. Por outro lado, a comprovação dos inspetores de terras, que os colonos conseguiam caminhar com as próprias pernas sem depender da distribuição das rações, redundava na imediata suspensão dos auxílios.

Prática corriqueira na gestão dos lotes, principalmente porque o entendimento das ações de subsídios pelo Estado, conforme nos esclarece a pesquisa de Franciane Lacerda

³⁷⁰ Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 73- C – Ano 1953 – Assuntos: Ofícios – Gestor: Simpliciano Medeiros Junior. Ofício enviado foi datado em 30 de setembro de 1953.

adentrava a ótica de “favor que prestavam ao migrante e como um peso do qual deveriam se livrar o mais rápido possível”.³⁷¹ Isto nos permite sugerir que do ponto de vista da arrecadação e diminuição dos gastos do erário estadual, a maneira de agir mantivesse parâmetros similares, no sentido de administrar as colônias com a eficiência que governo achava conveniente. A saber, menos fomentos aos lavradores e competência na geração de impostos nas terras fornecidas pela União. A comunicação da interventoria, claramente entendia a vitalidade que o exercício desse trabalho ocupava, pontuava na comunicação as prefeituras da Zona Bragantina, que qualquer embaraço dos entes municipais não viesse a atrapalhar a proposição normativa, nas áreas sobre inspeção, conforme podemos notar no ofício abaixo:

Secretaria do Interior e Justiça

Snr. Prefeito Municipal de Bragança.

De ordem do Exmo. Snr. Capitão Interventor Federal, rogo-vos forneças todos os elementos indispensáveis ao bom desempenho da missão dos inspectores agrícolas, quando em nesse Município bem como deveis atender quaesquer providencias que visem acautelar os interesses da agricultura, quando solicitadas por quem de direito, isto é, pela Secretaria respectiva.

Saudações

*Identico a todos os Prefeitos Municipais e Delegados*³⁷²

Nos auspícios da SPVEA os trabalhos direcionados aos agricultores em 1955 ganhavam pelo menos no papel, mais mecanismos do que a simples conferência da produtividade e auxílios técnicos. Era o que prometia a chamada “Missão Cultural Rural da S.P.V.E.A”,³⁷³ afiançando mudanças significativas no cotidiano do “homem do nosso hirtlerland”, ao compor um conjunto de medidas abrigadas de baixo desse rótulo. Propagandeavam transformações de impacto, isto é, “ensinando-lhe maneira mais prática e eficiente, na lida cotidiana pouco a pouco lhe irá incutindo uma nova e progressista

³⁷¹ Dentro dessa questão a historiadora avaliou que: “Em 1900, a Folha do Norte divulgava uma pequena nota sobre os gastos com as “rações das colônias do Estado”, elogiando a atuação da Inspetoria de Terras na medida em que havia diminuído essas cifras. Contudo, essa informação por si só não dá conta de explicar os sucessos da produção dos núcleos e nem tão pouco revela eficiência na chegada desses fornecimentos aos núcleos coloniais.” (LACERDA, 2010, p.333).

³⁷² Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Documentação Avulsa. Ofício encaminhado no dia 10 de julho de 1931.

³⁷³ Encontramos menção ao termo em A Província do Pará, através da notícia: *Missão Cultural Rural da SPVEA. Belém*, 12 de janeiro de 1955. p.8.; e em dois documentos presentes no Arquivo da Prefeitura Municipal de Bragança, assinados pelo médico Augusto Benedito de Leão Guilhon, cujo cargo abaixo da assinatura era Médico Chefe da Missão Cultural Rural da S.P.V.E.A, remetendo ambos os ofícios da cidade de Capanema, um seria datado em 20 de setembro de 1955 e o outro em 13 de outubro de 1955. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira.

mentalidade”.³⁷⁴ O grupo salvador, encarregado desse feito era composto por duas mulheres e dois homens, primeiro passariam um tempo em formação em Pirassununga, São Paulo,³⁷⁵ absorvendo ensinamentos do curso de Educadores de Base, depois da preparação desenvolveriam ações que redundariam nas medidas indicadas no periódico.

De concreto daquilo que era divulgado pela SPVEA, após o investimento no grupo, uma vez que no termo de compromisso assinado³⁷⁶ pelos profissionais previa-se seis meses de empenho na Zona da Estrada de Ferro de Bragança, utilizando os conhecimentos adquiridos no curso. Encontramos na documentação coligida dois encaminhamentos de um dos integrantes da equipe enviada a São Paulo. Nelas Augusto Benedito Guilhon, assinando como “Médico Chefe da Missão Cultural Rural da SPVEA” – Capanema, burocraticamente falava do cuidado para abrir “6 tambores de leite em pó” voltados a merenda das crianças do Grupo Escolar Monsenhor Mancio Ribeiro, em Bragança. Esclarecendo que a “diretoria da referida escola, somente prescinde da devida autorização para abertura dos citados tambores, o que aliás estamos providenciando diretamente ao Snr. Delegado da CNA em Belém”.³⁷⁷ Embora, de fundamental importância a alimentação das crianças, nem uma palavra a mais nas fontes pesquisadas sobre o que de fato fora realizado para incutir “nova e progressista mentalidade” nos lavradores espalhados pela EFB.

Morosidade que não existiu no pedido encaminhado pelo superintendente Arthur Cesar Ferreira Reis, acerca da destinação de “3% da renda tributária dêsse município para o “Fundo de Valorização Econômica da Amazônia” fixada pela Constituição Federal e pela Lei n.º 1.806 de 6 de janeiro de 1953”.³⁷⁸ Vale destacar que mesmo tratando-se de um dispositivo

³⁷⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Missão Cultural Rural da SPVEA*. Belém, 12 de janeiro de 1955. p.8.

³⁷⁵ A turma enviada a São Paulo era formada por: Silvio Fagundes, engenheiro agrônomo; Augusto Benedito Guilhon, médico; Maria Virgínia Guedes da Silva, formada em serviços sociais e Adonilja Ferreira Matos, enfermeira, (...) In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Missão Cultural Rural da SPVEA*. Belém, 12 de janeiro de 1955. p.8.

³⁷⁶ A notícia tratava assim do assunto: “Os integrantes da Missão Cultural da SPVEA, que frequentarem o curso de Pirassununga, receberão a ajuda de CR\$ 4.500,00 e assinaram um Termo de Compromisso pelo qual se obrigam a trabalhar no regresso e pelo prazo de seis meses, para a Superintendência, na Zona da Estrada de Ferro de Bragança, utilizando os conhecimentos adquiridos no curso e receberão como é justo, salário compensador à especialidade que possuírem.”. In: A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Missão Cultural Rural da SPVEA*. Belém, 12 de janeiro de 1955. p.8.

³⁷⁷ Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro N° 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira. cidade de Capanema, um seria datado em 20 de setembro de 1955. Ofício encaminhado em 20 de setembro de 1955.

³⁷⁸ Ofício assinado pelo superintendente Artur Cesar Ferreira Reis em 2 de outubro de 1955, solicitando cumprimento as disposições legais. Informava que o parágrafo único da Constituição Federal, no artigo 199, estabelecia: “Os estados e os Territórios daquela região bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata êste paragrafo

legal que atingiria as finanças de Bragança, dentro de um período expressivo “de janeiro de 1954 até dezembro de 1973”.³⁷⁹ Nenhuma movimentação contrária a medida seria encabeçada pela Câmara dos Vereadores encarregada de votar a inclusão no orçamento. Demonstrava-se assim, até mesmo celeridade em atender o que o “cidadão bragantino” Artur Cesar Ferreira Reis pleiteava em 2 de outubro de 1953. Já no dia 21 do mesmo mês, Simpliciano Medeiros Junior informava aprovação do pedido federal, pela Câmara dos Vereadores ao Superintendente da SPVEA.³⁸⁰ Acerca dos benefícios destinados aos munícipes de Bragança, dentro do recorte que a presente pesquisa abarcou encontramos alguns recibos de pagamentos de mão de obra e matérias de construção, direcionados ao Cais do porto da Cidade.³⁸¹ Esse assunto, que sem dúvida merece ser melhor analisado a fim de verificar os rumos que o dinheiro público, destinado durante um período considerável de tempo revestiu em prol do Município.

As palavras carregadas de questionamento de um dos lavradores, a quem Romário assegurava auxílios e mudanças revelam as desconfianças de quem já estava acostumado a um cotidiano de promessas oficiais, que só redundavam em “ganhos de fome”. Em decorrência da carga de impostos que lhes tiravam tudo e nada deixavam se não as tentativas desviar o cerco de controle que o Estado criava em derredor dos núcleos agrícolas. O desabafo fazia jus aos enfrentamentos de quem tinha tão pouco para sobreviver e constantemente era mais sufocado:

Romario garante, inspirando-lhes confiança:

- Quem é que tira?! Ah, isso é que não! Estando cada qual no que é seu, plantando como se ensinar, obedecendo ao que recomendam os que conhecem o serviço, nunca mais treparão nas costas de vocês!

Um deles duvida, dizendo por todos:

- Ah, seu doutô, o que também mata a gente é um cristão não podê bolí um dedo, que não esteja logo pagando imposto. É para isso, é para aquilo ôtro. Até pra entrá montado a cavalo na “vila”. É pra vende uns ligumezinho nos bancos do mercado; é prá retalha um saco de farinha no chão da fêra. Se paga nos trem, nos caminhões, até armazenagem na estação. O comércio também tira imposto do couro. Pro modi isso, uma carga de milho, ou de

serão aplicados por intermédio do Governo Federal.” In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 73- C – Ano 1953 – Assuntos: Ofícios – Gestor: Simpliciano Medeiros Junior.

³⁷⁹ *Idem.*

³⁸⁰ No ofício n.º 72, datado em 21 de outubro de 1953, Simpliciano Medeiros Junior ratificava que a emenda orçamentária entrava em exercício em 1954, sendo a contribuição mensalmente depositada na Agência do Banco do Brasil. No dia 27 de outubro, Artur Cesar Ferreira Reis acusava o recebimento agradecendo a elevada estima e consideração. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 73- C – Ano 1953 – Assuntos: Ofícios – Gestor: Simpliciano Medeiros Junior.

³⁸¹ Encontramos 17 recibos de requisições de materiais variados voltado a construção do cais. O bloco de pedidos específico aquele trabalho, contendo o timbre da Prefeitura e da S.P.V.E.A., embora bastante volumoso, apenas foi preenchido entre 27 de julho de 1958 a 22 de agosto de 1958. Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 160 – Ano 1958 – Assuntos: Construção do Cais do Porto - Gestor: Benedito César Pereira

farinha, antes dá pros bicho comê, do que negociá aqui. Nosso ganho é de fome e traiaio... (MENEZES, 1993, p. 158)

Duas questões devem ser consideradas no tratamento dispensado aos lavradores espalhados pelos núcleos coloniais da Zona Bragantina, em termos do testemunho literário e das fontes em apreço. As fiscalizações aos empreendimentos de menor vulto se fizeram presente nos governos que se sucediam. Conforme pudemos analisar nas documentações produzidas no espaço das décadas 30 a 50³⁸². Além disso, a preocupação com o descaminho daquilo que era produzido, sem a devida cobrança adentrava as falas das autoridades vizinhas. É possível perceber a ênfase sobre assunto, na solicitação do prefeito de Capanema ao de Bragança, primeiramente denunciava o trânsito de farinha na ausência de inspeção, que muitos lavradores vinham efetuando no espaço fronteiroço, causando prejuízos ao tesouro municipal.

Joaquim da Silva, gestor de Capanema, relatava que diversas pessoas informavam-lhe que “as proximidades do quilometro “20”, do lado deste município, vem saindo, ultimamente, grande quantidade de farinha que é levada para o seu município com manifesta burla da nossa fiscalização”³⁸³. Pedia ao colega ajuda a fim de coibir as práticas que “só prejuízos nos causa e nenhum lucro atribui a Bragança,”. Naquele momento dizia estar impossibilitado de dar uma resposta eficaz, por isso, indicava a necessidade de reforçar a vigilância entre as duas praças, com o propósito de punir os infratores.

O sentido contraditório e o peso diferente exercido na fiscalização dos que comercializavam pequenas produções, circulando naquela área fugindo do cerco tributário, claramente aparecia na colaboração do prefeito de Bragança, ao enviar um agente de tributos para realizar um trabalho do controle fiscal na zona de competência do poder público vizinho. Por outro lado, não existia o mesmo empenho na cobrança de um grande exportador de farinha de Bragança, pois abrigado na proteção de um funcionário público solicitava a isenção do fisco municipal sobre a venda de farinha ao governo estadual. O ofício pleiteava assim:

³⁸² Dentro dessa periodização diversas correspondências, ou entre Prefeituras, ou Prefeituras e Governo Estado foram produzidas. Abordavam desde as questões particulares de fiscalização de um núcleo específico, a exemplo de Augusto Montenegro, tratando de pagamentos dos serviços de divisão de lotes, verbas destinadas a correspondências fiscais e envio de inspetores. Em outros se apontava o potencial das terras de Ourém para a atividade agrícola. De igual modo distribuição de sementes, assim como envio de inspetores ou pedidos de reforço no combate a desvios de produtos agrícolas feitos a prefeitura de Bragança ao Interventor Federal.

³⁸³ Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro N° 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira. No documento consta apenas a data com a assinatura do prefeito de Bragança, deferindo o pedido do colega, em 31 de março de 1955.

Do: Diretor do Instituto Agronômico do Norte
 Ao: Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Bragança.
 Assunto: Solicita autorização para o desembaraço de 600 sacas de farinha.

Senhor Prefeito:

Venho solicitar a autorização de V. S. no sentido de ser desembaraçado, SEM ONUS PARA O GOVERNO DA UNIÃO, um lote de 600 (seiscentas) sacas de farinha, adquiridas por este Instituto, à firma M. DIAS & CIA, dessa praça e destinada à alimentação do nosso pessoal das Plantações Ford de Belterra, no Município de Santarém.³⁸⁴

A prefeitura de Bragança não só agia de forma enérgica ao enviar um funcionário, munido com um “talão” da prefeitura de Capanema, ao setor descoberto pela vigilância municipal, com a função de taxar os que passavam com poucas sacas de farinha sem pagar o imposto na cidade vizinha. Como também abria as porteiças para 600 sacas embarcarem livremente. Demonstrando nas duas medidas tomadas como havia critérios diferentes em lidar com grandes e pequenos produtores dentro do município. A resolução conectada a outra de vinte anos antes, encaminhada ao interventor estadual, indicava como o fortalecimento das medidas de controle se faziam presente nas parcerias entre as esferas públicas.

Raimundo Ferreira, prefeito de Bragança afirmava ter *ordenado enérgicas providencias*, como também solicitava ao executivo estadual um raio maior da fiscalização das exportações, pois na batalha contra a sonegação os meios adotados para furar o cerco alfandegário não só se mostravam diversificado, como difícil de ser vencido diante das inovações utilizadas. Levando-nos a analisar que por mais que o lavrador sentisse as pressões dos impostos, conforme desabafava a Romário, não poucos resistiam as medidas restritivas, segundo podemos constatar na correspondência oficial:

verifica-se que este município vem sendo lesado na cobrança dos impostos de exportação, sucedendo que os exportadores apenas requisitam as respectivas guias para saírem do Município livremente, não as entregando na Recebedoria para o pagamento de devido imposto, vendendo os generos nos portos intermediários.

Não é de um modo geral que assim sucede, porem, estou certo que não são poucos os exportadores que assim fazem, não só por via marítima como por via férrea.³⁸⁵

³⁸⁴ Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 73- C – Ano 1953 – Assuntos: Ofícios – Gestor: Simpliciano Medeiros Junior. Ofício enviado foi datado em 30 de setembro de 1953. O ofício era assinado por Rubens Rodrigues Lima, Diretor do Instituto Agronômico do Norte em 12 de fevereiro de 1953.

³⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931- Caixa n.º 51. No ofício encaminhado no dia 10 de julho de 1931, pelo Prefeito Raimundo Nazareno Ferreira a solicitação pleiteava também, junto ao interventor um maior empenho da Recebedoria de Rendas do Estado, já que muitos pegavam as guias sem devolverem com a taxa paga ao órgão competente.

A pesquisa de Francivaldo Nunes (2008) nos permite compreender o alcance do fortalecimento das ações de vigilância, na colônia de Benevides já no século XIX através das disposições adotadas pelo governo provincial, no sentido de constituir um conjunto de medidas administrativas. Avaliando assim:

Nesse aspecto, estas novas medidas, segundo o governo, deveriam não apenas garantir maior organização na colônia, como também exercer maior vigilância sobre os colonos; situação que permite entender que os acontecimentos no interior dos núcleos coloniais aconteciam a revelia dos interesses do governo. (...). Além disso, o documento com assinatura do colono atestando o recebimento da quantia era também indispensável. No caso do recebimento de ferramentas e utensílios, a administração provincial havia criado modelos de recibo de materiais, que posteriormente seriam utilizados na prestação de conta. A utilização dos diversos modelos de escrituração dos lotes e do pagamento de salários aos operários, até mesmo dos recibos de fornecimento de ferramentas e utensílios tinha um propósito principal de demonstrar a seriedade na prestação de conta, além de evitar os constantes desvios das finanças públicas (NUNES, 2009, p. 140-141).

Em um relatório direcionado ao Secretário do Interior e Justiça, Arthur Cláudio Melo, contendo vinte e três municípios já desmembrados, notamos como a questão econômica relacionada à arrecadação de impostos, adentrava como o aspecto norteador das quatro páginas de estudo elaboradas. Por essa razão, deve-se entender que o poder público enxergava no desenvolvimento desta atribuição, algo de extrema importância pela geração de futuros impostos que estavam em jogo, pois a produção dos agricultores ao serem exportadas a Belém e a outras regiões passariam pelo posto fiscais redundando em divisas aos cofres do Estado. É possível observar as medidas de arrecadação, através do balancete das: “possibilidades financeiras dos novos municípios criados pela Lei n. 1127, de 11 de março de 1955 e instalados, na quase totalidade a 28 de abril passado.”³⁸⁶.

O estudo apontava três itens “a renda provável, a arrecadação por ano e a atividade principal” gestados no território enquanto distrito, ou vila. Omitia-se qualquer noção social relacionada à população, desdobradas onde os munícipes seriam atendidos em termos de escolas, hospitais e a própria sede administrativa; até mesmo a demografia voltada à

³⁸⁶ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1955,1957,1959. Documentação Avulsa. Relação demonstrativa das possibilidades financeiras dos novos municípios. Belém, 06 de maio de 1955.

quantidade de eleitores que os lugares emancipados teriam, em geral uma preocupação das autoridades diante das eleições seria silenciada pela noção financeira.

Por isso, a constituição de expedientes administrativos que estamos a tratar, presente no envio sistemático de “inspectores agrícolas”, como nos postos fiscais e nas movimentações financeiras dos municípios, que anteriormente administravam essas áreas. De posse dos órgãos competentes se revertia na elaboração do que era avaliado como principal interesse do Estado, isto é, a geração de divisas. Nos cinco municípios dentro do território do Nordeste do Pará: Bonito, Peixe-Boi, Quatipurú, Santa Maria do Pará e Urumajó (Augusto Corrêa), em todos a atividade da lavoura seria evidenciada como desenvolvida dentro destas regiões, o que nos leva a considerar a força que o setor desempenhava nas receitas do Pará ao ponto de ser um aspecto que possibilitaria emancipação destes distritos. A exceção devido ao acréscimo de outra produção aprecia em Quatipurú, pela produção pecuária e pesqueira, tendo a terceira posição geral e Urumajó com setor da pesca alcançaria o segundo lugar entre os vinte e três, empatando com outro município. Notemos as informações dispostas na mesma:

TABELA 1: Relação das rendas dos novos Municípios, criados pela Lei nº 1127.

MUNICIPIOS	RENDA PROVAVEL CR\$	ARRECADAÇÃO N/ANO	PRINCIPAL PRODUÇÃO
Aveiro	450.000,00	40%	Borracha, Madeiras
Bagre	500.000,00	40%	Borracha, Arroz, Madeiras
Bôa Vista Iriteua*	120.000,00		Lavoura, Peixes
Bonito	400.000,00	65%	Lavoura
Jacundá**	600.000,00	20%	Castanha, Madeiras, Garimpo
Jacaré- Acanga***	450.000,00	50%	Castanha, Borracha, caucho
Limoeiro do Ajurú***	550.000,00	40%	Borracha, Peixe (Mapará)
Melgaço***	500.000,00	40%	Lavoura, Borracha, Arroz
Peixe-Boi	900.000,00	60%	Lavoura
Quatipurú	1.250.000,00	60%	Lavoura, Peixe, Pecuária
Santarém-Novo	500.000,00	60%	Lavoura, Fibras, Pecuária

Santana do Araguaia	400.000,00	50%	Pecuária, caucho
Santana do Capim	450.000,00	50%	Lavoura, Madeiras, Borracha
Santa Cruz do Arari	500.000,00	60%	Pecuária, Peixe
Santa Maria do Pará	650.000,00	60%	Lavoura
S. João do Acangatá***	500.000,00	40%	Madeiras, borracha, Arroz
S. João do Araguaia**	1.600.000,00	20%	Castanha, garimpo
S. Manoel do Jambuaçu	450.000,00	40%	Borracha, Lavoura, Madeiras
S. Felix do Xingú**	600.000,00	20%	Castanha, Borracha
S. Antonio do Tauá	650.000,00	60%	Lavoura, Madeiras ind.
Souzel***	550.000,00	30%	Lavoura, Madeiras, Caucho
Tomé-Açu	5.000.000,00	60%	Lavoura, Madeiras, Pimenta
Urumajó	1.600.000,00	60%	Peixe, Lavoura

(*) Boa Vista do Iririteua – Não só é de renda escassa, por ser tudo o que se produz despachado por Curuçá, em razão da proximidade das estradas que vão para ali, como a sede do distrito principal Ponta de Ramos estar localizada em frente a Curuçá por onde toda produção é despachada. Precisaria de um prefeito capaz de enfrentar a situação e a manobra projetada por Curuçá, que é de eleger maioria da Câmara e pedir na 1ª reunião a volta do Município para a soberania de Curuçá.

(**) Municípios cuja produção principal é a castanha, cuja safra já terminou. Só arrecadarão este ano restinhos da safra ainda por embarcar.

(***) Municípios cuja produção principal é a Borracha, cuja safra termina em março e só reiniciara em Agosto.³⁸⁷

Outro fator importante ao ponderamos essas relações em termos dos impostos cobrados pelo governo, sobretudo, nos negócios movimentados pelos agricultores em distritos que passavam por esse processo de emancipação. Diz respeito a presença desempenhada pelo Estado em termos de controle que visava sobretudo o aumento da arrecadação para os cofres públicos. Notemos que Bruno de Menezes, conforme observamos no último item do capítulo anterior, veementemente advertia acerca da necessidade de criar mecanismos legais, que

³⁸⁷ Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1955, 1957, 1959. Documentação Avulsa. Relação demonstrativa das possibilidades financeiras dos novos municípios. Belém, 06 de maio de 1955.

garantissem através da devolução das receitas da União aos entes municipais a fim de investirem em negócios de natureza associativista. Na disposição desse fator via de fato a possibilidade dos municípios conseguirem se reerguer e tornarem-se dinâmicos.

Contudo, a tabela organizada pelos agentes públicos, claramente voltava-se apenas as possibilidades financeiras que os mesmos desempenhariam ao Estado do Pará. Vale destacar ainda dos dados apontados pela mesma, que o novo município, de maior renda, justamente apresentava uma entidade associativista a CAMTA - Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. Por seu turno, além do balancete governamental omitir a questão, não enfatizava que a movimentação da entidade em grande medida contribuía ao sucesso do qual muitos a semelhança de Bruno de Menezes concordavam como aquilo de mais dinâmico que existia na Região Norte, em termos de negócio gerido por membros ligados a uma cooperativa. É necessário considerar como a preocupação de Bruno de Menezes com as tributações estaduais que não incidiam em benefícios aos agricultores tornavam-se objeto de ponderação e no caso da obra *Candunga*, razões de grandes críticas da situação que acometia os lavradores da Zona Bragantina.

Na narrativa essa preocupação era estendida durante o momento que os frutos estavam ainda nos pés, conforme as visitas de Romário atestavam ao fornecer mecanismos de contabilidade a colheita. As cadernetas entregues aos colonos muito mais que ensiná-los a registrar a produtividade da terra revestia-se de aspectos tributários, “onde centenas de terras precisam ser controlada a colheita, para não ser desviada”.³⁸⁸ As fichas de contabilidade do estado ficariam sem anotações, não tanto pela recusa dos lavradores em preenchê-la temendo os impostos, mas sim por não saberem ler. No caso expressava “eu não sei lê pra modienchê uma caderneta com tantas fôia, seu doutô. (...). Nunca vimo professô aqui! – é a resposta da maioria.”³⁸⁹ Se por um lado pender aos comerciantes colocavam algemas de difícil remoção, não se pode deixar de notar que os colonos assistidos por Romário se sentissem menos presos diante dos novos acenos, pois a rotina a que estavam acostumados pela própria reflexão do agrônomo era com “coletores e fiscais” que se diziam “donos da terra”, ao desempenharem essa função de alto relevo ao Estado, não somente combatiam os sonegadores, como faziam das “possibilidades financeiras” através do cerco aos lavradores arrecadações concretas. A esse grupo de especialistas o seu idealismo dirigia-lhes diversas críticas

³⁸⁸ (MENEZES, 1993, p. 155-156).

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 156.

E os técnicos? Os famosos especializados neste ou naquele ramo, que orçam centenas, de cruzeiros para os seus “feitos de engenharia?” E os “conhecedores da terra pelo cheiro”, que asseguram exatas porcentagens germinativas com a mesma facilidade com que os faquires fazem brotar o fruto a um leve aceno fluídico?...

Êstes, para Romario, não passam de simples teóricos. Por interesses particulares, titulam meros capatazes de campo, portadores de certificados duvidosos, entregando-lhes chefias de serviços que reclamam capacidade para realizá-los (MENEZES, 1993, p. 132).

O agrônomo não daria respostas aos reclames do agricultor que se via sufocado pelas amarras das taxas. Entretanto, o narrador revelaria aquilo que Romário pensava sobre o assunto.

Romario não responde ao matuto. Reconhece serem estes os efeitos da compreensão dos tributos estaduais, municipais e federais. É este o resultado dos pesados fretes ferroviários e marítimos, dos impostos de saída e de entrada nos Municípios, - tudo incidindo, esmagadoramente, sobre a incipiente produção agrícola, atrofiando a exploração, exaurindo qualquer indústria nascente (MENEZES, 1993, p. 158).

A criação da Colônia Novo Porvir tratou-se de uma solução que passamos a entendê-la não somente como proposta aos personagens, em especial ao que restou da família de Francisco Gonzaga e aos demais agricultores retratados no romance. No sentido, de agregar meios aos enfiamentos dos dilemas do campo. O ensejo adotado pelo escritor teve na opção do texto literário, o ponto culminante para manifestar aos leitores, com a relativa proteção do falso, aspectos que acreditava minar o desenvolvimento da Zona Bragantina.

Ao invés de simplesmente criar um longo inventário das agruras do homem do campo, em especial a dos nordestinos, evidenciou quais arranjos as forças dos lavradores deveriam canalizar de forma coletiva para que mudanças viessem a ser colidas. Essa forma de intervenção se intensificaria nas últimas páginas, pois abordaria de modo mais direto um futuro que a *Doutrina Cooperativista* poderia ajudar a dinamizar, sendo necessário empenho para alcançá-lo. Na obra de maneira pontual existiu espaço para reafirmar posições que julgava fundamental as populações do interior. Demonstrando como as pequenas conquistas iniciadas na *Colônia*, apontavam a concatenação desse ideal não à figura de Romário, mas dos colonos e dos companheiros de Candunga, que assumiriam a responsabilidade em demarcar quando esse tempo *Porvir* começaria. O sonho de Romário era, portanto transferido a Candunga nas seguintes palavras:

(...) como se Romário vagasse em mundos maravilhosos de sonhos e quimeras. É que imagina Candunga engrandecendo-se, agigantando-se, em meio aos albos da alvorada a irromper, e em que ele, em pessoa, se interroga iluminado:

– Ainda tardará esse Porvir?!...Hoje! Amanhã! Depois! Quando virá?!...
(MENEZES, 1993, p. 239)

A questão ao ser disposta na Narrativa redimensionava o *Cooperativismo* que Bruno de Menezes vislumbrava a Amazônia, pois fez suas preocupações reverberarem também de modo ficcional. A plataforma romanceada tornava-se um canal de diálogo de maior liberdade para engendrar o projeto que acreditava ser vital para fazer frente às desorganizações que enfraqueciam os assentamentos agrícolas. As autoridades dispostas no texto foram tratadas a partir dos cargos que ocupavam, por não serem nominadas podiam ser qualquer um dos administradores, ou seja, interventores do Pará, prefeitos, comissários de polícia e fiscais das colônias na Zona Bragantina,³⁹⁰ dentro do tempo sustentado no enredo, um espaço vinculado à primeira metade do século XX.³⁹¹ A estratégia do escritor ao usar do rótulo da ficção,³⁹² criava

³⁹⁰ No desenrolar dos capítulos, inúmeros personagens foram tratado apenas pelo cargo público que ocupavam, as exceções se deram apenas com o agrônomo Romário, a família de Gonzaga e com os comerciantes, somados a Rosinha. Na narrativa Maria Dagmar, publicada primeiramente entre janeiro e março de 1924, na revista Belém- Nova, mais tarde em 1950, edição de Getúlio Costa no Rio de Janeiro. Bruno de Menezes experimentaria esse tipo de ensejo, segundo Artur Bogéa: “Apenas esta personagem é nomeada; todas as outras são designadas por graus de parentesco (...) Há ainda personagens apresentados por grau de aproximação ou profissões: “uma velha amiga aposentada do falso meretrício”, “amizade de família”, “vizinhos”, “beatas desiludidas”, “o médico”, “a enfermeira-chefe”, “as criadas”, o “homem”, “o amante”, “o amigo”, “o conquistador”, como é designado o protagonista da novela e, aí, a figura do protagonista é ao mesmo tempo antagonista para Maria Dagmar, aparece através desses substantivos e pelos adjetivos “vulpino e arteiro”, “ardiloso e sagaz”, ou pela metáfora “lobos socais que vestem calças”.”(BOGÉA, 1994, p. 67).

³⁹¹ Paul Ricoeur nos três tomos de Tempo e Narrativa analisou diversas relações a fim teorizar acerca dos aspectos que envolvem a construção da Narrativa, a partir das correspondências desdobradas na condução histórica e ficcional. Nesse sentido, efetuou o debate em classificações denominadas de: Operação historiadora, ficcionalização da história, historicização da ficção entre outras. Enfrentando o longo debate da categoria tempo que as envolve, chegou a conclusões semelhantes a estas: “o tempo propriamente histórico – que faz a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. Para demonstrar a tese, recorreremos aos procedimentos de conexão, tomados da própria prática historiadora, que garantem a reinserção do tempo vivido no tempo cósmico: calendário, sequência das gerações, arquivos, documentos, rastros. Para a prática historiadora não são problema esses procedimentos: só seu relacionamento com as aporias de tempo faz parecer, para um pensamento da história, o caráter poético da história relativamente aos embaraços da especulação. (174) Em outro momento discutindo a experiência da ficção, asseverou: “que a experiência fictícia relacione a sua maneira a temporalidade vivida e o tempo percebido como uma dimensão do mundo, temos um indício elementar disso no fato de que a epopéia, o drama ou o romance não se privam de misturar personagens históricos, acontecimentos datados ou datáveis, bem como sítios geográficos conhecidos, às personagens, aos acontecimentos e aos lugares inventados (RICOEUR, 1997, p. 220)

³⁹² Com Carlo Ginzburg em: O fio e os rastros. Verdadeiro, falso e o fictício (2007), toda uma variedade de conceitos passaram a adentrar o universo historiográfico com mais força, por isso, categorias como: ficção, o falso, o não autêntico, o que se passa por verdadeiro e o irreal passaram a serem analisados em grande volume de estudos numa escala microscópica, em que a tendência pós- moderna de tentar juntar história e ficção, em um mesmo campo, foi constantemente confrontada. De igual maneira as obras organizadas por Sidney Chalhoub e outros historiadores: História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. (1998),

a aparência de ser e mesmo tempo não ser, elevando o nível de cobranças sobre os homens públicos, pois deslocava a responsabilidade não a um ou mais nomes de forma específica, mas a todos que cuidavam de algum aspecto legal ou prático na região.

As lacunas abriam-se aos leitores do momento que obra era publicada, para preencherem com os sujeitos que melhor entendessem. As críticas da forma como foram amarradas não isolava o retrocesso agrário, somente a culpa dos agricultores nordestinos, mas a uma série de elementos de maiores proporções, relativos à política fundiária. Desnudava assim o fardo de altos tributos que emperrava o crescimento, além dos desmandos de autoridades corruptas que minavam mudanças estruturais. O narrador se valeria das sutilezas das falas do agrônomo, tornando-o interlocutor do auxílio mútuo, isto através de um claro idealismo que esboçava um horizonte distinto. Nos diálogos e reflexões que verbalizava é possível notar essa maneira de expressão:

Romario considera as consequências dessa ignorância. O analfabetismo colabora com a falta de estímulo, de assistência aos lavradores. Na sede municipal, com o possível conforto, é que as professoras lecionavam, uma leiga e uma normalista, ambas muito faladas, pela proteção dos mandões do lugar. Na cidade é que funciona uma escola reunida, difícil de ser frequentada pelas crianças dos lugarejos distantes. (...)

Romario sorri discretamente e remata a conversa, com palavras nascidas do seu idealismo: - Veja lá isso, Candunga. Diga a Gonzaga que tome conta do que é dêle. A terra, o pão, o bem estar, cabem a vocês... Não há homens pobres: existe uma partilha mal feita, do que devia ser de todos. Um dia você compreenderá isso. Requeira a metade do terreno onde vocês estão, para ser demarcado. Trabalhem como homens, para não ser explorados. Observem o plantio das culturas como se deve fazer. Basta de rotina, de cansar as terras e depois abandoná-las. Assim vocês continuarão sempre explorados. Aqui, tudo quanto se planta, grela e dá fruto. Vá convença Assunção e case logo, Mande as folhas dos contratos para serem pagas (MENEZES, 1993, p. 156 e 182).

Os votos de Romário ao retornar a Belém era que os colonos vissem em Antonio Candunga “um companheiro, um igual, não um superior” (MENEZES, 1993, p. 228). para juntos caminharem na construção desse ideal. Percebiam depois de tantos entraves, uma colônia distinta na qual o cerne era o coletivismo, trazendo a reboque, o peso dos confrontos e das rupturas que vivenciaram a fim de chegar nesse arranjo. A ideia de colônia pode parecer um tanto óbvia, quando pensada que essa dinâmica de ocupação do solo, havia sido a proposta de colonização desenhada a este espaço geográfico, cujas marcas históricas são evidentes

naquilo se produziu. Antonio Penteado enfatizaria a singularidade daquilo que se engendrou durante este longo processo de ocupação:

Em relação ao Pará, a Região Bragantina, sem ser uma área tipicamente interiorana pela sua posição, guarda bastante este aspecto por não haver no Estado outras regiões onde tivesse havido semelhante processo de colonização, capaz de originar vilas e cidades ou mesmo zonas agrícolas de grande significação. Durante muitos anos, a região permaneceu abandonada e sua paisagem não foi humanizada até fins do século XIX; desde então, a região, que era dominada pela mata tropical exuberante e virgem assistiu ao processo da destruição de sua cobertura florestal pelo homem (PENTEADO, 1967, p. 26-27).

Entretanto, onde a aparência de comum se instaura com tanta força, entendemos a necessidade de remover o verniz que lhe proporciona toda essa homogeneidade. *Novo Porvir* estaria milhas de distância dos demais núcleos colônias congêneres, instalados nessa parte da Amazônia, uma vez que o narrador nos convida a enxergar lavradores experimentando tomar as rédeas da situação, em uma realidade até então de sujeição e de descaso do poder público. Posicionados nos relances finais, sentindo nas mãos os frutos do árduo trabalho e ao mesmo tempo, compartilhando com os pares, conquistas para além do âmbito individual. Sem dúvida nenhuma, abria uma brecha para que Bruno de Menezes conectasse o cooperativismo herdado e partilhado, durante longos anos de trabalho e militância em tantos projetos associativistas.

O reconhecimento dos esforços cooperativistas não vinha somente dos colegas de trabalho, os periódicos ressaltavam dados concretos do empenho gestado na multiplicação de diversos tipos de sociedade mutualista. *A Província do Pará* noticiava no princípio de 1951, anos antes da publicação oficial do Romance, que o professor Bruno de Menezes “Deu novo impulso ao cooperativismo no Pará”,³⁹³ acrescentando três frentes onde poderia ser evidenciado esse empenho: cancelou cooperativas que não eram movimentadas, dinamizou as que estavam em dificuldade e estabeleceu bases ao cooperativismo educacional, além de fundar outras mais³⁹⁴. A reportagem ainda situava a dimensão regional da assistência que dirigia a três entidades: as cooperativas de juta de Santarém, a agrícola-mista de Tomé- Açú e a de plantadores de fumo de Bragança.

Por conseguinte, utilizaria a ficção para vincular as raízes daquilo que de mais caro a *Doutrina* havia produzido em sua expansão e difusão no mundo. Colônias como marco da

³⁹³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Deu novo impulso ao cooperativismo do Pará*, Belém, 20 de janeiro de 1951, p.2.

³⁹⁴ *Idem*.

resistência aos ditames capitalista, muitas delas auto-suficientes, representavam a égide de um edifício antigo de libertação, que cria piamente que através da união mútua, trabalhadores compartilhando de um histórico similar de exploração seriam capazes de erguer um caminho alternativo ao enfrentamento do capitalismo³⁹⁵. A gênese de aldeias, colônias ou comunidades cooperativistas³⁹⁶ se fez presente como proposta difundida e implantada, em muitos casos por alguns pensadores europeus, ou nos códigos elaborados por operários coletivamente, muitas vezes colocando como meta a ser efetuada em um tempo posterior, a partir da consolidação de algumas etapas.

Nesse particular em New Lanarck, na Escócia, nos anos iniciais do século XIX, o inglês Robert Owen buscava fazer da ação implementada entre os trabalhadores da fábrica de algodão, um projeto difundido ao governo inglês, em termos das novas disciplina de trabalho que havia familiarizado os desregrados diaristas rurais escoceses (THOMPSON, 2012, p.519). Na *colônia-modelo* um amplo programa voltado a um grupo distinto de sujeitos sociais seria experimentado, vícios de alcoolismo eram tratados, badernas cederiam a temperança e crianças passavam a ser ensinadas em escolas. De igual maneira, François Fourier adotaria métodos similares, o falanstério, unidade auto-suficiente onde viveriam 1500 indivíduos.³⁹⁷

³⁹⁵ Os debates em torno dessa atribuição não consensuais, o historiador Thompson enumerou diversas fragilidades da ruptura que o Sistema cooperativista sustentava em relação ao combate do capitalismo, a atenuação do conflito de classe é um deles, a medida que os cooperados cuidam do seu próprio interesse não fazem frente a lutas revolucionárias. (THOMPSON, 2012, p. 518 -561). Paul Singer redimensiona o cooperativismo no sentido de ser um modo alternativo ao capitalismo. (SINGER, 2002, p. 33). Diva Pinho demonstra que algumas indicações de Marx sobre o assunto exerceram forte influência a forma de entendê-las, sobretudo, do ponto de vista de ilhas incapazes de fragilizar o sistema capitalista. (PINHO, 1982, p.56).

³⁹⁶ Os estudiosos do tema abordam essas formações cooperativistas com nomes diferentes. Thompson fala de aldeias de cooperação e comunidades. Comentando as propostas de Robert Owen, observou que este: “proponha colocar os pobres em “Aldeias de Cooperação” onde – depois de um subsídio a partir dos impostos – eles poderiam pagar por conta própria, e se tornariam “úteis”, “industriosos” e “racionais”, autodisciplinados e também moderados.” (THOMPSON, 2012, p. 522 e 542). Paul Singer discutindo as metas dos Pioneiros de Rochdale avaliou que: “o grande objetivo da Sociedade dos Pioneiros era constituir uma colônia comunista, em que grande parte das necessidades de consumo seriam satisfeitas com o trabalho dos membros. (...) absorveriam a totalidade dos sócios da cooperativa de consumo e então poderia ser dado o terceiro passo: construir a Aldeia Cooperativa, em que todos poderiam viver lado a lado, produzindo e consumindo em comum.” (SINGER, 2002, p. 45).

³⁹⁷ Diva Pinho relata que a experiência da colônia-modelo de Owen colocou em prática a redução da: “jornada de trabalho de 14 para 10 ½ horas; os menores de 10 anos foram proibidos de trabalhar. Criou amparo à velhice, bem como medidas previdenciárias até então desconhecidas: quando a crise algodoeira provocou a paralização das fábricas por falta de matéria-prima, durante quatro meses, Owen continuou a efetuar os pagamentos, sem desconto. (...) Em seu aspecto exterior, o falanstério é apenas um grande hotel cooperativo, onde vivem 1.500 pessoas, em regime comunitário. Na realidade, entretanto, é a peça principal da reforma do meio social: substitui a onerosa e mesquinha unidade doméstica ou familiar por grandes serviços coletivos (de alimentação, lavanderia, aquecimento, iluminação, etc), cria um ambiente de convívio espontâneo entre ricos e pobres, substitui a competição pela cooperação, institui um microcosmo auto-suficiente, etc. (...) Não elimina a propriedade privada, apenas a transforma em acionistas do falanstério e reúnem-se livremente, em ambiente agrário, para dar livre expansão às suas paixões.” (PINHO, 1982, p.25-26).

Dentro da experiência da classe operária inglesa o historiador Thompson examinou a influência das ideias de Robert Owen, observando como o owenismo foi um campo fértil e ao mesmo tempo sólido para vários projetos, que se valeram da “imprecisão de suas teorias”³⁹⁸. Nos escritos de Owen, caberiam diferentes concepções que foram sistematicamente modificadas, conforme a intenção julgada mais útil, ao ponto de Thompson enfatizar que os desdobramentos forneceram contribuições mais “saudáveis e mais fortes”, do que a fonte de onde foram gestadas.

Para o estudioso, o cooperativismo como construção ideológica, que se diz contrapor ao capitalismo, não conseguiu desbaratar as bases de exploração que escravizam o operário, pois ao lutar apenas pelo bem-estar dos cooperados não se mantém na militância da luta de classes³⁹⁹. Diva Pinho (1982) destacou que Karl Marx as entendia como “primeira brecha no sistema capitalista”⁴⁰⁰ criticava as cooperativas gestadas por burgueses e pelo auspício do Estado, contrapondo que a fomentação desta deveria se dar com a autonomia dos trabalhadores. Por essa razão, a ênfase de Marx atribui ainda ao associativismo, uma reprodução com todos os nexos do sistema capitalista defeituoso que lhe sustentava.

Os passos dados pelos pioneiros de Rochdale, como cooperativa de consumo, além de mais expressivo enquanto plataforma de maior projeção, em virtude da influência que os estatutos dos 28 tecelões legaram em boa parte das entidades que nasceram gradativamente no mundo. Princípios como o bem-estar dos associados voltados a melhoria financeira, em função da distribuição das sobras e da aplicação do capital em benefício de obras voltadas ao cooperado e a sua família, como o custeio a educação, sala de leitura e a bibliotecas foram amplamente difundidas. Além da importância das assembleias, em que pesava um voto por

³⁹⁸(THOMPSON, 2012, p. 533). Enfatizando a recepção das concepções de Owen afirmou que: “descobriremos que não foi algum frenesi psíquico ou “paranoia coletiva” que permitiu a rápida expansão do owenismo. Em primeiro lugar, o owenismo, do final da década de 1820 em diante, foi algo muito diferente dos textos e declarações de Robert Owen. Foi a própria imprecisão de suas teorias que ofereceu, porém, uma imagem de um sistema alternativo de sociedade, e fê-las adaptáveis a diferentes grupos entre os trabalhadores (...) Dos textos owenistas, artesãos, tecelões e trabalhadores qualificados escolhiam aqueles partes mais intimamente relacionadas com sua situação própria e modificavam pela discussão prática.” (THOMPSON, 2012, p. 533-534)

³⁹⁹ No campo dessas conquistas voltadas aos cooperados o historiador, destacou que: “O movimento também congregou as tradições do autoaperfeiçoamento e do esforço de aprendizagem, fornecendo salas de leitura, escolas e palestras itinerantes. Em 1832, existiam em todo o país talvez quinhentas sociedades cooperativas, com no mínimo 20 mil membros” (THOMPSON, 2012, p. 539).

⁴⁰⁰ Na passagem em questão a autora diz que: “Marx vê as cooperativas operárias como a “primeira brecha” aberta no sistema capitalista, que possibilita a superação do antagonismo entre o capitalismo e o trabalho, já que “os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho” (PINHO, 1982, p.58-59).

associado, ou um homem uma voz, de maneira que os assuntos eram decididos conjuntamente (PINHO, 1982, p.32).

A aldeia cooperativa idealizada pelos precursores, no sentido, de afastamento do mundo e total auto-suficiência, à medida que o armazém de consumo foi se expandido, ao ponto de consolidar diversas fábricas, aparentemente indicava que o passo seguinte da produção, aceleraria definitivamente esse intento, pois o crescimento multiplicava os que optavam por esse Sistema, visto que que ajudava a fundar outras semelhantes. Porém, abandonou-se a ideia de “construir a Aldeia Cooperativa, em que todos poderiam viver lado a lado, produzindo e consumindo em comum”⁴⁰¹, em razão do entendimento dos Pioneiros de dinamizar o cooperativismo não a parte do mundo, mas sim em meio as suas possibilidade e limitações.

Em outras regiões do Brasil, a influência do mutualismo repercutiria também nas parcerias do mundo rural, a visibilidade a essa sistematização se torna mais acessível pela quantidade de estudos que se voltaram às entidades sediadas no sul e no sudeste⁴⁰². Por isso, os dados refletem as minúcias do que nestas áreas se produziram tanto nos primeiros assentamentos de colonização no final do século XIX, com a presença de europeus e de brasileiros. Durante o século XX, essas abordagens caminharam na percepção de que diante da atração populacional dos centros urbano-indústrias, o cooperativismo permitiu o enfrentamento dos problemas sociais presente na constante migração, disponibilizando serviços de melhorias nos serviços de eletricidade, telefonia e crédito agrícola. Em especial pela necessidade de estimular a produção voltada ao nível interno e externo, por essa razão, os pesquisadores do assunto apontam como um elemento fundamental a sobrevivência dos negócios rurais⁴⁰³.

⁴⁰¹ Paul Singer analisou que: “O armazém cooperativo era apenas o início do da construção deste projeto, que deveria ser seguido por um segundo passo, qual seja a fundação de cooperativas de produção.(...) O que aconteceu com a cooperativa de Rochdale é que o número de seus sócios cresceu muito mais do que o número de vagas nas cooperativas de produção que ajudava a criar. Além disso, com o passar dos anos, a formação da Aldeia perdeu a adesão da maioria dos cooperados (SINGER, 2002, p. 45).

⁴⁰² Conferir: BOFF, 2000. p. 49-102; BENETTI, 1982; FRANTZ, 1985; SERRA, 1995, p. 55 -62.

⁴⁰³ Diva Pinho (1982, p. 123) apresentou as estratégias das cooperativas do sudeste e sul do país para enfrentarem os momentos de crise da crise dos anos 70, asseverando que “Ante a redução do subsídio oficial, as cooperativas agropecuárias forçam o ressurgimento do crédito cooperativo, de modo a adequá-lo às atuais exigências da economia cooperativista: reformulação do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) e afastamento dos obstáculos à criação de Bancos Cooperativos. Daí, o exemplo que vem do Rio Grande do Sul, com instalação da Cooperativa Central de Crédito Rural e do sistema Integrado de Crédito Rural. Esse dinamismo criativo reflete de um lado, a luta pela adequação das cooperativas à realidade atual de economia brasileira, e de outro, a premente necessidade de superação de obstáculos colocados pelos órgãos fiscalizadores e normativos, especialmente o Banco Central.

Na Amazônia, as sociedades de socorro mútuo tiveram grande destaque já no século XIX, promovendo os interesses de grupos profissionais, às vezes reunindo a mesma categoria ou várias outras, em derredor de práticas de assistência. A distinção das correlatas religiosas, bem mais antigas, dava-se não no campo das ideias de beneficência, e sim por orientarem-se pelas diretrizes sindicais e cooperativas em que pese também as influências europeias. A historiadora Leila Mourão analisou o cooperativismo no Pará, demonstrando a possibilidade de uma divisão em períodos, a partir das orientações político-sociais em jogo⁴⁰⁴. Embora sendo mencionadas quatro sociedades voltadas ao meio rural⁴⁰⁵, nas décadas iniciais do século XX, reunindo pecuaristas, seringalistas e agricultores, nenhuma delas tinha a característica de uma colônia cooperativa nos moldes da obra.

Não devemos perder de vista que os artigos de Bruno de Menezes que discutimos no primeiro capítulo⁴⁰⁶, não somente evocavam essas ideias como indicavam às referências de quem as defenderia. Portanto, Robert Owen, François Fourier e William King apareciam nos seus escritos em ponderações que traziam o peso desempenhado pelas contribuições que esses autores trouxeram a disseminação do projeto cooperativista, em uma escala que ultrapassou a Inglaterra e a França, como embriões de entidades que caminharam na afirmação de ideias coletivistas.

A diferença do empreendimento colonial criado em *Candunga* se dava pelo não isolamento, mas pela sua inserção enquanto núcleo agrícola semelhante aos demais existentes na Zona Bragantina, sujeito às intervenções e aos serviços disponibilizados pelo Estado. Essa atribuição era disposta nos texto com as seguintes conquistas:

⁴⁰⁴ A historiadora propôs a seguinte leitura ao longo período: “Para facilitar a exposição sobre o a história e memória do cooperativismo, propriamente dito, articulando o seu surgimento aos contextos históricos, às políticas e legislação criadas para orientar sua criação e funcionamento, as informações foram organizadas por períodos e títulos: 1860 – 1912, O Mutualismo Precursor; 1912 – 1937, O Cooperativismo Instituído; 1938-1946 Apogeu e Afirmação; 1946 – 1964 Refluxo e Revisão; 1964 – 1989, Os percalços e afirmação do Cooperativismo no Pará.”. (MOURÃO, 2008, p.6)

⁴⁰⁵ As entidades citadas no artigo foram: “b) Sociedade Cooperativa Anônima de Responsabilidade Ltda., “A Seringueira do Par, fundada em 02/03/1914, por 31 sócios seringalistas e comerciantes de látex e teve como primeiro presidente o senhor Manoel J. Rabello Jr. Oriundo de uma família com larga tradição em transporte fluvial na região e comerciantes da seringa. c) Cooperativa Central dos fazendeiros do Pará, criada por 25 sócios em 28/07/1914, tendo como primeiro presidente Justo Leite Chermont, pertencente, também a uma tradicional da sociedade paraense com ampla participação política parlamentar. (...) Em alguns municípios do interior do Estado foram criadas cooperativas, mas poucas se consolidaram. Com registro e documentação preservada encontramos: a Cooperativa de responsabilidade limitada – Caixa Rural de Credito Bragança, organizada por 22 sócios em 26/06/1927, presidida pelo senhor João Paulo Ribeiro, comerciante e agricultor muito conhecido à época; e a Cooperativa de Consumo Paschoal Villaboim, instalada em Monte Alegre, no baixo Amazonas, em 28 de julho de 1928 (MOURÃO, 2008, p.11).

⁴⁰⁶ A tríade foi citada no Artigo de Bruno de Menezes: Carlos Howarth, o Arquimedes da Cooperação (MENEZES, 1993, p. 438-440).

No próspero núcleo colonial, tudo está mudado. Tanto os antigos como os novos colonos, possuem os documentos das terras legalizadas e sabem ao certo onde cada qual botará as suas lavouras. Não há lote sem uma barraca regularmente acabada, (...) Ninguém vende mais as colheitas na “folha”. Sabem que esse êsse era o pior negócio, em que só lucrava o comprador sabido, ficando o agricultor com a parte da fome.

Completaria o plano de progressividade do núcleo, a instalação de postos de saúde, supridos de medicamentos, com enfermeiros residenciais, um médico, dando consultas duas vezes por semana. Instalar-se-iam aparelhagens e camas para pequenas cirurgias, um secção para parturientes. Na Escola Reunida, que fôra criada, em lugar acessível à frequência dos alunos, lecionariam professoras rurais, capacitados para ensinar, morando na própria escola, moças que teriam gosto em ali permanecer, sem recorrer aos políticos, para a nomeação, e depois fazerem o mesmo para ser transferida, conforme as suas conveniências (MENEZES, 1993, p. 235-236).

A centralidade daquilo que era tecido na literatura de Bruno de Menezes, residiria na conscientização dos lavradores e na união como forma de combater as injustiças, considerando o modelo que o narrador transplantava ao solo bragantino, a partir das bases históricas do associativismo. A auto-suficiência cederia ao relacionamento com o mundo em derredor, beneficiavam-se das vendas em dinheiro, principalmente por negociarem as safras buscando o melhor preço junto aos compradores de fora, de maneira que o narrador faria uma leitura com as adaptações que julgava melhor a região, sobretudo, por fazer do princípio rochdaleano de um voto um homem o ponto mais expressivo a ser adotado por lavradores nordestinos, pois culminaria com a preparação da “fundação de uma cooperativa, só deles, dos agricultores” (MENEZES, 1993, p. 236).. Entendemos assim, a ratificação de princípios doutrinários que Bruno de Menezes afirmava como fundamentais a autonomia dos agricultores, no sentido de decidirem por si mesmo questões que lhes eram elementares.

A narrativa nas palavras de despedida vislumbraria um horizonte, em que um núcleo poderia fazer a diferença e partir dela uma percepção para repensar o modelo adotado nos demais assentamentos agrícolas. Nas palavras colocadas na boca de um agrimensor pelo narrador, temos essa ideia transparecendo, ou seja de uma colônia que por estar firmada no associativismo agrícola faria a diferença. O colega de repartição de Romário diria “Se todos fizessem assim, terminaria essa balburdia de demarcações que se vê por aí...Principalmente na região bragantina...” (MENEZES, 1993, p. 238).

O modelo de colonização oficial seria revisitado nas suas limitações, para que Bruno de Menezes indicasse uma estratégia que lançasse mão dos sujeitos sociais que mais participaram da ocupação desta parte do território paraense. O problema do amanhã das terras

pelos nordestinos era redimensionado para constituição de métodos de agremiação, e por uma orientação técnica que superasse a ocupação que não respeitava o curso dos rios e de quais lotes deveriam ser poupados. No desenho da planta, a demarcação de *Novo Porvir* resguardava todas essas frentes, onde “as matas virgens de corte, as capoeiras aproveitáveis, incluindo muita madeira, para a construção de casas de moradia. (...) o aproveitamento dos cursos d’água e de facilidades de transportes rodantes, pelas estradas de penetração” (MENEZES, 1993, p. 238).

O engajamento de Bruno de Menezes, acrescido das lutas fora das páginas ampliaria significativamente a dimensão do associativismo, caso consideremos que uma parte da história do associativismo na Amazônia seria escrita com sua participação. Com Romário, Antonio Candunga e os demais lavradores assinalados pelo narrador, os frutos dessa mudança estaria na interrogação de um tempo mais adiante. Para os olhos do autor, percebê-los além da obra não seria uma quimera, diante de tantos resultados, que levavam sua assinatura. A Colônia-mista de Tomé-Açú talvez fosse uma das maiores realizações que seu idealismo pode tocar, com escolas, posto de saúde, maquinários a serviços dos cooperados e decisões que tomadas em conjunto repercutiam no protagonismo dos homens do interior que tanto o cooperativista almejava.

CONCLUSÃO

O cooperativismo gestado na Amazônia, especificamente no Estado do Pará, ao ser pensado pela ótica daqueles que se esforçaram para constituir um projeto que previa resultados através do esforço coletivo, como foi o caso de Bruno de Menezes, permite-nos sem exageros associar a posição do autor, como um dos principais nomes que contribuíram ao advento do sistema mutualista na região, principalmente pela apresentação de resultados concretos a sociedade paraense entre as décadas de 1940 e 1950.

A historiadora Marcia Motta (2006, p. 132-133) ao discutir a condução do associativismo propôs um redimensionamento, aqueles que a semelhança de Bruno de Menezes, tanto fizeram pela doutrina ao se tornarem expoentes de um sistema que na visão destes redundaria em mudanças à sociedade brasileira. Considerando que na maior parte das vezes, o idealismo que apresentavam ao verem a solução de problemas, de ordem urbana e rural, a partir da adoção de instrumentos de ação coletiva foi sistematicamente criticado entre

aqueles que se debruçaram nas suas produções, dada a postura doutrinária de suas ideias. Para a estudiosa as concepções alicerçadas nessas análises tendem a ver os sujeitos sociais que tanto contribuíram com a questão, como “meros ideólogos” da “causa”. Estabelecendo ainda a noção de que seja curioso o fato dos que propuseram essas definições, uma vez que sem a recorrência as “obras doutrinárias” pouco se poderiam conhecer das relações disseminadas pelo Estado em termos de cooperativismo agrícola no Brasil.

Por isso, a necessidade de entender em Bruno de Menezes, enquanto sujeito social que fez da experiência constitutiva das suas obras literárias, um grande espaço para refletir a condição do povo. Não se trata de um mero adorno aquilo que levava aos seus textos ficcionais e as reflexões culturais. Daí que a confirmação que muitas de suas poesias retratavam vinha da confluência de um poeta que fez da vivência acumulada em suas andanças, presente nos termos de um sujeito que não ia simplesmente ao povo, mas de fato o era. Não estivemos a falar de um membro das elites, mas de alguém que apresentou as marcas correlatas aos “seus companheiros nas lutas pelo pão”, conforme observava o literato Dalcídio Jurandir (1936, p.379).

Outro fator de ponderação no poeta ligava-se a qualidade de quem escrevia situado, por ser conhecedor das mazelas que apresentava nos enfrentamentos de seus personagens. O biógrafo do criador do romance *Candunga*, Alonso Rocha (1994, p.30-31) indicou em Romário uma “encarnação de Bruno”, para o estudioso a obra ganhou maior revelação pelo autor ser também um “homem de ação”. Principalmente por fazer da literatura um instrumento de denúncia das agruras vivenciadas por homens e mulheres do campo. Pontuando dissabores e vitórias na concatenação da doutrina que lhe era tão importante. Sendo possível perceber nas sutilezas das falas do personagem Romário, uma exposição ficcional marcada por um nítido idealismo, capaz de enxergar um horizonte diferente às terras da Zona Bragantina, através de uma agricultura na qual a diferença residiria na ação coletiva. Projeto alavancado com a fundação da “Colônia Novo Porvir”. No caso da colônia tratava-se de um embrião das mudanças necessárias que defendia a este espaço, cujo cerne vinha da emancipação conquistada pelos lavradores ao tomar a direção dos assuntos fundamentais à vida comunitária. Com isso, a obra *Candunga* seria o ponto alto de uma proposição cooperativista que se efetuou em diferentes frentes, o detalhe desta veiculação foi estar alicerçada na comunicação literária.

O romance destacou ângulos de uma realidade histórica construída no universo ficcional, de maneira que o texto manifestou uma forma de embate contra relações que enfraqueciam a vida do homem do campo, sobretudo os nordestinos inseridos nesse processo. Ao mesmo tempo em que se produziu a percepção para o que autor considerava fundamental a ser registrado da presença migratória, nos campos de colonização espalhados ao longo da Estrada de Ferro de Bragança. Por isso, através da proteção literária o narrador posicionou aspectos singulares da História da ocupação de Bragança, não se limitando apenas ao exame atento das debilidades, mas propondo maneiras de reverter às limitações existentes.

Os capítulos retrataram um momento da história, que em grande medida pode ser aproximado das lutas de homens e mulheres pela sobrevivência, com amplo destaque ao processo produtivo realizado por Francisco Gonzaga e Antonio Candunga. Em foco a preparação da terra, a etapa de coivara, com a redução das matas pela ação do fogo até colheita. Além disso, o narrador fez do processo de conquista da propriedade rural, uma possibilidade de repensar os grandes obstáculos incidentes na estrutura da política agrária conduzida no Pará.

Os agentes públicos e as elites de comerciantes foram confrontadas pela narrativa, em função dos embates protagonizados por Antonio Candunga e Romário aliado aos esforços de outros lavradores, que embora não nominados se apresentavam no enredo. Este grupo gradativamente se familiarizou com um associativismo agrário, que redundou em mudanças, em especial pelo questionamento das assistências prometidas pelos poderes públicos, sobretudo pela transformação das benesses estaduais em benefícios para a especulação e o lucro de poucos.

Bruno de Menezes, conforme observamos construiu uma narrativa que enfrentou os acontecimentos perpassados em Bragança em uma leitura que não se furtou a mudanças, prova disto foi o abandono do termo *flagelados*, como denominação do romance por entender que a trajetória de Candunga definiria um personagem-título que foi capaz de sobreviver em meio a tantas lutas. A posição de destaque na obra, sem dúvida representou uma escolha marcada por significados que estiveram relacionados ao contexto em que obra circulou como um texto ainda não acabado, que buscava aprovação dos pares de literatura do escritor. Daí termos entendido como importantes a investigação acompanhar a trajetória de definição do nome, associando a crítica consolidada a partir do lançamento.

O debate sobre a imagem da capa mostrou-se fundamental para que pudéssemos esclarecer que o texto não esteve isolado, mas correlacionado a dimensões que agregavam mais significados a narrativa. A divulgação na virada de 1954 a 1955 criou um nexo importante com as comemorações oficiais da emancipação de Bragança. O literato contou uma história ligada a reflexão de sujeitos sociais, significativamente ignorados, como participantes de um processo marcado por enfrentamentos, que não se resumiram somente a ganhar o pão a partir da produção da terra. A construção do personagem Candunga representaria no decurso dos anos, a sinalização da história de diversos sujeitos sociais que não esmoreceram, ao contrário seguiram enfrentando diversas dificuldades.

Bragança e os núcleos de colonização agrícola, dentro de um espaço de tempo da primeira metade do século XX, foram vislumbrados pelo narrador longe de um ideal de passividade, no sentido da facilidade de conquistar o espaço agrícola apenas com esforço pertinaz das enxadas. No decorrer do texto se tornaria notório as tensões em derredor da colonização das terras bragantinas, contrastando com o que na maior parte das vezes era silenciado nas documentações oficiais. Prisões arbitrárias de lavradores, como a de Assunção e Candunga, exploração de jovens através da prostituição promovida por João Portuga e Rosinha, além da amarração das colheitas nas cadernetas dos comerciantes, com a majoração dos preços de todo os produtos necessários sobrevivência estiveram entre as ponderações do narrador. Nos rastros que algumas fontes jornalísticas e documentais legaram a semelhança da fonte narrativa de *Candunga*, percebemos a possibilidade de conectar sujeitos sociais que marcaram sua presença na História da Zona Bragantina.

Na outra ponta apresentada pelo cooperativista, se fazia presente o debate conduzido na atuação de funcionário público estadual, destacando-se no Serviço de Assistência ao Cooperativismo. As ações mutualistas de Bruno de Menezes multiplicaram entidades que se adequavam as necessidades dos grupos, por ele auxiliado nas visitas oficiais do S.A.C. Os documentos produzidos pela imprensa nos permitiram observar a adequação a diferentes espaços, as voltadas ao meio urbano, redundariam em cooperativas de consumo, que se adequavam aos proventos escassos de operários e funcionários públicos. Estimulando a compra coletiva, o fornecimento de mercadorias a um preço justo e a divisões das sobras líquidas.

Já nas direcionadas aos lavradores, entrava em cena a junção de esforços, em geral entre os praticantes de uma mesma cultura agrícola, semelhante às de produtores de fumo e de

pimenta do reino. Nessa articulação se fazia presente nos comentários de Bruno de Menezes a formação de uma mentalidade agremiativa que se voltasse ao enfrentamento da individualidade, destacado como principal problema da estagnação agrícola na Amazônia. O caixa rural visava à formação de crédito agrícola, com objetivo de diminuir o custo da compra de sementes e máquinas agrícolas. Caso observado na Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu C.A.M.T.A., na qual as marcas de um agrarismo bem alicerçado tornava-se perceptível nos apontamentos do autor em relação a colônia japonesa. A argumentação exposta enfatizava que o trabalho oriental, adotava um manejo agrícola mais adequado com o melhor aproveitamento do solo, aliado a recuperação das áreas degradadas. Entretanto, o maior destaque que atribuía aos japoneses, organizados em derredor do sistema, aparecia na diminuição dos custos da produção da pimenta do reino com a rotatividade de máquinas, entre os membros da entidade. Aliado a negociação conjunta das toneladas produzidas com a busca do melhor preço no mercado.

A responsabilidade social da cooperativa com a fundação da Escola Fábio Luz e da manutenção de posto de saúde seriam marcas que davam maior vitalidade ao tipo de cooperativismo que Bruno de Menezes entendia como capaz de reduzir as debilidades do sistema capitalista. O reconhecimento da dinâmica da C.A.M.T.A com a participação direta do mesmo, surgia nos artigos jornalísticos de *A Província do Pará*, que na década de 1950 atrelaram o crescimento daquela parte do território do Pará, em função dos negócios movimentados pelos membros daquela entidade, transformando-se até em argumento em defesa da emancipação da colônia de Tomé-Açu.

Sem deixarmos de enfatizar que a “Necessidade de Educação Cooperativista na Amazônia”, tal qual preconizava um de seus artigos, permitiram-nos observar que a conscientização tanto de lavradores como de trabalhadores urbanos passavam pela proposta de uma educação escolar. Esta seria capaz de instrumentalizar as gerações em formação, através de uma articulação que tornasse o ensino da ajuda mútua fundamental a educação de criança e jovens, como forma de desenvolver cidadãos capazes de contribuir com um cooperativismo, que firmasse bases mais profundas de transformação social na Amazônia. A efetivação do sistema cooperativista que carregou a sua assinatura, em inúmeros artigos, manifestavam resistência às imposições capitalistas e uma visão política que confrontava a individualidade e a competição desigual, que minavam a junção de forças para vencer as dificuldades.

As propostas de Bruno de Menezes revestiam-se de atributos carregados de fomentos que o associativismo trairia as classes trabalhadoras. Na qualidade de chefe de uma repartição, voltada especificamente a multiplicação de entidades dessa natureza, constantemente abriu um diálogo nas notas oficiais saídas do órgão governamental para dar ciência a sociedade do que vinha implantando, a fim de melhorar a condição dos “cidadãos cooperados”. As contribuições levadas aos congressos e as autoridades políticas versavam acerca da necessidade de mecanismo legais, que garantissem verbas tributárias aos municípios, sobretudo aos que apresentavam dificuldades dada a dependência exclusivas das destinações fiscais da União.

Portanto, nosso estudo propôs conectar as produções que se encontram esparsas, tanto pela sequência dos anos, na primeira metade do século XX, em especial na década de 1950, como pelos locais em que foram trazidas a público. Com o intuito de sistematizar algumas dessas discussões a fim de que a reflexão cooperativista, contida nos escritos de Bruno de Menezes, fosse observada numa articulação que levasse em conta o aspecto de atividade profissional. Além disso, destaca-se o fato do esforço em discutir a experiência de Bruno de Menezes, enquanto militante da doutrina, de modo a proporcionar uma análise que possibilitasse sair das indicações pontuais, em termos de um elemento a mais de sua biografia. Assim, ao trabalhar com a execução de projetos dessa matéria, acrescentava ingredientes de experiência política e percepções acerca da natureza e do espaço Amazônico. O grau de especialização que detinha sobre o assunto lhe facultou a multiplicação das ações cooperativistas, por conseguinte, a apresentação de resultados práticos a sociedade paraense.

FONTES

- **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior - Série: Cartas - Anos: 1930, 31,32 – Caixa 06.

Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Caixa Nº 51.

Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1931. Documentação Avulsa. Ofício encaminhado no dia 10 de julho de 1931.

Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Gabinete do Interior. - Série: Cartas - Anos: 1934 – Caixa Nº. 12.

Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça Série: Ofícios Anos 1952,1953. Caixa 57

Arquivo Público do Estado do Pará - Governo do Pará. Secretaria de Estado do Interior e Justiça. - Série: Ofícios - Anos: 1955,1957,1959. Documentação Avulsa. Relação demonstrativa das possibilidades financeiras dos novos municípios. Belém, 06 de maio de 1955.

- **ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança - Livro Nº 026 –C- Ano 1950 -1951 – Assuntos: Diversos – Gestor: Oscar Acioli.

Arquivo Prefeitura Municipal de Bragança Livro N. 072-C - Ano 1953 – Assuntos Ofícios. - Gestão de Simpliciano Medeiros Junior (1951-1955).

Gestão de Simpliciano Medeiros Junior (1951-1955). / A presente carta encontra-se na mesma pasta de n.º. 044, na qual constam documentos esparsos do ano de 1951. Gestão de Simpliciano Medeiros Junior.

Relatório do Administrador do Mercado Municipal, 03 de janeiro de 1951 / Relatório de fiscal administrativo, 13 de março de 1951 /. Livro Nº 026 –C- Ano 1950 -1951 – Assuntos: Diversos – Gestor: Oscar Acioli.

Gestão de Simpliciano Medeiros Junior (1951-1955). A primeira acusação em 1952 apontava o envolvimento do prefeito em desvios de combustíveis e lubrificantes da base Aérea de Bragança, o caso levado a apuração judicial, contou com uma série de testemunhas que confirmavam a ação do prefeito.

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 73- C – Ano 1953 – Assuntos: Ofícios – Gestor: Simpliciano Medeiros Junior.

Envio de Boletim Agro-Cooperativo - Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Circular n.º 2 – Prefeitura Municipal de Bragança. 05/03/1953. Livro Nº 072 –C- Ano 1953 – Assuntos: Ofícios

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 73- C – Ano 1953 – Assuntos: Ofícios – Gestor: Simpliciano Medeiros Junior. Ofício enviado foi datado em 30 de setembro de 1953.

No ofício n.º 72, datado em 21 de outubro de 1953, Simpliciano Medeiros Junior ratificava que a emenda orçamentária entrava em exercício em 1954, sendo a contribuição mensalmente depositada na Agência do Banco do Brasil. No dia 27 de outubro, Artur Cesar Ferreira Reis acusava o recebimento agradecendo a elevada estima e consideração. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 73- C – Ano 1953 – Assuntos: Ofícios – Gestor: Simpliciano Medeiros Junior.

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança-Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira.

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 110 – Ano 1955 – Assuntos: Requerimentos – Gestor: Benedito César Pereira.

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 110 – Ano 1955 – Assuntos: Requerimentos – Gestor: Benedito César Pereira. A Colônia de Pescadores de Bragança pedia que a Prefeitura fornecesse a tabela dos preços dos peixes e da qualidade dos mariscos negociados para que assim a Colônia pudesse negociar o pescado.

O documento assinado pela secretária Ana Sousa de Oliveira, apenas estava assinado, sem o preenchimento dos espaços destinados a data. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 110 – Ano 1955 – Assuntos: Requerimentos – Gestor: Benedito César Pereira.

Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira.

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira. No documento consta apenas a data com a assinatura do prefeito de Bragança, deferindo o pedido do colega, em 31 de março de 1955.

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira. cidade de Capanema, um seria datado em 20 de setembro de 1955. Ofício encaminhado em 20 de setembro de 1955.

Ofício Nº 81/85, encaminhado pela Câmara Municipal de Bragança ao Prefeito Municipal de Bragança, datado de 25 de Novembro de 1955. In: Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 112 – Ano 1955 – Assuntos: Ofícios e Comunicações – Gestor: Benedito César Pereira.

Arquivo - Prefeitura Municipal de Bragança- Livro Nº 160 – Ano 1958 – Assuntos: Construção do Cais do Porto - Gestor: Benedito César Pereira.

- **ARQUIVO DA ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS**

Artigo intitulado de: “Candunga” – Opinião da Academia Paraense de Letras sobre a obra de Bruno de Menezes. Conservado no Arquivo de Bruno de Menezes na Academia Paraense de Letras.

- **IMPrensa**

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A verdadeira causa da depressão economia das estradas de ferro*. Belém, 09 de fevereiro de 1950, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Necessidade de educação cooperativa na Amazônia*. Belém, 10 de fevereiro de 1950, p. 2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Municipalismo e Cooperativismo por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de março de 1950, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Na vigília do I congresso de municípios Brasileiros (Petrópolis)*. Belém, 18 de março de 1950, p.2

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Trabalho para eficiente cooperação municipal*. Belém, 23 de março de 1950, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O problema migratório no Congresso dos municípios*. Belém, 25 de março de 1950, p.4

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Representará Viseu no congresso dos municípios*. Belém, 30 de março de 1950, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Deputados e vereadores representarão a Bahia no Congresso dos Municípios*. Belém, 02 de abril de 1950, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Encerra-se solenemente o congresso*. Belém, 09 de abril de 1950, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Aumenta de hora em hora o número de vidas sacrificadas no desastre*. Belém, 09 de abril de 1950, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Encerrado o congresso de municípios*. Belém, 10 de abril de 1950, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Nunca foram tão promissoras as safras no Ceará como atualmente*. Belém, 16 de abril de 1950, p. 2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os municípios e a vida nacional – por ocasião do encerramento do Congresso em Petrópolis – fala do ministro Honório Monteiro*. Belém, 19 de abril de 1950, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Triste história de uma menor de 11 anos vinda de Nova Timboteua*. Belém, 03 de agosto de 1950, p. 3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O fisco, um dos inimigos do cooperativismo no Brasil por Roberto Bezerra de Menezes*. Belém, 12 de agosto de 1950, p. 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da SOCIPE*. Belém, 27 de dezembro de 1950, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativa dos Plantadores de Fumo em Bragança*. Belém, 20 de janeiro de 1951, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Em magnífica situação a cooperativa dos ferroviários*. Belém, 02 de março de 1951, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Foi o Ceará um foco perene de emigração*. Belém, 10 de março de 1951, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reina calma em Bragança*. Belém, 21 de março de 1951, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mentiram os mandões Bragantinos / O que houve em Bragança - Reina calma em Bragança. - Para o doutor José Alberto do Couto Rocha lêr Lobão da Silveira*. Belém, 21 de março de 1951, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Isenção de imposto de renda às cooperativas – pronuncia-se a respeito o SAC*. Belém, 23 de março de 1951, p. 3

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Corredor aéreo em socorro dos flagelados*. Belém, 28 de março de 1951, p. 1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Teses do Pará no Congresso de folclore*. Belém, 28 de março de 1951, p. 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Emprego para 13 mil flagelados*. Belém, 10 de abril de 1951, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo, governo e mentalidade - Bruno de Menezes Chefe do SAC*. Belém, 17 de abril de 1951, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reunidos em cooperativa os proprietários de granja da zona bragantina*. Belém, 21 de abril de 1951, p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Determinada minuciosa inspeção a todas as cooperativas do Estado*. Belém, 28 de abril de 1951, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Reuniu-se a comissão de folclore*. Belém, 01 de maio de 1951, p. 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo como instrumento de combate à carestia - por Reis Ferreira*. Belém, 11 de maio de 1951, p.1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agricultores de Caratateua reunidos em cooperativas*. Belém, 20 de maio de 1951, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrava-se seriamente a situação dos flagelados*. Belém, 5 de junho de 1951. p.1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Gêneros alimentícios para os flagelados*. Belém, 12 de junho de 1951, p.1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Interessar-se-iam todas as comunas na fundação de cooperativas mistas – sugestão de Bruno de Menezes – chefe do SAC*. Belém, 05 de julho de 1951, p.4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Financiamento do BB as cooperativas de crédito - ofício recebido por Bruno de Menezes*. Belém, 02 de agosto de 1951, p. 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Entrega dos prêmios aos bumbás e pássaros campeões*. Belém, 14 de agosto de 1951, p. 4 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A comissão que fará a entrega dos troféus (pássaros e bumbás campeões)*. Belém, 19 de agosto de 1951, p.16.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Preparando a federação das Ass. Rurais do Pará - Bruno de Menezes representando o SAC*. Belém, 04 de setembro de 1951, p. 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Todo o apoio do governo do Estado à Federação das Associações rurais do Pará*. Belém, 13 de setembro de 1951, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festejado o dia Cooperativo Internacional – telegramas recebidos por Bruno de Menezes chefe do SAC*. Belém, 19 de setembro de 1951, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *25 mil japoneses para colonização da Amazônia*. Belém, 25 de outubro de 1951, p. 1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Departamento de Finanças do Estado do Pará – Movimentação da Tesouraria referente ao Mês de Outubro*. Belém, 11 de novembro de 1951, p.12.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Concedido registro administrativo a várias cooperativas paraenses – resultado da viagem do prof. Bruno de Menezes*. Belém, 20 de novembro de 1951, p. 3 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Para apresentação das teses nos congressos de Prefeitos Municipais*. Belém, 24 de novembro de 1951, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Imigração nipônica para a Amazônia*. Belém, 27 de novembro de 1951, p. 1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Eleitos e empossados os dirigentes das cooperativas de Consumo de hotéis*. Belém, 08 de dezembro de 1951, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da SOCIPE*. Belém, 01 de janeiro de 1952, p.16

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Teses para o congresso dos prefeitos do interior*. Belém, 08 de janeiro de 1952, p. 3 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Volta a ser reclamada proteção para os flagelados do Nordeste*. Belém, 8 de fevereiro de 1952, p. 1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Agrarismo cooperativo amazônico - por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de fevereiro de 1952, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Confirmada a acusação ao prefeito de Bragança – Simpliciano Medeiros Junior*. Belém, 9 de fevereiro de 1952, p.1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Instala-se hoje em Igarapé – Açú o III Congresso de prefeitos*. Belém, 09 de fevereiro de 1952, p.1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Catástrofe ferroviária*. Belém, 07 de março de 1952, p.1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Flagelados*. Belém, 16 de março de 1952, p. 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Impõe-se a imediata reestruturação do Serviço de Assistência ao Cooperativismo*. . Belém, 17 de abril de 1952, p.4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo na Amazônia por Bruno de Menezes*. Belém, 10 de julho de 1952, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A evolução do “Boi bumbá” como forma do teatro popular por Bruno de Menezes*. Belém, 21 de agosto de 1952, p. 9, 10 e 14.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Razões do não funcionamento da maternidade de Bragança / Resposta a uma reportagem de A VANGUARDA 05/09/1952.* Belém, 11 de setembro de 1952. p.4 e 8

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *30º Dia Cooperativo Internacional por Fábio Filho.* Belém, 01 de outubro de 1952, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Urge disseminar no Brasil as cooperativas escolares por Fábio Filho.* Belém, 12 de novembro de 1952, p. 3 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Entusiasmo patriótico no Hino Nacional entoado pelos pequeninos nipônicos.* Belém, 02 de dezembro de 1952, p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Tomé-Açu poderá produzir em 1953 400 toneladas de pimenta do reino.* Belém, 03 de dezembro de 1952, p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativismo – Antologia italiana menção a Fábio Luz.* Belém, 04 de dezembro de 1952, p. 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Debates sobre problemas de bem estar rural.* Belém, 07 de janeiro de 1953, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Momentos de alegria para os imigrantes do Tapanã.* Belém, 7 de janeiro de 1953, p. 6 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Novas cooperativas de consumo em fundação / solicitado o SAC a esclarecer a organização de novas cooperativas.* Belém, 01 de fevereiro de 1953, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Uma grande e admirável festa de confraternização nipônica.* Belém, 13 de janeiro de 1953, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No setor cooperativista: ampliadas as atividades do Serviço de Economia rural.* Belém, 15 de fevereiro de 1953, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Um dia de trabalho, contribuição para a obra de assistência aos flagelados.* Belém, 26 de fevereiro de 1953, p. 4 e 12.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Louvado o trabalho do prof. Bruno de Menezes.* Belém, 25 de março de 1953, p.13.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Econômico e não sentimental o problema dos flagelados.* Belém, 07 de março de 1953, 1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A zona bragantina e a extinção das matas.* Belém, 12 de março de 1953, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Gigantesca cruzada em favor dos flagelados.* Belém, 25 de março de 1953, p. 1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A zona bragantina e a extinção das matas por Bruno de Menezes*. Belém, 12 de abril de 1953, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *66% de analfabetos no Pará*. Belém, 24 de abril de 1953, p. 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Criticado o governo pela falta de auxílio às vítimas da enchente*. Belém, 1 de maio de 1953, p. 11.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Santarém e Alenquer assolados pela enchente*. Belém, 2 de maio de 1953, p. 12.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O Coordenador - por Bruno de Menezes*. Belém, 07 de maio de 1953, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mais temível que a seca a enchente do Amazonas - mais complexa a assistência aos flagelados*. Belém, 13 de maio de 1953. p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Protesto de flagelados prontamente sufocados*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *José Américo aceitou e hoje será nomeado Ministro da Viação*. Belém, 12 de junho de 1953, p. 1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Getúlio chama José Américo com urgência*. Belém, 14 de junho de 1953, p. 1. / A

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Preocupado José Américo com o problema da seca*. Belém, 19 de junho de 1953, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Visitará o Amapá o Ministro José Américo*. Belém, 18 de julho de 1953, p.1 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Solução da greve nas ferrovias: José Américo*. Belém, 04 de agosto de 1953, p. 1 e 3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Instala-se sábado a festa da produção em Capanema*. Belém, 01 de outubro de 1953, p.7 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Cooperativas agrícolas na Festa da Produção*. Belém, 02 de outubro de 1953, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Inicia-se hoje a festa da produção em Capanema / contato do governo com os agricultores da zona da EFB*. Belém, 03 de outubro de 1953, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Inaugurada em Capanema a festa produção*. Belém, 04 de outubro de 1953, p. 4 e 16.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Redução de impostos para as cooperativas / projeto do Sr. Reis Ferreira na Assembleia.* Belém, 14 de outubro de 1953, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Assistentes sociais para a hospedaria Tapanã.* Belém,- 8ª e 4ª págs. – 27/10/1953.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Trancada Tapanã para 700 nordestinos.* Belém, 18 de novembro de 1953, p. 9 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O que sucederá com Bragança – por Bruno de Menezes.* Belém, 17 de janeiro de 1954, p. 11.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Morto a facadas um jovem lavrador de 19 anos em Nova Timboteua.* Belém, 22 de janeiro de 1954, p.2

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Jogo em Bragança.* Belém, 23 de janeiro de 1954. p.2

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Obras na hospedaria de Tapanã – Estado sanitário precaríssimo.* Belém, 27 de fevereiro de 1954, p.8ª

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *A beira de um verdadeiro colapso o sistema ferroviário brasileiro.* Belém, 04 de março de 1954, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Secretaria de Estado de Economia e Finanças – Departamento de Despesas – Exercício 1954 - Referente ao Mês de Fevereiro.* Belém, 11 de março de 1954, p.7.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Três milhões para os projetos do primeiro centenário de Bragança.* Belém, 27 de março de 1954, p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *O Vereador teria morto um lavrador em Viseu.* Belém, 6 de abril de 1954, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Nada impede que o imposto seja cobrado / presidente do TJE não atendeu ao pedido da Cooperativa de Tomé – Açú.* Belém, 04 de maio de 1954, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *2 dias de festas para os desportos de cidade de Bragança / centro de rainha do centenário de Bragança.* Belém, 6 de maio de 1954, p. 6.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Crime em Bragança: alvejado pelo patrão.* Belém, 2 de junho de 1954, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Um morto e sete filhos numa festa dançante em Bragança.* Belém, 13 de julho de 1954, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Augusto Corrêa candidato a pref. de Bragança.* Belém, 28 de julho de 1954, p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festa de São Raimundo no Telegrafo sem fio / São João do Bruno*. Belém, 13 de agosto de 1954, p.7.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Deseja filiar-se à Federação das Associação rurais do Pará A Associação rural de Igarapé – Mirí*. Belém, 20 de agosto de 1954, p.3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Nova leva de japoneses para o vale Amazônico*. Belém, 29 de agosto de 1954, p.16.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Recomendações da Economia Rural ao Departamento de Cooperativismo*. Belém, 16 de setembro de 1954, p.11

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Propaganda da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú*. Belém, 10 de outubro de 1954, p.15.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Pedido reforço policial para garantir a apuração em Bragança*. Belém, 12 de outubro de 1954, p.8 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Augusto Correa, de Bragança: estou vivo e ganhando / o próprio candidato dado como suicida desmente*. Belém, 14 de outubro de 1954, p. 6 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Já chegaram as seis urnas decisivas do pleito de Bragança / invasão na secção*. Belém, 19 de outubro de 1954, p. 4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Somente hoje o resultado final de Bragança*. Belém, 20 de outubro de 1954, p.6 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Augusto Correa derrotado em Bragança*. Belém, 21 de outubro de 1954, p.1,4 e 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Pedida anulação de 5 urnas de Bragança*. Belém, 28 de outubro de 1954, p. 7 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *45 famílias japonesas chegam para Tomé – Açú*. Belém, 05 de novembro de 1954, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Certa a realização de eleições suplementares em Bragança*. Belém, 6 de novembro de 1954, p.6 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonos que amem o solo e as árvores- por Bruno de Menezes*. Belém, 07 de novembro de 1954, p.7.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *De duas mudas de pimenta do reino a 500 mil pés em 1954*. Belém, 14 de novembro de 1954, p.9.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festa da pimenta do Reino todos os anos em Tomé*. Belém, 17 de novembro de 1954, p.7 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Tiros, explosões, furtos e desordens na Cidade de Bragança*. Belém, 17 de novembro de 1954, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Autonomia para maior progresso de Tomé - Açú*. Belém, 21 de novembro de 1954, p. 11.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Sujeitas ao imposto às cooperativas*. Belém, 25 de novembro de 1954, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Anulada a 44ª seção especial de Bragança*. Belém, 25 de novembro de 1954, p.5.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Colonização nipo - amazônica – por Bruno de Menezes*. Belém, 08 de dezembro de 1954, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Japoneses na Amazônia I – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 11 de dezembro de 1954, p.5

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os Japoneses na Amazônia II – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 12 de dezembro 1954, p.6.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Japoneses na Amazônia III – por Fernando Moreira de Castro*. Belém, 13 de dezembro 1954, p.6.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Japoneses para Belterra e Tomé – Açú*. Belém, 05 de janeiro de 1955, p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Missão Cultural Rural da SPVEA*. Belém, 12 de janeiro de 1955. p.8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Suicidou-se o lavrador desgostoso com uma das filhas*. Belém, 17 de janeiro de 1955, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No jardim do materialismo nacional “Candunga” de Bruno de Menezes – por Candido Rocha Marinho*. Belém, 30 de janeiro de 1955, p. 2 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Vai ser citado o ex-prefeito de Bragança*. Belém, 10 de fevereiro de 1955, p.8

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Lavrador da zona bragantina*. Belém, 01 de março de 1955, p.16.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Lavrador da zona bragantina*. Belém, /08 de março de 1955, p.4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *“Candunga” tragédia e romance – por Carlos Mendonça*. Belém, 20 de março de 1955, p. 11 e 12.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Bruno e o seu Candunga por João Viana*. Belém, 17 de abril de 1955, p. 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Em agosto o centenário de Bragança*. Belém, 01 de maio de 1955, p.15.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Candunga - por Carlos Victor Pereira*. Belém, 15 de maio de 1955, p.3 e 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Uma grande cooperativa em plena selva amazônica por Roberto de Menezes*. Belém, 15 de julho de 1955, p. 4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *200 milhões de cruzeiros para as festas do 1º centenário de Bragança*. Belém, 05 de agosto de 1955, p. 8.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Capanema: 2 irmãos armados de cacete aplicaram violenta surra em um lavrador*. Belém, 7 de setembro de 1955, p.7.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Comemorações do 2º centenário da fundação de Bragança*. Belém, 10 de dezembro de 1955, p. 4 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Suspensos todos os julgamentos de contas de prefeitos municipais*. Belém, 10 de dezembro de 1955, p.4 e 10.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Louvado o trabalho do prof. Bruno de Menezes / Inteligência a serviço das ideias cooperativistas*. Belém, 25 de março de 1956, p. 13.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Mais imigrantes japoneses virão em agosto para o Guamá*. Belém, 24 de abril de 1956.

DIÁRIO DO PARÁ. *Meu pai e seu centenário*. Belém, 25 de março de 1993, p.5.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Decreto nº 21, de 19 de novembro de 1930.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Belém, coleções: out. 1930 a nov. 1937.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Belém, coleções: nov. 1937 a março de 1947.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. O Decreto nº 3547 de 21 de agosto de 1940.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Decreto- Lei nº 3756, de 12 de Agosto de 1941

FOLHA VESPERTINA. *Bragança sem médico e sem remédio – Há seis meses que essa próspera cidade se encontra em tal situação*. Belém, 19 de janeiro de 1950. p.1.

FOLHA VESPERTINA. *Seguiu para Bragança o delegado do Interior*. Belém, 8 de março de 1951, p.1.

FOLHA VESPERTINA. *No primeiro ano de vida: Entre mil crianças, 159 morrem em Bragança*. Belém, 12 de abril de 1951. p. 3

FOLHA VESPERTINA. *Passando fome a bordo do Santos os flagelados*. Belém, 30 de maio de 1951, p. 1.

FOLHA VESPERTINA. *325 flagelados da sêca*. Belém, 23 de junho de 1951. p. 1.

FOLHA VESPERTINA. *Nordestinos para a Planície*. Belém, 14 de julho de 1951, p.1.

FOLHA VESPERTINA. *Fome a bordo*. Belém, 30 de novembro de 1951, p.1.

FOLHA VESPERTINA. *Mais flagelados para a Amazônia*. Belém, 3 de fevereiro de 1952, p. 4.

FOLHA VESPERTINA. *Mais de dois mil nordestinos transitaram pelo Tapanã*. Belém, 8 de fevereiro de 1952, p. 2.

FOLHA VESPERTINA. *Cem flagelados vão morrer nos seringais*. Belém, 13 de fevereiro de 1952, p. 2.

FOLHA VESPERTINA. *Carne e sangue humanos pelos trilhos da Estrada de Ferro*. Belém, 23 de julho de 1952, p.1.

FOLHA VESPERTINA. *Homicídios em Capanema*. Belém, 11 de fevereiro de 1953. p.4.

FOLHA VESPERTINA. *Morrem por inanição os flagelados da seca*. Belém, 23 de fevereiro de 1953, p. 1.

FOLHA VESPERTINA. *Apelo do comércio do Pará em prol dos flagelados*. Belém, 2 de março de 1953, p. 1.

FOLHA VESPERTINA. *Enviem-nos amostras para socorrer as vítimas da seca*. Belém, 3 de março de 1953, p.1.

FOLHA VESPERTINA. *O flagelo das águas*. Belém, 7 de maio de 1953, p.1

FOLHA VESPERTINA *Impedida com três tiros a rebeldia de 50 flagelados na hospedaria Tapanã*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 1 e 3.

FOLHA VESPERTINA. *Ofereceu cem sacos de sal aos flagelados da enchente*. Belém, 16 de maio de 1953, p. 1.

FOLHA VESPERTINA. *Da seca do nordeste para a enchente do Amazonas*. Belém, 22 de maio de 1953, p.1.

FOLHA VESPERTINA. *Recusam-se a trabalhar os imigrantes do Tapanã*. Belém, 01 de julho de 1953, p.1.

FOLHA VESPERTINA. *Imigração nipônica para o Estado do Pará*. Belém, 03 de agosto de 1953, p.3.

FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na estrada de ferro*. Belém, 3 de agosto de 1953.p.1 e 4.

FOLHA VESPERTINA. *Chegaram 181 imigrantes japoneses*. Belém, 04 de agosto de 1953, p.3.

FOLHA VESPERTINA. *20 mil cruzeiros vai ganhar Stelio na valorização*. Belém, 14 de agosto de 1953, p. 4.

FOLHA VESPERTINA. *Jogo de azar na zona da E.F.B*. Belém, 19 de agosto de 1953.p.1 e 4.

FOLHA VESPERTINA. *Retorna a Amazônia a imigração japonesa*. Belém, 07 de outubro de 1953, p.3.

FOLHA VESPERTINA. *Recorre ao governo a cooperativa de Tomé-Açú*. Belém, 14 de outubro de 1953, p.5.

FOLHA VESPERTINA. *Mortes sucessivas em Bragança: dois crimes e um suicídio abalaram ultimamente a pacata cidade*. Belém, 22 de outubro de 1953, p.4.

FOLHA VESPERTINA. *Impera o jogo na zona bragantina*. Belém, 19 de dezembro de 1953.p.4.

FOLHA VESPERTINA. *Nove pessoas pereceram num naufrágio em Viseu*. Belém, 01 de fevereiro de 1954, p.1 e 5.

FOLHA VESPERTINA. *Decisão em Belém do pleito em Bragança*. Belém, 18 de outubro de 1954, p.1

FOLHA VESPERTINA. *Eleições em Bragança*. Belém, 1 de novembro de 1954, p.4.

FOLHA VESPERTINA. *Deixa Stélio a SPVEA*. Belém, 12 de janeiro de 1955, p. 5.

FOLHA VESPERTINA. *Aprendidos 10kg de maconha*. Belém, 14 de julho de 1955. p.4.

FOLHA VESPERTINA. *Japoneses incendiam e expulsam de suas terras uma família brasileira*. Belém, 08 de setembro de 1956, p.5.

JORNAL VESPERTINO. *Bruno de Menezes, romancista!*. In: Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

O ESTADO DO PARÁ. *Serviço de Assistência ao Cooperativismo No Pará*. Belém, 19 de abril de 1944, p.2.

O IMPARCIAL. “Candunga” e o seu grito de acusação” – 04/10/1955. Anexos da Monografia de (PINHEIRO, 2005).

O LIBERAL. *Tiros e depredações*. Belém, 15 de janeiro de 1951, p.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: _____. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. p.118-135.

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: _____. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. p.118-135.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 15ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 322.p.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010,465 p.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora EDUSC, 2004.

CAMPOS, Ipojucan Dias. *Para além da Tradição: Casamentos, Famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)*. 322 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/ SP, 2009.

CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e sociedade na arte italiana: ensaios de história social da arte*. Tradução de Franklin de Matos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASTRO, Raimundo Nonato. Do Carnaval ao social: A caricatura de Andreilino Cotta – 1919-1928. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 7, n. 1, 2015.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidad, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CEVASCO, Maria Elisa. Estudos Literários X Estudos Culturais. In: *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.188.

CENZI, Nerii Luiz. *Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.35-44.

CHALHOUB, Sidney. Miséria e Chocolate In: _____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 35-44.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa; MIRANDA, Leonardo Affonso de (Org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.7-14.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa; MIRANDA, Leonardo Affonso de (Org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.362.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 2002.

CHAVES, Maria Anunciada. Bruno, Símbolo da Inteligência Paraense. In: _____. *Obras completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secretária Estadual de Cultura, 1993. p.15-18.

COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da História*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1981.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2006, p. 63-96.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARES, Josebel Akel. *Negritude e Modernidade na Poética de Bruno de Menezes: Anotações de Leitura*. Asa da Palavra – Revista de Graduação em Letras. Belém: Unama, v.10,n.21,2006.p.87-97.

FELIX, Renan Brigido Nascimento. *A realidade irrompe das páginas: história e literatura em Candunga de Bruno de Menezes*. 60 f. Monografia (Graduação) -Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, 2008.

FELIX, Renan Brigido Nascimento. *A Poética Social em Batuque de Bruno de Menezes*. 55 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Letras, Universidade do Estado do Pará, 2009.

FELIX, Renan Brigido Nascimento. *Candunga: Um romance entre História e Literatura*. In: Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, Sociedade e Poder. JATAI: Universidade Federal de Goiás-Campus Jataí, 2014. p. 1-16.

FELIX, Renan Brigido Nascimento. *Flagelados ou Candunga? Indecisão e migração no romance Candunga de Bruno de Menezes*. Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos / Território e Migração. Rafael Chambouleyron (Org.) Belém: Editora Açai, volume 7, 2015, p.94-103.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 315 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Histórias literárias: nasce a Belém Nova, 1923-1929. In: _____. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese de doutorado. Unicamp, 2001. p.101-184.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Letras Insulares: leituras e formas da história no modernismo. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa; PEREIRA, Affonso de Miranda (Orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 301-331.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Letras Insulares: leituras e formas da história no modernismo. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Affonso de Miranda. *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.301-331.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20*. Belém: IAP, 2012, 148 p.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Rubra Poesia: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. *Asas da Palavra*, Belém, Editora Unama, v.10, n.21, 2006, p. 69-78.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Rubra Poesia: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923*. *Asas da Palavra – Revista de Graduação em Letras*. Belém: Unama, v.10, n.21, 2006. p.69-78.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém (1885-1914)*. 331f Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

GINZBURG, Carlos. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso e o fictício*. Tradução de Rosa Freire D' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACERDA, Franciane Gama. *Nos trilhos da modernidade: instalação da estrada de Ferro de Bragança (1870 – 1907)*. 142 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, 1992.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Ed. Açáí. 2010. 403 p.

LINDANOR, Celina. *Menina que vem de Itaiara*. 3. ed. Belém: Cejup, 1996.

MAIA, Máira Oliveira. *Jogos Políticos na Terra Imatura: As experiências políticas dos Modernistas Paraenses – 1930 -1945*, 2009. 101f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, 2009.

MENEZES, Bruno de. *Batuque*. 7ª ed. Belém: [s.n], 2005. p.43-45.

MENEZES, Bruno de. *Candunga: Cenas das migrações nordestinas na zona bragantina*. Belém: Revista da Veterinária, 1954.p.148.

MENEZES, Bruno de. *Obras completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

MENEZES, Bruno de. *Obras completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura,1993, p.99-239.

MOURÃO, Leila. *Cooperativismo Paraense: História e Memória*. V Encontro de Pesquisadores Latino- Americano de Cooperativismo. Ribeirão Preto, São Paulo, 2008, p.1-16.

MOURÃO, LEILA. Cooperativismo: utopias, realidades e avatares. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 23, n.1, p. 41-55, 2013.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Personagens e Memórias: Territórios de Ocupação Recente na Amazônia. In: Chalhoub, Sidney; Neves, Margarida de Sousa e Pereira Leonardo Affonso de Miranda(Org). *Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005. p.519-546.

NEVES, Frederico de Castro. *A “capital de um pavoroso reino”*: Fortaleza e a seca de 1877. Niterói: Tempo, núm.9.2000, p.93-111.

NEVES, Frederico de Castro. *Seca, Pobreza e Política: o que é politicamente correto para os pobres?* Revista Trajetos, n. 13, 2009, p. 186-201. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajeto/article/view/11>. Acessado em: 01 de fevereiro de 2016

NICOLAZZI, Fernando & ARAUJO, Valdei Lopes de. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: *Varella, Flávia Florentino et. al. (orgs.). A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011, p. 7-14.

NUNES, Benedito. Bruno de Menezes Inventor e Mestres. *Asas da Palavra*, Belém, Unama, v.10, n.21, 2006, p.37-44.

NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)*, 2008. 205f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, 2008.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia*, 2011. 304 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2011.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: Um Escritor de Putas e Vagabundos?” In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa, PEREIRA, Leonardo Affonso de

Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005. p.520-546.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Problemas de colonização e do uso na terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Universidade de São Paulo. Coleção José Veríssimo: UFPA, 1967.

PERE, Petit. Os governos brasileiros e a “ocupação” e “desenvolvimento” da Amazônia:1960-2005. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia(séculos XVII e XXI)* Belém: Ed. Açai – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010.

PINHEIRO, Lana Roberta Cardoso. *Bruno de Menezes e a temática da Miséria* (Notas para um estudo de Maria Dagmar e Candunga). Belém: Unama, 2005.

PINHO, Diva Benevides. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: CNPQ, 1982.

REIS, Marcos Valério Lima. *Entre poéticas e batuques: trajetória de Bruno de Menezes*, 2012,156 f. Dissertação (Mestrado). Universidade da Amazônia.

REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento* – Tradução de AlainFrançois [et al.]. São Paulo: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1). Trad. Contança Marcondes Cesar. São Paulo: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 2). Trad. Mariana Appenzeller. São Paulo: Papyrus, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 3). Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papyrus, 1997.

ROCHA, Alonso. Bruno de Menezes: traços biográficos. In: ROCHA, Alonso et al. *Bruno de Menezes ou sutileza da transição: ensaios*. Belém: CEJUP, Universidade Federal do Pará, 1994.p.7-36.

ROCHA, Alonso. Bruno de Menezes: traços biográficos. In: ROCHA, Alonso. *Bruno de Menezes ou sutileza da transição: ensaios*. Belém: CEJUP, Universidade Federal do Pará, 1994, p.7-36.

RÜSEN, Jörn. “Introdução” e “Tarefa e função de uma teoria da história”. In: *Razão Histórica*. Teoria da História: Os Fundamentos da Ciência Histórica. Brasília, UNB, 2001.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solitária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Edward Palmer Thompson e a tradição historiográfica marxista. *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém. Universidade Federal do Pará. n.1, 1991, p.65-76.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Drama cívico entre bolachas e cafezinho. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, N.º 5. Rio de Janeiro, 2005

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 493 p.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, v.3, 2012, p.539.

WILLIAMS, Raymond. *Historia y Cultura Común*. Madrid: Catarata, 2008, p. 37-126.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. por Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 536 p.